

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 13
VOLUME 13
NÚMERO 2

2019

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2019

Ano 13

Volume 13

Número 2



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ.
Ano 13, v. 13, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2019.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Débora El Jaick Andrade

Paulo Pachá

Stéphanie Barros Madureira

Assistência Editorial:

André Rocha de Oliveira

Juliana Salgado Raffaeli

Stéphanie Barros Madureira

Montagem e projeto gráfico da capa:

Juliana Salgado Raffaeli

Imagem da capa:

Mosaico romano de Dougga, na Tunísia (século II dC). Localizado no Museu Nacional do Bardo, Tunísia.

Fotografia de Pascal Radigue (2001).

Disponível em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/99/Mosaique_echansons_Bardo.jpg/800px-Mosaique_echansons_Bardo.jpg>. Acesso em 18 dez. 2019.

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 13 – Volume 13 – Número 2 – Dez/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Denise Pires de Carvalho

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretora: Norma Côrtes Gouveia de Melo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Fábio de Souza Lessa

EDITOR RESPONSÁVEL

Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

André Rocha de Oliveira (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Juliana Salgado Raffaeli (Doutora – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Stéphanie Barros Madureira (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlin, Alemanha)

Sumário

UMA MALDITA DIFERENÇA: A CATEGORIA TRABALHO NA ANTIGUIDADE GRECORROMANA EM CONTRAPOSIÇÃO À REALIDADE CAPITALISTA 07

A DEVIL OF DIFFERENCE: THE CONCEPT OF LABOR IN GRECO-ROMAN ANTIQUITY AND ITS DIFFERENCE TO THE CAPITALIST WORLD

José Ernesto Moura Knust

CRIOLIZAÇÃO E GÊNERO EM PERSPECTIVA COMPARADA: OS CASOS DE ANALJA E LUENI NAS MITOLOGIAS SONINQUES E LINDAS 44

CREOLIZATION AND GENDER IN A COMPARED PERSPECTIVE: THE ANALJA AND LUEJI CASES IN SONINKE AND LUNDAN MYTHOLOGIES

Rodrigo Castro Rezende

ALFA Y OMEGA. ANÁLISIS COMPARADO DEL ROL DE LA DIVINIDAD EN LOS TRATADOS DEMONOLÓGICOS INGLESES Y FRANCESES (C. 1580-1648)..... 79

ALFA AND OMEGA. A COMPARATIVE ANALYSIS OF GOD'S ROLE IN ENGLISH AND FRENCH DEMONOLOGICAL TREATISES (C.1580-1648)

Agustín Méndez

ECOS COSTUMEIROS: ASPECTOS EM COMUNS DA PRÁTICA CREDITÍCIA ENTRE AS SOCIEDADES DE ANTIGO REGIME E CAPITALISTA..... 125

CUSTOMS ECOS: COMMON ASPECTS OF THE CREDIT PRACTICE BETWEEN THE OLD REGIME AND CAPITALIST SOCIETIES

Carlos Leonardo Kelmer Mathias; Filipe Freitas Caldararo da Costa

ENCENANDO A MODERNIDADE NO RIO DE JANEIRO E EM BUENOS AIRES: O TRABALHO ARTÍSTICO COMO PROMOÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL..... 158

MODERNITY ON RIO DE JANEIRO AND BUENOS AIRES STAGES: ARTISTS WORKING ON NATIONAL IDENTITY

Flavia Ribeiro Veras

COMPOSIÇÃO SOCIAL E DESEMPENHO ELEITORAL DE UMA AGREMIÇÃO OPOSICIONISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DO PARTIDO AUTONOMISTA (ESTADO DO PARANÁ, 1919-1921)..... 178

SOCIAL COMPOSITION AND ELECTORAL PERFORMANCE OF AN OPPOSITION PARTY IN THE FIRST REPUBLIC: THE CASE OF AUTONOMIST PARTY (STATE OF PARANÁ, 1919-1921)

Sandro Aramis Richter Gomes

NEOFASCISMO E CONSPIRACIONISMO BRASILEIRO. O MÍDIA SEM MÁSCARA E O “EIXO DO MAL” 216
BRAZILIAN NEOFASCISM AND CONSPIRACY. THE MEDIA WITHOUT MASK AND THE “AXIS OF EVIL”

Natalia dos Reis Cruz

SENESCÊNCIA, ABANDONO E MORTE: COMPARAÇÕES HISTÓRICAS DAS SOCIEDADES TRADICIONAIS E CONTEMPORÂNEAS 258
SENESCENCE, ABANDONMENT AND DEATH: HISTORICAL COMPARISONS OF TRADITIONAL AND CONTEMPORARY SOCIETIES

Antônio Dimas Cardoso; Máximo Alessandro Mendes Ottoni

ÁFRICA NEGRA E (ETNO) FILOSOFIA: HISTÓRIA E MODULAÇÃO NO CONHECIMENTO CONTEMPORÂNEO (INTERFACE COM A CULTURA BRASILEIRA)..... 283
BLACK AFRICA AND (ETNO) PHILOSOPHY: HISTORY AND MODULATION IN CONTEMPORARY KNOWLEDGE (INTERFACES WITH BRAZILIAN CULTURE)

José Jorge Siqueira

UMA MALDITA DIFERENÇA: A CATEGORIA TRABALHO NA ANTIGUIDADE GRECORROMANA EM CONTRAPOSIÇÃO À REALIDADE CAPITALISTA

José Ernesto Moura Knust¹
Instituto Federal Fluminense, *Campus Macaé*.

Resumo: Como parte dos esforços para marcar a diferença entre a Economia Antiga e a Economia Capitalista, Jean-Pierre Vernant tentou demonstrar que não existia entre os gregos antigos uma noção unificada e abstrata de Trabalho. Incluindo o mundo romano nesta análise e tendo como método a contraposição comparativa com o mundo capitalista, pretendo complexificar (sem, contudo, negar em sua essência) a ideia de Vernant, mostrando que a existência ou não do Trabalho Abstrato depende da *organização social* do trabalho. Para tanto, é importante discutir as ideias de Yan Thomas sobre como o Trabalho Escravo teria sido propício ao desenvolvimento de uma noção abstrata de Trabalho entre os juristas do Direito Romano. Identificando as particularidades do trabalho escravo, pretendo mostrar que a afirmação de Thomas está equivocada, ainda que tenha elementos que propiciam considerações interessantes sobre a singularidade do fenômeno escravista.

Palavras-chave: Trabalho Abstrato; Economia Antiga; Escravidão Antiga.

A DEVIL OF DIFFERENCE: THE CONCEPT OF LABOR IN GRECO-ROMAN ANTIQUITY AND ITS DIFFERENCE TO THE CAPITALIST WORLD

Abstract: Jean-Pierre Vernant stated that there was no unified, abstract notion of Labor among the ancient Greeks. He intended to show the difference between Ancient and Capitalist economies. I will approach this problem including the Roman world in my analysis and establishing a contraposition between the Greco-Roman world and the Capitalist society. I intend to develop Vernant's idea, pointing that the existence or not of Abstract Labor relies on the social organization of work. To do so, I will discuss Yan Thomas's ideas about how Slave labor would have been conducive to the development of an abstract notion of Work among the jurists of Roman law. Identifying the particularities of slave labor, I want to show that Thomas's statement is wrong, although it has elements that provide interesting considerations about the uniqueness of the slave phenomenon.

Keywords: Abstract labor; Ancient Economy; Ancient Slavery.

Uma das contribuições mais importantes do marxismo para a História Econômica é sua perspectiva de historicizar e desnaturalizar a economia capitalista. Isto estabelece a necessidade de contrapor os elementos constituintes dos sistemas econômicos pré-capitalistas daqueles típicos da nossa realidade econômica. O resultado disso é a busca por uma verdadeira história dos sistemas econômicos, que identifique as diferenças entre estes e negue o anacronismo de abordagens que tentam identificar os elementos do capitalismo nas diferentes sociedades do passado. Surge, assim, um método de inquirição histórica baseado

¹ Email: zeknust@gmail.com

na reflexão comparada entre elementos do capitalismo e das realidades pré-capitalistas. Se enquanto elemento constituinte do capitalismo, determinado aspecto social funciona de certa maneira no mundo moderno, quais são as diferenças em seu funcionamento em determinada realidade pré-capitalista? Uma série de pesquisas e reflexões históricas comparativas podem ser construídas a partir desta pergunta.

Neste artigo, trabalharei com o problema da conceituação do Trabalho. Marx identificou a abstração social do trabalho humano em uma categoria unificada e coesa, que ele chamou de Trabalho Abstrato, como um elemento chave para compreender a realidade capitalista. Jean-Pierre Vernant, no bojo de suas célebres análises sobre o pensamento grego, acabou por se debruçar sobre este problema: como os gregos conceituavam a categoria trabalho? Sua conclusão foi de que, diferentemente da realidade capitalista, não havia a constituição de uma categoria geral e abstrata de trabalho nos textos gregos antigos. Delineando o argumento de Vernant, é possível perceber que ele também é aplicável aos textos latinos antigos. Essa pode ser vista, então, como uma diferença importante entre as realidades econômicas do nosso mundo capitalista e a realidade do mundo grecorromano, ou mediterrânico antigo².

² O problema dos contextos históricos sobre os quais podemos inquirir a partir dos textos da tradição clássica é antigo e central no campo da História Antiga. Para uma reflexão introdutória, mas bastante rica, ao problema, ver GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. **Politeia: História e Sociedade**, 3, nº 1, p. 41-61, 2003. Os recortes temporais e/ou espaciais que tentavam refletir uma diferença idiomática dos textos foram, para utilizar a terminologia adota por Guarinello, as *formas* primárias dessa contextualização. Falava-se, assim, em Grécia Antiga e Roma Antiga a partir dos textos gregos e latinos antigos. Com o tempo, porém, uma série de autores apontaram para as possibilidades e vantagens de se trabalhar essas tradições literárias em conjunto, utilizando-se a ideia de um mundo “grecorromano”. Para o tema deste artigo, uma obra seminal desta abordagem certamente é FINLEY, Moses I. **A Economia antiga**. Lisboa: Afrontamento, 1986. Recentemente, tem se apontado para a necessidade de inserir este mundo “grecorromano” em formas mais amplas, a fim de evitar certa reificação eurocêntrica dessas histórias como mitos de origem da assim chamada civilização ocidental. O Mediterrâneo antigo virou uma nova forma histórica fundamental nesse contexto, e a obra seminal sem dúvidas foi HORDEN, Peregrine, PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**. Oxford: Blackwell, 2000. Para o tema da escravidão, David Lewis mostrou a importância de contextualizar a realidade grega em recortes geográficos mais amplos – no caso, que incluíssem a *forma* histórica “oriente próximo antigo”. LEWIS, David M. **Greek Slave Systems in Their Eastern Mediterranean Context, c.800-146 BC**. Oxford: Oxford University Press, 2018. Neste artigo, por me concentrar nos textos gregos e latinos antigos, e também por travar diálogo com uma historiografia que teve naqueles recortes mais tradicionais seu ponto de partida, privilegiarei a forma histórica “mundo grecorromano antigo”. Concordo, porém, com a importância da inserção deste em contextos mais amplos, e acredito que pesquisas mais amplas e comparativas podem

Para entender melhor tal diferença será necessário destrinchar a forma como Marx estabelece a questão. Meu objetivo é trazer novos aspectos para a reflexão estabelecida por Vernant, mostrando porque não existe esta categoria geral e abstrata de trabalho naquela realidade histórica. Em seguida mostrarei que estas conclusões têm sido desafiadas nas últimas décadas por alguns outros pesquisadores que refletiram sobre o assunto. Yan Thomas argumenta que a existência do trabalho escravo teria sido capaz de gerar uma ideia abstrata de Trabalho no mundo antigo – ao menos nos textos jurídicos romanos. Explicarei minha discordância desta conclusão mostrando que, se aceitarmos a formulação original proposta por Marx para o problema, aquilo que Thomas identifica não é exatamente um Trabalho Abstrato. Termino o texto mostrando, contudo, que essas reflexões de Thomas são importantes para avançar novos problemas sobre a categorização do trabalho humano no mundo antigo. A situação específica do trabalho escravo tem, sim, consequências para a forma de conceituação do trabalho e, sem a confundir com a realidade capitalista, é necessário mostrar a complexidade de seus meandros.

A inexistência da categoria *Trabalho* entre os antigos: a contribuição de Vernant

Jean-Pierre Vernant era profundo conhecedor da obra de Marx, o que lhe permitiu o diálogo com importantes categorias marxianas em suas análises. Uma das questões mais importantes que Vernant identificou a partir do uso do referencial conceitual marxiano foi a inexistência de uma noção unificada e autônoma de *Trabalho* entre os gregos. Isto é, na sociedade grega antiga, inexistia o *Trabalho Abstrato* como identificado e analisado por Marx para a sociedade capitalista. Em poucas palavras, Vernant estabelece que “da mesma forma que não se tem o direito de aplicar as categorias econômicas do capitalismo moderno ao mundo grego, não se pode projetar no homem da cidade antiga a função

expandir, com as necessárias correções e adaptações, o argumento que apresento aqui para outras realidades do mundo antigo, provavelmente no Mediterrâneo antigo, mas possivelmente também em outras realidades pré-capitalistas. Voltarei a este problema na seção final do artigo.

psicológica do trabalho como é hoje esboçada”³. Isto é, os antigos teriam uma forma diversa de conceituar mentalmente o trabalho.

Obviamente, se pensarmos em um nível de abstração bastante amplo, o trabalho pode ser pensado como elemento fundamental da ontologia do ser social⁴ – e, portanto, fato objetivo da vida social humana em qualquer realidade histórica. No início do capítulo V do Livro I de *O Capital*, Marx define o trabalho como o processo entre o homem e a Natureza no qual aquele, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com esta. Ao pôr em movimento sua própria matéria natural (seu corpo) a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil à sua vida, o homem modifica a Natureza e modifica a si mesmo⁵. No mesmo sentido, Marx afirma em outro momento de *O Capital* que o trabalho útil, enquanto criador de valores de uso, é uma condição da existência do homem em qualquer formação social⁶.

O Trabalho, portanto, é um elemento comum de todas as épocas da história humana. Contudo, é preciso perceber que este algo em comum é ele próprio multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas delas são comuns a todas as épocas, posto que seria impossível imaginar o trabalho humano sem elas, mas outras não o são. “A diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento”⁷, e é fundamental que não se perca de vista as diferenças essenciais entre os diferentes períodos da história, sob o risco de naturalizarmos aquilo que é singularmente histórico da nossa sociedade.

É neste sentido que a afirmação de Vernant ganha um importante significado. Ele pretende, em seu estudo, justamente historicizar elementos que poderiam nos parecer naturais, identificando a diferença entre sua existência no passado e sua existência em nossa sociedade. E o elemento que se pretende historicizar, que ele chama “função psicológica do trabalho”, tem importância central. Tal “função psicológica”, historicamente determinada, é parte essencial dos sistemas de

³ VERNANT, Jean Pierre. Aspectos psicológicos do Trabalho na Grécia Antiga. In: VIDAL-NAQUET, Pierre; _____. (Orgs.). **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papyrus, 1989. p. 34.

⁴ LUKÁCS, György, **Para uma ontologia do ser social**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

⁵ MARX, Karl. **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 1**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 149.

⁶ Ibidem. p. 50.

⁷ MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 41.

representação dos seres humanos sobre seu ambiente (natural e social), dado que é a forma como estes conceituam justamente sua ação de mediação, regulação e controle de seu metabolismo com a natureza.

Os sistemas de representação sobre o ambiente funcionam como sistemas de informações para os grupos e indivíduos sociais, e, portanto, são fundamentais para entender sua atuação sobre tal ambiente. Como não é possível ação sem ideias, existe um componente “mental” no cerne das relações sociais de produção e das formas de apropriação da natureza⁸. Entender a historicidade desse componente mental (do qual a “função psicológica do trabalho” é parte importante) é, portanto, fundamental para entender a historicidade das sociedades humanas.

A partir dessa busca pela historicidade e pela desnaturalização de tudo aquilo que nos parece natural em nossa sociedade, Vernant promove a identificação das noções de trabalho existente entre os gregos antigos. Para tanto, o historiador francês lista diversas palavras gregas que se referem a atividades que definiríamos dentro da categoria *Trabalho*. Apesar de muitas dessas palavras gregas serem usualmente traduzidas por *trabalho* quando textos gregos são vertidos para o português (ou por outras palavras que lhe correspondem, como *travail*, *work*, *trabajo*, *lavoro*, etc., em traduções para outras línguas modernas), nenhuma delas corresponde exatamente à categoria moderna *Trabalho*. Um mesmo estudo pode ser feito acerca da terminologia latina, chegando-se aos mesmos resultados⁹.

A palavra *πονος* aplica-se a todas as atividades que exercem esforço penoso, o que a faz ser utilizada para designar certas atividades produtivas, mas não apenas atividades produtivas. O termo *labor* é seu equivalente latino, designando o esforço penoso de uma atividade que visa determinado resultado. *Labor*, por exemplo, é rotineiramente utilizado nos textos latinos para se referir ao trabalho

⁸ GODELIER, Maurice. **The Mental and the Material. Thought Economy and Society**. London ; New York: Verso, 1986. p. 10, 30–31, 35.

⁹ Sobre os termos analisados a seguir, ver: para os gregos, VERNANT, Jean Pierre. Trabalho e Natureza na Grécia Antiga. In: VIDAL-NAQUET, Pierre; VERNANT, Jean Pierre (Orgs.). **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papyrus, 1989, p. 10; para os latinos: THOMAS, Yan, Travail. Incorporé dans une matière première, travail d’usage et travail comme merchandise. Le Droit comme matrice des catégories économiques a Rome., In: ANDREAU, Jean; FRANCE, Jérôme; PITTIA, Sylvie (Orgs.). **Mentalités et choix économiques des Romains**. Paris: Diffusion de Bocard, 2004. p. 203.

dos campos, mas também é usado para se referir ao sofrimento dos soldados na guerra, à dor do parto das mulheres, isto é, à fadiga dos corpos que penam em geral, não necessariamente em uma atividade produtiva.

O verbo grego *εργαζεσθαι* e sua forma nominal *εργον* são utilizados para se referir tanto ao trabalho nos campos, quanto à atividade financeira. Porém, ele se aplica a todo o contexto da atividade concebida em sua forma mais geral: o *εργον* é o produto para cada ser de sua própria virtude, a ação que suas qualidades regem. No mesmo sentido, o termo latino *industria* se refere a qualquer atividade voluntária, que pode ser produtiva, mas também política, jurídica ou de qualquer outra natureza.

As palavras com a raiz indo-europeia *τεκ*, como *τεχνη*¹⁰, não se referem à atividade com determinada finalidade, como *εργον*, mas ao exercício da atividade por si própria. Um correspondente latino pode ser encontrado na palavra *ars*, que não se refere ao trabalho propriamente dito, mas às qualidades e talentos envolvidos na realização de uma atividade de qualquer natureza.

Outras duas palavras latinas também são bastante importantes para o campo semântico do que chamaríamos de trabalho. *Opera* refere-se comumente ao trabalho manual e é também utilizada para designar o trabalho assalariado¹¹ (deixando de fora o trabalho gratuito das “artes liberais”), mas ao mesmo tempo, a palavra se refere ao cuidado que uma pessoa dedica a qualquer tipo de atividade. Por fim, *opus* se aplica tanto ao trabalho quanto ao objeto produzido por tal atividade, isto é, refere-se tanto à “obra” quanto ao “obramento”.

A conclusão que se pode chegar a partir desse estudo do vocabulário greco-latino é que apenas o contexto específico pode determinar ao que exatamente estas palavras estão se referindo – e em muitos casos elas estarão se referindo a atividades que excluimos da categoria *Trabalho* – e que as atividades que nós englobamos nessa categoria poderiam aparecer para gregos e romanos como coisas múltiplas e até mesmo opostas.

¹⁰ Raiz etimológica do português técnica, por exemplo.

¹¹ Contudo, o termo *operarios*, que designa aquele que realiza a *opera*, nunca tem o sentido estrito de trabalhador assalariado. Para este sentido, a língua latina utilizava o termo *mercenarius*.

Os historiadores da Antiguidade que ressaltam tal fato costumam buscar sua explicação em dois outros elementos das estruturas do pensamento econômico antigo: a concepção da atividade humana como algo inserido nas e submetido às forças da natureza (o que tem relação direta com o nível das forças produtivas daquela sociedade); e com a desvalorização da atividade produtiva e do trabalho manual pelas classes dominantes (o que tem relação direta com a importância do trabalho compulsório naquela sociedade). São caminhos interessantes de análise, pois permitem explicar a *consciência social* a partir do *ser social*¹², identificando as relações entre tais estruturas mentais e o nível das forças produtivas, no primeiro caso, e as relações de produção, no segundo caso.

A partir do poema do século VII a.C. *Os Trabalhos e os Dias*¹³, de Hesíodo, e do tratado *Econômico*, de Xenofonte, escrito no século IV a.C., Vernant mostra que a atividade agrícola é dividida pelos gregos em dois tipos de atividades que não são vistas apenas como tecnicamente diferentes, mas como distintas em sua essência. Por um lado, temos a arboricultura, que prolonga a economia da colheita, fazendo seus produtos aparecerem como “dons da natureza, bênçãos que são atribuídas a divindades que dispensam riqueza”. O homem participa desta atividade inserindo-se no ritmo das estações, o que é feito muito mais pela realização periódica das festividades religiosas dedicadas às Horas, Cárites e Oinotropos (divindades que regem este ciclo), do que propriamente por sua atividade produtiva¹⁴.

Porém, muito mais importante e ubíqua nesses textos é a presença de outra forma de relação com a natureza: a que se dá na cerealicultura associada ao pastoreio e a exploração das matas de corte. Esta relação depende do suor humano, do penar, do *πονος*. Mais uma vez a atividade agrícola é vista como uma relação subordinada com a natureza, mas que, neste caso, depende diretamente do penar humano para que se realize. Aqui, a divindade cultuada é Deméter, deusa da

¹² MARX, Karl. Introdução. In: **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45.

¹³ *Ἔργα καὶ Ἡμέραι* no original. Sobre o termo *Ἔργα*, traduzido usualmente neste contexto por *trabalhos* (mas algumas vezes também por *Obras*), cabem as mesmas considerações sobre o verbo *εργάζεσθαι*.

¹⁴ VERNANT, J. Op. Cit., p. 11-12.

terra cultivada pelo esforço humano (em oposição à terra selvagem ou simplesmente fecunda por natureza) ¹⁵.

Nos versos iniciais de *Os Trabalhos e os Dias*, Hesíodo trata da superioridade do esforço humano (*εργου*) sobre a disputa violenta entre os homens (é importante lembrar que o poema é contextualizado como uma “resposta” à tentativa de seu irmão Perses de lhe tirar parte da herança do pai por via judicial, “bajulando bastante os reis comedores de presente”¹⁶), e como conclusão à defesa do esforço humano (*εργου*), afirma: “Ao tempo certo, a terra traz o alimento de Deméter”¹⁷. Isto é, como resposta ao esforço humano, Deméter traz o alimento por meio da terra. No mesmo sentido, Xenofonte afirma que “a terra, bem tratada, traz benefícios. Ao invés disso, a preguiça no cultivo da terra denuncia, de modo claro, a alma vil”¹⁸.

Desta forma, o trabalho agrícola não é pensado como uma unidade, posto que estes dois tipos de atividade se definem, inclusive, por seu contraponto recíproco. De qualquer forma, é interessante perceber que ambas as atividades são pensadas como uma forma de experiência e comportamento religioso na relação com a natureza sacralizada que provê a subsistência humana – e não como uma modalidade particular de comportamento que visa produzir valores úteis ao grupo por meios técnicos. A realização do trabalho agrícola, assim como a realização da guerra, não é vista como o dispêndio de uma *τεχνη*. Desta maneira, o trabalho na terra não assume a forma de um emprego de processos eficazes com determinados objetivos produtivos, nem de uma ação sobre a natureza para modificá-la.

Estas atividades são pensadas como uma participação humana na ordem superior e divina que rege a natureza, que garante uma ligação com as divindades e que, por isso, garante a subsistência humana. Por isso afirma Hesíodo que “quem trabalha [*εργαζομενος*] é muito mais caro aos deuses”¹⁹ Sendo uma atividade que congrega os seres humanos com a ordem divina, a agricultura é socialmente

¹⁵ Idem.

¹⁶ HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2006. (*“Εργα και Ημέραι*), versos 38-39.

¹⁷ Ibidem. verso 33.

¹⁸ XENOFONTE. **Econômico**. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999. XX.15.

¹⁹ Ibidem. verso 309. A mesma ideia aparece com bastante clareza em outros momentos da obra, em especial entre os versos 298 e 341.

valorizada²⁰. Neste sentido, o autor desconhecido dos *Econômicos*, tradicionalmente atribuídos a Aristóteles, relaciona a conexão homem-natureza na produção agrícola com sua positiva função social: “(...) de fato, é pela natureza que todos os seres recebem da mãe a alimentação e, como tal, os homens recebem-na da terra. Além do mais, a agricultura contribui em muito para a formação de um caráter viril”²¹.

Ao lado desta concepção sobre o trabalho nos campos, que certamente remete ao contexto de uma sociedade fundamentada na pequena propriedade camponesa autônoma, acaba por surgir uma formulação alternativa, que encara o esforço humano na agricultura como uma das ocupações servis que só exigem gasto de energia física (retirando, assim, sua “sacralidade” e, com isso, sua valorização social). A emergência desta segunda abordagem antiga acerca do trabalho nos campos já foi muitas vezes relacionada a um possível processo de concentração fundiária e ao desenvolvimento da escravidão²² – e por isso, no poema de Hesíodo, escrito em um momento anterior a tais desenvolvimentos históricos (século VII a.C.), predominaria a primeira, enquanto no tratado de Xenofonte, escrito em momento posterior (século IV a.C.), aparece uma ambiguidade entre a valorização e a desvalorização do trabalho agrícola, que deixa clara a existência contraditória das duas formulações²³.

A ideia de que a história grega teria visto surgir um verdadeiro sistema escravista ao qual se seguiria um sistema escravista ainda mais bem desenvolvido no “período romano” tem sido, porém, bastante relativizada – senão questionada – nos últimos tempos. Por um lado, a ideia de que o escravismo seria uma particularidade singular de algumas poucas regiões do mediterrâneo antigo em momentos específicos de sua história, vem sendo questionada. Pesquisas recentes têm apontado para a importância da escravidão nas sociedades e economias de diversas regiões em diversos momentos da história do Mediterrâneo antigo²⁴. Numa direção oposta, mas ao mesmo tempo complementar, outras pesquisas têm

²⁰ VERNANT, J. Op. Cit., p. 18.

²¹ ARISTÓTELES. *Econômicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. I, 1343b, 4.

²² Uma abordagem clássica sobre isso pode ser encontrada em THEBERT, Yvon. O escravo. In: GIARDINA, Andrea (Org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 124–126.

²³ VERNANT, J. Op. Cit., p. 19.

²⁴ E.g. LEWIS, D. M. Op. Cit.

questionado o quanto a escravidão teria sido tão central nessas épocas e lugares tradicionalmente apontados como verdadeiramente escravistas²⁵. O que ambas perspectivas têm em comum é o questionamento de uma visão tradicional da categoria escravidão e sua rígida diferenciação com outras formas de trabalho compulsório – um problema central ao qual voltarei no final deste artigo. Nenhuma delas nega, porém, a importância do trabalho compulsório nessas realidades históricas nem o impacto que isso tem sobre conceituação do trabalho pelos membros da elite social dessas regiões – o ponto que por ora nos interessa.

Talvez o mais importante para este ponto do argumento seja identificar, nos diferentes textos da tradição clássica que tratam deste assunto, as diferentes inserções do proprietário fundiário no trabalho agrícola, sem necessariamente tratar isso como um processo de evolução histórica. Hesíodo está longe de ser um miserável camponês trabalhando pela mera subsistência: por exemplo, ele se refere à propriedade de alguns (poucos, é verdade) escravos²⁶. Contudo, o poema hesiódico certamente não retrata a realidade de um grande proprietário fundiário. A única menção à compra de terras no poema refere-se à possibilidade de aquisição de terras vizinhas, mas referindo-se, ao mesmo tempo, ao risco de perder terras para os vizinhos pelo mesmo mecanismo²⁷. Mais importante que isso, é bastante claro que o proprietário imaginado por Hesíodo realiza o trabalho agrícola ele próprio, ainda que auxiliado pelos escravos²⁸. Isto é, Hesíodo não retrata um grande proprietário que concentra bens fundiários diversos, mas um camponês, talvez razoavelmente abastado, pequeno proprietário de escravos, que vive em sua terra realizando o trabalho agrícola.

Por outro lado, Xenofonte e o Pseudo-Aristóteles parecem se referir a realidades com maior nível de concentração de riquezas na mão de uma classe dominante. O Pseudo-Aristóteles diferencia aquelas pequenas propriedades, as quais, às vezes, é possível que administre o próprio proprietário, das grandes

²⁵ *E.g.* GARCIA MACGAW, Carlos. A economia escravista romana. Reflexões sobre conceitos e questões de números na historiografia do escravismo. In: BASTOS, Mário Jorge; DAFLON, Eduardo; FRIZZO, Fábio; *et al* (Orgs.). **O précapitalismo em perspectiva. Estudos em Homenagem ao prof. Ciro F.S. Cardoso**. Rio de Janeiro: Ítaca, 2015.

²⁶ HESÍODO, Op. Cit., versos 441-447, 458-460, 469-471, 502-503, 597-608.

²⁷ *Ibidem*, verso 341.

²⁸ *Ibidem*, versos 391-397, 458-460.

propriedades, que possuem administradores (*ἐπιτροπευομένοις*)²⁹. Xenofonte se refere à importância de intendentess que tomem conta da propriedade³⁰ e à compra e revenda de propriedades como forma de investimento de riquezas³¹. Percebe-se nesse texto à referência ao proprietário ausenteísta, cuja riqueza depende da propriedade fundiária, mas que não realiza ele próprio a atividade produtiva.

Dos três autores latinos que escreveram tratados sobre o campo, o que parece ter em mente um cenário de propriedades fundiárias de menor porte é Catão, que escreveu no século II a.C.. Mesmo assim, este autor inicia seu tratado com um capítulo que ensina o leitor a como comprar uma boa propriedade³². Além disso, todo o tratado presume um proprietário ausenteísta, que visita a propriedade com alguma regularidade, mas deixa sua administração cotidiana a cargo de um “administrador da vila” (*uilicus*)³³. Essa realidade volta a se repetir tanto em Varrão quanto em Columela: os tratados sobre o campo latinos sempre lidam com uma realidade de um grande proprietário que vive nas cidades e administra seu vasto patrimônio fundiário através destes “administradores da vila”³⁴.

A postura ambígua frente ao trabalho agrícola aparece de maneira bastante clara no contexto romano. Por exemplo, no século II a.C., enquanto Catão afirma que aqueles que se dedicam à agricultura são homens de maior vigor, soldados muito corajosos e que os ganhos da agricultura são os mais justos e seguros³⁵, seu contemporâneo, o comediógrafo Plauto, faz o protagonista de sua peça *O Mercador*, ao sofrer terrivelmente por causa de um amor, afirmar que “prefere arar a amar assim”, depois de ter dito logo no início da peça que a agricultura é uma atividade imunda e rústica³⁶. No século seguinte, esta ambiguidade ainda é perceptível: enquanto Cícero afirma que “de todas as coisas que podem dar lucros a um homem

²⁹ PSEUDO-ARISTÓTELES, Op. Cit., 1, 6, 1345a, 5-10.

³⁰ XENOFONTE, Op. Cit., XII-XIV.

³¹ *Ibidem*, XX, 22-29.

³² CATÃO, Marco Pórcio. **Da agricultura**. Tradução, apresentação e notas: Matheus Trevizani. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, 176 p. I.

³³ *Ibidem*, II, V e CXLII

³⁴ VARRÃO. **Sobre as coisas do campo**. Tradução, apresentação e notas: Matheus Trevizani. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

³⁵ CATÃO, Op. Cit., Prefácio. 4.

³⁶ PLAUTO. **O Mercador**. Tradução Aires Pereira de Couto. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume Editora, 2017. versos 65-75 e 356.

não há nada melhor que a agricultura, nada mais produtivo, nada mais doce, nada que melhor convenha a um homem livre”³⁷, um contemporâneo seu, o historiador Salústio, afirmava que, ao se retirar da vida pública, não quis se dedicar a ocupações servis, como a caça e o cultivo³⁸.

Percebe-se, relacionando as ideias de Cícero e Salústio em especial, que existe uma valorização do ser proprietário de terras e disso adquirir riquezas, mas uma desvalorização do trabalho agrícola em si. E isso nos leva ao segundo elemento comumente apontado para explicar a inexistência de uma categoria unificada de Trabalho entre os antigos: a desvalorização da atividade produtiva por causa de sua identificação com o *status* servil. Em sociedades na qual escravos desempenham papel social tão relevante, a escravidão passa a afetar todo o quadro social, cultural e mental³⁹. Desta forma, não é estranha a afirmação de Cícero de que:

(...) não liberais [isto é, não apropriadas a homens verdadeiramente livres] e inferiores são as profissões de todos os que trabalham por salário, a quem pagamos os trabalhos [*operae*] e não a arte, porque no seu caso o próprio salário é um atestado da sua escravidão (...) e todos os artífices que se dedicam a negócios inferiores por que nenhuma oficina pode possuir qualidades apropriadas a um homem livre⁴⁰.

No mesmo sentido o “ateniense” do diálogo *As Leis* de Platão exclui os artesãos de sua cidade ideal:

Eis agora o princípio segundo o qual devemos organizar o que, aliás, refere-se aos homens dos ofícios. Em primeiro lugar, que nenhum homem da região consagre seu trabalho às atividades artesanais, que também não se consagre a elas qualquer servidor de um homem da região⁴¹.

Como bem sintetiza Aldo Schiavone, a classe dominante grecorromana passou a identificar a relação entre a natureza e a atividade humana organizada

³⁷ CÍCERO, Marco Túlio. **Dos deveres**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 42.150.

³⁸ SALÚSTIO. **A conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta**. Introd. e trad. Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes. 1990. IV.

³⁹ JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 29.

⁴⁰ CÍCERO. Op. Cit., 1.150.1.

⁴¹ PLATÃO. **As Leis**. Trad. Edson Bin. Bauru: Edipro, 1999. VIII, 846d.

para a produção da riqueza social (seja nos campos, seja nas manufaturas) uma espécie de zona morta da civilização humana, necessidade elementar e imutável, mas ao qual não seria necessário dedicar qualquer forma superior de pensamento⁴². O trabalho agrícola ou manufatureiro, mesmo quando não realizado por escravos, era alvo de discriminação e de opressão, marcado tão fortemente pela coação e não pelo consenso, que era excluído do universo moral e no campo de visão mental das camadas superiores⁴³.

A visão antiga acerca da produção artesanal deixa isso bastante claro. Segundo Vernant, os gregos encaram um produto como resposta direta à existência de uma necessidade, de onde decorre que a *essência* do produto independe do produtor, sendo dada pelo consumidor. Assim, a obra do artesão não é uma invenção de sua *τεχνη*, mas uma tentativa de imitação de um modelo ideal posto pela necessidade – que é realizado por sua *τεχνη*, estabelecida também pela existência da necessidade específica⁴⁴.

A multiplicidade de ofícios não é percebida como divisão do trabalho (e seu resultado não é o aumento de produtividade, mas o refino do atendimento às diferentes necessidades), mas como resposta à multiplicidade de necessidades – e, ao mesmo tempo, a limitação do número de diferentes ofícios também é dada pelo limite de necessidades existentes. Assim, o laço social entre fabricante e usuário de um produto é visto como um laço de dependência e de serviço, posto que o artesão e sua *τεχνη* existem apenas em razão da existência de uma necessidade do consumidor⁴⁵.

A mesma percepção aparece em certas operações do Direito Romano, nas quais o trabalho enquanto processo é completamente eclipsado. O contrato de encomenda de um produto a um artesão deixa isso claro: a palavra usada para se referir ao objeto do contrato (*opus*) não se modifica com a intervenção do artesão, o objeto a se fazer é pensado como já existente antes da intervenção do artesão. O pagamento deste não se refere à sua intervenção na matéria-prima para

⁴² SCHIAVONE, Aldo. **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**. São Paulo: EdUSP, 2005, p. 62.

⁴³ *Ibidem*. p. 65.

⁴⁴ VERNANT, J. Op. Cit., p. 31.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 25, 28–29; VERNANT, J. **Aspectos psicológicos do Trabalho na Grécia Antiga**. p. 37–38.

transformá-la em outro objeto, nem propriamente ao pagamento de um serviço. O pagamento, nestes instrumentos do Direito Romano, é pensado como espécie de reembolso ao “ordenador” (e não produtor) que compensa a diferença de preço entre a matéria bruta e o produto final – uma diferença causada por um beneficiamento, não uma transformação⁴⁶.

Além de exemplo da desvalorização da atividade produtiva humana, essa forma dos antigos pensarem o trabalho artesanal é mais uma amostra da diversidade de enquadramentos ao qual o trabalho é submetido por suas estruturas mentais. A *τεχνη* dos artesãos se contrapõe ao trabalho agrícola, dado que se trata de atividades cujas essências são totalmente distintas. À atividade agrícola, aproxima-se muito mais a atividade guerreira, já que ambas dependam fundamentalmente do auxílio divino para seu êxito. Neste sentido, Xenofonte faz o Sócrates de seu tratado *Econômico* afirmar que tanto os que fazem guerras quanto os que realizam a agricultura precisam propiciar aos deuses, posto que “os deuses não têm menos em suas mãos os trabalhos agrícolas que os bélicos”⁴⁷. Pelo mesmo motivo, Catão afirma que a agricultura forma soldados corajosos⁴⁸ e o pseudo-Aristóteles dos *Econômicos* afirma que, ao contrário dos trabalhos do artesão, a agricultura prepara o homem a enfrentar os perigos dos inimigos⁴⁹.

Todos esses elementos permitiram Jean-Pierre Vernant afirmar categoricamente que não existe Trabalho Abstrato no mundo grego (o que, no sentido das análises acima, poderíamos afirmar ser o caso para o mundo grecorromano). A aparência do trabalho só se daria em seu aspecto concreto, isto é: cada tarefa é definida em função de sua atividade em si e do produto que será seu resultado. Não existe a ideia de que um mesmo esforço humano é o criador da vida social. “Não se encontra (...) uma grande função humana, o trabalho, que recobre todos os ofícios, mas uma pluralidade de ofícios diferentes, cada um constituindo um tipo particular de ação que produz sua própria obra”⁵⁰.

⁴⁶ THOMAS, Op. Cit., p. 204–209.

⁴⁷ XENOFONTE, Op. Cit., V.19.

⁴⁸ CATÃO, Op. Cit. Prefácio. 4.

⁴⁹ PSEUDO-ARISTÓTELES. Op. Cit., I, 1343b, 5.

⁵⁰ VERNANT, J. Op. Cit., p. 36.

Sem prejuízo a estas duas explicações, que elencam fatores importantes na relação entre estruturas mentais, forças produtivas e relações de produção para o entendimento da realidade socioeconômica Greco-romana, falta ainda nesta análise um diálogo mais direto com a categoria marxiana *Trabalho Abstrato*. Comparando estas questões identificadas por Vernant com o que Marx afirma especificamente sobre a existência e a centralidade da categoria Trabalho Abstrato para o funcionamento da economia capitalista, será possível refletir melhor sobre sua inexistência na Antiguidade e sobre o significado social concreto dessas representações grecorromanas sobre o *Trabalho* – dando conta, assim, de elementos que faltam à análise até aqui delineada.

Trabalho Abstrato e Trabalho Concreto: as categorias de Marx

Para entender a abordagem de Marx sobre o Trabalho Abstrato, é fundamental destacar que seu objetivo, ao utilizar tal categoria no primeiro capítulo de *O Capital*, é desvendar o mistério do Valor das Mercadorias, cuja “coleção” aparenta ser a riqueza no Capitalismo⁵¹. Isto tem duas implicações: 1) a categoria Trabalho Abstrato é funcional para a explicação da Categoria Mercadoria, e por isso sua definição depende deste contexto; 2) Marx desenvolve todas essas categorias numa tentativa de explicação de uma realidade histórica específica, o Capitalismo.

Marx mostra que, enquanto objetos que satisfazem determinadas necessidades, isto é, enquanto valores de uso, as mercadorias têm qualidades diferentes, que satisfazem diferentes necessidades e que são produzidos por diferentes tipos de trabalhos. Isto é, para produzir diferentes valores de uso, existem diferentes trabalhos úteis⁵². Contudo, as mercadorias não se definem enquanto seu uso, mas por serem permutáveis, ou seja, por terem também um valor de troca. Acontece que este valor de troca não pode ser definido a partir do valor de uso, posto que as mercadorias possuam valores de uso qualitativamente diferentes, e, portanto, incomensuráveis entre si⁵³.

⁵¹ MARX, K. *O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 1.* p. 45.

⁵² *Ibidem.* p. 47 e 50.

⁵³ *Ibidem.* 46-47.

Assim, resta apenas uma única propriedade em comum em todas as mercadorias: serem produtos do trabalho humano. Porém, o trabalho só pode ser identificado como característica comum a todas as mercadorias se todas as diferenças entre os diferentes trabalhos úteis forem abstraídas, e o trabalho for apenas uma “gelatina de trabalho humano indiferenciado”, isto é, “dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida” ⁵⁴.

A questão é que esta abstração do Trabalho não é meramente um problema de “mentalidades”, de desenvolvimento de uma forma específica de se *pensar* o trabalho. O Trabalho Abstrato é resultado de uma forma específica de *organização social* do trabalho. Marx identifica que objetos de uso se tornam mercadorias quando são produtos de trabalhos *privados*, não coletivos; isto é, exercidos de maneira independente uns dos outros. Quando isto ocorre, os produtores destes trabalhos privados só conseguem entrar em contato social com os outros produtores por meio da troca dos produtos de seus trabalhos privados e independentes. Assim, as relações sociais são estabelecidas pela troca dos produtos dos trabalhos privados e independentes através do mercado. Sendo assim, os trabalhos privados são, na verdade, apenas membros do trabalho social total, necessária para a vida social de cada um desses produtores individuais de trabalhos privados, ao qual eles têm acesso através das relações de troca de mercadorias ⁵⁵.

A partir daí, entende-se que os trabalhos privados só satisfaçam as necessidades de seus próprios produtores se forem permutáveis por todas as outras espécies de produtos de trabalho privado⁵⁶, pois em caso contrário os produtores se veriam apartados da realidade social e não conseguiriam reproduzir sua existência social. É este fato que determina a abstração dos trabalhos úteis diversos em um Trabalho Abstrato único, a existência de uma diversidade de trabalhos privados e independentes cuja socialização se dá pela troca generalizada de seus produtos.

⁵⁴ Ibidem. p. 47.

⁵⁵ Ibidem. p. 71.

⁵⁶ Ibidem. p. 72.

Afirmando de maneira clara o ponto que pretendo destacar: o *Trabalho Abstrato*, ao menos na maneira formulada por Marx, é uma categoria que se refere a uma forma de *organização social* do trabalho, e não a uma forma de *categorização mental* do trabalho. Essa diferença tem consequências importantes para a análise que se pretende fazer neste artigo.

Marx, na famosa “introdução de 1857”, é bastante enfático ao afirmar que “a representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – (...) é muito antiga”. Isto é, a definição do Trabalho como uma categoria mental unificada não é necessariamente fruto do Capitalismo. Isto porque o Trabalho Abstrato do Capitalismo não é “apenas resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos”⁵⁷. O resultado desta operação mental de unificação da totalidade de trabalhos concretos poderia ser alcunhado por *Generalização de Trabalhos Concretos*, isto é, a identificação mental de uma unidade entre os diferentes trabalhos úteis existentes.

Hesíodo, ao criticar seu irmão Perseu por buscar os bens alheios através da rapina e de trocas escusas, tece loas ao trabalho, ou melhor, ao *εργον*. Como vimos, este termo grego se refere a toda e qualquer atividade, não necessariamente produtiva. Contudo, me parece que o uso específico que Hesíodo faz poderia ser enquadrado nesta categoria de Generalização de Trabalhos Concretos, dado que ele justamente enquadra em uma única reflexão o *εργον* do camponês, do oleiro e até mesmo do aedo⁵⁸. Certamente não há, aqui, uma abstração do trabalho no sentido marxiano, mas certamente Hesíodo está generalizando diferentes trabalhos úteis, concretos.

Uma generalização dos trabalhos concretos um pouco menor, mas ainda importante, pode ser percebido no tratado de Catão, quando ele indica o seguinte como uma das obrigações do senhor em visita à propriedade:

Quando souber como a propriedade foi cultivada e quais trabalhos se fizeram ou deixaram de fazer, que chame o administrador no dia seguinte e interrogue quais trabalhos (*operis*) foram feitos, quais ainda falta fazer, se os trabalhos foram concluídos em bom prazo, se pode concluir o restante e qual a quantidade de vinho, trigo e de todos os

⁵⁷ MARX, K. *Grundrisse*. p. 57.

⁵⁸ HESÍODO, Op. Cit., versos 20-27.

outros itens. Quando der esses e muitos outros motivos, faz o administrador tornar ao cômputo dos trabalhos e dos trabalhadores (*ad rationem operum operarumque vilicum revoca*).⁵⁹

O interessante nesta passagem é que Catão não apenas promove uma generalização dos trabalhos concretos, como se preocupa com o tempo de realização destes trabalhos. Não se deve, contudo, encarar este fato como uma contradição para a ideia de inexistência de Trabalho Abstrato nesta realidade. O próprio Marx afirma que “sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento”⁶⁰.

Estes são apenas dois exemplos dentre outros possíveis nos quais podemos identificar uma formulação mental que generaliza trabalhos concretos diversos em uma reflexão unificada. O que não se pode perder de vista é que esta elaboração mental não produz a existência do Trabalho Abstrato se tivermos identificando este termo com a categoria desenvolvida por Marx no capítulo 1 de *O Capital*.

Marx destaca que seria possível identificar certa “indiferença em relação ao trabalho determinado” (isto é, uma percepção dos diferentes trabalhos de maneira unificada) entre povos que conhecessem o trabalho compulsório (ele cita os russos como exemplo). Contudo, afirma Marx a seguir, “existe uma *maldita diferença* entre bárbaros com disposição *para ser empregados* em tudo e civilizados que *empregam a si próprios* em tudo”⁶¹. A questão aqui, percebe Marx, é que estes “bárbaros” são arrancados de seus trabalhos determinados por forças externas.

A singularidade do Capitalismo enquanto formação socioeconômica na história depende da expropriação dos trabalhadores de bases de sua reprodução material. Isto é, uma das condições históricas mais importantes para o desenvolvimento do Capitalismo é a dupla liberdade dos trabalhadores: livres “porque não pertencem diretamente aos meios de produção”, isto é, estão livres das imposições feudais, escravistas, etc.; e livres porque “os meios de produção não lhes pertencem”.

⁵⁹ CATÃO, Op. Cit., II. 1-2.

⁶⁰ MARX, K. **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 1.** p. 70.

⁶¹ MARX, K. **Grundrisse.** p. 58.

Isto significa que, para se tornar um livre vendedor de sua força de trabalho, o proletariado capitalista primeiro tinha que dispor de sua própria pessoa livremente, podendo levar seu trabalho para qualquer lugar onde houvesse mercado para ela. Porém, só faria isso se também estivesse “livre” dos meios de produção e garantias de sua existência, restando-lhe como única possibilidade o recurso a mercantilização de sua força de trabalho para garantir sua reprodução material⁶². Este segundo elemento foi consumado pelo processo histórico de “desvinculação do trabalhador da terra como seu laboratório natural”⁶³, uma história de expropriação que “está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”⁶⁴. Apenas a partir de tal expropriação, quando os trabalhadores se encontram separados das condições objetivas da materialização de seu trabalho, é possível existir a realidade dos trabalhos privados independentes, que como vimos é a forma de organização social do trabalho que determina a existência do Trabalho Abstrato.

Ora, nada mais diferente do que isto é o que ocorre no Pré-Capitalismo de maneira geral e na Economia Antiga especificamente. Nenhuma realidade socioeconômica anterior ao Capitalismo poderia ser caracterizada pela integração mercantil do produto de trabalhos privados independentes. Marx mesmo identifica isso ao afirmar, sobre a Idade Média europeia, que “em vez do homem independente, encontramos aqui todos dependentes (...) a dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais de produção quanto as esferas da vida estruturadas sobre ela”⁶⁵; e sobre a Antiguidade e a “velha Ásia”, que se baseiam “na imaturidade do homem individual, que não se desprende do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero, ou em relações diretas de domínio e servidão”⁶⁶.

A existência da “unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a

⁶² MARX, Karl, **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 2**, São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 262.

⁶³ MARX, K. **Grundrisse**. p. 388.

⁶⁴ MARX, K. **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 2**. p. 262.

⁶⁵ MARX, K. **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 1**. p. 74.

⁶⁶ *Ibidem*. p. 75.

sua apropriação da natureza”⁶⁷ característica do Pré-Capitalismo, se contraposta à realidade totalmente dispare do Capitalismo, pode ser atribuída aos limites da expropriação dos produtores diretos de seus meios de produção. As relações de trabalho no mundo grecorromano, para tratarmos especificamente da realidade histórica a qual este texto tem por referência, não eram travadas entre burgueses detentores dos meios de produção e proletários cujo único recurso para sobrevivência era a venda da força de trabalho. Pelo contrário, estamos falando de uma sociedade agrária, na qual a maioria absoluta dos produtores diretos pode ser caracterizada, em algum nível, como camponesa.

Os produtores diretos nessa realidade não são plenamente “livres” pelo menos em um dos dois sentidos em que Marx se refere. Isto é, ou não dispunham com total liberdade de suas pessoas, ou não eram totalmente desprovidas dos meios de produção e garantia de sua existência social – e podemos dizer, *grosso modo*, que as diferentes realidades específicas combinam diferentes formas e graus de ausência dos dois elementos. Em uma formulação simples, podemos dizer que se essas pessoas se viam obrigadas a trabalhar para outrem, não era pelo “temor da fome”, estabelecido pela dupla liberdade, mas por coações extraeconômicas ⁶⁸.

Identificando esta diferença nas estruturas da organização social da produção, nas distintas formas de relações de produção, Marx marca uma distinção entre o Pré-Capitalismo e o Capitalismo: os trabalhadores “livres como pássaros”, na dupla dimensão de sua liberdade, são um fenômeno típico e fundamental do Capitalismo, praticamente inexistente no pré-capitalismo. É esta distinção, por exemplo, que para Marx explica o fato de uma mente genial como a de Aristóteles não ter sido capaz de identificar o Trabalho Abstrato como fundamento da equivalência entre as diferentes mercadorias quando o filósofo grego se deparou com tal problema⁶⁹. Aristóteles não identificou o Trabalho Abstrato porque em sua realidade social não havia Trabalho Abstrato a ser identificado.

⁶⁷ MARX, K. **Grundrisse**. p. 401.

⁶⁸ ZELIN, K. Princípios de classificação morfológica das formas de dependência. *In*: ANNEQUIN, Jacques; CLAVEL-LEVÊQUE, Monique; FAVARY, F. (Orgs.), **Formas de exploração do trabalho e relações sociais na antiguidade clássica**. Lisboa: Estampa, 1978. p. 58–59.

⁶⁹ MARX, K. **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 1**. p. 62.

Escravidão e a noção abstrata de Trabalho: o desafio de Yan Thomas

Esta posição de que não havia Trabalho Abstrato na Antiguidade Clássica, estabelecida por Vernant e que tentei fundamentar e desenvolver nas páginas anteriores, tem sido desafiada nos últimos anos. O historiador francês Yan Thomas referenda toda a análise de Vernant acerca dos textos que este analisa, afirmando que, de fato, os antigos gregos e romanos não possuíam um vocabulário próprio para tratar do Trabalho como algo autônomo e abstrato. Ele afirma que, enquanto análise do senso comum grecorromano, a caracterização feita por Vernant é precisa. Contudo, ele afirma que uma das mais importantes fontes para o estudo da Economia Antiga em geral, e desse aspecto em particular, tem sido negligenciada pelos estudos sobre o tema: as regulações previstas no Direito Romano acerca do arrendamento de trabalho escravo.

Segundo Thomas, nessas operações jurídicas, o trabalho escravo é pensado de maneira unificada e abstrata, trocado por um pagamento. Unificado porque o termo utilizado para se referir ao trabalho nesses contratos é sempre o mesmo: *opera*. Abstrato porque o trabalho pode se referir a qualquer tipo de atividade, sendo designado sempre pelo mesmo termo e porque o pagamento não é realizado em troca de um resultado específico, mas por uma quantidade divisível e mensurável de “trabalho” (*opera*)⁷⁰.

Nas raras vezes em que trata da questão do aluguel de escravos, a historiografia que defende a tese de inexistência de um conceito abstrato e unificador de trabalho afirma que, assim como na compra e venda dos escravos, o aluguel negocia a cessão da pessoa do escravo, e não de sua força de trabalho. Isto é, assim como no comércio de *escravos*, no que poderíamos chamar de comércio de *trabalho escravo* o que está envolvido não é a força de trabalho, mas a pessoa do trabalhador – o que seria totalmente coerente com a ideia de que os antigos não tinham uma noção autônoma e abstrata de Trabalho. Thomas mostra detidamente que, apesar desta opção existir, o Direito Romano previa mecanismos de aluguel do trabalho escravo nos quais há distinção nítida entre a pessoa do escravo e o seu trabalho⁷¹.

⁷⁰ THOMAS, Y. Op. Cit., p. 209-210.

⁷¹ Ibidem. p. 210-211.

Neste tipo de contrato, um senhor que alugasse o trabalho de seu escravo contra um preço, manter-se-ia proprietário da pessoa do escravo. Assim, tem início o desenvolvimento de uma divisão de distintos objetos de direitos de propriedade: o proprietário da pessoa do escravo e o proprietário do trabalho escravo alugado⁷². Como o senhor mantém-se proprietário do corpo do escravo, os contratos envolvem normatização acerca dos limites dos esforços exigidos, horários de trabalho, pausas para descanso, suspensão do trabalho por causa de enfermidades e outros tipos de proteções aparentemente “humanitárias” que não eram dispensadas aos trabalhadores livres. Na verdade, os contratos estão dando conta da necessidade de assegurar a propriedade dos corpos pelos senhores. Desta maneira, o corpo do escravo, propriedade do senhor, não pode ser prejudicado pelo arrendatário, posto que esse adquiriu a cessão temporal de direito de uso do trabalho apenas, objeto jurídico distinto do corpo⁷³. Esta divisão faz surgir o Trabalho (*opera*) enquanto categoria jurídica específica.

Contudo, a complexidade desta divisão está longe de alcançar sua plenitude neste primeiro nível de análise. Os juristas romanos distinguiram, para além dessa divisão entre o proprietário do corpo e o proprietário do usufruto do escravo, uma divisão interna a esta segunda categoria: direito ao uso (*usus*) e o direito aos ganhos (*fructus*) do trabalho escravo eram objetos distintos de propriedade⁷⁴. O importante nesta distinção é que o direito aos ganhos (*fructus*) não se refere aos produtos do trabalho escravo – estes pertencem a quem detêm o direito de uso –, mas aos ganhos permitidos pela venda do próprio trabalho escravo, enquanto objeto comercializável distinto e específico.

Quando o titular do direito de uso (ou alguém de seu ciclo social mais próximo) exerce esta prerrogativa, não há comercialização do trabalho escravo. Neste caso, o trabalho em si do escravo não gera diretamente ganhos para o senhor, posto que o uso de tal trabalho não poderia ser alugado para quem já o detêm. Isto não impede que o senhor obtenha ganhos com o trabalho de seu escravo: este pode produzir um bem que por sua vez será comercializado. Contudo,

⁷² Ibidem. p. 212-213.

⁷³ Ibidem. p. 221-222.

⁷⁴ Ibidem. p. 214.

deve ficar claro que, nesta situação, o ganho se dá sobre o *produto* do trabalho escravo, e não sobre o *próprio trabalho*.

Este é um esclarecimento importante porque no caso do senhor que aluga o trabalho escravo, repassando o direito de uso a um terceiro em troca de dinheiro, este senhor obtém ganhos diretamente do trabalho em si do escravo, já que é a venda deste trabalho, e não de seus produtos, que gera tais ganhos. Desta maneira, o senhor deixa de ser o detentor do *direito de uso* do trabalho escravo (cedido a quem o alugou), enquanto continua a ser detentor do *direito aos ganhos*, isto é do ganho econômico que o trabalho escravo garante diretamente.

Esta é uma sutil, mas essencial, distinção: o uso do trabalho escravo pode ou não garantir ganhos (*fructus*) *indiretamente*, através de seu uso, mas o que é alugado ao senhor do escravo não é este ganho. O que se aluga é o uso (*usus*) do trabalho escravo, que por sua vez pode ser utilizado para gerar produtos que vão ser comercializados ou não. O que o arrendatário deste uso fará com ele não faz diferença para o mecanismo jurídico. Por outro lado, o senhor que aluga o trabalho do escravo possui o direito de ter ganhos (*fructus*) *diretamente* com este trabalho – mais uma vez vale frisar, não importa se o uso por parte do arrendatário deste trabalho escravo se dará em uma atividade produtiva ou não, o ganho para o proprietário do direito aos ganhos (*fructus*) provêm da comercialização do próprio trabalho ⁷⁵.

Isto fica bem claro quando se identifica que o tipo de contrato previsto nesse mecanismo envolve sempre medição temporal precisa, multiplicável ou divisível. O tempo nunca é pensado de maneira indeterminada, o trabalho sempre é alugado por tempos específicos, a cessão do trabalho do escravo pelo proprietário do direito de uso sempre é necessariamente temporal ⁷⁶. Isto é, o direito ao ganho é medido temporalmente e, portanto, independe dos ganhos que o uso de tal trabalho gere ao arrendatário do trabalho escravo, dos trabalhos concretos que de fato foram realizados neste período de tempo.

A partir desta análise, Thomas acredita ser possível afirmar que, apesar disso ser aparentemente paradoxal, o trabalho escravo é fecundo para o

⁷⁵ Ibidem. p. 214–218.

⁷⁶ Ibidem. p. 219–220.

desenvolvimento do Trabalho Abstrato, porque permite a distinção entre o corpo do escravo, que permanece na propriedade do senhor, e seu trabalho, que pode ser alugado sem prejuízo àquele direito de propriedade ⁷⁷. Desta forma, se por um lado a realidade do trabalho escravo levou à depreciação do trabalho pela classe dominante, ela também permitiu o desenvolvimento pelos juristas romanos de uma percepção abstrata do trabalho ⁷⁸.

É preciso pontuar que a tentativa de análise social a partir das fontes clássicas do Direito Romano, como o *Corpus Iures Civiles*, tem alguns sérios problemas. Yan Thomas desenvolve suas reflexões a partir, fundamentalmente, de um dos textos desse *Corpus*, o *Digesto do Imperador Justiniano*, uma compilação de excertos de livros de juristas romanos que viveram entre o final da República e o Império (entre os séculos I a.C. e V d.C), feita a mando do Imperador Bizantino Justiniano, no século VI d.C.. Essa fonte possui dois problemas básicos para a análise: é uma compilação tardia (e, portanto, possivelmente contendo algumas modificações no seu conteúdo) e reúne textos de períodos muito distintos entre si.

Contudo, é um terceiro problema que mais nos interessa: a Jurisprudência romana, ao longo do período imperial, desenvolveu um grande requinte técnico, e em muitos casos é possível perceber o esforço nos textos dos juristas para solucionar “casos-limites”, não importando sua aplicabilidade real. Isto é, o desenvolvimento de soluções jurídicas pelos juristas romanos não pode ser visto, automaticamente, como prova da ampla existência de determinada situação na realidade social. Desta maneira, poderíamos nos perguntar o quanto o desenvolvimento de uma categoria de trabalho unificada e autônoma no mecanismo jurídico analisado por Thomas tem relação com a realidade social, o quanto ela é relevante para aqueles interessados na História Social da Antiguidade, e não na História do Direito Romano ou do pensamento jurídico romano.

O historiador francês não é insensível a este questionamento. Ele afirma que qualquer abordagem quantitativista do Direito Romano seria equivocada, já que a maior ou menor presença de determinadas ideias, problemas ou soluções no *corpus* documental do Direito Romano nada quer dizer sobre suas frequências na

⁷⁷ Ibidem. p. 221.

⁷⁸ Ibidem. p. 219.

realidade social. Contudo, Thomas está mais interessado em mostrar que a partir de uma realidade fundamental da sociedade romana, o trabalho escravo, os juristas romanos foram capazes de pensar o Trabalho desta maneira. Por mais que esta forma se contraponha diretamente à forma corrente como o Trabalho era pensado naquela sociedade, trata-se inequivocamente de um indício de que a realidade era mais complexa do que as análises anteriores nos faziam acreditar.

Contudo, Yan Thomas não explora quais seriam as implicações para uma análise da realidade social romana que sua descoberta permitiria. Para realizar isso, contudo, acredito ser incontornável o desenvolvimento de uma reflexão teórica mais acurada, só permitida pelo ausente diálogo com a definição de Trabalho Abstrato em Marx. Portanto, cabe aqui voltarmos às reflexões teóricas realizadas acima, mas nos perguntando: o trabalho escravo possui particularidades que tornem necessárias a relativização da tese de inexistência do trabalho abstrato na Antiguidade Clássica?

Trabalho Escravo e Generalização do Trabalho Concreto

A resposta a este questionamento depende, obviamente, de uma definição da categoria escravo e das implicações desta definição para a análise do trabalho escravo. A definição mais corriqueira do que é um escravo costuma basear-se essencialmente no problema jurídico. Como define o Direito romano, o escravo é um homem que pelo *ius gentium* (direito dos povos) se torna propriedade de outro, contrariando a liberdade natural garantida pelo *ius naturale* (direito natural) ⁷⁹.

Porém, como argumenta o estudioso da escravidão Orlando Patterson, a ideia de propriedade como simples posse de uma coisa por uma pessoa, presente no direito romano e em toda a tradição jurídica ocidental baseada nele, é sociologicamente imprecisa. Isto porque não existem relações diretas entre pessoas e objetos simplesmente, mas relações entre duas ou mais pessoas envolvendo objetos. Em outras palavras, uma relação de propriedade nada mais é do que uma relação de poder entre diferentes pessoas acerca de um objeto. Desta

⁷⁹ BUCKLAND, William Warwick. **The Roman Law of Slavery: The Condition of the Slave in Private Law from Augustus to Justinian**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1.

maneira, a escravidão não pode ser definida meramente como uma relação de propriedade, mas por um conjunto de determinadas relações de poder.

Que relações de poder envolvem o escravo? As mais extremas possíveis: o poder de um senhor sobre seu escravo é, em sua essência, absoluto. Este poder absoluto do senhor só pode existir reduzindo-se o escravo à condição de ser humano essencialmente impotente, situação garantida pela extrema e violenta coerção imposta pela classe escravista aos escravos. Assim, a escravidão é uma relação de dominação extrema fundamentada na violência generalizada da coerção⁸⁰.

Os exemplos de violência contra os escravos nas fontes grecorromanas são inesgotáveis, mas podem ser todos sintetizados na ideia presente em um discurso do orador ateniense do século IV a.C. Demóstenes, no qual ele afirma que a diferença entre o homem livre e o escravo é que este responde com seu corpo à todas as ofensas⁸¹. A lógica dessa violência generalizada contra os escravos, para além do efeito imediato de controle social, é funcionar como um procedimento institucional de degradação da humanidade do escravo, criando a estigma que distinguirá os submetidos à escravidão do resto da comunidade⁸².

Estas ações coercitivas que estabelecem o poder absoluto de uma pessoa sobre outra, instaurando a relação senhor-escravo, só podem ser realmente efetivas se forem socialmente legítimas. Tal legitimação social é dada pelo recurso a diversos elementos de poder social que visam instituir uma *morte social* ao escravo. Isto é, para garantir o poder total sobre seu escravo, o senhor precisa que este seja totalmente desenraizado socialmente, que seja *alienado de suas relações sociais*. Isto é, após ser violentamente retirado de sua comunidade original no processo de escravização, o escravizado é inserido na nova comunidade sem contar com as relações prévias que ele construía em sua sociedade de origem. O símbolo máximo disto é a designação de um novo nome, determinado pelo seu senhor, e que muitas vezes pouco diz sobre suas origens reais. Não era incomum,

⁸⁰ PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 19-20, 42-43 e 52.

⁸¹ FINLEY, Moses I. **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 97.

⁸² Ibidem. p. 99.

por exemplo, que escravos das origens mais diversas recebessem nomes gregos em Roma.

Assim, a escravidão pode ser pensada como um processo social com diversas fases transitórias, tendo início pelo desenraizamento do escravo de suas relações sociais originais. O escravo torna-se escravo pela *alienação de suas relações sociais originais*, no momento da escravização, quando o ser humano a ser escravizado é retirado de seu mundo social original⁸³. A “morte social” precisa, no entanto, ser reforçada no processo de ressocialização deste escravo na nova sociedade na qual ele é inserido pelo escravizador. Este precisa limitar a ressocialização daquele, criando uma situação de *marginalidade institucionalizada*, na qual o escravo vive em uma dada sociedade sem conseguir se inserir plenamente nas relações comunitárias, sem sair desta posição marginal. O objetivo disto é tornar sua ressocialização também alienada, fazendo ela se construir através do senhor, que mediará as relações entre os “socialmente mortos” e os “socialmente vivos”⁸⁴.

O processo de ressocialização do escravo na nova sociedade é mais importante no processo escravista que o próprio problema de seu desenraizamento social inicial, de sua “morte social”⁸⁵. A (re)inserção do escravo na sociedade escravista é inevitável, dado que um escravo verdadeiramente apartado da sociedade teria poucas utilidades sociais para seu senhor. Por outro lado, o controle sobre esta socialização garante o poder do senhor sobre seu escravo. Assim, a escravização precisa romper os laços sociais que a pessoa escravizada tem originalmente e garantir que os novos laços sociais que o escravo construirá só surjam sob a mediação do senhor, pois isto cria o desenraizamento social que permite a construção da autoridade do senhor sobre o escravo, sustentado seu poder e dominação extremos. A condição social do escravo passa a depender, assim, de suas relações com o senhor e da mediação feita por este de suas relações com o resto da comunidade⁸⁶.

Um bom exemplo dessa necessidade de controle sobre as relações sociais dos escravos pelo senhor pode ser identificado no tratado de Catão. Ao listar as

⁸³ PATTERSON, O. Op. Cit., p. 65–68.

⁸⁴ Ibidem. p. 79–80.

⁸⁵ KOPYTOFF, I, Slavery. **Annual Review of Anthropology**. v. 11, n. 1, p. 207–230, 1982, p. 222.

⁸⁶ PATTERSON, O. Op. Cit., p. 249–250.

obrigações do escravo administrador da vila (*uilicus*), Catão demonstra uma preocupação acentuada em evitar que seus escravos estabeleçam relações sociais autônomas com a vizinhança da propriedade. Assim, Catão faz com que seja uma obrigação do administrador ser amigo apenas dos amigos do senhor, dar ouvidos apenas àqueles a quem o senhor permitiu e realizar apenas os rituais religiosos (certamente um mecanismo importante de interação comunitária) que o senhor permitisse⁸⁷.

O escravo deve ser, aos olhos da sociedade em que está inserido, um “estranho”, uma pessoa fora do grupo de referência da sociedade (seja qualquer a referência que for utilizada, de caráter político, cultural, religioso, étnico, ou qualquer outro). Isto o exclui não só de certa identidade do grupo, mas de uma dimensão fundamental da vida social deste grupo. Mesmo quando alguém originalmente pertencente à sociedade é escravizado, ele é transformado de alguma maneira em um “estranho”⁸⁸. Obviamente, esta socialização marginalizada do escravo por parte da sociedade é um processo social dinâmico, conflituoso e revela contradições fundamentais – e não se deve perder nunca de vista o quanto ela é incompleta na realidade histórica⁸⁹, sob o risco de se tomar como fato histórico a idealização dos exploradores.

Esta forma bastante singular de sociabilidade ensejada pela relação escravista é o elemento chave para entender tal forma de dominação. A partir disso, podemos avaliar comparativamente o trabalho escravo e a “dupla liberdade” do trabalho assalariado, o que nos dará elementos para refletir sobre o problema do Trabalho Abstrato. Em primeiro lugar, é óbvio que os escravos não têm a liberdade de disposição de suas pessoas. Eles são propriedade de seus senhores, aqueles que de fato dispõem livremente das pessoas dos escravos. Contudo, os

⁸⁷ CATÃO, Op. Cit., V.

⁸⁸ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 39–40.

⁸⁹ Os estudos sob a presença de elementos africanos de sociabilização entre os escravizados nas Américas foram um caminho importante de crítica à formulação de Patterson. Ver, por exemplo, SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Para o mundo antigo, Kostas Vlassopoulos tem feito trabalho importante de mostrar as relações comunitárias dos escravos atenienses, o que acaba contribuindo para uma crítica na mesma direção. VLASSOPOULOS, Kostas. “Two Images of Ancient Slavery: The ‘Living Tool’ and the ‘Koinônia’.” In **Sklaverei Und Zwangsarbeit Zwischen Akzeptanz Und Widerstand**. Olms Verlag, 2011.

meandros do pensamento jurídico romano sobre o trabalho escravo, analisados por Thomas, servem de pista para percebermos um fato interessante.

Por terem sua sociabilidade limitada e controlada pelo senhor, os escravos estão sujeitos a uma “liberdade” que os distingue de outras situações sociais pré-capitalistas: eles estão “livres” (isto é, expropriados) das relações comunitárias de produção. Melhor dizendo, a dominação escravista tenta impor aos escravos tal “liberdade/expropriação”, sendo que na prática esta situação é muito mais conflituosa e contraditória. De qualquer maneira, no mesmo nível em que a dominação escravista consegue impor a “morte social” ao escravo, ele se torna apartado das relações comunitárias que fundamentam a produção social.

Essa supressão (parcial, não podemos esquecer) dos laços comunitários imposta pela dominação escravista torna (no nível em que tal supressão for bem-sucedida) o trabalho escravo individual e privado. Esta é uma situação totalmente singular dentre as formas de trabalho tipicamente pré-capitalista. Pelo mesmo motivo o trabalho escravo pode ser mercantilizado enquanto uma entidade jurídica específica, como bem identifica Thomas no Direito Romano, de maneira privada e independente *por seu proprietário*.

Esta parece ser a armadilha que faz Yan Thomas confundir a situação do trabalho escravo com o desenvolvimento de uma concepção abstrata do trabalho. Esta confusão pode ser sintetizada na frase de Marx citada acima sobre a diferença da disposição a ser empregado e disposição a se empregar. Os escravos têm seu trabalho empregado livremente pelos seus proprietários, enquanto o proletariado se vê obrigado a empregar seu trabalho “livremente” por causa de sua separação dos meios de produção. Portanto, para entender esta diferença, precisamos analisar a “segunda” liberdade de que fala Marx: a relação entre produtores diretos e seus meios de produção.

Marx afirma que a separação entre as “condições inorgânicas da existência humana” e a “existência ativa” não existe na escravidão. O escravo torna-se, para a comunidade na qual ele se insere, uma condição inorgânica da produção, tal qual o gado ou o solo. Ou seja, mais do que expropriado dos meios de produção, o escravo é convertido em meio de produção inorgânico. É verdade que isto só pode ocorrer, como o próprio Marx identifica, porque “o escravo carece de qualquer espécie de

relação com as condições objetivas do seu trabalho”⁹⁰. Isto é, parece-me razoável afirmar que a escravidão, de alguma maneira, é uma expropriação não só dos meios de produção, mas, em certo grau, das próprias relações sociais do produtor direto. Porém, esta expropriação é bastante limitada se comparada à plena expropriação sofrida pelos produtores diretos no processo de surgimento do proletariado capitalista.

É por causa desta expropriação plena dos produtores diretos, que se reproduz pelo próprio processo de funcionamento do Capital⁹¹, que o Trabalho se torna a forma de mediação não mais apenas da interação homem-natureza, mas também das relações sociais de maneira ampla de toda a sociedade⁹². A partir daí, surge uma nova forma histórica de interdependência social na qual os trabalhos privados só satisfazem as necessidades de seus próprios produtores se forem permutáveis por todas as outras espécies de trabalho privado⁹³.

Os escravos, por sua vez, não entram em contato social por meio da troca dos produtos de seus trabalhos privados e independentes. Enquanto produtores diretos, não é o Trabalho o elemento de mediação social dos escravos com a sociedade. Pelo contrário, suas relações sociais estão mediadas pela relação de dominação imposta a eles pela classe escravista, não pelo seu trabalho social. Este fato impossibilita que a partir do trabalho escravo desenvolva-se o Trabalho Abstrato, se nos mantivermos fiéis ao uso marxiano do termo. Contudo, não se deve perder de vista que as singularidades do trabalho escravo dentro do contexto pré-capitalista, identificadas acima, estimulam realmente uma *generalização do trabalho concreto* em níveis mais profundos do que outras condições sociais tipicamente pré-capitalistas. É este o fato, na verdade, que a detalhada análise de Yan Thomas é capaz de mostrar com extremo rigor.

Em síntese, argumento aqui que um aspecto sociológico central da escravidão enquanto forma de dominação e subordinação social, conforme descrito por Orlando Patterson, gera uma forma específica de generalização dos trabalhos

⁹⁰ MARX, K. *Grundrisse*. p. 401.

⁹¹ MARX, K. *O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 2*. p. 262.

⁹² POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

⁹³ MARX, K. *O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital. Vol. 1*. p. 72.

concretos. A tendência de expropriação das relações sociais de produção dos produtores diretos submetidos a essa forma de trabalho compulsório acaba por fazer do trabalho escravo um trabalho organizado de forma privada e individual – ainda que não pelo trabalhador, mas por aquele que lhe submete a esta condição social. Por conta disso, o trabalho escravo é, segundo meu argumento, uma forma de trabalho especialmente profícua a gerar generalizações de trabalhos concretos⁹⁴, uma realidade que não lhe é, porém, exclusiva.

Trabalho compulsório, escravização e a Generalização do Trabalho Concreto

Meu argumento neste texto depende de uma filiação específica a uma linha argumentativa dentro do campo da sociologia histórica da escravidão. Esta linha reconhece uma diferença importante entre a escravidão e outras formas de trabalho compulsório e de subordinação e dependência pessoal. Apresentei acima a formulação desta perspectiva por Orlando Patterson, aquela que acredito ser a forma mais desenvolvida e bem-acabada desta perspectiva. Patterson, a meu ver, corrige alguns erros de rota da abordagem seminal desta linha, de Moses Finley, evitando uma visão míope eurocêntrica sobre sociedades escravistas históricas. Ele mantém, contudo, o centro do argumento de Finley: a existência de uma série de características sociológicas específicas que diferenciam a escravidão de outras formas de trabalho compulsório ou de subordinação e dependência pessoal.

Existe, porém, uma série de estudos nas últimas décadas que, de maneiras diferentes, tentam mostrar que essa divisão muito rígida nos atrapalha a entender determinadas realidades históricas mais do que nos ajudar a ser conceitualmente rigorosos. Como bem demonstra Carlos Garcia MacGaw a partir do exemplo dos *serui quasi coloni* romanos, a escravização é uma ferramenta para a imposição de subordinação social extremamente flexível e que não cria por si só formas

⁹⁴ Sem usar a terminologia que aqui proponho, “generalização de trabalhos concretos”, Jacques Annequin aponta para conclusão similar a que estou propondo aqui. ANNEQUIN, Jacques. Travail, rente, esclavage dans les sociétés de l’Antiquité. In: GARCIA MACGAW, Carlos; GALLEGU, Julián; CAMPAGNO, Marcelo (orgs.). **Rapports de subordination personnelle et pouvoir politique dans la Méditerranée antique et au-delà**. XXXIVe Colloque International du GIREA - IIIe Coloquio Internacional del PEFSCA. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2013. p. 27.

específicas de organização e exploração do trabalho⁹⁵. Ou como também mostra muito bem David Lewis, diversas formas de subordinação pessoal existentes em diferentes cidades gregas não são facilmente categorizáveis em linhas tão rígidas⁹⁶.

A escravidão pode existir, portanto, em realidades sociais e econômicas muito diversas e não existe uma linha de distinção entre ela e outras formas de trabalho compulsório tão clara como aquela abordagem sociológica preconizava. A análise concreta de realidades históricas específicas demanda, sem sombra de dúvidas, uma percepção menos rígida nessa diferenciação – e talvez até mesmo o reconhecimento de que a escravidão faz parte organicamente de um amplo conjunto de realidades de dependência pessoal que marcam a realidade pré-capitalista⁹⁷. Meu argumento neste texto deveria ser, então, expandido para todas as formas de trabalho compulsório e de dependência e subordinação pessoal? Jacques Annequin mostra, justamente, que a valoração, nomeação, medição e organização do trabalho para além da diversidade das especializações laborais (em resumo, o que chamei neste artigo de generalização dos trabalhos concretos) pode aparecer em diversos sistemas de dependência⁹⁸ – e mesmo Marx, como citei acima, já havia relacionado o trabalho compulsório com algum nível de generalização dos trabalhos concretos⁹⁹. O controle destes trabalhadores subordinados e a necessidade de organizar sua exploração é a chave para este desenvolvimento sobre o resultado de seu trabalho.

Acredito, porém, que dentro deste cenário geral, existem particularidades específicas a serem recuperadas diante da realidade escravista. A escravidão precisa ser pensada como uma dinâmica social, ou como um processo – e não como estatuto social¹⁰⁰. É assim que suas especificidades serão reconhecidas diante do contexto geral das formas de trabalho compulsório e de dependência e

⁹⁵ GARCIA MACGAW, Carlos. Los servi quasi coloni y la renta esclava. In: GARCIA MACGAW, Carlos; GALLEGO, Julián; CAMPAGNO, Marcelo (orgs.). **Rapports de subordination personnelle et pouvoir politique dans la Méditerranée antique et au-delà**. XXXIVe Colloque International du GIREA - IIIe Coloquio Internacional del PEFSCA. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2013.

⁹⁶ LEWIS, D. Op. Cit., p. 72-76.

⁹⁷ STE. CROIX, Geoffrey Ernest Maurice De. **The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

⁹⁸ ANNEQUIN, J. Op. Cit., p. 24.

⁹⁹ MARX, K. **Grundrisse**. p. 58.

¹⁰⁰ JOLY, F. D. Op. Cit., p. 21-25.

subordinação pessoal. De certa maneira, esta abordagem já estava prevista na própria forma como Patterson define a relação social escravista – ainda que seja uma ideia que aparece com mais centralidade em outros autores que empreenderam sociologias históricas da escravidão, como Igor Kopytoff¹⁰¹ e Joseph Miller¹⁰². Mais do que *escravidão*, enquanto uma situação social estática, a realidade do escravismo precisa ser entendida a partir da ideia de *escravização*, uma situação social processual e dinâmica. A *escravização*, como demonstra bem Miller, pode assumir formas extremamente diversas na história, e dessa maneira pode se relacionar com condições sociais as mais diversas – que dentro da classificação sociológica mais tradicional da linha finleyniana, não seriam enxergadas como formas verdadeiras da *escravidão-mercadoria*.

Acredito, contudo, que a forma como Patterson define a relação social escravista mantém os pontos centrais para pensarmos o problema da *escravização*. O processo de *escravização* ocorre quando uma pessoa é violentamente retirada de sua inserção social no mundo e reinserida socialmente em outra rede de relações sociais, na qual a subordinação e violência são elementos centrais. Isto é, o processo de *escravização* é aquilo que Patterson chamou de alienação das relações sociais do escravizado – ou, *morte social*. O processo que se inicia com esta ruptura pode se desenrolar de maneiras diversas e pode gerar situações sociais e de relações de trabalho muito diversas. Os críticos da abordagem finleyniana da sociologia histórica da escravidão têm razão em apontar isso. Contudo, isso não muda o fato de que dentro da diversidade histórica das formas de trabalho compulsório e de subordinação e dependência pessoal, este processo de *escravização* tem papeis e importâncias diferentes. E naquelas em que este papel é maior, o grau de expropriação dos produtores diretos de suas relações comunitárias de produção é maior. Mais do que uma caracterização essencial, aquilo que acima chamei de “trabalho escravo” deve ser entendido, portanto, como uma posição dentro do processo de expropriação das relações comunitárias de produção.

¹⁰¹ KOPYTOFF, I. Op. Cit.

¹⁰² MILLER, Joseph C. **The Problem of Slavery as History: A Global Approach**. Yale University Press, 2012.

Dentro do argumento que apresentei acima, portanto, as situações de trabalho compulsório e de subordinação e dependência pessoal em que a escravização tem papel mais central são especificamente mais propícias ao aparecimento de generalizações do trabalho concreto. Essa especificidade provém da forma específica de alienação das relações sociais imposta pelo processo de escravização. A posição social assumida pelos trabalhos realizados por produtores explorados desta maneira é mais propícia à generalização dos trabalhos concretos por impor aos produtores diretos uma expropriação das suas relações comunitárias de produção. Não por acaso, o exemplo limite encontrado por Thomas para descrever este fato é o de escravos individualmente alugados por seus senhores para outrem, caso extremo dessa expropriação das relações comunitárias de produção.

Bibliografia

ANNEQUIN, Jacques. Travail, rente, esclavage dans les sociétés de l'Antiquité. *In*: GARCIA MACGAW, Carlos; GALLEGRO, Julián; CAMPAGNO, Marcelo (orgs.). **Rapports de subordination personnelle et pouvoir politique dans la Méditerranée antique et au-delà**. XXXIVe Colloque International du GIREA - IIIe Coloquio Internacional del PEFSCEA. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2013.

ARISTÓTELES. **Econômicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BUCKLAND, William Warwick. **The Roman Law of Slavery: The Condition of the Slave in Private Law from Augustus to Justinian**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CATÃO, Marco Pórcio. **Da agricultura**. Tradução, apresentação e notas: Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos deveres**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FINLEY, Moses I. **A Economia antiga**. Lisboa: Afrontamento, 1986.

_____. **Escavidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GARCIA MACGAW, Carlos. Los servi quasi coloni y la renta esclava. *In*: GARCIA MACGAW, Carlos; GALLEGRO, Julián; CAMPAGNO, Marcelo (orgs.). **Rapports de subordination personnelle et pouvoir politique dans la Méditerranée**

antique et au-delà. XXXIVe Colloque International du GIREA - IIIe Colóquio Internacional del PEFSCEA. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2013.

_____. A economia escravista romana. Reflexões sobre conceitos e questões de números na historiografia do escravismo. *In*: BASTOS, Mário Jorge; DAFLON, Eduardo; FRIZZO, Fábio; *et al* (Orgs.). **O précapitalismo em perspectiva. Estudos em Homenagem ao prof. Ciro F.S. Cardoso.** Rio de Janeiro: Ítaca, 2015.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga”. **Politeia: História e Sociedade** 3, nº 1, p. 41-61, 2003.

GODELIER, Maurice. **The Mental and the Material. Thought Economy and Society.** London; New York: Verso, 1986.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias.** Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2006.

HORDEN, Peregrine, PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History.** Oxford: Blackwell, 2000.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura.** São Paulo: Alameda, 2005.

KOPYTOFF, I. Slavery. **Annual Review of Anthropology**, v. 11, n. 1, p. 207–230, 1982.

LEWIS, David M. **Greek Slave Systems in Their Eastern Mediterranean Context, c.800-146 BC.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital.** Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital. Livro I: O processo de produção do Capital.** Vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. Introdução. *In*: **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MILLER, Joseph C. **The Problem of Slavery as History: A Global Approach.** Yale University Press, 2012.

- PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo: Edusp, 2008.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- PLATÃO. **As Leis**. Trad. Edson Bin. Bauru: Edipro, 1999.
- PLAUTO. **O Mercador**. Tradução Aires Pereira de Couto. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume Editora, 2017.
- POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- SALÚSTIO. **A conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta**. Introd. e trad. Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes. 1990
- SCHIAVONE, Aldo. **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**. São Paulo: EdUSP, 2005.
- SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- STE. CROIX, Geoffrey Ernest Maurice De. **The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- THEBERT, Yvon. O escravo. In: GIARDINA, Andrea (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- THOMAS, Yan. Travail incorporé dans une matière première, travail d'usage et travail comme merchandise. Le Droit comme matrice des catégories économiques a Rome. In: ANDREAU, Jean; FRANCE, Jérôme; PITTIA, Sylvie (Orgs.). **Mentalités et choix économiques des Romains**. Paris: Diffusion de Boccard, 2004.
- VERNANT, Jean Pierre. Aspectos psicológicos do Trabalho na Grécia Antiga. In: VIDAL-NAQUET, Pierre; _____. (Orgs.). **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papirus, 1989.
- _____. Trabalho e Natureza na Grécia Antiga. In: VIDAL-NAQUET, Pierre; VERNANT, Jean Pierre (Orgs.). **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papirus, 1989.

VLASSOPOULOS, Kostas. Two Images of Ancient Slavery: The 'Living Tool' and the 'Koinônia'. *In: Sklaverei Und Zwangsarbeit Zwischen Akzeptanz Und Widerstand*. Olms Verlag, 2011.

XENOFONTE. **Econômico**. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZELIN, K. Princípios de classificação morfológica das formas de dependência. *In: ANNEQUIN, Jacques; CLAVEL-LEVÊQUE, Monique; FAVARY, F. (Orgs.). Formas de exploração do trabalho e relações sociais na antiguidade clássica*. Lisboa: Estampa, 1978.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Instituto Federal Fluminense, Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé.
Rodovia Amaral Peixoto Km 164
Imboassica
27932050 - Macaé, RJ - Brasil

Recebido: 12/12/2019
Aprovado: 20/12/2019

CRIOLIZAÇÃO E GÊNERO EM PERSPECTIVA COMPARADA: OS CASOS DE ANALJA E DE LUEJI NAS MITOLOGIAS SONINQUÊS E LUNDAS

Rodrigo Castro Rezende¹

Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas nos papéis sociais de gêneros nos Impérios de Gana e de Lunda, a partir de dois mitos distintos: Samba Gana e Lueji. No primeiro, analisarei o caso da personagem Analja e, no dos lundas, a personagem principal, Lueji. Em ambos os casos, levantei a hipótese de que tais transformações tenham ocorrido através de um longo contato com povos “estrangeiros”, fomentando assim dois processos de crioulizações. É possível que a queda de Gana e o surgimento de Mali, com características mais islamizadas e centralizadoras tenham influenciado o papel da figura feminina entre os soninquês. Já no caso de Lunda, a absorção de um modelo político centralizador e expansionista parece ter acentuado as condições de submissão das mulheres. Assim, as personagens Analja e Lueji, que aparecem nos mitos, representariam as situações das mulheres de Gana e de Lunda.

Palavras-chaves: Mitologias soninquês e lundas; processos de crioulizações; gênero

CREOLIZATION AND GENDER IN A COMPARED PERSPECTIVE: THE ANALJA AND LUEJI CASES IN SONINKE AND LUNDAN MYTHOLOGIES

Abstract: The goal of this paper is to analyze the changes in gender roles in the Gana and Lunda Empires, based on two distinct myths: Samba Gana and Lueji. In the first, I will analyze the case of the character Analja and, in the case of the lundas, the main character, Lueji herself. In both cases, I hypothesized that such transformations occurred through long contact with “foreign” peoples, thus fostering two processes of creolization. It is possible that the fall of Ghana and the rise of Mali, with more Islamized and centralizing characteristics, influenced the role of the female figure among the Soninke. In Lunda’s case, the absorption of a centralizing and expansionist political model seems to have accentuated women’s conditions of submission. Thus, the characters Analja and Lueji, which appear in the myths, would represent the situations of the women of Ghana and Lunda.

Keywords: Soninke and Lunda Mythologies; Processes of Creolization; Gender

Introdução

A perspectiva comparada da História, de acordo com Marcel Detienne, perpassa quatro terrenos por excelência: 1 – a definição de lugar; 2 – a historicidade dos povos; 3 – a experiência política, moldada não apenas pelo Estado, mas também pelas “pessoas comuns”; e 4 – as religiões politeístas que sustentam seu relatos nas mitologias e que influenciam “o conjunto das atividades sociais”.²

¹ Email: rodcastrorez@gmail.com

² DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 14-15.

Ao se enveredar pelo campo dos sistemas politeístas comparados, o helenista e filólogo belga volta sua atenção para questões pertinentes das mais diversas sobre a comparação dos mitos. Detienne não apenas manifesta a sua intenção de desenvolver uma “comparação politeísta experimental”, mas também afirma que não há razão para celebrar a incompatibilidade em comparar conjuntos simbólicos aparentemente distantes no tempo e no espaço, i.e., as analogias dos mitos são pertinentes para todos aqueles que se debruçam sobre a questão.³

Estudioso de mitologias comparadas, Joseph Campbell acaba por avaliar algo próximo ao de Detienne. Explica Campbell que ao se verticalizar os estudos sobre a mitologia comparada, estaria cotejando “[...] as imagens de um sistema com as de outro e ambos se iluminam, porque um acentuará e dará uma expressão mais clara ao significado do outro, e assim sucessivamente. Eles se esclarecem uns aos outros”.⁴

Assim, utilizando das afirmações feitas por Detienne e por Campbell tentarei descortinar dois mitos dos povos do continente africano – “Samba Gana” e “Lueji”, que pertencem, respectivamente, aos povos soninquês e lundas –, através da contraposição de ambos. Com isso em mente, o objeto central para o presente artigo será o de trazer à baila os processos de crioulizações dos dois mitos em apreço e, a partir daí, investigar a mudança dos papéis das mulheres nestas sociedades.

O mito de Samba Gana foi extraído do livro de Léo Frobenius, “A Gênese Africana: contos, mitos e lendas da África”, que também traz as mitologias dos povos cabilas, fulas e “rodesianos do Sul”.⁵ Dentre as mitologias soninquês tratada por Frobenius há, além do mito de “Samba Gana”, outros três: “O alaúde de Gassire”, “a redescoberta de Uagadu” e “a luta com o dragão Bida”. Na obra, o mito de Samba Gana seria o quarto e último apresentado, dando fim à saga dos povos

³ Ibidem. p. 93-102.

⁴ CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990. p. 238.

⁵ Leo Frobenius, nasceu em Berlim e faleceu no Lago Maggiore (1873-1938), era arqueólogo de formação, teve a obra preparada por Douglas C. Fox e publicada um ano antes de falecer. Frobenius foi um dos primeiros ou o primeiro a contradizer que a África era despossuída de História. Ver: FROBENIUS, Leo. **A gênese africana – contos, mitos e lendas da África**. São Paulo: Landy Editora. 2005. p. 14.

soninquês em sua relação com a cidade sagrada de Uagadu e, portanto, indica o declínio do Império de Gana.

Neste ponto cabe discutir uma questão de grande alcance para o presente artigo: o conceito de “biblioteca colonial” fomentado por Valentin Yves Mudimbe. Para esse filósofo do Congo, haveria um duplo aspecto a ser analisado nos escritos sobre o continente africano e no qual Frobenius se insere: as perspectivas difusionistas e etnocêntricas. No primeiro caso, haveria um cadinho ideológico fomentado através de uma falsa ideia de “primitivismo africano”, que, por vezes, enfatizou certa historicidade comum aos homens. Assim, a “ideia de África” seria construída através de um processo difusor da inferioridade do continente frente à projeção de evolução europeia. Por outro lado, a visão etnocêntrica procura desenvolver uma ciência sobre os “africanos” e para a “África” através de pressupostos epistemológicos ocidentais.⁶ A consequência final de “A Gênese Africana”, de Frobenius, seria a contribuição “[...] para uma curiosidade científica ao transferir narrativas do seu contexto e língua originais para uma língua europeia e enquadramento conceptual. [Desse modo,] Tornam-se depois fórmulas de uma tese difusionista.⁷

Achille Mbembe, do modo análogo ao de Mudimbe, discorre sobre a existência de três formas discursivas para a “inscrição do africano no mundo”: o “nativista”, que fomentava um ideal de identidade africana balizada pela ideia de raça negra; o instrumentalista, que utiliza de categorizações marxistas e nacionalistas, cuja retórica de resistência e emancipação legitima um discurso “africano autêntico”; e, por último, o de degradação histórica formado a partir do tripé: escravidão, colonização e *apartheid*, que encarcerou o “sujeito africano” em um status de infinita humilhação, desenraizamento e sofrimento, tornando-o um cadáver social através da negação de sua própria dignidade e dano psíquico. Para o autor, havia em cada um desses discursos a nefasta ideia de vitimização do “sujeito africano”.⁸

⁶ MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013. p. 36-40.

⁷ Ibidem. p. 225.

⁸ MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**. Salvador: UFBA, Ano 23, nº 1, p. 172-209, 2001.

No entanto, os escritos de Mudimbe sobre a “ideia de África” também fizeram com que alguns pesquisadores questionassem a noção ou a visão simplista do reducionismo do continente africano engendrada à epistemologia ocidental. Ngũgĩ wa Thiong’o estabelece uma visão plural de África, i.e., de “Áfricas”, afirmando que os múltiplos entendimentos sobre o que seria a “África” são próprios das historicidades dos observadores. Assim, a representação auferida ao continente seria, de forma embrionária, pensada pelos próprios “africanos” em diáspora, que retornaram à “África” e percebiam o continente como um todo, tendo uma noção mais clara sobre “ideia da África” do que os próprios europeus⁹.

Ifi Amadiume tece críticas mais diretas ao trabalho de Mudimbe. Amadiume explica que a “ideia da África” não nasce no período imperialista europeu e surge com esse caráter racialista, mas tem suas raízes na Antiguidade Clássica, sobretudo com os gregos e romanos. Além disso, Mudimbe divorciou os contextos histórico e sociológico da época do imperialismo. Em outras palavras, parece ter feito uma análise um tanto quanto anacrônica do processo. Com relação ao modelo epistemológico ocidental adotado para se analisar o continente africano e que foi tão apaixonadamente criticado por Mudimbe, Amadiume esclarece que o próprio autor é totalmente dependente da epistemologia ocidental em sua “África inventada pela Europa” e seus principais “gurus” foram Michael Foucault e Claude Lévi-Strauss. Por último, Amadiume afirma que Mudimbe, ao resumir séculos de história dos povos africanos à relação com os europeus e com a epistemologia europeia, acaba forjando uma visão eurocêntrica centrada tão-somente nas relações entre os europeus e os “africanos” no continente denominado de África.¹⁰

De minha parte, a questão seria um pouco menos melindrosa. É público e notório que Frobenius faz uso de termos ocidentais para descrever os mitos que compilou, mas nem por isso a obra perde o seu valor histórico e deixa de ser uma fonte crível. Cabe ao historiador apontar os problemas e levantar hipóteses capazes de explicar as “infestações ocidentais” nas tradições orais colhidas por

⁹ THIONG’O, Ngũgĩ wa. Lembrando da África: memória, restauração e renascimento africano. In: LAUER, Hellen e ANYIDHO, Kofi (Org). **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, V.4, p. 2663-2692, 2015, p. 2666-2667.

¹⁰ AMADIUME, Ifi. **Re-inventing Africa: matriarchy, religion and culture**. London and New York: Zed books Ltd, 1997. p. 2-4.

Frobenius, autorizando os escritos dele enquanto fonte. Creio outrossim, que Frobenius tenha traduzido os mitos visando a leitura de um público acadêmico ocidental. Assim, faria sentido para o seu período distorcer determinados termos ou mesmo os apresentar de forma linear e generalizantes. Afinal, ele estava a explicar a “África” para o ocidente e não a “África” para os “africanos”.

Retornando aos mitos, no caso do de Lueji, retirei-o de inúmeros autores, em versões mais ou menos uniformes, como em Pepetela¹¹, em Alberto da Costa e Silva¹², em Elikia M’Bokolo¹³ e em Manuela Palmeirim¹⁴. Dentre os autores citados, há os que descreveram o mito através do conhecimento adquirido em registros escritos e os que foram “direto à fonte”, e o extraíram dos sábios locais. O interessante de ambos os casos é que a maior diferença está restrita em questões metodológicas e o mito não apresentou nenhuma dessemelhança de estrutura entre os autores.

Tentando trilhar um caminho que me leve a comparação entre Samba Gana e Lueji, partirei da discussão mais geral sobre os mitos e os seus usos dentro das diversas tradições orais dos povos do continente africano. Desde que esse “tipo de fonte” foi “descoberta” nos idos da década de 1950, uma quantidade expressiva de trabalhos tem sido publicada em diversas pesquisas acadêmicas, sobretudo, as que levam em consideração a denominada “História da África”.¹⁵

Ainda dentro de um propósito teórico-metodológico, debruçar-me-ei sobre um breve resumo das histórias dos soninquês e dos lundas, tentando avaliar suas sociedades, visões cosmogônicas, noção de poder político e como se formaram.

Ao findar essa exposição, farei um breve resumo sobre os dois mitos. Estes mitos sofreram influências dos contatos com povos distintos ou, de outro modo, aparecem nas tradições orais dos soninquês e dos lundas, informando como tais contatos aconteceram.

¹¹ PEPETELA, Lueji, **o nascimento de um império**. São Paulo: LeYa, 2015.

¹² SILVA, Alberto da Costa. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: EDUSP, 1996.

¹³ M’BOKOLO, Elikia. **África negra história e civilizações**. Tomo I. Salvador: Casas da África, 2008.

¹⁴ PALMEIRIM, Manuela. Paradoxos, fluidez e ambiguidade do pensamento simbólico (o caso ruwund): para uma crítica a alguns modelos de análise. **Etnográfica**. Lisboa: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, p. 353-368, 2008.

¹⁵ BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: o desafio da História Regional**. CEEA. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2000.

Posteriormente, apresentarei o do conceito de criouliização que será adotado no presente trabalho. Em termos gerais, o termo tem grande ambivalência, podendo se referir, de modo geral, as “miscigenações” culturais de povos de diferentes matizes, ocorrendo em qualquer parte do globo.

Em conjunto ao debate sobre criouliização, discutirei sobre a questão de gênero tanto no ocidente quanto no continente africano. A minha intenção será a de demonstrar como a matrilinearidade de vários povos que viviam no continente africano foi decisiva em ambos os mitos e estes podem demonstrar uma possível sobreposição de gêneros.

Por último, analisarei duas personagens que aparecem nos mitos aludidos acima: Analja, que está no de Samba Gana, e Lueji, presente nas tradições orais dos lundas. A reflexão que me permito inserir orbitará os papéis sociais desempenhados por estas duas mulheres em suas respectivas mitologias, mas tendo como escopo maior a análise do papel feminino entre os soninquês e os lundas.

O presente artigo, por todas as questões apresentadas até aqui, revela certo ineditismo ao colocar em foco as questões sobre gênero, mitologias dos povos do continente africano e processo de criouliização em uma perspectiva comparada. Assim, ao investigar as trajetórias de Lueji e de Analja, e supondo que as demais mulheres dos povos lundas e soninquês passavam por transformações análogas, senão idênticas, estou me debruçando no método indiciário de Ginzburg.¹⁶

Os mitos contidos nas tradições orais

As histórias míticas envolvem uma série de manifestações de ordens religiosa, moral e real que os leitores devem capturar de forma sóbria para o entendimento e para a apreensão dos significados delas. Sendo assim, os mitos se relacionam a duas dimensões distintas, mas não autoexcludentes: a fictícia e a real.¹⁷

¹⁶ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 157.

¹⁷ ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 11-12. ; VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mito e política**. São Paulo, Edusp, 2009. p. 230.

Obviamente, os mitos são metáforas explicativas sobre um dado fato, que se tornam reais nas sociedades em que os fomentam e os propagam, pois ao mito se alia o aspecto religioso (comumente denominado de místico) que tenta dar ao mesmo um sentido de veracidade incontestável. Contudo, a conexão religiosa não descarta sua propriedade explicativa de objeto histórico, mas tão-somente altera o modo como o historiador deve ler e interpretar o mito, uma vez que este se torna uma fonte específica e, portanto, necessita de métodos diferenciados de análise.¹⁸ Em resumo, malgrado os mitos sejam campos férteis para a investigação das balizas culturais de qualquer sociedade¹⁹, há de se empenhar no seu entendimento e no que se pode retirar.

Clyde Ford explica que há nos conjuntos míticos de que dispõem os diversos povos africanos a ideia de propagação, através das tradições orais, e de originalidade ou de antedecência em relação a outros povos²⁰. No entanto, mesmo que os mitos e seus símbolos apareçam de formas análogas entre os povos que se situam em pontos geográficos muito distantes do mundo e sem contatos diretos, pelo menos não relatados, seus significados são, não raro, distintos entre si. Isso se dá porque povos diferentes apresentarem cosmogonias diversas.²¹

Retornando ao que foi escrito por Ford, ressalto que dentro da tradição oral toda narrativa mítica traz em seu bojo “continuidades e inovações”, pois há transformações sociais que motivam interpretações distintas, alcançando assim a importância contemporânea para os que estão envolvidos e não para aqueles que estavam no ato praticado²². Em outras palavras, a tradição oral e os mitos narrados por ela exprimem os valores contemporâneos dos que participam do ritual e não os que existiam quando tais descrições foram gestadas. Por mais extravagantes que possam parecer a autenticidade e o valor históricos dos mitos há de se valer de suas idiossincrasias sociais ou, como escreveu Barry, seria o mesmo que adentrar

¹⁸ FORD, Clyde W. **O herói com rosto africano: mitos da África**. São Paulo: Summus, 1999. p. 43

¹⁹ CAMPBELL, Joseph. **As transformações do mito através do tempo**. 2 Ed. São Paulo: Cultrix, 2015. p. 7.

²⁰ FORD, C. Op. Cit., p. 43

²¹ CAMPBELL, J. Op. Cit., p. 67.

²² ADÉKÒYÁ, Olùmúyiwá Anthony. Yorùbá: Tradição Oral e História. São Paulo: Editora Terceira Margem, 1999. p. 126.

no “mundo psicológico” do povo envolvido.²³ Em suma, poderia ocorrer de em um mito aparecer valores culturais surgidos de contatos com outros povos que não estavam na versão original. É essa dinâmica que faz do mito e da tradição oral coisas vívidas e, desse modo, humanas. Obviamente, a tradição oral tem seus limites, mas não pode ser descartada enquanto fonte histórica.

Amadou Hampâté Bâ diagnosticou que o “verdadeiro” entendimento do “História da África” passava pela necessidade do conhecimento e da utilização da tradição oral, enquanto fonte própria e legítima dos povos que habitam o continente. A percepção ocidental de que livros, ou melhor, de que documentos escritos seriam a única forma de se conhecer a História ou de se fazer História, não se aplica ao continente africano.²⁴

O ponto de vista desse autor é de que não há uma hierarquia entre as denominadas fontes escritas e orais, já que ambas são passíveis de serem tanto adulteradas e interpretadas, quanto de trazerem aspectos “fidedignos” dos fatos, pois há nas tradições orais um caráter sagrado e, portanto, social. Além disso, as tradições orais não se resumem a histórias e lendas, i.e., relatos históricos e mitológicos, mas não dissociam o espiritual do sagrado. A tradição oral é, ao mesmo tempo, religião, conhecimento, arte, história, divertimento etc.²⁵

As sociedades do continente africano vivenciam essas tradições e, por isso, trazem algo vivo de si mesmas através da oralidade. Os fatos e os relatos são transmitidos de forma geracional, unindo as comunidades em um cordão que vai de um período imemorial até o atual e se fazendo sentir a todo momento. Seria como se os ancestrais se fizessem presentes na vida de cada membro da sociedade desde sua tenra infância. Assim, a tradição oral traz consigo os fatos, narrados como metáforas, mas que são tão válidos para os presentes como um documento escrito.

É bem possível que tenha sido Jan Vansina o primeiro a propor metodologias para os historiadores utilizarem a tradição oral enquanto fonte histórica. Vansina, ao se referir à tradição oral, descreve como determinadas

²³ BARRY, B. Op. Cit., p. 35-36.

²⁴ BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2 Ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-168.

²⁵ Ibidem. p. 169.

nuances extrapolam os apriorismos da historiografia ocidentalizada, cuja documentação escrita pode ser limitada. Ou seja, um documento escrito pode, ou não, ser relevante para “dissecar” a tradição oral de um determinado povo, mas não invalida os mitos e as formas explicativas ali presentes.²⁶

Como a tradição oral é transmitida verbalmente e é socialmente construída, forma-se uma cadeia de testemunhos que tem como escopo a memorização do evento ocorrido. O historiador deve entender a estrutura e o significado da cadeia, relacionando-os com o caráter histórico do testemunho. Assim como acontece com fontes escritas, o historiador que trabalha com os mitos existentes nas tradições orais deve atentar para o fato de o documento fazer parte de, e ser produzido por, uma dada sociedade, e, desse modo, de não ter sido fomentado de forma neutra.²⁷

Em suma, há certa validação das tradições orais e, por extensão, dos “mitos africanos” enquanto “verdadeiros” testemunhos históricos. Não por se constituírem em verdades absolutas, mas por serem em boa medida as únicas fontes históricas de determinados povos. Obviamente, a tradição oral não é um mero testemunho. Na verdade, transcende esse caráter e joga à baila questões cosmogônicas, artísticas, psicológicas e outras dos povos que a transmite. Mesmo com essas “extravagâncias” do ponto de vista ocidental, a tradição oral é tão válida quanto um manuscrito ou um vestígio arqueológico.

Soninquês e dos lundas: um breve resumo

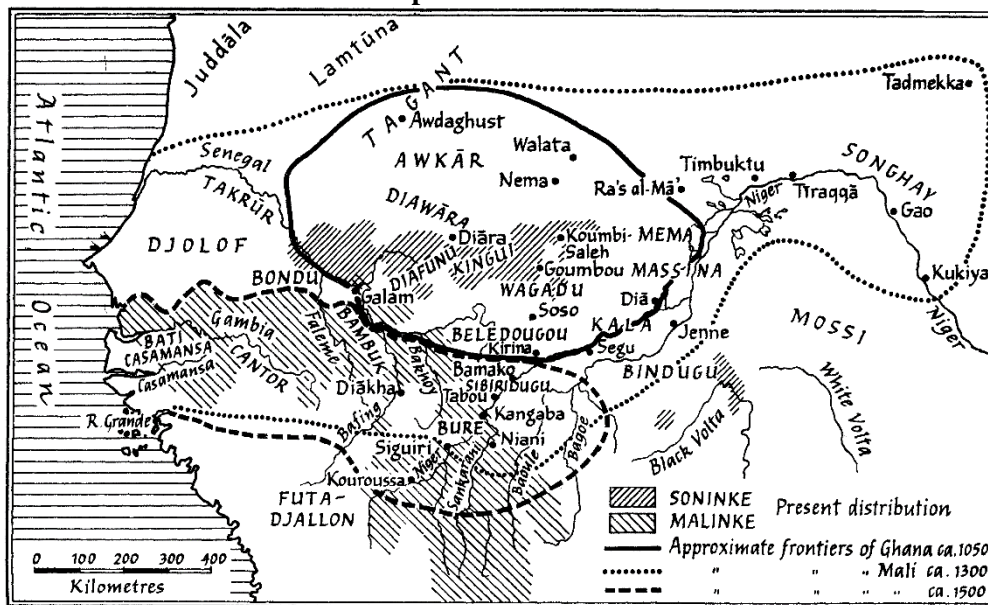
Os soninquês pertencentes aos mandês (ver Mapa 1), que viviam na porção do Saara Ocidental, instalam-se nas áreas mais ao sul, após a desertificação do Tagante e do Adrar mauritano, formando um complexo sistema político entre 800 e 300 a.C., havendo uma poderosa chefia, aglutinadora de inúmeras aldeias ao redor, na intenção de se defender dos nômades do deserto. Posteriormente, a região foi pacificada e os habitantes das escarpas se estabeleceram no Sael, promovendo o comércio entre as savanas e o deserto.²⁸

²⁶ VANSINA, Jan. **Oral tradition as history**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1965. p. 33-34.

²⁷ Ibidem. p. 94-146.

²⁸ LEVTZION, Nehemia. *Ancient Ghana and Mali*. Londres: Methuen, 1980. p. 16.

Mapa 1 – Gana e Mali



Fonte: LEVTZION, N. Op. Cit., p. 2

A formação de Gana, contudo, só viria a ocorrer no século VIII d.C., sob um forte controle de uma dinastia soninquê, que retirava o seu poder do comércio transaariano do ouro extraído das minas de Bambuk e Bure. Posteriormente, por volta do século XI, adotou a prática de escravizar os povos vizinhos.²⁹ A forte influência de Gana se irradiava para todo o Sael, alcançando povos e regiões que não eram controlados diretamente.³⁰

Há, no entanto, duas outras versões para o surgimento de Gana. Ambas de influências árabes. Na primeira, retiradas dos livros árabes *Tarikh as-Sudan* e *Tarikh al-Fattash*, do século XVII, a primeira dinastia de Gana seria fundada por camaleiros do deserto, que só foi substituída por uma soninquê no período da hégira, após ter dado 22 reis ao país. No entanto, é possível que essa lenda tenha “[...] sido construída muito mais tarde, sob o influxo do Islão, com o objetivo de dar prestígio a famílias nobres, que pretendiam entroncar nos herdeiros de Maomé”.³¹ A segunda fala que Uagadu, cidade sagrada de Gana, teria sido fundada por Diabe, filho de Dinga, ancestral de todos os soninquês. Nesta versão, Diabe veio do

²⁹ GOMEZ, Michael. **African Domination: a New History of Empire in Early and Medieval West Africa**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2018. p. 44

³⁰ BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 p. 6. ; ILIFFE, John. **Africans: the history of a continent**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 51

³¹ SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 271.

Oriente e se estabeleceu na região, após pactuar com uma serpente negra de nome Bida, que garantia as chuvas e de ouro, em troca de uma virgem anual.³²

Na administração, Gana não se fundamentava na soberania territorial, mas pelo controle sobre os povos. Era dividida em quatro províncias, que eram governadas por quatro comandantes (*fado*), sendo estes os principais da aristocracia soninquê (*wago*).³³ Suas fronteiras eram movediças, podendo o Estado dilatar e contrair seu espaço ao prazer das migrações dos povos subjugados pelo caia-maga.³⁴ Malgrado Gana tivesse um núcleo coeso de poder, os povos dominados permaneciam com suas formas de organização políticas intactas, podendo ser chefias tradicionais, conselhos de anciões, chefes eletivos e outros. Todos se vinculavam ao soberano de Gana de alguma forma: espiritual, dever militar, pagamento de tributos etc. Para manter o controle sobre essa confederação, o caia-maga fixava um *fado* em cada macrorregião, além dos régulos locais serem obrigados a entregarem seus filhos para viverem na corte de Gana, como um símbolo de boa-fé de suas submissões.³⁵

A sucessão ao trono era um pouco mais complexa do que as que ocorriam no Ocidente. O caia-maga, sempre do sexo masculino, era sucedido por seu sobrinho, filho de sua irmã. Na ausência dele, poderia haver um tio, filho de sua avó paterna. Tudo isso se dava para assegurar que uma certa dinastia continuasse no poder, via a linhagem estabelecida.³⁶

A queda de Gana foi seguida por uma série de eventos na região, entre os séculos XII e XIII: uma longa seca na região começou por volta do ano 1100, devastando pastagens e gados; a insurreição e independência dos sossoe, que culminou com a criação de Gaô, Estado que dominou a região por um período; e surgimento do reino do Mali, durante a primeira metade do século XIII, sob o controle da dinastia dos queitas³⁷, dos mandingas, que, sob influência muçulmana,

³² LEVTZION, N. Op. Cit., p. 16.

³³ Ibidem. p. 17.

³⁴ Caia-maga era o título dado ao soberano de Gana, que também poderia ser denominado de gana. Assim, o nome do Estado forra retirado do título real de gana. Ver: SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 271-273.

³⁵ Ibidem. p. 272-273.

³⁶ GOMEZ, M. Op. Cit., p. 41.

³⁷ SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 317.

cria um Estado mais centralizado, em que a sucessão ao trono seria hereditária.³⁸ Assim, a ascensão de Mali caracterizou a passagem de uma região de sociedades baseadas no parentesco para Estados centralizados, fazendo com que o controle fosse sobre a terra e não mais sobre as pessoas, como era em Gana.³⁹ Entretanto, Gomez afirma que o estado de Gana tenha ressurgido por volta do século XIV, mesmo que tributário de Mali. Ainda, o seu retorno foi no interior do grande Império e conservou a sua estrutura não islâmica.⁴⁰

Sobre a expansão do islamismo entre os soninquês há discordância entre os autores. Silva explica que as conquistas almorávidas no Sael fizeram com que boa parte do Sudão Ocidental se convertesse a essa religião, sobretudo os soninquês.⁴¹ Por outro lado, como afirma Barry, os regimes tradicionais soninquês só seriam desintegrados de fato com as guerras santas, *Jihad*, e a derrota de Fodé Silla, em 1874, para o Mansa Siise Bojan da Brikama. Na verdade, ainda da perspectiva do autor, houve uma associação muçulmana para acabar com o paganismo da região no século XIX.⁴² Para Levtzion, Gana se dividia entre muçulmanos e cultuadores das “religiões ancestrais”. O próprio rei era considerado um ser divino para os “pagãos” e um muçulmano para os seguidores de Alá.⁴³

O Império de Lunda, localizado no interior da região da África Centro-Ocidental (ver Mapa 2), tinha como atividades econômicas, durante boa parte de sua História, a pesca e a agricultura. Em termos políticos, Lunda seria uma espécie de confederação, portanto, próximo ao que ocorria com Gana, que se distribuía em pequenas aldeias, que tinha um líder, sob o título de Kabungu. Este era respeitado por sua idade, por sua experiência e por seus poderes espirituais. Entretanto, os Tabungu (plural de Kabungu) cediam momentaneamente suas lideranças em tempos de guerra.⁴⁴

³⁸ ILIFE, J. Op. Cit., p. 52.

³⁹ BARRY, B. Op. Cit., p. 6.

⁴⁰ GOMEZ, M. Op. Cit., p. 38-39.

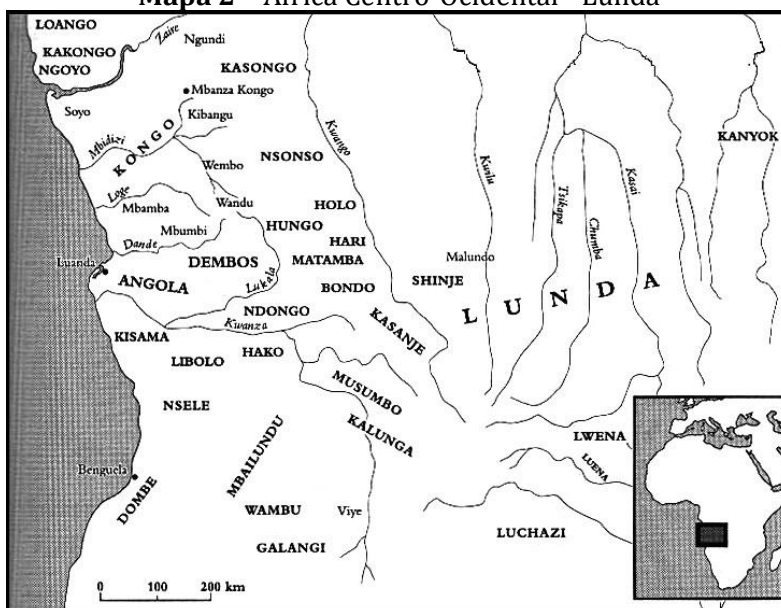
⁴¹ SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 286.

⁴² BARRY, B. Op. Cit., p. 245.

⁴³ LEVTZION, N. Op. Cit., p. 183.

⁴⁴ VANSINA, Jan. **Kingdoms of the Savanna**. Madison: University of Wisconsin Press, 1966. p. 72.

Mapa 2 – África Centro-Occidental - Lunda



Fonte: THORNTON, John Kelly. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. 2 Ed. Londres: Routledge, 2003., p. ix

Quando a quantidade de habitantes de uma aldeia aumentava muito e corria-se o risco da alimentação se tornar escassa, um grupo se separava e procurava por novas terras. O líder dessa nova aldeia seria alguém aparentado com o antigo Kabungu (filho(a), irmão(ã), sobrinho(a) etc), mantendo vínculos políticos com o chefe anterior. Através desse parentesco político perpétuo, formou-se uma espécie de confederação entre os lundas.

No plano prático, fomentou-se certa instabilidade política no interior da confederação. As linhagens de cada aldeia não possuíam os mesmos potenciais humanos, recursos econômicos, qualidades de terras, recursos hídricos, campos de caças e outros, autorizando os Tabungu mais ricos e mais fortes a se imporem sobre os mais fracos. Assim, como a posição relativa de parentesco perpétuo se alterava no tempo, ocorria de, não raro, inexistir o mesmo entre os Tabungu. Para efeitos de se corrigir um problema hierárquico quando, por exemplo, um Kabungu-pai se tornava mais fraco que o Kabungu-filho, o título do mais alto, Kabungu-pai, era extinto.⁴⁵

Esses tipos de anomalias se tornaram contínuas em Lunda, levando, em dados momentos, a guerra entre os Tabungu que não aceitavam ser tratado de

⁴⁵ SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 485.

forma inferior ao outro, mesmo que em termos de títulos isso ocorresse. Em uma dessas querelas internas, alguns Tabungu se aproximam do reino de Luba, vizinho localizado mais a nordeste de Lunda, que interagiu e pacificou em termos a contenda, fazendo com que Lunda deixasse de ser uma confederação e se tornasse um reino centralizado.

Deste episódio nos dá conta o mito de Lueji, que tratarei mais adiante, por ora cabe saber que o Império Luba era governado por uma realeza sagrada. A qualidade de divindade do rei (bulopwe) era dividida com sua autoridade política (bufumu).⁴⁶ Essas características eram transmitidas de forma hereditária e apenas os homens as herdavam. Assim, muito próximo ao que acontecia com vários reinos da Europa, a sucessão ao trono em Luba era hereditária, preferencialmente do filho mais velho.⁴⁷

É possível, como nos fornece informações a tradição oral, que o matrimônio entre uma sucessora ao título de Kabungu, em Lunda, e um parente próximo ao rei de Luba, tenha alterado a estrutura política daquele reino, transformando-a em algo muito próximo a esse. Em outras palavras, após esse enlace, Lunda se torna um reino centralizado e expansionista.⁴⁸

Para Vansina, esse enlace (entre Lueji e Cibinda Ilunga, como se verá adiante) significou uma conquista política de Luba em território Lunda.⁴⁹ Contudo, Palmeirim aponta para um possível “empréstimo cultural” e não uma conquista política, como afirmou Vansina.⁵⁰

⁴⁶ De acordo com Alberto da Costa e Silva, o rei era um espírito da natureza (*vidie*) capaz de proteger a todos, através de seu bulópue. Ver: SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 482-483.

⁴⁷ M'BOKOLO, E. Op. Cit., p. 562.

⁴⁸ SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 485- 487. A partir da segunda metade do século XVIII, a maioria dos escravos que chegava no litoral de Angola era proveniente de regiões interioranas, muito em função da política expansionista do Império de Lunda, que possuía relações diplomáticas com os reinos costeiros. Ver THORNTON, John Kelly. **The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 108-109. Acrescento ainda que a centralização de Lunda, seguida de seu alargamento territorial, fez surgir não apenas um soberano de autoridade máxima, mas uma “classe de dirigentes”, que Lovejoy chamou de “senhores da guerra”. No devido tempo, esse tipo de déspota, ou grupo de guerreiros, tornou-se a tônica nas paragens centro-africanas. Ver: LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Trad.: Regina A. R. Bhering e Luis Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 131-132.

⁴⁹ VANSINA, J. Op. Cit., p. 78.

⁵⁰ PALMEIRIM, M. Op. Cit., p. 362.

Em que pese as especificidades de Gana e Lunda, há de se perceber determinadas semelhanças. Em ambos os impérios a presença de um grupo estrangeiro fez surgir uma reordenação na estrutura política, social e econômica que culminou em uma espécie de divisor de águas. No Sael, a influência do islamismo parece ter favorecido o surgimento de outros reinos, assim como insurreições, que catalizaram a queda de Gana. A reestruturação da sociedade ganense foi incapaz de conter a degradação do próprio Império confederado. A partir de então, com um perfil mais centralizador emanado de seus vizinhos, Gana entra em declínio. Em Lunda, pelo contrário, a centralização ofereceu a expansão e a harmonia política do Império. Ao absorver o sistema político de seu vizinho Luba, os lundas ganharam em termos de estabilidade, mas viram surgir a figura do “senhor da guerra”.

Em segundo lugar, os mitos parecem demonstrar que esses contatos com os “estrangeiros” fizeram também alterar a ordem social e cultural de ambos os reinos. Tanto em Gana quanto em Lunda, a figura feminina perde poder e fica cada vez mais submissa ao gênero masculino. Em Gana, a ascensão do islamismo alterou a sucessão de matrilinear para patrilinear. Não era mais a garantia da permanência da linhagem que contava, mas sim ser a prole masculina do rei. No Império da África Centro-Occidental, a mulher deixa de se tornar uma herdeira em potencial e passa a ser apenas uma figura secundária. Tais perspectivas podem ser apreendidas através dos mitos de Samba Gana e de Lueji.

Samba Gana e Lueji: breve apresentação dos mitos

No mito de Samba Gana, Analja era filha de um poderoso e rico rei, que faleceu de desgosto, após perder uma de suas aldeias. Como era princesa e conhecida por sua beleza, Analja lança um desavio aos seus pretendentes de que se casaria com aquele que conseguisse retomar a aldeia que foi removida do poder de seu pai e “mais oitenta cidades e aldeias”.⁵¹

Na cidade de Faraca, o príncipe Samba Gana saía a procura de terras que pudesse conquistar e viver, levando consigo o seu mestre Tararafe e mais dois servos. Certo dia o mestre entoava uma canção sobre Analja Tu Bari e sua beleza, o

⁵¹ FROBENIUS, L. Op. Cit., p. 135.

que instigou o príncipe a ir ao encontro da princesa e aceitar o desafio, deixando para trás o seu mestre, que estava incumbido de a fazer sorrir. Tararafe, então, cantou uma história sobre os heróis e sobre a serpente Issa Beer, “que fazia o rio transbordar, de forma que num ano o povo tinha abundância de arroz e no outro passava fome”.⁵²

Ao conquistar as cidades exigidas e as entregar à Analja, Samba Gana foi surpreendido com um pedido da princesa: ela queria comer da carne da serpente Issa Beer. Após oito anos de luta contra a serpente, Samba Gana chama por seu mestre e o incumbe de enviar a lança banhada com o sangue de Issa Beer à Analja. A princesa de maneira súbita pede ao mestre que o príncipe transportasse a serpente para sua cidade para ser sua escrava e fazer o rio correr. Ao tomar ciência do pedido de Analja, Samba Gana diz: “ela está querendo demais”. Então, “Samba Gana levantou a espada sanguinolenta, mergulhou-a no peito, riu mais uma vez e morreu. Tararafe retirou a espada do corpo de Samba Gana, montou em seu cavalo e voltou à cidade onde vivia Analja Tu Bari”.⁵³

Ao ficar sabendo do que ocorrera com Samba Gana, Analja partiu ao encontro do corpo do herói soninquê junto com seus pretendentes, ordenando que fosse construída uma tumba mais alta que as de todos os reis.⁵⁴ Ao final de oito anos, Analja e Tararafe conseguiram ver Uagana do cume da montanha. Então, Analja disse que o túmulo era tão grande quanto Samba Gana merecia, ordenou que todos os príncipes se espalhassem pelo mundo e se tornassem heróis como Samba Gana, e, depois disso, morreu, sendo enterrada ao lado de Gana.

Quase cinco séculos mais tarde, surgia o mito de Lueji entre os lundas. Lueji era filha do rei Yala Mwaku e tinha dois irmãos, Kinguri e Cinyama. Todos filhos de mães diferentes. Certo dia, os dois irmãos, ao retornarem para casa, avistaram o pai sentado bebendo algo que julgaram ser marufo, um tipo de vinho. Pediram um pouco de marufo ao pai, que respondeu se tratar de água. Acusando o pai de mentir para não repartir a bebida, os irmãos o espancaram e o derrubaram do banco em que estava sentado, fazendo com que o pai caísse de cabeça sobre uma trave, o que

⁵² Ibidem. p. 135-138.

⁵³ FROBENIUS, L. Op. Cit., p. 139.

⁵⁴ Ibidem. p. 139-140.

ocasionou um traumatismo craniano. Ao ficar sabendo do ocorrido, Lueji foi ao encontro do pai e permaneceu cuidando dele em seus últimos momentos. Em retribuição, Yala Mwaku toma a decisão de transferir o lukano a filha,⁵⁵ pois “Nós descendemos diretamente de Tchuanza Ngombe, a mãe Nhaweji, a grande serpente que criou o Mundo, assim como o fogo e a água. Nenhuma outra linhagem descende diretamente dela, tu sabes”.⁵⁶

Ao deserdar os filhos homens, Lueji teve que governar com apoio do conselho dos Tubungo, pois era muito jovem e ainda não tinha idade para se casar. Posteriormente, Lueji se casa com Cibinda Ilunga, um caçador vindo de Luba, que levou novos costumes ao reino. Os irmãos de Lueji não aprovaram o matrimônio, abandonaram Lunda, mas juraram fazer vingança.⁵⁷ Malgrado Cibinda Ilunga reinasse em Lunda, nunca fora merecedor do lukano, pois não tinha o mesmo sangue de Nhaweji. O bracelete seria passado de Lueji para o seu filho mais velho, assim que este tivesse idade suficiente para reinar.⁵⁸

Em ambos os mitos a figura feminina tem uma importância destacada nas mudanças que ocorreram entre os soninquês e entre os lundas. Analja foi a portadora dos desafios que fizeram com que Samba Gana tirasse a própria vida, ao passo que Lueji garantiu a continuidade de linhagem e acabou por fomentar junto ao seu marido mudanças políticas em Lunda.

Crioulização e etnogênese

O conceito de crioulização é um dos mais difíceis de ser apreendido em função de sua mutabilidade no decorrer dos estudos antropológicos e historiográficos. Seus múltiplos significados têm sido aplicados de maneira constante de formas cada vez mais inusitadas.⁵⁹ De maneira geral, o conceito aparece como uma reestruturação cultural, social e institucional através do contato entre povos distintos ou tão-somente pela reorganização interna de elementos não

⁵⁵ Lukano é o bracelete que simboliza a autoridade real. Ver: SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 485.

⁵⁶ PEPETELA. Op. Cit., p. 21.

⁵⁷ SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 485.

⁵⁸ A narrativa sobre Lueji está num conjunto de narrativas da África Centro-Occidental e não seria uma história em si, mas um mito para explicar as mudanças ocorridas em Lunda. Ver: PALMEIRIM, M. Op. Cit., p. 360.

⁵⁹ STEWART, Charles. Creolization: history, ethnography, theory. In: ___. (Ed.). **Creolization: history, ethnography, theory**. Walnut Creek: Left Coast Press, Inc, 2007. p. 18.

exógenos. O uso mais comum desse conceito dentro da historiografia está nas análises sobre as relações envolvendo “africanos” e descendentes, tanto nas Américas quanto no continente africano. Ainda assim, é oferecido possibilidades arbitrárias em que tais “misturas culturais” tenham ocorrido em um lugar ou em outro, mas dificilmente nas Américas e na África concomitantemente.⁶⁰

Para o presente artigo, utilizarei o conceito de criouliização construído por Jacqueline Knörr, o qual se refere a um longo processo de contatos em que diversos grupos elaboram uma identidade coletiva “indianizada”, i.e., a partir de suas referências anteriores ocorre integrações, incorporações e assim surge uma identidade própria daquele lugar. Neste sentido, a “indianização” seria a reestruturação identitária dos diversos grupos, que reformulam algo novo em um ambiente determinado.⁶¹

O conceito de criouliização de Knörr será utilizado em aliança com as discussões fomentadas por James Sidbury e Jorge Cañizares-Esguerra, e criticada por James Sweet sobre etnogênese. Sidbury e Cañizares-Esguerra desenvolvem uma análise a partir de três grandes categorias dentro do “mundo atlântico”: africanos, europeus e ameríndios. Para os autores, havia inúmeros processos de etnogêneses ditados pelas circunstâncias locais e ocorridos em vários rincões de “base atlântica”. Em termos de continente africano, o tráfico de escravos interno e atlântico, em conjunto com os intercursos sexuais feitos entre senhores e cativas dentro desse sistema ocasionou a absorção de novos elementos exógenos, favorecendo assim um processo contínuo de etnogênese dentro do próprio continente africano.⁶²

A crítica de Sweet orbita a ausência de discussões sobre a violência dos processos de etnogêneses atlânticas de Sidbury e de Cañizares-Esguerra. Para Sweet, os inúmeros processos de etnogêneses foram dirigidos por um grupo em excelência. O corolário desse ponto aventado por Sweet é que a etnogênese ou a

⁶⁰ REZENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e criouliizações em Minas Gerais: Designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentista**. Niterói: UFF, 2013 (Tese de Doutorado). p. 28-44.

⁶¹ KNÖRR, Jacqueline. Towards Conceptualizing Creolization and Creoleness. **Working Paper 100**. Max Plank Institute for Social Anthropology: S/L, 2008. p. 5-6.

⁶² SIDBURY, James e CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Mapping Ethnogenesis in the Early Modern Atlantic. **The William and Mary Quarterly**. v. 68, n. 2, p. 181-208, 1 abr. 2011, p. 185-188.

crioulização não ocorreu de forma “natural”, mas limitada e ditada pelos interesses dos grupos detentores de poder.⁶³

A crítica de Sweet, malgrado seja importante, não faz com que a ideia de crioulização de Knörr não possa ser utilizada. Na verdade, há um acréscimo do estudo de Sidbury e Cañizares-Esguerra para o conceito dessa autora e para o presente artigo, uma vez que se coloca a possibilidade do processo de crioulização ocorrer no interior das sociedades do continente africano por dinâmicas exógenas.

Entretanto, a ênfase dada por Sweet à violência no processo de etnogênese merece um melhor aprofundamento analítico. As relações entre grupos distintos que fomentaram processos de crioulizações ou de etnogêneses, deixo a escolha do termo a cargo do leitor, não necessariamente foram (são) simétricas. Pelo contrário, contatos compulsórios de inúmeras naturezas são marcas quase que indelévels desses processos. A bem da verdade, não se trata de dar ou retirar a relevância da violência, mas de analisar o que foi criado a partir desses contatos.

Acrescento ainda que ao exacerbar a relação de violência no processo de etnogênese, Sweet muda o conceito de etnicidade para identidade política sem o perceber. Mahmood Mamdani afirma que, ao analisar o complexo caso dos hutus e tutsis no genocídio de Ruanda de 1994, a criação de identidades políticas estava intimamente ligada ao uso da violência. A assimetria criada pelo governo belga em relação aos tutsis e aos hutus acabou por criar uma falsa ideia de que aqueles seriam superiores a estes em termos raciais. A violência seria o instrumento de imposição dessas identidades políticas (tutsis e hutus), fazendo surgir entre os grupos rivalidades intransponíveis que culminaram com o genocídio.⁶⁴ Ora, a questão que me parece ser discutida por Knörr e Sidbury e Cañizares-Esguerra se relaciona ao processo criativo de etnicidades através das fricções culturais constituintes das depurações dos contatos, independentemente de serem fomentados através do uso da violência ou não. Assim, mesmo que imposições, perseguições e outras formas de assimetrias tenham ocorrido, a crioulização está

⁶³ SWEET, James H. The Quiet Violence of Ethnogenesis. *The William and Mary Quarterly*, v. 68, n. 2, p. 209–214, 1 abr. 2011, p. 212.

⁶⁴ MAMDANI, Mahmood. Entendendo a violência política na África pós-colonial. In: LAUER, Helen e ANYDOHO, Kofi (Orgs). **O Resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: FUNAG, Vol.1, p. 383-418, 2016. p. 386-395.

na possibilidade de se criar uma etnicidade que seja genuinamente própria do lugar.

A questão do gênero

Os estudos sobre gênero têm suas importâncias mais significativas na historiografia a partir da imagem de um tipo de mulher reconstruída como um ser despossuído de identidade e um mero reflexo do seu gênero antagônico – o homem.⁶⁵ As narrativas sobre as mulheres revelam um símbolo de tentação e que se conflitava aos homens. Ao sexo feminino era indexado ideias de natureza, prazer e intuição. Aos homens, por outro lado, estava atrelada a noção de trabalho, de lógica e de poder. É bem possível que estas características tenham nascido no século XVIII do ocidente, através de quatro conjuntos estratégicos: histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação; e psiquiatrização do prazer perverso.⁶⁶

No entanto, os ritmos e os motivos para que tais características ocorressem se alteram de acordo com o contexto. Mesmo para a Europa Ocidental, os embriões de tais sistematizações poderiam ser vistos em períodos bem anteriores ao século XVIII. Silvia Federici cita a título de ilustração, que parece ter sido entre a passagem do fim do feudalismo e da ascensão do capitalismo o momento fulcral para tais mudanças ou, pelo menos, do aparecimento de seus alicerces.⁶⁷ Para a autora, ao se perseguir as denominadas bruxas no interior da cristandade europeia, iniciava-se um longo processo de controle e de expropriação do lugar social da mulher. Desse modo, o crime de bruxaria era associado às mulheres apenas. Entre as mulheres acusadas de serem bruxas aparece a noção de matrifocalidade, conhecimento herbário e de uma incipiente ciência medicinal.⁶⁸

A hipótese de Federici é importante para discutir o ponto de vista de Bourdieu a seguir, o qual a “submissão” é atrelada à falsa ideia de culpabilização da

⁶⁵ CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e Historiografia: da visibilidade à diferença. **História & Ensino**. Londrina: UEL, v.6, p.141-161, out. 2000, p. 141.

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 101.

⁶⁷ FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. p. 292-293.

⁶⁸ Ibidem. p. 325.

“vítima”, através de um sistema de regras e de condutas que se reproduzem. Nesta esteira, o poder simbólico seria exercido a partir da legitimação dada pelos subordinados que, ao fim e ao cabo, acabam construindo o próprio poder que os vitimiza.⁶⁹

A submissão e a expropriação das mulheres estariam, desse modo, ligadas a todo um aparato social, arquitetado para a própria propagação e legitimação do poder masculino, em que os atores históricos foram apreendidos de formas distintas a partir de suas sexualidades. Em suma, há um possível encaminhamento para a subordinação social e econômica feminina.

Contudo, para o contexto do continente africano a questão sobre a construção social das diferenças de gênero se mostra mais complexa. Ao retornar a ideia de “biblioteca colonial” de Mudimbe, percebo que essa foi uma construção fomentada a partir do período imperialista e que era estranho as várias sociedades dos povos africanos. Cheikh Diop, neste cenário, fomentou críticas aos modelos matriarcal e patriarcal. De início, Diop demonstra que o matriarcado não seria uma etapa anterior ao patriarcado. Em segundo lugar, essa ideia “evolutiva” não é universal, como preconiza o Iluminismo europeu. Na verdade, a divisão de gênero não se ancora em nenhum povo. Entretanto, Diop arremata dizendo que boa parte das sociedades indo-europeias era nômade e, assim, a relevância do papel feminino ficou restrito à procriação. Quando da mudança e da sedentarização, diferente de outros sítios mundiais, a mulher indo-europeia continuou enclausurada.⁷⁰

Para o continente africano, Diop desenvolve a tese de que antes da colonização havia uma certa “unidade cultural orgânica” baseada no matriarcado e que muito do patriarcalismo do continente africano teve sua influência dada por fatores religiosos externos: islamismo e cristianismo, além é claro do imperialismo europeu do século XIX.⁷¹ Malgrado essa hipótese pareça informar um certo difusionismo na construção social dos gêneros no continente africano, alguns autores concordam em ter na construção de ideal social europeu o ponto pacífico

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 55.

⁷⁰ DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: Esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica**. Lisboa/Luanda: Mulemba/Pedago, 2014. p. 27-30.

⁷¹ Ibidem. p. 112.

nos privilégios dos homens sobre as mulheres em várias sociedades do continente africano contemporâneas.

Arlette Gautier afirma que a colonização europeia impactou os papéis sociais das mulheres em várias partes do globo. Assim, em nome de “Cristo” e do “rei” houve a subversão das relações entre os gêneros, em um primeiro momento, e em função da ciência e do progresso, na influência derradeira da Europa sobre os gêneros na África. No entanto para a autora, parece ter sido comum entre as duas “colonizações” na adulteração das relações de gênero os papéis prestados pela religião cristã, o imaginário masculino de harém colonial e a exclusão política das mulheres.⁷² Em se tratando do “Darwinismo social” e do ideal burguês de sociedade, ocorreu o desenvolvimento de uma forma nefasta da divisão de gêneros, a qual as mulheres eram relegadas ao trabalho doméstico. Assim, o discurso ocidental para as sociedades em que havia certa igualdade de direitos entre homens e mulheres era de que estas estavam em uma fase inferior de desenvolvimento humano.⁷³

Para último, Gautier, utilizando da tese de Hobsbawm e Ranger sobre as invenções das tradições, atesta que houve a construção de um direito tradicional dos privilégios masculinos em boa parte do continente africano, o que, ao cabo, subverteu a ordem social, criando desvantagens às mulheres.⁷⁴

Autora que tem uma visão muito próxima às apresentadas por Mudimbe, Diop e Gautier é Oyèrónké Oyěwùmí. Ao analisar a sociedade iorubana do reino de Òyó, Oyěwùmí explica que entre os yorubas não havia um sistema de gênero em que homens e mulheres se opunham como no ocidente. As categorias sociais de homem e de mulher não existiam entre os iorubas antes da colonização e a principal categoria social de hierarquização seria a senioridade.⁷⁵

Mais adiante informa Oyěwùmí que a tradição oral no continente africano tem sofrido com a influência imperialista europeia. Como a tradição está sempre se reinventado e reflete os interesses em voga, na iorubalândia, por exemplo, pode ter

⁷² GAUTIER, Arlette. Mulheres e Colonialismo. In: FERRO, Marc (Org.). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 660-661.

⁷³ Ibidem. p. 671.

⁷⁴ Ibidem. p. 676-679.

⁷⁵ OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of women: making an african sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota press, 1997. p. 31-40.

ocorrido a manipulação deliberada das tradições orais pelos interesses dos europeus ou por influência destes. Em suma, desde o período da colonização, as categorias de gêneros têm sido inventadas enquanto categorias sociais entre os iorubas e tem-se feito uma “história do homem”. Assim, as mulheres podem aparecer com um papel secundário nas tradições orais, em função dessas influências.⁷⁶

Essa informação é importante, pois corrobora com as críticas de Mudimbe e faz com que perceba as compilações feitas por Frobenius e por Pepetela sejam relativizadas. Pode ser que Analja e Lueji tenham sido “vítimas” desse ideal de hierarquização dos gêneros de influência ocidental e assim assumam papéis secundários nos mitos. Por outro lado, há uma última autora que devo mencionar novamente aqui antes de chegar a essa conclusão: Amadiume.

Ao confrontar a tese de Diop sobre o papel prestado pelo ocidente na derrocada da “unidade cultural orgânica” do matriarcado no continente africano, Amadiume cita o caso dos igbo, que sofreram fortes ataques das teorias antropológicas e tem sua sociedade classificada como patriarcal, mas que conserva na prática um sistema de parentesco matriarcal: rituais das mulheres, instituições das mulheres e organizações indígenas das mulheres. Com isso, a principal crítica feita por Amadiume aos trabalhos de Diop e de Mudimbe é que assumem uma posição dualista em relação às sociedades africanas, tidas como historicamente múltiplas. Além disso, os povos africanos nem sempre convivem sob o mesmo espectro binário ocidental, formulando visões distorcidas dos ideais sociais vindos em nome de Cristo, do rei, do progresso ou da ciência a partir das práticas tradicionais e transmitidas pelas tradições orais.⁷⁷

Em se tratando de Analja e de Lueji, acredito que as complexidades e a intervenção de naturezas beligerantes, analisadas dentro dos contextos dos lundas e dos soninquês, expressassem a premissa para se ter a ascensão da autoridade masculina, mesmo que ainda houvesse certo respeito pelo “poder biológico”, justificando a minha hipótese de processo de crioulização, pois o “novo” e o “velho” modelos sociais ainda estão se movendo. Assim, ao me debruçar nas pesquisas

⁷⁶ Ibidem. p. 80-83.

⁷⁷ AMADIUME, I. Op. Cit., p. 161-172.

sobre Lunda e Gana, comparando-as com as personagens femininas dos mitos, Lueji e Analja, chego a seguinte possibilidade: ao se tornarem mais islamizados e centralizados, os povos do Sael começam a admitir esse tipo de hierarquização. Com isso, na fase de declínio do Império de Gana e da ascensão do Império Mali, este último tendo a administração centrada nas mãos do rei e com sucessão patrilinear ao trono, o mito Samba Gana dá conta, dentre outras questões, do fortalecimento do “poder social”. Em Lunda, por sua vez, a centralização do Estado parece ter sido determinante para a expropriação feminina e a ascensão da soberania masculina. Em ambos os casos, o contato com o elemento “estrangeiro” fomentou um processo de crioulização em que a presença feminina parece ter sido relegada à submissão de seu algoz de gênero antagônico.

Os casos de Analja e de Lueji nos mitos dos soninquês e dos lundas

Em ambos os mitos, separados por quase 500 anos de diferença e por milhares de quilômetros, as personagens Analja e Lueji tomam papéis diferentes. No caso daquela, a personagem principal seria Samba Gana, mas seus desejos fizeram com que o herói cometesse suicídio. Ao passo que nesta, protagonista do mito, sua atitude fez com que o lukano continuasse em sua dinastia e que a confederação se transformasse em um verdadeiro império.

À primeira vista pode ser que a personagem de Analja seja interpretada como uma traidora, uma pessoa vítima de seus próprios desejos e que levou o último herói de Gana à morte. No entanto, um olhar mais cauteloso demonstra outras possibilidades. Graças a ela, o reino de Gana passa a figurar como um local de lendas.

No verso inicial do mito de “O Alaúde de Gassire”, consta essa ideia de que na última vez que Uagadu desaparecesse, esta seria “tão duradoura quanto a chuva do sul e as rochas do Saara, pois então todo homem terá Uagadu no coração, e toda mulher terá Uagadu em seu ventre”.⁷⁸ Dessa forma, seria o arrependimento e a sabedoria de Analja que tornou possível que Uagadu (Gana) continuasse a existir no “coração” de todo homem e no ventre de toda mulher. É provável que esse

⁷⁸ FROBENIUS, L. Op. Cit., p. 106.

conto explique o significado do nome de Gana ser o título dos reis ou um enorme túmulo real.⁷⁹ Com isso, a tradição oral soninquê estaria demonstrando a importância de Gana ao ligar a região ao túmulo de um importante herói ancestral.

Por outro lado, o mito de Lueji remeta a ideia de salvadora e, como aponta M'Bokolo, que há a substituição da sucessão ao trono, mesmo que de maneira provisória, da patrilinearidade para a matrilinearidade, i.e., não seria mais o filho do rei a obter a posse do lukano, mas o filho de Lueji, sucessora legítima do rei, com um estrangeiro.⁸⁰

Essa nova alternativa tende a mudar o foco. Analja parte de uma premissa pecaminosa, mas desemboca em uma atitude digna dos grandes sábios. Lueji, por sua vez, salva o seu povo e transforma a confederação em um poderoso império, sacrificando sua dinastia. Mas quais influências fazem com que esses mitos apresentem as mulheres de formas tão complexas?

Acontece que na África Ocidental, região em que soninquês estavam localizados, a presença muçulmana já era perceptível desde há pelo menos cinco séculos. Daí as mulheres, como se viu, serem importantes na sucessão ao trono, por ser matrilinear, e mantinham certa autonomia com relação aos seus maridos.⁸¹ Contudo, as mulheres estavam subordinadas em termos políticos aos homens. Poucos são os relatos de mulheres no poder. Mesmo assim, em não raras ocasiões eram representadas nos mitos com uma imagem de sabedoria⁸² (FORD, 1999, p.52).

Já para a região da África Centro-Ocidental, onde estava o Império Lunda, a questão muda por completo. Desde o século XVII aparecem pelo menos duas personagens extremamente importantes na região: Nzinga ou Njinga Mbandi ou, simplesmente, a rainha Jinga ou Ginga; e Beatriz Kimpa Vita. A primeira foi sem dúvida o maior expoente de resistência contra os avanços dos conquistadores portugueses.⁸³ A figura da rainha Jinga se espalhou pela África Centro-Ocidental e encorajou outras mulheres, como pode ter sido o caso de Dona Kimpa Vita. Nascida

⁷⁹ SILVA, A. da C. Op. Cit., p. 258.

⁸⁰ M'BOKOLO, E. Op. Cit., p. 562.

⁸¹ DIOP, C. A. Op. Cit., p. 85.

⁸² FORD, C. W. Op. Cit., p. 52.

⁸³ FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola: Memórias e representações da rainha guerreira na Diáspora**. São Paulo: USP, 2018 (Tese de Doutorado). p. 42.

em 1684, Beatriz Kimpa Vita havia adotado o catolicismo como religião, mas com modificações feitas através das religiões que estavam no Congo. Além de incentivar o fim da guerra civil que assolava o reino, Vita acreditava que ela mesma era a reencarnação de Santo Antônio e que Jesus Cristo era congolês. Das ideias de D. Vita surge o movimento “Antoniano”, totalmente de cunho religioso e que se espalhou pela região do Congo, cuja líder espiritual era a própria Beatriz. Suas ideias acabam por criar uma religião paralela à católica e quase tem por desfecho a expulsão dos portugueses da região da África Centro-Ocidental.⁸⁴

Assim, é possível entender que Lueji, Jinga e Vita eram figuras que surgiram na África Centro-Ocidental em momentos de extremas necessidades. Em todos os casos como salvadoras dos lundas, angolas e congolezes, respectivamente. Porém, os desfechos de suas histórias são bem diferentes. Jinga morre resistindo aos avanços portugueses, mas vendendo escravos aos holandeses; Vita é capturada e assassinada pelos congolezes catequizados; e Lueji salva o seu povo e o transforma em um grande império, porém acaba substituindo as filiações fundadas nos grupos de idade e em lealdades pessoais pela descendência direta. Em outras palavras, em cada um dos casos está expressa a ideia de sacrifício.

Mesmo tendo essas observações, quanto cotejo os dois mitos aparecem as especificidades que têm relações com os possíveis paradoxos do próprio processo de crioulização. Entre os soninquês, o islamismo aparece negociando espaço com os símbolos das religiões tradicionais. Com isso, a figura feminina de Analja é contraditória. Apresenta-se como prisioneira de seus desejos e, ao mesmo tempo, como sábia. Para os lundas, a introdução de uma nova visão política de centralizar o poder está associada com um estrangeiro, que se casou com Lueji. Desse modo, em Lueji há a figura de salvadora do reino e que inspira outros povos.

Símbolo importante que aparece nos dois mitos é o das serpentes Issa Beer e Nhaweji, e suas conexões com as personagens Analja e Lueji. As serpentes, sobretudo as pítons, estão em vários mitos dos povos do continente africano. Aido-Hwedo estava incumbida a carregar o criador dos fon, Nhaweji era a serpente

⁸⁴ THORNTON, J. K. Op. Cit., p. 105-128.

cósmica do povo lunda que governava a terra e suas águas. De maneira geral, as serpentes eram comumente associadas com as chuvas e os arco-íris.⁸⁵

Desse modo, a figura da serpente se encontra espalhada entre as várias mitologias dos povos do continente africano. Especificamente com relação aos cantos mitológicos dos soninquês, aparecem duas serpentes: Bida e Issa Beer. A primeira, como já ressaltai, era responsável por garantir ouro aos soninquês. No entanto, no mito, “A luta com o Dragão Bida”, o símbolo de poder é assassinado. Em resumo, Bida trocava sua chuva de ouro anual por uma bela virgem. Em certa ocasião, a escolhida fora Sia Jata Bari, a mais bela das mulheres em Uagadu e amante de Mamadi Sefe Decote, um dos homens mais poderosos de Gana. No momento em que Sia Jata Bari seria sacrificada em troca de ouro dado por Bida, Mamadi Sefe Decote corta a cabeça da serpente, que antes de morrer amaldiçoa Uagadu e seus residentes a ficarem sem a chuva de ouro por sete anos.⁸⁶

Em se tratando de Issa Beer, a questão de sua morte estava relacionada aos “caprichos” de Analja e a participação de Samba Gana em atender aos desejos de sua pretendente. Nos dois mitos soninquês a serpente, enquanto símbolo de fartura e prosperidade, torna-se o adversário a ser batido pelo herói. Interessante notar que em outras culturas, a serpente é, na verdade, inimiga dos homens. Nas mitologias nórdica, hebraica e, até mesmo, grega, se eu puder conectar a medusa a tal símbolo, a serpente é representada como um inimigo mortal dos deuses, cuja criação principal é a própria humanidade, e, por isso, deseja exterminar todos os seres humanos ou, então, destruir a humanidade involuntariamente, ou, ainda, seria um ser amaldiçoado.

Exemplo importante desse paradoxo que orbita o símbolo da serpente e que joga luz em minha interpretação está em um mito existente entre os baniwa, da floresta Amazônica. No mito deste povo há uma serpente de nome Omawali, ser mitológico que era encarregado de prover ou criar o principal alimento dos baniwa – o peixe. Omawali representava não apenas o perigo, mas também a inteligência e a perspicácia. Certa vez, um antepassado baniwa teve que atravessar o rio de

⁸⁵ LYNCH, Patricia Ann e ROBERTS, Jeremy. **African Mythology**: A to Z. 2 Ed. New York: Chelsea House, 2010. p. 10.

⁸⁶ FROBENIUS, L. Op. Cit., p. 125-128.

canoa. Em sua jornada, é atacado por Omawali e a mata. A partir de então, os homens passaram a pescar seus peixes, ao invés de ter que formular pactos com Omawali para consegui-los.⁸⁷

O mito dos baniwa, que penso poder ser extensivo aos soninquês, trata da morte da serpente sagrada e do controle que os homens tiveram sobre aquilo que era provido pelas serpentes. Em se tratando dos baniwa, seria o peixe, no caso do mito de Bida, o ouro, mas em Samba Gana poderia interpretar que fosse o controle do cultivo nas terras que eram banhadas pelo Níger, de forma a ter mais a colheita do arroz. Outra possibilidade, é que as mortes das serpentes significariam na verdade períodos de fome e de pobreza. Como já ressaltai, um dos motivos para o declínio de Gana foi justamente uma seca longa. Daí a morte de Issa Beer ser uma explicação para a seca, uma vez que ela controlava os rios e as chuvas, e, conseqüentemente, da queda de Gana.

Contudo, Bida e Issa Beer são assassinadas por causa de duas mulheres. Mamadi corta a cabeça de Bida para salvar Sia, ao passo que Samba Gana luta por anos e acaba com Issa Beer para dar sua carne à Analja. Penso que no caso de Analja, a conexão mulher-serpente tenha ocorrido por influência muçulmana, demonstrando o processo de crioulização: a importância da serpente, as armadilhas e os desejos do feminino, e as tarefas dadas ao homem aparecem no livro sagrado dos muçulmanos.⁸⁸ Pode ser então, que estes dois mitos tenham essa ligação: mulher-serpente-pecado do homem. Levanto a hipótese de que a escolha de Satã pela mulher ter partido de uma possível passividade do símbolo feminino frente ao pecado, dentro da ótima muçulmana. Logo, o mito soninquê transporta a mulher de uma posição de aconselhamento, para aquela que provoca a ruína masculina e, por extensão, a do próprio herói.

Tal instrumento analítico estaria em consonância com a islamização dos soninquês, o que insere a figura masculina no lugar de destaque, em um processo de crioulização entre as cosmogonias tradicionais e a nova que se formava. Se

⁸⁷ ALBUQUERQUE, Gabriel e GARNELO, Luiza. Entre mundos: homens, serpentes e peixes em dois mitos baniwa. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. Brasília: UNB, n. 53, p. 129-147, jan./abr. 2018, p. 135-140.

⁸⁸ PROFETA MAOMÉ. Português. **O Alcorão Sagrado**. Tradução de Mansour Challita. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2010.

Uagadu deveria ser reencontrada, ou melhor, se Uagadu representava o prêmio para o herói, o mito em si “[...] sintoniza a pessoa com o ciclo da própria existência, com o ambiente em que ela vive e com a sociedade que já está integrada no ambiente”.⁸⁹ Assim, se o mito se transforma de acordo com as conveniências de época, logo, estou avaliando o surgimento da “ditadura masculina”, nascida da introdução e expansão do islã, em um longo processo de criouliização na região do Sael. Do mesmo modo, nessa longa criouliização soninquê, delineou-se os papéis sociais do masculino e do feminino nos mitos: aquele seria o herói, o salvador, ao passo que essa ilustra a sabedoria e passa a designar o pecado, a traição, a ruína do herói.

No mito de Lueji a questão se altera completamente. A heroína de Lunda só se tornou herdeira do lukano a partir de sua ligação ancestral com a serpente Nhaweji. Em outras palavras, por ser de uma linhagem, cuja origem era o ser mitológico, autorizou Lueji a herdar o lukano do pai, assim como o seu trono.⁹⁰

No entanto, como afirma M’Bokolo, a “posição das mulheres” na estrutura social de Lunda é relativizada pelo sistema de parentesco que era matrilinear, mas cuja tendência foi a de se fazer do rei para os irmãos, sobrinhos ou para seus filhos.⁹¹ Em termos práticos, embora houvesse a matrilinearidade, a sucessão ao trono era patrilinear, informando a multiplicidade das sociedades do continente africano, como enfatizou Amadiume. Aqui se encontra a questão fulcral do mito. Além da observação sobre o motivo que levou Lunda a se tornar um império, a figura de Lueji e o seu casamento com um estrangeiro, que modifica a cultura política, também coloca à baila uma mudança dos cultos religiosos da África Centro-Occidental: a passagem daqueles dos ancestrais e, portanto clânicos, para os “territoriais”.⁹²

O ponto central no mito de Lueji é que a própria religião e estrutura de sucessão ao trono, já estavam caminhando para uma vertente patrilinear, ao passo que os tubungo eram ainda matrilineares. Contraditoriamente, seria isso a permitir

⁸⁹ CAMPBELL, J. Op. Cit., p. 51.

⁹⁰ PEPETELA. Op. Cit., p. 25.

⁹¹ M’BOKOLO, E. Op. Cit., p. 564.

⁹² M’BOKOLO, E. Op. Cit., p. 559.

que Lueji fosse reconhecida pelos tubungo como legítima herdeira do rei, embora a tradição de sucessão recaísse sobre os homens.

Em suma, as mudanças na cultura política e nos cultos de Lunda que poderiam ser creditados ao casamento de Lueji com um estrangeiro, parente do rei de Luba, na verdade se demonstram como absorções e adequações dos velhos e novos costumes. A imagem da heroína é considerada importante e não remete a um desdém da figura feminina, malgrado o mito venha a reconhecer para períodos posteriores formas de sucessão territoriais, ou seja, até para as linhagens dos tubungo, que toda sucessão se daria entre homens.⁹³

Penso que no processo de crioulização de Lunda, assim como em Gana, as mulheres tivessem perdido ou sido expropriadas da possibilidade de galgar o poder político e, por extensão, o religioso. Todavia, em Lunda a participação social do ser feminino não era tão limitada quanto em Gana. É possível, como afirma Campbell, que o aspecto biológico das mulheres, com o ciclo menstrual que orientava o ciclo lunar e, portanto, favoreceram os cálculos matemáticos, como também o astronômico, tenham dado um lugar de destaque às mulheres em diversas sociedades.⁹⁴ Como Lunda ainda se caracterizava por ser uma sociedade “animista”, é provável que a mulher ainda continuasse a ter sua importância social.

Paralelo importante dos mitos analisados pode ser visto entre os navajos, em que a figura feminina simboliza a sabedoria dada aos heróis ou suas próprias salvações.⁹⁵ Neste ponto há uma clara diferença expressa no papel da mulher, que se apresentou de forma importante entre os soninquês, mas como a destruidora do herói, e de Lueji, que foi a heroína, i.e., entre os navajos e os soninquês, as mulheres asseguravam um papel secundário, mas entre os lundas eram protagonistas. Contudo, se levar em conta uma perspectiva comparativa dos dois processos de crioulizações, soninquê e lunda, o gênero feminino acaba por ter, ao cabo, o papel social transformado de sábia e heroína para meras figurantes da “História do Homem”.

⁹³ PALMEIRIM, M. Op. Cit., p. 362.

⁹⁴ CAMPBELL, J. Op. Cit., p. 19.

⁹⁵ Ibidem. p. 42-43.

Considerações Finais

As análises comparativas da História levam os pesquisadores a se debruçarem sobre questões das mais interessantes e importantes para o campo da própria ciência. Ao cotejar os mitos de Samba Gana e de Lueji, pude apresentar e verticalizar um pouco mais sobre questões relativas a duas grandes civilizações do continente africano: soninquê, dentro do Império de Gana, e a lunda, cujo reino ganhou o nome do seu povo.

Desse modo, através do contato exterior com povos que tinham cosmogonias, estruturas políticas e sistemas sociais distintos, parece que soninquês e lundas passam por transformações das mais diversas. Vistas pela ótica das mitologias, Analja e Lueji representam as mudanças nos papéis sociais do gênero feminino. Ao ver regiões que se tornavam cada vez mais centralizadas, as personagens informam a mudança de sociedades matrilineares para patrilineares. Assim, os mitos demonstram como questões do âmbito da história podem ser vislumbradas através deles.

Neste sentido, ao analisar o processo de criouliização, mitologia e gênero em uma perspectiva comparativa, pude entender duas longas transformações em sociedades tão distintas e que não tiveram contatos diretos. Analja e Lueji parecem sintetizar a passagem de regiões confederadas para centralizadoras e de sucessão matrilinear para patrilinear. Desse modo, o surgimento do Império Mali, islamizado e mais centralizador, e do Império Lunda, expansionista e autocrático, acabam por alterar os espaços sociais das mulheres.

Referências Bibliográficas

ADÉKÒYÁ, Olùmúyiwá Anthony. **Yorùbá: Tradição Oral e História**. São Paulo: Editora Terceira Margem, 1999.

ALBUQUERQUE, Gabriel e GARNELO, Luiza. Entre mundos: homens, serpentes e peixes em dois mitos baniwa. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. Brasília: UNB, n. 53, p. 129-147, jan./abr. 2018.

AMADIUME, Ifi. **Re-inventing Africa: matriarchy, religion and culture**. London and New York: Zed books, 1997.

- BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2 Ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p.167-212.
- BARRY, Boubacar. Senegâmbia: o desafio da História Regional. *CEAA*. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2000.
- _____. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- _____. **As transformações do mito através do tempo**. 2 Ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
- CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e Historiografia: da visibilidade à diferença. **História & Ensino**. Londrina: UEL, v.6, p.141-161, out. 2000.
- DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: Esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica**. Lisboa/Luanda: Mulemba/Pedago, 2014.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola: Memórias e representações da rainha guerreira na Diáspora**. São Paulo: USP, 2018 (Tese de Doutorado).
- FORD, Clyde W. **O herói com rosto africano: mitos da África**. São Paulo: Summus, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FROBENIUS, Leo. **A gênese africana – contos, mitos e lendas da África**. São Paulo: Landy Editora. 2005.
- GAUTIER, Arlette. Mulheres e Colonialismo. In: FERRO, Marc (Org.). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 660-706.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- GOMEZ, Michael. **African Domination: a New History of Empire in Early and Medieval West Africa**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2018.
- ILIFFE, John. **Africans: the history of a continent**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KNÖRR, Jacqueline. Towards Conceptualizing Creolization and Creoleness. **Working Paper 100**. Max Plank Institute for Social Anthropology: S/L, 2008.
- LEVTZION, Nehemia. **Ancient Ghana and Mali**. Londres: Methuen, 1980.
- LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Trad.: Regina A. R. Bhering e Luis Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LYNCH, Patricia Ann; ROBERTS, Jeremy. **African Mythology: A to Z**. 2 Ed. New York: Chelsea House, 2010.
- MAMDANI, Mahmood. Entendendo a violência política na África pós-colonial. *In*: LAUER, Helen e ANYDOHO, Kofi (Orgs). **O Resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: FUNAG, Vol.1, p. 383-418, 2016.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**. Salvador: UFBA, Ano 23, nº 1, p. 172-209, 2001.
- M'BOKOLO, Elikia. **África negra história e civilizações**. Tomo I. Salvador: Casas da África, 2008.
- MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of women: making an African sense of Western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota press, 1997.
- PALMEIRIM, Manuela. Paradoxos, fluidez e ambiguidade do pensamento simbólico (o caso ruwund): para uma crítica a alguns modelos de análise. **Etnográfica**. Lisboa: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, p. 353-368, 2008.
- PEPETELA. **Lueji, o nascimento de um império**. São Paulo: LeYa, 2015.
- PROFETA MAOMÉ. Português. **O Alcorão Sagrado**. Tradução de Mansour Challita. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2010.

- REZENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e crioulizações em Minas Gerais: Designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentista**. Niterói: UFF, 2013 (Tese de Doutorado).
- SIDBURY, James e CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Mapping Ethnogenesis in the Early Modern Atlantic. **The William and Mary Quarterly**. v. 68, n. 2, p. 181–208, 1 abr. 2011.
- SILVA, Alberto da Costa. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: EDUSP, 1996.
- STEWART, Charles. Creolization: history, ethnography, theory. In: ___. (Ed.). **Creolization: history, ethnography, theory**. Walnut Creek: Left Coast Press, Inc, 2007. p. 1-25.
- SWEET, James H. The Quiet Violence of Ethnogenesis. **The William and Mary Quarterly**, v. 68, n. 2, p. 209–214, 1 abr. 2011.
- THIONG’O, Ngũgĩ wa. Lembrando da África: memória, restauração e renascimento africano. In: LAUER, Hellen e ANYIDOH, Kofi (Org). **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, V.4, p. 2663-2692, 2015.
- THORNTON, John Kelly. **The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ___. **Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800**. 2 Ed. Londres: Routledge, 2003.
- VANSINA, Jan. **Oral tradition as history**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1965.
- ___. **Kingdoms of the Savanna**. Madison: University of Wisconsin Press, 1966.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mito e política**. São Paulo, Edusp, 2009.

Endereço para correspondência:

Universidade Federal Fluminense, Departamento de História de Campos (CHT).
Rua José do Patrocínio, 71
Centro
28010385 - Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil

Recebido: 24/11/2019
Aprovado: 06/12/2019

ALFA Y OMEGA. ANÁLISIS COMPARADO DEL ROL DE LA DIVINIDAD EN LOS TRATADOS DEMONOLÓGICOS INGLESES Y FRANCESES (C. 1580-1648)

Agustín Méndez¹
Universidad de Buenos Aires/CONICET

Resumen: Durante la modernidad temprana, la demonología constituyó al mismo tiempo una de las ramas de mayor desarrollo dentro de la teología cristiana y el fundamento intelectual principal de la caza de brujas en Europa. Una parte de sus intereses radicaba en describir la relación entre la divinidad, los demonios y los brujos. El objetivo del presente artículo consiste en comparar el modo en que los demonólogos ingleses y franceses comprendieron el rol del Creador en sus tratados sobre brujería, con la intención de demostrar que la fractura confesional existente entre ambos conjuntos de autores no provocó una diferencia crítica en su aproximación al problema.

Palabras claves: Dios; Demonología; Brujería.

ALFA AND OMEGA. A COMPARATIVE ANALYSIS OF GOD'S ROLE IN ENGLISH AND FRENCH DEMONOLOGICAL TREATISES (C. 1580-1648)

Abstract: During the Early Modern period, demonology became both one of the most vigorous branches of Christian theology and the paramount intellectual foundation of the European Witch-hunts. One of its salient concerns was to describe the relationship between God, devils and witches. The aim of the present article is to compare the way English and French demonologists interpreted the role of the creator in their witchcraft treatises, as an intent to demonstrate that the confessional gap between both groups of authors did not elicit a critical difference in their approach to the matter.

Keywords: God; Demonology; Witchcraft.

Propuesta

El presente artículo buscará comprender el rol de la divinidad en los tratados demonológicos ingleses y franceses dedicados a analizar el problema de la brujería entre 1580 y 1648. Para ello se tendrán en cuenta dos problemas fundamentales, el de la Providencia y el del permiso divino. El primero se relaciona con la existencia de un plan eterno e inmutable diseñado por Dios en el que todos los acontecimientos habidos y por haber juegan un papel y tienen una importancia específica para su cumplimiento. Sin importar lo nefastos o nocivos que puedan parecer sus consecuencias inmediatas, todas las calamidades -especialmente las asociadas con la magia nociva- acabarían redundando en un bien mayor y por ese motivo eran permitidas por la divinidad. El segundo eje tiene que ver con la existencia de una condición *sine qua non* para la intervención de los demonios en el mundo material: la autorización por parte de la deidad. La innegable importancia

¹ Email: mendezagustin@live.com.ar

que los autores ingleses otorgaron a ambas cuestiones ha sido considerada como síntoma de una excepcionalidad del pensamiento demonológico desarrollado dentro de las fronteras del reino británico más austral. Uno de los objetivos del presente texto radica en demostrar que tanto el providencialismo como la necesaria autorización divina no fueron nociones ni exclusiva ni prioritariamente inglesas, sino que, por el contrario, pueden hallarse en desarrollos teóricos patrísticos, escolásticos y en tratados demonológicos escritos en Europa continental en los siglos XVI y XVII. Esto tiene que ver con que los dos problemas a considerar, además de relacionarse entre sí, se vinculan con discusiones centrales de la teología y la cosmovisión cristiana, entre los cuales pueden destacarse el problema del mal, la lucha contra el dualismo y la relación entre Dios y los espíritus impuros. De esta manera, nos encontraríamos frente a discusiones en las que la fractura confesional entre católicos y protestantes no habría producido diferencias de fondo. Para comprobarlo se planteará una comparación respecto de las consideraciones que los demonólogos franceses sostuvieron en torno al providencialismo y la teoría del permiso. Si bien diferentes historiadores han señalado que ambos asuntos interesaron poco a demonólogos como Jean Bodin, Nicolás Remy, Henry Boguet o Pierre de Lancre, que a diferencia de los ingleses eran católicos y juristas en lugar de teólogos reformados, es una de las hipótesis a demostrar que ambas cuestiones también fueron importantes en sus postulados sobre la brujería y el estudio de los demonios. Así, se propone que para los tratadistas a una y otra orilla del Canal de la Mancha, el rol de la divinidad, la forma en que ejercía su control sobre la Creación, sus capacidades e intenciones presentaron semejanzas significativas.

Antecedentes: Providencia en Agustín y Tomás

La célebre frase "*Unde malum*" es aquella con la que Agustín de Hipona (354-430) sepultó su pasado maniqueo e inició la construcción de su teodicea cristiana, una en la que el mal en tanto principio y sustancia independiente no podía existir.² A diferencia de los seguidores del profeta persa Mani (c. 215-c.276),

² AGUSTÍN DE HIPONA. **De Libero Arbitrio** I, 1. Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 32, Paris: Garnier Frères, 1815-1875, col. 1221. Sobre la historia,

que defendían dos principios increados e independientes, uno el Bien y el otro el Mal, personificados por Dios y el Príncipe de las Tinieblas respectivamente³, el punto de partida argumental agustiniano era completamente monista. El mal no era nada en sí mismo, carecía de existencia intrínseca; no era más que ausencia de bien.⁴ Pese a ello, resultaba evidente que aquel existía y producía efectos reales, visibles y palpables en el mundo: había muerte, pestes, guerras, hambre y todo tipo de destrucción.⁵ Para explicar esta aparente contradicción, el nacido en Tagaste distinguió entre el mal natural y el moral. Dentro de la primera categoría incluyó, por caso, todas las catástrofes naturales y las enfermedades. En la segunda inscribió al pecado, es decir, las acciones humanas mediante las cuales los hombres se alienan de la divinidad y de sí mismos al desear abandonar la naturaleza excelente.⁶ Por medio de los pecados se producía un daño a quien recibía los efectos de la acción, pero también el pecador se dañaba así mismo puesto que por llevarlos a cabo veía su alma carcomida.⁷ Los primeros eran males que se sufrían y su autor era Dios, mientras que los segundos eran males que se hacían y su autoría era humana.⁸

Este punto resulta particularmente importante para nuestros objetivos porque está genealógicamente vinculado con la idea de la Providencia en Agustín. Desde luego, no fue el primer pensador cristiano en ocuparse del asunto. El

principios y expansión del maniqueísmo, véase: CIRILLO, Luigi; VAN TONGERLOO, Aloïs (eds.). **Manichaeism and Early Christianity**. Turnhout: Brepols Publishers, 1997. COYLE, John Kevin. **Manichaeism and its Legacy**. Leiden: Brill, 2009. VAN DEN BERG, Jacob et alii (eds.). **In Search of Truth. Augustine, Manichaeism and other Gnosticism**. Leiden: Brill, 2010. Para el pasado maniqueo del prelado de Hipona, consúltese: BROWN, Peter. **Augustine of Hippo. A Biography**. Berkeley: California University Press, 2000. p. 35-50. FORSYTH, Neil. **The Old Enemy. Satan and the Combat Myth**. New Jersey: Princeton University Press, 1987. p. 387-395. EVANS, Gillian. **Augustine on Evil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 7-29.

³ RUSSELL, Jeffrey Burton. **Satan. The Early Christian Tradition**. Ithaca: Cornell University Press, 1981. p. 164.

⁴ *"Cum omnino natura nulla sit malum nomenque hoc non sit nisi privationis boni"*. AGUSTÍN DE HIPONA. **De civitate Dei** XI, 22. Ed. DOMBART, Bernard y KALB, Alphons, Corpus Christianorum Series Latina, XLVIII, Turnholti: Brepols, 1955. p. 341.

⁵ RUSSELL, Jeffrey Burton. **Lucifer. The Devil in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 1984. p. 122.

⁶ *"Non est ergo, ut dixi, peccatum malae naturae appetitio sed melioris desertio. Et ideo factum ipsum malum est, non illa natura qua male utitur peccans"*. AGUSTÍN DE HIPONA. **De Natura Boni** XXXVI. . Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 42, Paris: Garnier Frères, 1815-1875, col. 562.

⁷ RUSSELL, J.B. Op. Cit. p. 200.

⁸ EVANS, G. Op. Cit., p. 114.

tratamiento de la cuestión puede hallarse ya en las Sagradas Escrituras, que, antes que nada, constituyen el relato del gobierno del mundo existente por parte de Dios.⁹ También fue un tema de considerable atractivo especulativo para los Grandes Padres Griegos. Basilio de Cesarea (c.330-379) asociaba el concepto con la acción siempre actual y bondadosa del Creador sobre su obra. Gregorio Nacianceno (c.329-389), por su parte, la consideraba como el medio por el cual la divinidad gobernaba el mundo y lo conducía hacia un mejor estado. Juan Crisóstomo (347-407), profundizando la orientación de sus contemporáneos, destacó que los hombres no escapaban de la acción precisa y particular de la deidad, por lo que incluso los peores sufrimientos que los victimizasen no eran más que malestares pasajeros y relativos ya que todo lo que ocurría tendía en última instancia a un bien superior.¹⁰ Aunque Agustín conocía poco la lengua griega y su influencia en la porción oriental del Imperio no fue considerable, su visión sobre la Providencia no difirió respecto de la de los teólogos mencionados.¹¹ Ninguno de sus tratados versa específicamente sobre el tema, su estudio está específicamente ligado al problema del mal. Dentro de su *corpus*, sin embargo, *De Civitate Dei* es la fuente principal para conocer su posición. En efecto, su *opus magnum* no habría sido escrita más que para reflejar cómo todo en la historia y el mundo de los hombres ha estado ordenado o autorizado por la Providencia.¹² Allí señala que es inconcebible (“*nullo modo est credendam*”) que el Ser Increado hubiera dispuesto la existencia de un universo detalladamente perfecto solo para dejar la historia de los hombres por fuera de su gobierno.¹³ Así, todo lo existente, desde lo más noble a lo más indigno, incluidos los males morales y naturales, forma parte de un plan establecido al comienzo de los tiempos por la divinidad, quien no

⁹ LEMONNYER, Antoine. Providence dans le Sainte Écriture. In: **Dictionnaire de théologie catholique**. Paris: Lateouzey et Ané, 1936. t. XIII/1, col. 934.

¹⁰ Para un resumen de la posición de los Padres orientales respecto de la Providencia, véase: SIMONIN, Henry. La Providence selon pères greqs. In: **Dictionnaire de théologie catholique**. Paris: Lateouzey et Ané, 1936. t. XIII/1, cols. 941-960.

¹¹ RUSSELL, J.B. Op. Cit. p. 186.

¹² PORTALIÉ, Eugène. Augustine (Saint). In: **Dictionnaire de théologie catholique**. Paris: Lateouzey et Ané, 1903. t. I/2, col. 2291.

¹³ AGUSTÍN DE HIPONA. **De civitate Dei** V, 11. p. 144.

sólo lo diseñó, sino que controla permanentemente su cumplimiento aun en los detalles ínfimos.¹⁴

Es justamente la idea de un plan providencial ideado y ejecutado por una divinidad omnisciente la que da coherencia definitiva al problema del mal en el pensamiento agustiniano. Su idea de la Providencia presupone la existencia en Dios de la sabiduría, la presciencia y la voluntad de crear y ordenar todas las cosas a fin de manifestar su propia bondad.¹⁵ Las consecuencias nefastas que, por ejemplo, tornados, terremotos y enfermedades mortales traen aparejadas son interpretadas de manera completamente negativa por la imperfecta perspectiva humana porque desconoce no sólo el funcionamiento del cosmos, sino también los detalles del esquema providencial.¹⁶ Eventos desgraciados como los mencionados tienen desde la perspectiva divina otro significado. Por medio de ellos, por ejemplo, puede castigar a los impíos y probar la fe de los justos. En otras palabras, aunque los hombres no fueran capaces de comprenderlo adecuadamente, aquellos servían a un bien mayor, a un propósito ulterior y más importante decidido por el Creador y, en consecuencia, indiscutiblemente justo, apropiado y benevolente.¹⁷

Con los males morales, aunque diferentes en esencia de los naturales, ocurre lo mismo. Aquellos consisten en la voluntad de una naturaleza racional que, ejerciendo su capacidad de libre albedrío, escoge pecar y, en consecuencia, alejarse del bien.¹⁸ El libre albedrío le fue dado al hombre precisamente para que pudiese decidir obrar rectamente, ya que sin la posibilidad de elegir en libertad entre hacer o no lo correcto, entre permanecer o no en Dios, el premio y el castigo no tendrían sentido.¹⁹ La libertad para escoger entre el pecado y la virtud, sin embargo,

¹⁴ *"Onne confirmat non solum totam istam mundi partem rebus mortalibus et corruptibilibus deputatam, verum etiam vilissimas eius abiectissimasque particulas divina providentia regi"*. AGUSTÍN DE HIPONA. **De Genesi ad Litteram** V, 21, 42. Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 34, Paris: Garnier Frères, 1815-1875, col. 336.

¹⁵ JONES, David. **Angels. A History**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 37-38.

¹⁶ RUSSELL, J.B. Op. Cit. p. 199.

¹⁷ *"Ita Deus omnipotens, Dominus universae creaturae, quifecit omnia, sicut scriptum est, bona valde, sic ea ordinavit, ut et de bonis et de malis bene faciat. Quod enim iuste fit, bene fit. Iuste autem sunt beati boni, et iuste mali poenas patiuntur. Ergo et de bonis et de malis bene facit Deus, quoniam iuste omnia facit"*. AGUSTÍN DE HIPONA. **De Agone christiano** VII, 7. Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 40, Paris: Garnier Frères, 1815-1875, col. 294.

¹⁸ EVANS, G. Op. Cit., p. 170. FORSYTH, N. Op. Cit. p. 400.

¹⁹ *"Deinde illud bonum, quo commendatur ipsa iustitia in damnandis peccatis recteque factis honorandis, quomodo esset, si homo careret libero voluntatis arbitrio? Non enim aut peccatum esset,*

también formaban parte de la providencia. De hecho, la divinidad conocía anticipadamente el camino que los hombres y los ángeles habrían de tomar y, pese a ello, permitió existir y contar con libre albedrío a aquellos que pecarían porque incluso esas acciones serían beneficiosas.²⁰ Tal como señaló en *De Civitate Dei*, juzgó más conveniente hacer un uso justo del mal que prohibir su existencia.²¹

El desarrollo teórico sobre la Providencia que el Doctor de la Gracia llevó a cabo durante las últimas cinco décadas de su vida pasaron a formar parte del *mainstream* teológico, una “reserva de sentido” para los teóricos posteriores.²² Tal es así que las especulaciones de Tomás de Aquino, uno de los filósofos más importantes del medievo y el teólogo más influyente del segundo milenio, sobre aquel tema podrían ser consideradas como una continuidad respecto de lo escrito por Agustín ocho siglos antes. El Aquinate, por ejemplo, también sostuvo la existencia de un plan divino, precedente a todo lo creado. En todas las cosas hay un ordenamiento preexistente en la mente de la divinidad. Esa razón de orden es lo que el fraile entiende por Providencia, a la que define como “*ipsa divina ratio in summo ómnium príncipe constituta, quae cuncta disponit*”.²³ Nuevamente, este control se plantea, además de en términos generales, específico y minúsculo.²⁴ Esa cuestión la resolvió definitivamente en la *Summa Theologica*, en cuya *pars I quaestio XXII*, titulada “De la Providencia divina” sentenció: “*omnia divinae providentiae subiacere, non in universali tantum, sed etiam in singulari*”.²⁵ Además de potencia creadora, la divinidad era una potencia interventora; su tarea durante la Génesis no había cesado, sino que se mantenía activa a través de su labor de

aut recte factum, quod non fieret voluntate. Ac per hoc et poena iniusta esset et praemium, si homo voluntatem non haberet liberam. Debit autem et in supplicio, et in praemio esse iustitia; quoniam hoc unum est bonorum quae sunt ex Deo. Debit igitur Deus dare homini liberam voluntatem”. AGUSTÍN DE HIPONA. **De Libero Arbitrio** II, 1.3, col. 1241.

²⁰ Agustín se cuida de indicar que la omnisciencia divina de ninguna manera la hace responsable de los males morales: “*Hinc ergo iam intellege qua iustitia Deus peccata puniat, quia quae novit futura, non facit*”. AGUSTÍN DE HIPONA. **De Libero Arbitrio** III, 4.11, col. 1276.

²¹ “*Non eis ademit hanc potestatem, potentius et melius esse iudicans etiam de malis bene facere quam mala esse non sinere*”. AGUSTÍN DE HIPONA. **De civitate Dei** V, 11. p. 691.

²² MUCHEMBLED, Robert. **Historia del Diablo. Siglo XII-XX**. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2004. p. 22.

²³ TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae** I, q. 22, a.1. Ed. Barbado Viejo, Francisco, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, t. 1, 1947. p. 824.

²⁴ OWENS, Joseph. Aristotle and Aquinas. In: Kretzmann, Norman; Stump, Eleonore (eds.). **The Cambridge Companion to Thomas Aquinas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 52.

²⁵ TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**, I, q. 22, a.2. p. 828.

conservación; la influencia de la deidad en el mundo no era más que una continuidad de su acto creador.²⁶

La idea de una Providencia sin restricciones también se vinculó en la obra de Tomás con el problema del mal. Según sus postulados, la causalidad divina también afectaba tanto a los acontecimientos virtuosos como a los dañinos, y en el caso de los seres humanos, a los honestos tanto como a los corrompidos.²⁷ Lo que distinguía a unos de otros, es decir, lo que hacía que algo o alguien fuera “malo” continuaba asociado como en Agustín con las nociones de privación, desviación, caída y ausencia.²⁸ Si bien es un tema aludido en buena parte de su obra, fue tratado específicamente en el *De Malo*. La cuestión es planteada mediante un silogismo sencillo: si todo lo que existe es bueno, y el mal, por definición, es lo opuesto de ambas premisas (la existencia y lo bueno), por lo tanto, no existe.²⁹ Ahora bien, que no exista, que no sea una cosa, no significa que no esté *en* las cosas. Está en tanto privación, por eso su “existencia” es conceptual (“*ens rationis*”) y no real (“*non rei*”).³⁰

Los efectos de la ausencia del bien, aunque al margen de la intención de Dios (*praeter intentionem Dei*) están incluidos en el ordenamiento que estableció, es decir, forman parte de su plan eterno.³¹ Continuando la ortodoxia agustiniana, el Creador permite pero no causa el mal.³² El hecho de que pueda existir se debe a que los defectos y las desviaciones potencian el bien en el universo, ordenándolo hacia su fin que es el Ser Increado y, en consecuencia, el bien supremo.³³ Esta idea

²⁶ GILSON, Etienne. **Thomism The Philosophy of Thomas Aquinas**, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002. p. 211.

²⁷ “*Causalitas autem Dei, qui est primum agens, se extendit usque ad omnia entia, non solum quantum ad principia speciei, sed etiam quantum individualia principia, non solum incorruptibilium, sed etiam corruptibilium*”. TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**, I, q. 22, a.2. p. 828.

²⁸ SOTTO POSADA, Gonzalo. La concepción de los ángeles y el origen del mal en Tomás de Aquino. **Cuestiones Teológicas**, Medellín, v. 33, n. 80, p. 365, 2006. CLARK, Stuart. **Thinking with Demons: The Idea of Witchcraft in Early Modern Europe**. Oxford: Clarendon Press, 1997. p. 45.

²⁹ “*Oportet igitur quod malum, quod universaliter opponitur bono, opponatur etiam ei quod est esse. Quod autem est oppositum ei quod est esse, non potest esse aliquid*”. TOMÁS DE AQUINO. **Quaestiones disputatae de Malo**, q.1, a.1. Ed. Opera Omnia iussu Leonis XIII, t. xxiii, París: Studium fratrum praedicatorum 1982. p. 5.

³⁰ TOMÁS DE AQUINO. **Quaestiones disputatae de Malo** q.1, a.3, p. 8-9.

³¹ TOMÁS DE AQUINO. **Scriptum super Sententiis Magistri Petri Lombardi** I, d. 47, q.1, a.4. Ed. Mandonnet, Roger Pierre, v. 2, París: P. Lethielleux, 1929. p. 1071.

³² SOTTO POSADA, G. Op. Cit., p. 56.

³³ “*Cum igitur Deus sit universalis provisor totius entis, ad ipsius providentiam pertinet ut permittat quosdam defectus esse in aliquibus particularibus rebus, ne impediatur bonum universo perfectum. Si*

puede observarse en las teorizaciones que el Aquinate desarrolló sobre los ángeles, uno de los temas que más profundamente estudió. Antes de proceder a su creación, la divinidad conocía que algunos se mantendrían en la gracia y otros pecarían.³⁴ Lo mismo antes de la generación de los primeros hombres. Aun así decidió que las criaturas intelectuales (ángeles y seres humanos) estuviesen dotados de libre albedrío para que unos escogiesen ser virtuosos y otros exactamente lo inverso.³⁵ En el caso de las naturalezas angélicas, autorizó que la rebelión de una parte de ellas (los que de allí en más serían identificados como demonios) tuviera lugar debido a que ese acto sedicioso sería instrumentalizado para, entre otras cosas, dar origen a la Encarnación del Verbo y la realización definitiva del plan providencial. Además de procurar el bienestar de la humanidad mediante la acción pedagógica de los ángeles buenos, encargados de guiar a los hombres hacia la gracia, la divinidad buscaría lograr el mismo fin por medio de los caídos, quienes testearían la convicción y firmeza de los hombres. Unos y otros, por lo tanto, estaban al servicio de la divinidad. Es así que las causas segundas (los demonios entre ellas) estaban completamente incluidas en la economía de la providencia, tenían un rol específico para su realización.³⁶ En otras palabras, para procurar el bien universal, Dios había permitido la rebelión cósmica de Satán y sus aliados, que serían utilizados para tentar y castigar a los hombres de manera que después de su pecado aquellos no quedasen excluidos de participar en el orden del universo.³⁷

A partir de este breve resumen de las posiciones de Agustín de Hipona y Tomás de Aquino, resulta evidente que desde el periodo patrístico hasta el auge de

enim omnia mala impedirentur, multa bona deessent universo". TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**, I, q. 22, a.2, p. 830.

³⁴ *"Deus sciat omnia non solum quae actu sunt, sed etiam quae sunt in potentia sua vel creaturae; horum autem quaedam sunt contingentia nobis futura; sequitur quod Deus contingentia futura cognoscat"*. TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**, I, q. 14, a.13. p. 590.

³⁵ *"Omnia igitur intellectualia liberam voluntatem habent ex iudicio intellectus venientem; quod est liberum arbitrium habere, quod diffinitur liberum de ratione iudicium"*. TOMÁS DE AQUINO. **Summa contra gentiles** II. 38. Ed. Opera Omnia iussu Leonis XIII, t. XIII, Paris: Studiorum fratrum praedicatorum, 1918. p. 162.

³⁶ *"Per hoc quod Deus habet immediate providentiam de rebus omnibus, non excluduntur causae secundae, quae sunt executrices huius ordinis, ut ex supra"*. TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**, I, q. 22, a.3. p. 568.

³⁷ *"Et hanc procurationem boni humani conveniens fuit per malos Angelos fieri, ne totaliter post peccatum ab utilitate naturalis ordinis exciderent"*. TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**, I, q. 64, a.4, pp. 602. BONINO, Serge. **Les anges et les Démons. Quatorze leçons de théologie catholique**. París: Parole et Silence, 2007. p. 219.

la escolástica, la teología cristiana planteó una cosmovisión completamente teocéntrica, basada en los principios de la omnipotencia, omnisciencia y omnibenevolencia divina. La participación de la deidad en su creación era siempre activa y constante. Esta doctrina permeó por completo el discurso demonológico durante la modernidad temprana, en el cual las intervenciones de los demonios y el accionar de las brujas, aunque indudablemente nocivos a primera vista, formaban parte de un plan divino cuyo objetivo era un bien último.³⁸

Providencia en los tratados demonológicos temprano-modernos

En un exhaustivo trabajo de investigación sobre la idea de la Providencia en Inglaterra durante los siglos centrales de la modernidad, la historiadora Alexandra Walsham explicó que la creencia en la existencia de un plan divino que guiaba el destino de la humanidad fue aceptada por una parte minoritaria de la población de aquel país, por lo que no había logrado erigirse como la explicación monopólica en relación a la causalidad de los acontecimientos beneficiosos o perjudiciales que le ocurrían al conjunto de los habitantes o a individuos particulares. Lo que existió, en cambio, fue una competencia entre interpretaciones tan distintas entre sí tanto en su origen como en su organización argumentativa que la autora las consideró ideologías rivales.³⁹ Por un lado, la que respetaba la idea de una causalidad de tipo providencial tal como la habían expresado Agustín y Tomás; por el otro, nociones de raigambre pre-cristiana como fortuna ("*fortune*"), destino ("*fate*") y la acción de una naturaleza independiente ("*Dame nature*") que no se organizaban entorno a una figura rectora que intervenía en la vida humana para darle sentido de acuerdo a un plan preestablecido.⁴⁰ La popularidad de explicaciones basadas en el azar o el materialismo dio origen a una ambiciosa campaña pedagógica liderada por miembros de la elite cultural, especialmente teólogos y pastores, con el fin de combatir aquellas teorías causales que se oponían a los postulados básicos de la

³⁸ ALMOND, Philip. **The Devil. A New Biography**. Ithaca-New York: Cornell University Press, 2014. p. 20.

³⁹ WALSHAM, Alexandra. **Providence in Early Modern England**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 20-21.

⁴⁰ WALSHAM, A. Op. Cit., p. 23. THOMAS, Keith. **Religion and the Decline of Magic. Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth Century England**. London: Penguin Books, 1971. p. 91.

ortodoxia cristiana. Esta intención de modificar las creencias de la población gozó de una aceptación prácticamente universal dentro del *mainstream* reformado, algo sin duda relacionado con el énfasis que Juan Calvino (1509-1564), el más influyente de los reformadores magistrales en Inglaterra, colocó en la soberanía divina y su incesable intervención en la esfera terrestre, rechazando así cualquier explicación basada en el azar:

Pour mieux éclaircir telle diversité, il est à noter que la providence de Dieu, telle que l'Écriture la propose, s'oppose à fortune et à tous cas fortuits. Et d' autant que ceste opinion a esté quasi receve en tous aages, encores aujourdhuy est en vogue, et tient tous les esprits préoccupez, assavoir que toutes choses aviennent de cas fortuit: ce qui devoit estre bien persuadé de la providence de Dieu, non seulement est obscurcy, mais quasi ensevely du tout.⁴¹

La brujería fue uno de los temas entorno a los cuales los providencialistas hicieron frente a quienes ofrecían explicaciones a las desgracias personales que rivalizaban con sus ideas. El hecho no puede resultar extraño, además de ser uno de los crímenes que mayor fascinación e interés despertaba en la población inglesa, el número de juicios había alcanzado sus cifras más elevadas entre los años 1580-1590, decenio en que aparecieron los primeros tratados demonológicos vernáculos, todos ellos cargados de un notable sentido providencial. Frente a enfermedades repentinas y muertes fulminantes explicadas popularmente a partir de poderes sobrenaturales de brujas, los demonólogos argumentaban que provenían de una divinidad cuyo dedo debía divisarse detrás de cada hecho inexplicable.⁴² Los demonólogos ingleses del periodo, todos protestantes y en su mayoría clérigos, predicadores y teólogos universitarios se ocuparon del tema con detenimiento.⁴³

⁴¹ CALVIN, Jean. **Institution de la Religion Chrétienne**, I, 14, 2. Ed. Baumgartner, Frank. París: Librairie de la Suisse Française, p. 90-91. Para las influencias del providencialismo de Calvino en los teólogos ingleses, véase: DONAGAN, Barbara. Providence, Chance and Explanation: Some Paradoxical Aspects of Puritan Views of Causation. **Journal of Religious History**, v. 11. p. 385-403, 1981. WALLACE, Dewey. **Puritans and Predestination: Grace in English Protestant Theology 1525-1695**. North Carolina: Chapel Hill, 1983.

⁴² OLDRIDGE, Darren. **The Devil in Tudor and Stuart England**. Gloucestershire: The History Press, 2010. p. 17.

⁴³ Los únicos dos de los aquí analizados que no pertenecía a la corporación teologal eran el médico John Cotta y John Stearne.

En su *Dialogue Concerning Witches and Witchcrafts* (1593), el pastor George Gifford (1548-1620) advirtió que las personas daban poca importancia (“*do so little consider*”) la soberanía y el poder de Dios sobre todas las cosas.⁴⁴ Uno de los aspectos cruciales de la Providencia se derivaba de las ideas de poder y control, por eso era frecuente que los teólogos utilizaran la frase “gobierno divino” como sinónimo de aquella.⁴⁵ En las demonologías inglesas abundaba la utilización de términos que destacaran la capacidad de mando de la divinidad. Gifford, por caso, subrayó su omnipotencia, haciendo hincapié en que era el “*soveraigne ruler over all*”.⁴⁶ En 1616, Thomas Cooper realizó su aporte al destacar que todas las existencias estaban bajo las órdenes de Dios: “*every creature is at his comand*”.⁴⁷ Ya en pleno gobierno de Carlos I, Richard Bernard (1568-1641) directamente aludió al “poder divino” como principio rector del universo al mencionar su capacidad para gobernar (“*govern*”) y determinar (“*disposing*”) la función de todo lo que allí existe.⁴⁸

Esta idea de gobierno divino, desde luego, no estaba asociada con una supervisión aleatoria, sino que implicaba la existencia de un curso de acción determinado conocido sólo por Dios. Por ello es que, en un sentido técnico, el concepto de Providencia en la tradición cristiana implica al mismo tiempo poder y conocimiento. La idea que amalgama ambas instancias es la de orden. El médico John Cotta (1575-1650), autor de *The infallible, true and assured witch* (1616), indicó que el Dios cristiano no era el de la confusión ni el del azar, sino el del orden.⁴⁹ Dentro del equilibrio supervisado se incluían, por ejemplo, los procesos que permitían al mundo funcionar. El propio Cotta señaló que la naturaleza, su desempeño, sus características y cualidades eran: “*the ordinary power of God, in the*

⁴⁴ GIFFORD, George. **A Dialogue Concerning Witches and Witchcrafts**. London: The Percy Society, 1843. p. 114.

⁴⁵ LEMONNYER, A. Op. Cit., col. 934.

⁴⁶ GIFFORD, G. Op. Cit., p. iii-iv.

⁴⁷ COOPER, Thomas. **The Mystery of Witchcraft**. London, 1617. p. 358.

⁴⁸ BERNARD, Richard. **A Guide to Grand Jury Men**. London, 1627. p. 174.

⁴⁹ COTTA, John. **The infallible, true and assured witch: or the second edition of the tryall of witchcraft**. London, 1625. p. 156.

ordinary course and government of all things".⁵⁰ Ese curso ordinario estaba prestablecido y era inmutable.⁵¹

La existencia de un andarivel divinamente limitado dentro de cuyas fronteras infranqueables transcurría la existencia cósmica era muy popular entre los ingleses autores de demonologías. El teólogo William Perkins (1558-1602) sostenía que incluso el clima estaba determinado con anticipación y que los seres humanos sólo podían intentar predecirlo, aunque sin ningún tipo de certeza.⁵² Estas ya estaban presentes en los tratados más tempranos. En el marco de la explicación de porqué la astrología y la adivinación eran disciplinas impías, Gifford señaló que en lugar de utilizarse como método para conocer eventos futuros, la observación de los cielos y la trayectoria de las estrellas únicamente debía practicarse como medio para contemplar y sorprenderse con la majestuosidad de la obra divina reflejada en "*the severall courses of planets, and their motions, and the same fixed by an unchangeable decree*".⁵³ Este tipo de afirmaciones no resulta extraño en quienes proponían la existencia de un Creador único y perfecto. Era absolutamente lógico que los hombres, impresionados por la enormidad y variedad tanto del entorno natural que tenían a su alcance como de aquel que escapaba a su conocimiento y su campo visual, consideraran que estaba a su cargo.

Con todo, la majestad del numen no podía ser completa si su influencia no alcanzaba también a los hechos más insignificantes y cotidianos. Esta idea fue planteada a partir de dos metáforas presentes en *Mateo* 10, 29-30 y recuperadas por los autores ingleses. En primer lugar, el evangelista señala que los cabellos de la cabeza de cada ser humano están contados, por lo que ni uno solo cae sin el conocimiento o intermediación divina, pasaje mencionado por Thomas Cooper: "*not so much as a haire of our heads can be touched unlesse the Lord dispose*".⁵⁴ Por

⁵⁰ COTTA, J. Ibidem. p. 143.

⁵¹ "*The ordinary unchangeable course of all things by God created*". COTTA, J. Ibidem., p. 49.

⁵² PERKINS, William. **A Discourse of the Damned Art of Witchcraft**. London, 1608. p. 22.

⁵³ GIFFORD, George. **A Discourse of the Subtill Practises of Devills by Witches and Sorcerers**. London, 1587. p. 12. El conflicto entre los representantes de la religión institucional y quienes practicaban la adivinación surgía del enfrentamiento entre el régimen de causalidad y explicación de los fenómenos sobre el cual descansaban ambos sistemas. Mientras que el cristianismo ordenaba interpretar los fenómenos como manifestaciones de los planes secretos de Dios, las prácticas astrológicas los concebían sujetos al movimiento de los cuerpos celestes y, por lo tanto, predecibles por medio de un arte o habilidad que se aprendía o heredaba. THOMAS, K. Op. Cit., p. 425.

⁵⁴ COOPER, T. Op. Cit., p. 358.

otra parte, el siguiente versículo bíblico refuerza la idea del anterior al indicar que hasta la caída de un gorrión al suelo es conocida por Dios. En su diálogo, Gifford condensó ambos fragmentos resaltando que sin la deidad a “*sparrow can not fall upon the ground. All the haires of our head are numbred*”.⁵⁵ Este nivel de control y atención sobre lo que ocurría en el mundo de los hombres no mermaba, sino que intensificaba tanto la soberanía como la magnificencia del Ser Increado.⁵⁶

Además de incluir la polarización entre los procesos generales y los acontecimientos particulares en el plan providencial, los demonólogos ingleses hicieron lo mismo con las bendiciones y las desgracias. Teniendo en cuenta que los documentos estudiados son tratados dedicados a analizar el problema de la brujería, lo infortunios personales a los que más atención dedicaron nuestros autores eran aquellos que popularmente se relacionaban con el poder destructivo de las brujas (*maleficium*). Estos solían diferenciarse de los demás debido a su carácter inesperado y sin causas aparentes más allá de la intervención de poderes ocultos y ajenos a la naturaleza humana. El mal que las víctimas sufrían y el que las hechiceras provocaban (las dos caras de la misma moneda) provenían del Creador. A partir de esta noción, los tratadistas buscaron combatir dos ideas profundamente arraigadas en la población: que las desdichas tenían origen humano y que eran intrínseca y necesariamente negativas.

En cuanto al primer punto, Perkins escribió: “*The parties bewitched must patiently beare the present annoyance, comforting themselves with this, that it is the Lords owne hand, by whose speciall providence it comes to passe*”.⁵⁷ Si antes mencionamos que la posición oficial de los teólogos ingleses era señalar que el dedo de Dios estaba detrás del funcionamiento y el orden a nivel cósmico, ahora queda claro que su mano también era la causante última de la brujería. Es por eso que cuando una persona sufría los embates de la magia nociva, su respuesta debía basarse en la paciencia y la confianza en los motivos por los cuales aquello ocurría.

⁵⁵ GIFFORD, G. Op. Cit, p. iv.

⁵⁶ CAMERON, Euan. **Enchanted Europe: Superstition, Reason, and Religion, 1250-1750**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 212-215.

⁵⁷ PERKINS, W. Op. Cit., p. 50.

Demonios y brujas no eran más que instrumentos de una voluntad superior que los utilizaba en beneficio de su plan eterno.⁵⁸

Esto nos lleva inmediatamente a la cuestión de porqué la Providencia contemplaba que ocurrieran sufrimientos derivados de la muerte de familiares, enfermedades propias, destrucción de bienes y pérdidas económica, los blancos principales de los maleficios. Nuevamente la respuesta remitía a la ontológica superioridad de la divinidad: sus designios eran humanamente inconcebibles.⁵⁹ El don de la omnisciencia le permitía conocer el medio más adecuado para conseguir el mayor bien, aun cuando ello significaba desviarse de la senda que aparentaba ser la correcta para tomar lo que Bernard denominó “*wandring bypaths*”.⁶⁰ En realidad, el camino trazado por la divinidad nunca tomaba desvíos o atajos, siempre conducía hacia un fin virtuoso. La interpretación de que existían distintos caminos era la forma en que los humanos trataban de comprender un esquema cuyo desenvolvimiento no conocían. Por ello explicaban las desgracias sufridas por individuos o colectivos como el resultado de la inescrutable sabiduría del Creador. Aunque más adelante profundizaremos en ello, aquí resulta oportuno señalar que para los autores ingleses, las personas atravesaban situaciones difíciles bien como prueba de su fidelidad a Dios o como castigo por haberse alejado del comportamiento virtuoso. En ambos casos, el resultado que se perseguía era positivo: medir la lealtad de los justos o escarmentar a los impíos. Por ello es que Cooper aseguraba que la deidad era capaz de obtener luz de la oscuridad.⁶¹ Para John Cotta, ángeles caídos y brujas formaban parte de aquella: “*Almighty God is able to use and command evill instruments unto good ends*”.⁶²

⁵⁸ Este es uno de los motivos por los cuales para los teólogos ingleses el crimen de brujería no estaba definido por el *maleficium*, que era siempre causado por los demonios, sino por el pacto con entidades infernales. De esa manera, cuando una persona era blanco de la magia nociva, no debía buscar la solución en la ejecución de la bruja -completamente inocente por su sufrimiento- sino en la introspección para conocer analizar su comportamiento y los motivos por los que Dios autorizó que los demonios lo atacasen. Véase: MÉNDEZ, Agustín. *To Accommodate the Earthly Kingdom to Divine Will: Official and Nonconformist Definitions of Witchcraft in England (ca. 1542-1630). Preternature: Critical and Historical Studies on the Preternatural*, PA, v. 6, n. 2. p. 278-309, 2017.

⁵⁹ WALSHAM, A. Op. Cit., p. 237. RUSSELL, Jeffrey Burton. **Mephistopheles. The Devil in the Modern World**. Ithaca: Cornell University Press, 1986. p. 45.

⁶⁰ BERNARD, R. Op. Cit., p. 18.

⁶¹ “*The Lord can raise light of darknesse*”. COOPER, T. Op. Cit., p. 44.

⁶² COTTA, J. Op. Cit., p. 164.

Tentaciones y castigos, entonces, no eran males en sí mismos, sino medios que la ignorancia del hombre (“*mans manifold ignorance*”) así catalogaba por desconocer las reservas y decretos de su hacedor.⁶³ Lo que determinaba la benevolencia de lo ocurrido era la voluntad divina, siempre orientada hacia la justicia y la perfección. Por ello, el cazador de brujas John Stearne (c.1610-1670) advertía en 1648 a sus lectores acerca de cómo interpretar lo que les ocurría: “*It is the Lord, let him doe what seemeth him good*”.⁶⁴ La omnipotencia, omnisciencia y omnibenevolencia quedaban protegidas en el pensamiento de los autores ingleses.

A partir de lo visto hasta aquí, resulta evidente que en las demonologías inglesas el papel de Dios en la historia no se había limitado al rol creativo. Además de aquella acción iniciática, el responsable de todo lo existente intervenía permanentemente en su obra. En este sentido, los demonólogos demostraron ser fieles seguidores de Calvino, quien escribió: “*Et de fait, le Seigneur s'attribue toute puissance, et veut que nous la reconnoissions estre en luy: non pas telle que les Sophistes l'imaginent, vaine, oisive, et quasi assopie: mais tousjours veillante, pleine d'efficace et d'action*”.⁶⁵ Eficacia y actualidad eran los términos adecuados para describir la participación de la deidad: no era un espectador pasivo del funcionamiento mecánico del mundo creado, tampoco un terrateniente absentista, sino una entidad enérgica que intervenía constantemente en los asuntos humanos.⁶⁶ Tal como señaló Walsham, este intervencionismo constante no constituía una contradicción con la existencia de un esquema providencial rígido, puesto que aquel estaba contemplado y fijado en el plan desde antes que el tiempo comenzara.⁶⁷

⁶³ COTTA, J. Op. Cit., p. 23.

⁶⁴ STEARNE, John. **A Confirmation and Discovery of Witchcraft**, London, 1648. p. 3.

⁶⁵ CALVIN, J. Op. Cit., p. 91. Sobre Calvino y el orden natural, consúltese: SCHREINER, Susan. **The Theater of his Glory: Nature and the Natural Order in the Thought of John Calvin**. Grand Rapids: Baker Academy, 1991.

⁶⁶ WALSHAM, A. Op. Cit., p. 2 y 29. La regla tiene una excepción: Reginald Scot (c.1538-1599). A pesar de haber considerado a Calvino como un maestro, el de Kent subvirtió por completo las ideas de reformador francés en relación a las intervenciones divinas. Scot hizo del providencialismo la raíz de su escepticismo en materia demonológica: la brujería tal como la entendían sus contemporáneos era imposible porque la divinidad no intervenía en los asuntos humanos. Véase: MÉNDEZ, Agustín. Las Brujas imposibles: la teología de Reginald Scot. Escepticismo radical y distanciamiento de la divinidad. **Tiempos Modernos**, Madrid, v. 24, n. 1, p. 1-36, 2012.

⁶⁷ WALSHAM, A. Op. Cit., p. 13.

En uno de sus conocidos estudios sobre la brujería en la Edad Moderna, William Monter señaló que prácticamente todos los tratados demonológicos escritos por autores protestantes se destacaron por haber insistido en una serie de temas en común, principalmente la extensión de la Providencia y el poder de Dios.⁶⁸ Los textos ingleses analizados hasta aquí podrían ser considerados como una expresión particular de esa afirmación general. Sin poner en discusión el postulado de Monter, creemos posible extenderla para incluir a otros demonólogos no protestantes. Los ejes hasta aquí analizados en los documentos de Inglaterra pueden hallarse también en los publicados por autores asociados al contexto cultural francés durante los siglos XVI y XVII. Los escritores francófonos escogidos para ser comparados con los de la otra orilla del Canal de la Mancha son Jean Bodin (1530-1596), Nicolás Remy (1530-1616), Henry Boguet (1550-1619) y Pierre de Lancre (1553-1631). Así como los demonólogos que redactaron y publicaron sus tratados en Inglaterra, aquellos también se caracterizaron por un considerable grado de uniformidad profesional y confesional. Interesante para la comparación, los autores de una y otra región provenían de universos intelectuales diferenciados tanto por su formación como por su orientación religiosa. Mientras los ingleses militaron la causa reformada en su tierra, es posible asegurar que Remy, Boguet y de Lancre se mantuvieron fieles al catolicismo, colaborando desde sus textos con la difusión de los estándares morales impulsados por la reforma tridentina.⁶⁹ El caso de Bodin, en cambio, resulta mucho más complejo. Es imposible encasillarlo en alguna de las ramas en que el cristianismo se dividió entre los siglos XVI y XVII, a punto tal que ha sido considerado un cripto-judío.⁷⁰

Asimismo, si los ingleses eran expertos hermeneutas y predicadores de las Escrituras, los francoparlantes lo fueron del sistema legal, sus códigos, leyes y

⁶⁸ MONTER, William. **Myth and Magic y Early Modern Europe**. Ohio: Ohio University Press, 1983. p. 31.

⁶⁹ Sobre el vínculo entre las disputas religiosas de finales del siglo XVI y comienzos del XVII con la teoría demonológica francesa, véase: PEARL, Jonathan. **The Crime of Crimes. Demonology and Politics in France 1560-1620**. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 1999. p. 1-148.

⁷⁰ En referencia al carácter judaizante de Bodin: ROSE, Paul. **Bodin and the Great God of Nature: The Moral and Religious Universe of a Judaiser**. Genève: Droz, 1980. BAXTER, Christian. Jean Bodin's Daemon and his Conversion to Judais. In: DENZER, Horst (Ed.). **Verhandlungen der internationalen Bodin-Tagung in München**, Munich, C.H. Beck, 1973. p. 195-212. Sobre su pensamiento religioso en general, véase: MESNARD, Pierre. La pensée religieuse de Bodin. **Revue du Seizième siècle**, París, v. 16, p. 77-121, 1929.

funcionamiento.⁷¹ Bodin, por ejemplo, fue uno de los juristas más influyentes de su generación. Luego de completar su entrenamiento legal en Toulouse, se instaló en la capital del reino donde ejerció como abogado en el tribunal supremo del país, el Parlamento de Paris, bajo cuya jurisdicción se encontraba la mitad de los súbditos del rey.⁷² La ocupación fundamental de Remy fue la de magistrado, tarea que comenzó desarrollando en la corte ducal de Nancy. En 1591 llegó al escalón supremo de la burocracia judicial local al ser nombrado fiscal general, posición que ocuparía hasta 1606.⁷³ Así, fue la punta de lanza del aparato judicial de uno de los estados europeos más severamente afectados por la cacería de brujas.⁷⁴ En el Franco-Condado, Boguet combinó sus tareas como jurista y juez. Su interés en la brujería provino principalmente de sus deberes como *grand juge* en St. Claude (1598-1609), donde juzgó y condenó a decenas de personas, construyéndose una fama como cazador y experto en la materia.⁷⁵ Perteneciente a la misma generación de Boguet, Pierre de Lancre fue el autor de la última gran demonología antes que el Parlamento de París profundizara su desconfianza hacia la criminalización de la brujería.⁷⁶ El *Tableau* fue el único tratado demonológico publicado dentro del territorio de Francia por un juez con participación activa en juicios por brujería en aquel reino.⁷⁷ Fue uno de los jueces designados directamente por Enrique IV (1553-1610) para responder a las alarmantes quejas de los habitantes de la región vasca ubicada en extremo sur del reino a raíz de un brote de brujería. Su intervención daría inicio al célebre proceso de la región de Labourd, donde aproximadamente ochenta acusados fueron escarmentados en la hoguera,

⁷¹ KRAUSE, Virginia. **Witchcraft, Demonology, and Confession in Early Modern France.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 6.

⁷² HAGEN, Rune. BODIN, Jean. In: GOLDEN, Richard (Ed.). **Encyclopedia of Witchcraft: The Western Tradition.** California: ABC Clio, 2006. p. 129.

⁷³ DILLINGER, Johannes. Politics, State-Building, and Witch-Hunting. In: LEVACK, Brian (Ed.). **The Oxford Handbook of Witchcraft in Early Modern Europe and Colonial America.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 532.

⁷⁴ BRIGGS, Robin. **Witches and Neighbors: The Social and Cultural Context of European Witchcraft.** London: Penguin Books, 1996, p. 38. BEHRINGER, Wolfgang. **Witches and Witch-Hunts. A Global History.** Cambridge: Polity Press, 2004. p. 130.

⁷⁵ MONTER, William. BOGUET, Henry. In: GOLDEN, R. (Ed.). Op. Cit., p. 133.

⁷⁶ SOMAN, Alfred. The Parlement of Paris and the Great Witch Hunt (1565-1640). **The Sixteenth Century Journal**, Kirksville, v. 9, n. 2, p. 40-41, 1978.

⁷⁷ PEARL, J. Op. Cit., p. 127.

convirtiéndose así en uno de los episodios de represión de la hechicería diabólica más rigurosos de la historia de Francia.⁷⁸

Ciertamente, las diferencias señaladas en las últimas páginas demuestran que la aproximación de franceses e ingleses al problema de la brujería y los postulados demonológicos partía de bases distintas. A primera vista, los intereses teóricos de un jurista o un magistrado parecerían distintos de los de un ministro o un teólogo. En relación con ello, Stuart Clark destacó que los tratados cuyos autores pertenecieron al campo reformado se diferenciaron de los católicos por no haber tenido un tono intelectual, sino homilético y evangélico. Sin embargo, si esa idea general se contrasta con los textos aquí seleccionados no resulta del todo precisa: ninguno de los *corpora* se caracterizó especialmente por su densidad teórica o academicismo. En efecto, es posible sostener que los puntos fundamentales del modo en que autores como Gifford, Perkins o Bernard entendieron la Providencia pueden hallarse en los escritos del cuarteto francés. Las supuestas diferentes herramientas conceptuales con las que contaban no los llevaron a conclusiones o interpretaciones opuestas.

Haciendo suyas palabras que perfectamente podrían hallarse en textos como los de Agustín, Tomás o Calvino, Jean Bodin escribió que la divinidad es “la causa eterna y primera de todo lo que existe”.⁷⁹ La *Opera Dei*, además, estaba caracterizada por tener un orden específico deseado y determinado por su único responsable.⁸⁰ Para el jurista, esta disposición se extendía al firmamento: “*Dieu a donné le mouvement aux cieux du commencement, comme celui qui donne le mouvement à l’orloge tant qu’il luy plaist*”.⁸¹ El curso y la trayectoria de los cuerpos celestes, por otra parte, fue adjetivado como “*invariable & immuable*”.⁸² Más de dos décadas después de la versión definitiva de la *Démonomanie*, de Lancre retomó esta aproximación. Intentando darle sentido a las complejas confesiones de los

⁷⁸ BRIGGS, Robin. **Communities of Belief. Cultural and Social Tensions in Early Modern France.** New York: Oxford University Press, 1995. p. 10-11. HENNINGSEN, Gustav. **El abogado de las brujas. Brujería vasca e Inquisición española.** Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 22.

⁷⁹ “*Dieu est la premiere cause eternelle*”. BODIN, Jean. **De la démonomanie des sorciers.** Paris: Jacques du Puys, 1587. p. 30r.

⁸⁰ PETITAT, André. L’écartèlement: Jean Bodin, les sorcières et la rationalisation du surnaturel. **Revue européenne des sciences sociales**, París, v. 30, n. 93, 1992. p. 86

⁸¹ BODIN, J. Op. Cit., p. 32r.

⁸² BODIN, J. Op. Cit., p. 56v.

testigos y acusados vascos, el autor del *Tableau* defendió la existencia de un plan que sentó las bases del funcionamiento de la naturaleza durante la constitución primera del mundo. Entre aquellas incluyó la existencia de la noche como el momento donde hombres y bestias recuperaban las fuerzas perdidas. Nada podía provocar la inversión de esa división y hacer del periodo diurno el de descanso y del nocturno el activo.⁸³ Eso se debía a que las horas del día, las estaciones, la luz, estaban vinculadas con el curso eterno y fijo de los astros, que no podía ser alterado por ninguna fuerza que no fuera Dios.⁸⁴

Más allá de la figura de la divinidad cósmica, creadora y garante permanente del universo, en los textos franceses también hay referencias a la preocupación de aquella por los detalles del mundo sublunar, específicamente los que involucraban al género humano. Nuevamente, una de las características más notables de la Providencia en relación al devenir de la humanidad era su carácter opaco e impenetrable. La imposibilidad de conocer la voluntad divina antes de que se manifestara fue rechazada por Remy. El magistrado auspició la común idea de un plan que afectaba a todos los hombres, pero que sólo era conocido por quien lo había diseñado.⁸⁵ Ni siquiera las entidades angélicas podían acceder al conocimiento del porvenir.⁸⁶ Eso se debe a que la existencia de distintos tiempos (pasado, presente y futuro) es propio de la inferioridad de los seres creados, que recurren a ese tipo de divisiones y clasificaciones cronológicas para ordenar sus propias limitaciones. Eso no ocurre con la deidad, para quien toda la existencia es un perpetuo presente.⁸⁷ El porvenir, coincidió Boguet en su *Discours*, “es un juicio

⁸³ “*L'ordre vniuersel qui a esté estably en cette premiere constitution du monde, qui est le sommeil and le repos de la nuict, donné aux hommes and à tous animaux pour rafraichissement de leurs labours*”. DE LANCRE, Pierre. **Tableau de L'inconstance des mauvais anges et Demons**. Paris: Nicolas Buon, 1612. p. 163.

⁸⁴ “*Ils ne peuvent aussi changer l'ordre and disposition des lumieres: comme d'arrester le cours du Soleil*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 172.

⁸⁵ “*Penes unum Deum esse rerum futurarum cognitionem, ac providentiam loquuntur omnes*”. REMY, Nicolás. **Daemonolatreiae libri tres**. Francofurti, 1597. p. 368.

⁸⁶ “*Quid ergo? Nos ne in eas angustias istis argumentis, atque exemplis coniiici patiemu: ut concedamus Deum nequissimae omnium, quas un quam condidit, naturae id communicare, quod eius in rerum humanarum dispensatione providentiam praecipue ostendit, ac demonstrat? Minime vero*”. REMY, N. Op. Cit., p. 370.

⁸⁷ “*Cui aliud nisi praesens tempus nullum est*”. REMY, N. Op. Cit., p. 373-374.

secreto de Dios”.⁸⁸ Una de las consecuencias lógicas de esta interpretación fue, como en los textos ingleses, la condena generalizada de la adivinación. Remy explicó que uno de los campos donde el Diablo buscaban imitar (“*aemulator*”) a Dios para engañar a los hombres era prediciendo el porvenir, el cuál en realidad sólo era conocido por el Creador.⁸⁹ Bodin, por su parte, señaló que una de las formas más eficientes de diferenciar los espíritus buenos de los perversos tenía que ver con la emisión de juicios sobre el porvenir y lo desconocido. Si permanentemente estaban dándole a conocer a los hombres supuestas revelaciones, no cabía duda que eran demonios, y brujos quienes recurrían a ellos.⁹⁰

Más arriba citamos un pasaje de la demonología de Bodin donde se describía al Creador como la primera causa. Ese fragmento es sucedido por otro donde el angevino termina de pulir su concepción sobre la relación de la divinidad con el mundo: “*de luy dependent toutes choses*”.⁹¹ Estas pocas palabras permiten evitar equívocos con otra frase mencionada del autor, donde aseguraba que el movimiento de los cielos había sido establecido como quien da cuerda a un reloj. El suyo, sin embargo, no es un dios que hubiese apartado la vista luego del Inicio, aquello que surgió luego sigue bajo su control y dependencia.⁹² En otra coincidencia con los autores ingleses, el Ser Increado es, entonces, una entidad decididamente intervencionista. Boguet, por ejemplo, señalaba que la mano de la divinidad nunca había sido tan fuerte como en la época en que le tocaba vivir.⁹³

Una de las áreas donde mejor se podía analizar la participación actual y efectiva de la deidad era la brujería, tópico a partir del cual los autores abordaron el problema del mal. Aquí también la influencia de Agustín y las similitudes con la tratadística inglesa resultan evidentes. Tal como veremos en el siguiente apartado,

⁸⁸ “*Et semblequ'il y eu en cela un secret jugement de Dieu*”. BOGUET, Henry. **Discourse exécration des sorciers**. Rouen: Romain de Beauvais, 1606. p. 12.

⁸⁹ REMY, N. Op. Cit., p. 371.

⁹⁰ “*Toutes ses Divinations Diaboliques sont defendues, & qui en use pour parvenir à quelque chose, cestuy-là est Sorcier. On void donc que la plus certaine marque pour iuger la difference des bons & malins esprits, de la pieté e impieté, & de voir si on adresse aux creatures au lieu du Createur, pour parvenir à lès desseings. Et d' autant qu'il y en a plusieurs qui s'abussent aux predictions, prennent le bien pour le mal, il est besoing declarer les predictions & presages*”. BODIN, J. Op. Cit., p. 22r.

⁹¹ BODIN, J. Op. Cit., p. 30r.

⁹² BAXTER, C. p. Cit., p. 94.

⁹³ “*La main de Dieu est aussi puissante, qu'elle à jamais esté*”. BOGUET, H. Op. Cit., p. 349.

los actos de magia nociva -como cualquier otro- existían únicamente en virtud de que Dios lo permitía. Antes de analizar la cuestión del permiso en detalle, puede plantearse que en los textos franceses actos dañosos como la brujería o entidades con inclinaciones netamente perversas como los demonios formaban parte del cosmos porque a partir de ellos podía producirse beneficios de mayor alcance. En este sentido, de Lancre señaló que la divinidad, conociendo que Satán se rebelaría momentos después de haber sido creado, de todas formas eligió que existiera porque la simple presencia de un enemigo tan poderoso haría posible que su propia gloria se manifestara con mayor potencia y claridad.⁹⁴ Para Bodin, la Providencia incluía en su desenvolvimiento pérdidas, sufrimientos y males tales como la existencia del demonio y sus aliados, sólo porque por medio de ellos se alcanzaba un “bien más grande”.⁹⁵ El principio monista de la ortodoxia cristiana quedaba así salvaguardado. El Hacedor era omnibenevolente, su naturaleza era pura y esencialmente buena, aborrecía el mal pero lo toleraba a cuenta de los efectos positivos y deseables que podrían obtenerse de sus consecuencias inmediatas.⁹⁶ Esto se refleja en dos ejemplos, uno referido en la *Démonomanie*, el otro en el *Tableau*. En el primero, Bodin se apoya en las *Sentencias* de Pedro Lombardo y afirma que incluso un ladrón que comete el cruel acto de asesinar a un viajero para quedarse con sus posesiones podía estar realizando una acción beneficiosa, puesto que la víctima podría haber sido un parricida que ya no podría cometer más crímenes, o bien un fiel servidor de Dios que quedaba liberado de la existencia terrenal para recibir las bendiciones de la vida celestial.⁹⁷ En el segundo, de Lancre explicó que los actos de infanticidio por medios diabólicos son permitidos porque la pérdida de la vida del niño evitaba el deterioro espiritual

⁹⁴ “Tellement qu'on a quelque iuste raison d'admirer de ce que Dieu tout-puissant se soit voulu donner un ennemy si puissant luy-mesme, si ce n'est qu'on die qu'il l'a fait pour sa plus grande gloire”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 28-29.

⁹⁵ “Dieu ne permettoit iamais, qu'il se feist mal quelconque, si ce n'estoit afin qu'il en reussit vn plus grãd bien”. BODIN, J. Op. Cit., p. 6v.

⁹⁶ “Dieu, qui de sa nature est seul bon, ne peut faillir, ny faire chose qui de sa nature ne soit bonne”. BODIN, J. Op. Cit., p. 6r.

⁹⁷ “Le maistre des sentences passe plus outre, car non seulement il tient que toutes les creatures de Dieu sont bonnes, ains aussi toutes actions qui sont meschantes en soy sont bonnes par relation, comme le voleur qui a assassiné le passager pour avoir sa despouille a commis un acte cruel & capital en soy, & neantmoins il ne sçait pas qu'il a, peut estre, tué un parricide, ou qu'il a tiré des calamitez de ce mnde celuy que Dieu aymoit”. BODIN, J. Op. Cit., p. 5r.

producido a raíz de los pecados de la juventud y la adultez, de manera que llegaba más rápido a la gloria del padre y en un estado de pureza.⁹⁸ Como era costumbre, el magistrado señalaba que no se podía comprender los motivos por los cuales la divinidad escogía lograr sus objetivos (“*secrète disposition & volonté a nous incognue*”) mediante la autorización de acciones que los seres humanos no podían interpretar más que como ontológicamente depravadas.⁹⁹ Boguet, no sin cierta resignación, afirmaba que poco más quedaba para los hombres que satisfacer sus inquietudes pensando que el gran Maestro del universo no hacía nada sin una causa.¹⁰⁰

Permiso y ministerialidad

En el esquema que hemos descrito hasta aquí, todo lo existente cumple una función determinada con antelación. Incluso el mal forma parte de la economía providencial. A lo largo de la historia cristiana, aquel concepto ha sido objetivado en la figura de Satán y sus secuaces diabólicos. Este apartado se centrará en el permiso que recibe de la divinidad para actuar en el mundo material y su rol como ministro de la Corte Celestial.

La figura de referencia para comenzar dicho análisis es, nuevamente, Agustín de Hipona. Como ocurrió frecuentemente entre los teólogos del periodo patrístico, el de Tagaste remarcó en sus trabajos que el demonio podía manifestarse activamente en el mundo únicamente si contaba con autorización de la divinidad. Cualquier efecto que produjera en la Tierra, fuera ilusorio o real, no era más que el reflejo de su sometimiento. Por ello, en *Enarrationes in Psalmos*, demanda que sus lectores atribuyan siempre a Dios los males que sufrían, puesto que el Ángel Caído no podía hacer nada sin su venia.¹⁰¹ Ahora bien, esa licencia que

⁹⁸ “*Dieu permet que Satan nuise ainsi aux enfans innocens: que pour les, baptisez, il ne le scauroit faire sans la permission de Dieu, and que Dieu le permet, par ce que par leur mort prematuree, ils sont preseruez de plusieurs enormes pechez que Dieu a preueu de tout temps que l'occasion and l'aage leur eussent fait commettre: de maniere qu'ils sont rauis au ciel heureux and bien asseurez que l'aage and la malice ne pervertiront leur entendement*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 121-122.

⁹⁹ DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 10.

¹⁰⁰ “*Me contenteray tousjours de croire que ce grand maistre de l' univers ne fait rien sans occasion*”. BOGUET, H. Op. Cit., p. 25.

¹⁰¹ AGUSTÍN DE HIPONA. *Enarrationes in Psalmos* LXI, 20. Ed. DEKKERS, Eligius. *Corpus Christianorum Series Latina*, XXXVIII, Brespols: Turnholti, 1956. p. 243.

el Creador otorgaba no era azarosa, sino que estaba orientada fundamentalmente a cumplir dos objetivos: castigar a los impíos y probar a los justos: *“permitti autem iustitia, qua reguntur omnia, sive probationis causa, sive vindictae, vel ad damnationem, vel ad correctionem irrogatae”*.¹⁰² No por casualidad este fragmento proviene de los comentarios al Libro de Job. En el celeberrimo relato bíblico, el Adversario le dice a Dios que el Patriarca lo amaba solamente en virtud de las riquezas materiales y espirituales con las que había sido agraciado, por lo que en cuanto su fortuna, familia y salud desaparecieran, lo mismo ocurriría con su fe. El desafío consistía entonces en que el diablo atacara a Job y pudiera probar su punto. Más allá del conocido final del reto (el protagonista soportó las más terribles calamidades con un inquebrantable respeto hacia su Creador) lo más interesante para nuestro análisis es que las plagas, enfermedades, destrucciones y muertes causadas por el Príncipe de las Tinieblas sólo ocurrieron luego de haber obtenido el consentimiento divino, después de que la deidad hubiera establecido los parámetros en que la apuesta debía desenvolverse y los límites que no podrían quebrantarse en su desarrollo.¹⁰³ De allí que Agustín comentara que Satán poseía poder tanto sobre los hombres como sobre los elementos, pero que le venía de Dios.¹⁰⁴ Fue propio del pensamiento de los Padres de la Iglesia, siempre vigilantes ante las tendencias dualistas, haber descrito al Enemigo como una entidad poderosa pero estrictamente limitada.¹⁰⁵ En palabras del Doctor de la Gracia, era un poder que estaba sometido a otro.¹⁰⁶ Esta versión del demonio, por lo tanto, sufría un severo caso de insatisfacción, puesto que siempre causaba menos daño del que deseaba.¹⁰⁷ De esta manera, aquel y sus cómplices se habían convertido luego de su rebelión en ministro de Dios, en servidores de su voluntad, en

¹⁰² AGUSTÍN DE HIPONA. **Annotationes in Iob** I, 38. Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 34, Paris: Garnier Frères, 1815-1875, col. 874

¹⁰³ KELLY, Henry Ansgar. **Satan in the Bible, God’s Minister of Justice**. Oregon: Cascade Books, 2017. p. 9-10.

¹⁰⁴ *“Notandum autem quomodo in hominibus habuerit potestatem, et in elementis, sed tamen datam a Deo”*. AGUSTÍN DE HIPONA. **Annotationes in Iob** I, 1, col. 826.

¹⁰⁵ CAMPAGNE, Fabián Alejandro. Demonology at a Crossroads: The Visions of Ermine de Reims and the Image of the Devil on the Eve of the Great European Witch-Hunt. **Church History**, Cambridge, v. 80, n. 3, p. 10, 2011.

¹⁰⁶ *“Quia potestas ista sub potestate est”*. AGUSTÍN DE HIPONA. **Enarrationes in Psalmos** XLI, 20. p. 778.

¹⁰⁷ *“Diabolus potestas quaedam est; plerumque tamen vult nocere”*. AGUSTÍN DE HIPONA. **Enarrationes in Psalmos** LXI, 20. (*Corpus Christianorum Series Latina*, XXXVIII. p. 778).

herramientas de su providencia. El demonio no tenía ningún derecho o potestad sobre los hombres, pero la divinidad en ocasiones le permitía ejercer aquello de lo que carecía de manera controlada para cumplir con el esquema providencial.¹⁰⁸ Podían hacer tanto como se les permitiera.¹⁰⁹ Por eso la deidad había elegido crear a los ángeles que sabía que luego buscarían derrocarlo, porque acabarían siendo útiles a sus fines: otorgarles permiso de acción era un medio para hacer el bien.¹¹⁰

El teólogo norafricano eligió graficar el estado de servidumbre de los demonios a la voluntad divina refiriendo a uno de signos que más claramente se asocian con aquel: la cadena. Tanto en sus comentarios a los Salmos como en *De Civitate Dei*, el Enemigo es descrito como una entidad encadenada que sólo sentía sus grilletes aflojar cuando Dios consideraba que ello era beneficioso, como ocurrió frente a la posibilidad de tentar a Job para confirmar su beatitud: "*Alligatus est quidem diabolus, ne faciat quantum potest, ne faciat quantum vult; tamen tantum tentare sinitur, quantum expedit proficientibus*".¹¹¹ La divinidad restringía o liberaba a su instrumento de prueba y castigo de acuerdo a las necesidades de su plan.¹¹²

Luego de consolidarse durante el primer milenio cristiano, esta forma de entender la relación entre Dios y el diablo mantuvo su influencia durante el segundo. En un artículo reciente, Fabián Campagne trazó una continuidad entre los paradigmas demonológicos de Agustín de Hipona y Tomás de Aquino, aunque proponiendo una lista de correcciones e innovaciones introducidas por el fraile italiano que alteraron el tono de la mitología demoníaca heredada de los Padres. Esta fusión entre lo arcaico y lo moderno, propone el historiador argentino, dio origen a un humus conceptual que sirvió de fundamento intelectual para el desarrollo de la caza de brujas durante la modernidad temprana.¹¹³ Uno de los

¹⁰⁸ KELLY, H.A. Op. Cit., p. 165.

¹⁰⁹ "*Possunt, quantum secreto Omnipotentis arbitrio permittuntur*". AGUSTÍN DE HIPONA. **De civitate Dei** II, 23. p. 58.

¹¹⁰ RUSSELL, J.B. Op. Cit., p. 188.

¹¹¹ AGUSTÍN DE HIPONA. **Enarrationes in Psalmos** LXIII, 1, 808.

¹¹² "*Nec daemones aliquid operari secundum naturae suae potentiam (quia et ipsa angelica creatura est, licet proprio vitio sit maligna), nisi quod ille permiserit, cuius iudicia occulta sunt multa, iniusta nulla*". AGUSTÍN DE HIPONA. **De civitate Dei** XVIII, 18. p. 608.

¹¹³ CAMPAGNE, F.A. Op. Cit., p. 1-31. Sobre los orígenes de la demonología tardo-escolástica, véase: LEVACK, Brian. **The Witch Hunt in Early Modern Europe**. New York: Routledge, 2006. p. 30-73. Clark, S. Op. Cit., p. 151-311. STEPHENS, Walter. **Demon Lovers. Witchcraft, Sex and the Crisis of**

puntos de la perspectiva agustiniana revisados por el Aquinate fue el del permiso. En términos generales, el dominico reprodujo la vulgata patrística. En la *Summa contra gentiles*, en el marco de la discusión del tipo de reverencia que se le debía a personajes más eminentes del culto y la historia cristianas, explicó que el más alto (*latría*) estaba reservada exclusivamente a Dios en su calidad de señor (*dominus*). Lo que lo hacía merecedor tanto de la forma más magnífica de veneración como del título mencionado era su capacidad de dar órdenes a todos y no recibirlas de nadie. Por ello, el Ser Supremo era *dominus* y no *minister*, término que denominaba a quienes obedecían voluntades ajenas. Los ángeles, tanto los que se mantuvieron fieles como los que fueron expulsados, ejecutan la órdenes de la divinidad (“*ministrare dicuntur et Deo, cuius ordinationem exequentur*”) en su provecho y, por lo tanto su condición es la ministerialidad.¹¹⁴

Tal como mencionamos páginas más arriba, la intención y la Providencia divina se orientan siempre hacia la consecución del bien, aunque unas veces de forma directa y otras indirecta. La primera tiene que ver con la utilización de los ángeles buenos, cuando por medio de ellos acerca a los hombres al bien o los aleja del mal. La segunda, en cambio, instrumentaliza a quienes acompañaron a Lucifer, para que pongan a prueba la fe del género humano y así ejercitarlos en sus virtudes.¹¹⁵ Esta idea fue profundizada en un pasaje de los comentarios a las Sentencias de Pedro Lombardo, en el que Tomás señaló que además de probar a los justos, los demonios castigan a los condenados. Sea cual fuere la causa para instrumentalizar su existencia, la condición necesaria para que los espíritus impuros pudiesen actuar provenía siempre del Creador.¹¹⁶

Belief. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. BOUREAU, Alain. **Satan the Heretic. The Birth of Demonology in the Medieval West.** Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

¹¹⁴ TOMÁS DE AQUINO. *Summa contra gentiles* III, 120. p. 412.

¹¹⁵ “*Bonum autem hominis dupliciter procuratur per divinam providentiam. Uno modo directe, dum scilicet aliquis inducitur ad bonum et retrahitur a malo, et hoc decenter fit per Angelos bonos. Alio modo indirecte, dum scilicet aliquis exercetur, impugnatus, per impugnationem contrarii. Et hanc procuracionem boni humani conveniens fuit per malos Angelos fieri, ne totaliter post peccatum ab utilitate naturalis ordinis exciderent*”. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, I, q. 64, a.4. p. 602.

¹¹⁶ “*Ad sapientiam etiam divinae pertinet ut quae a Deo sunt ordinata sint ab eo a quo omnis potestas est ... et ideo potestas daemonum ad exercendum homines, et puniendos damnatos, a Deo est; et ideo ordinata per gradus praelationis debet esse*”. TOMÁS DE AQUINO. *Scriptum super Sententiis Magistri Petri Lombardi* II, d. 6, q.1, a.4. p. 169.

Hasta aquí, las ideas de ambos teólogos no presentaban diferencias. La disparidad se produjo a partir de los detalles dados por el dominico en relación a las características del necesario permiso divino para las intervenciones demoníacas. El Aquinate moderó la absoluta heteronomía característica de la propuesta agustiniana. Como señaló Hans Peter Broedel, en el *corpus* tomista Satán y sus seguidores no dejaron de ser esclavos de Dios, pero habrían tenido un mayor grado de autonomía.¹¹⁷ En la *Summa Theologica* se señala la existencia de una distinción entre el permiso directo, concreto y específico que la divinidad le otorga al demonio para castigar y uno más laxo y general para tentar.¹¹⁸ En otras palabras, Dios señalaba con suma precisión quiénes debían ser escarmentados por mediación diabólica, pero entregaba una autorización prácticamente universal para inducir a los hombres a cometer acciones reprobables. Una vez más, no es que la licencia divina no fuese necesaria, sino que era concedida con menos restricción que aquella asociada con acciones netamente punitivas.¹¹⁹ Tomás redefinió la teoría del permiso de manera que aquel, al menos en parte, quedó convertido en poco más que una supervisión; de esta manera los demonios y las brujas poseían una capacidad menos restringida para probar a los seres humanos mediante los maleficia que los primeros realizaban y las segundas fomentaban.¹²⁰ Esta reformulación del permiso liberó al demonio agustiniano de las limitaciones que tenía para tentar; lo que en la teoría del periodo patrístico había quedado latente, en la escolástica pudo materializarse, estableciéndose las bases de las especulaciones demonológicas de la modernidad temprana.

Tanto en los demonólogos ingleses como en los franceses pueden observarse rastros y huellas de las teorizaciones de los dos santos sobre la ministerialidad de los demonios y la teoría del permiso, convertidas para los siglos XVI y XVII en parte de sentido común de la ortodoxia cristiana. Incluso, es posible plantear que, como ocurrió antes con el providencialismo, no puede establecerse

¹¹⁷ BROEDEL, Hans Peter. **The Malleus Maleficarum and the Construction of Witchcraft.** Manchester: Manchester University Press, 2003. p. 72.

¹¹⁸ “*Ad primum ergo, dicendum quod mali angeli impugnant homines dupliciter. Uno modo, instigando ad peccatum. Et sic non mittuntur a Deo ad impugnandum, sed aliquando permittuntur secundum Dei justa iudicia. Aliquando autem impugnant homines puniendo. Et sic mittuntur a Deo*”. TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**, I, q. 114, a.1. p. 969-971.

¹¹⁹ CAMPAGNE, F.A. Op. Cit., p. 18.

¹²⁰ HAUSTEIN, Jörg. Aquinas, St. Thomas. In: GOLDEN, R. (Ed.). Op. Cit., p. 53-54.

una fractura entre los textos de ambas regiones en base a si privilegiaban la perspectiva agustiniana o la tomista, especialmente porque entre estas dos no existía una brecha sino una continuidad revisada.

Manteniéndose congruentes con la creencia en la existencia de un orden providencial que armonizaba el universo, los demonólogos ingleses establecieron una inquebrantable relación de jerarquía ente Dios y los demonios, cuya manifestación más cruda era que el primero disponía a voluntad de los segundos: *“Almightie God doeth use Satan for to worke his signes and judgements in the heavens, in the ayer, and in the earth”*.¹²¹ Si bien la divinidad podía intervenir en su creación de manera directa y sin necesidad de causas secundarias, escogía hacerlo por medio de los ángeles caídos.¹²² Los textos redactados en Inglaterra mantenían el tópico de la ministerialidad demoníaca. Dentro de sus tareas típicas se encontraban esencialmente dos: la de verdugos y la de examinadores de conciencia. Como indicó Gifford, los demonios eran herramientas que Dios utilizaba no sólo como ejecutores de su venganza sobre los réprobos, sino también para asaltar, tentar, vejar y enseñar el camino de la rectitud a sus elegidos.¹²³ El clérigo Henry Holland (1556-1603), coincidiendo con su colega, señaló que ejecutan la justicia divina contra los hijos de la desobediencia y también afligen a los santos.¹²⁴ Décadas después, el pastor Thomas Cooper caminaba en tierras conocidas por sus antecesores al sentenciar que las entidades diabólicas azotaban a unos como consecuencia de su naturaleza impía, mientras que a otros los acosaban para probar o despertar su fe, para inclinarlos al arrepentimiento, o directamente liberarlos de las miserias del mundo terrenal y empujarlos hacia la vida eterna.¹²⁵

¹²¹ HOLLAND, Henry. **A Treatise Against Witchcraft**. London, 1590. p. 56.

¹²² *“All chastisements come from God, whether they be such as hee doth with his owne hand inflict: or such as hee giveth the devill point to lay uppon men”*. GIFFORD, G. Op. Cit., p. 55-56.

¹²³ *“I confess ye the devils are instruments which God useth not only to be executioners of vengeance upon the reprobate, and to plague the wicked: but also to assault, to tempt, to vex and to chastise his deere children.”* GIFFORD, G. Ibidem. p. 62-63.

¹²⁴ *“Execute his iustice vpon all the children of disobedience: yea and to afflict his Saintes, as after as the Lord knoweth it expedient for his glorie, and their salvation”*. HOLLAND, H. Op. Cit., p. 56.

¹²⁵ *“For the cause, If the Lord afflict his children with this scourge, neither is it in anger, or simply as a punishment of sin, though the Lord may intend the chastisement of the sinner heereby: But especially, 1. To Try their faith: 2. To provoke to repentance 3. And so to take them heereby out of this miserable world”*. COOPER, T. Op. Cit., p. 254.

Tanto en su condición de castigador como en la de inspector, Lucifer y sus émulos actuaban en reacción a una voluntad ajena, como observó Richard Bernard: *“the Divell and evill spirits, through Gods permission, may doe much evill unto the godly for their tryall, and unto the wicked for their punishment”*.¹²⁶ Este punto señalado por el teólogo y ministro fue una fijación de todos los ingleses que escribieron tratados sobre la brujería entre los siglos XVI y XVII. La autorización de la divinidad era necesaria para que los seres preternaturales pudieran desplegar cualquier portento. John Cotta, por caso, advirtió que los espíritus podían causar enfermedades, pero únicamente en virtud del permiso.¹²⁷ Lo mismo planteó Gifford sobre la posibilidad de que se manifestaran visiblemente y hablaran con seres humanos *“when God doth permitte”*.¹²⁸ La habilidad para posarse sobre objetos y moverlos rápidamente de un lugar a otro, así como para penetrar en diferentes elementos también estaban atadas a la misma clausula condicional: *“if God permit”*.¹²⁹

De esta forma, en la tratadística inglesa el Adversario también estaba limitado. Perkins resumió esta propuesta en una oración: *“Doubtless, his malice reacheth further, and consequently his will and desire; but God hath restrained his power, in the execution of his malicious purposes, whereupon he cannot goe a whit further, then God gives him leave and liberties to goe”*.¹³⁰ Gifford repitió de manera casi textual el párrafo de Tomás de Aquino en el que distinguía entre quién era Señor y quiénes ministros, así como el motivo en el que se basaba esa diferencia: los segundos no ejercían una autoridad absoluta, sino cierto poder cuando el primero (quien sí tenía aquel atributo) aflojaba las cadenas que lo apresaban para darle rango de acción.¹³¹ Holland denominó las facultades del Enemigo como un “poder débil”, puesto que no era capaz de causar efectos si la deidad no le daba la

¹²⁶ BERNARD, R. Op. Cit., p. 68.

¹²⁷ *“That the Divell can both inflict diseases, and cure where God permitteth”*. COTTA, J. Op. Cit., p. 6.

¹²⁸ GIFFORD, G. Op. Cit., p. 42.

¹²⁹ PERKINS, W. Op. Cit., p. 12-13.

¹³⁰ PERKINS, W. Op. Cit., p. 17.

¹³¹ *“They doe not exercise power and authoritrie which is absolute, and at their owne will and appointment, but so farre as God letteth foorth the chaine to give them scope”*. GIFFORD, G. Op. Cit., p. 22.

autorización para ejecutar su voluntad.¹³² No era dueño de su destino, menos aún un agente libre; su infinita malicia colisionaba permanentemente con su limitado poder.¹³³ En este sentido, como Euan Cameron oportunamente advirtió, aunque el lenguaje remitiera a las ideas de permiso y autorización, en realidad eran mandatos y prescripciones que el Creador imponía.¹³⁴

Hasta aquí, la revisión de la ministerialidad demoníaca y la dependencia del permiso en los textos ingleses no se alejaba de aquellos registros en los que Agustín y Tomás coincidían. Sin embargo, es posible hallar evidencias de que la revisión tomista, aquella que sirvió de puntapié al discurso demonológico radical, no pasó desapercibida en Inglaterra. Tal como señalara Nathan Johnstone en un libro publicado en la década pasada, los puritanos ingleses estaban obsesionados con la permanente presencia y amenaza demoníaca en la vida cotidiana. Aquella se manifestaba principalmente (aunque no exclusivamente) en las tentaciones espirituales e interiorizadas. El estudio de diarios íntimos de los *godly*, sermones de pastores y otros textos devocionales, llevaron al historiador a concluir que, a diferencia de los católicos, los puritanos consideraban que la tentación demoníaca no era un evento puntual, sino una condición de vida, un estado perenne de la existencia humana.¹³⁵ Teniendo en cuenta lo visto anteriormente, es posible asociar la idea de Johnstone con la existencia de una suerte de permiso general de la divinidad hacia el demonio para tentar a todos los seres humanos. Sería posible plantear que las tentaciones constantes no estarían asociadas con órdenes específicas y *ad hoc* por parte del Creador, sino más bien con la supervisión laxa y general referida por Tomás.

Aunque los mencionó ligeramente en su investigación, Johnstone no basó su trabajo en los tratados demonológicos. Ello no es óbice para creer que en aquellos

¹³² “As for Sathans might, it is but weake: if the Lorde graunt him not strength to execute his will”. HOLLAND, H. Op. Cit., p. 56.

¹³³ “Consider the limited power of Sathan, and so to depend uppon an higher Power of the Divine Maiestie”. COOPER, T. Op. Cit., p. 229. “That Sathan can goe no further herein then the Lord permitteth: though his malice be infinite, yet his power is limited”. HOLLAND, H. Op. Cit., p. 56.

¹³⁴ CAMERON, Euan. Angels, Demons, and Everything in Between: Spiritual Beings in Early Modern Europe. In: COPELAND, Claire; MACHIELSEN, Jan (eds.). **Angels of Light? Sanctity and the Discernment of Spirits in the Early Modern Period**. Leiden-Boston: Brill 2013. p. 32.

¹³⁵ JOHNSTONE, Nathan. **The Devil and Demonism in Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 94.

documentos, escritos todos por zelotes protestantes, no puedan hallarse rastros de los acosos diabólicos permanentes y, en consecuencia, de la mencionada idea del Aquinate. El *Discourse* de Gifford puede aclarar este punto. Allí, más allá de los pasajes de clara inspiración agustiniana, es posible advertir otros poco destacados usualmente. Por ejemplo: no siempre era necesario que la autorización divina fuera directa, no siempre era una orden. Gifford aseguró que era posible que el demonio *eligiera* castigar y tentar específicamente a algunos hombres por creer que la divinidad le daría permiso, ya sea por la vida pecaminosa que llevaban o porque merecían ser inducidos a cometer errores.¹³⁶ En ello hay una diferencia sutil pero importante: aparece un mayor grado de autonomía diabólica. Creyendo que eso era lo que Dios deseaba, el Príncipe de las Tinieblas (o uno de sus subordinados) decidía actuar como verdugo o examinador.¹³⁷ Ello no necesariamente presentaba contradicción con la postura que el demonólogo tenía respecto de la Providencia o a ministerialidad del Diablo, puesto que aunque escribió sobre una mayor capacidad de iniciativa, los castigos y las tentaciones, como siempre, dependían en última instancia de la voluntad final del Creador.¹³⁸ El demonio tenía cierto espacio para intentar llevar algo a cabo, pero si ello ocurría *efectivamente* era merced a que la divinidad no se oponía. Lo que se reconoce, pues, es que existen instancias donde es posible interpretar que había un mayor nivel de autonomía, una cadena que podía mostrar diferentes grados de tensión y hasta estar totalmente relajada, aunque nunca dejaba de adornar el cuello del Maligno.

¹³⁶ "He did see great likelihood that God would give him leave to torment the man in his body or his goods because of his wicked life and infidelity. For hee is never wearie, but seeketh all occasions ... or else he doth conjecture that the Lord will give him leave when he is sent, because the people are worthy to bee seduced and lead into vile errors". GIFFORD, G. **A Discourse of the Subtill Practises of Devills by Witches and Sorcerers**. p. 49-50.

¹³⁷ La referencia a una factible autogestión diabólica para castigar ni siquiera había sido aceptada por Tomás, que había limitado ese tipo de acciones solamente a la tentación.

¹³⁸ Esto permitiría cuestionar la afirmación de John Teall respecto del rechazo que la idea de la permisividad divina le habría provocado a Gifford. Según el autor, el predicador de Essex creía que Dios era un ser tan poderoso que cualquier cosa que ocurría se debía a su actividad antes que a su permiso. Del pasaje mencionado en el cuerpo del texto podía desprenderse que en algunas ocasiones la deidad podría haberse limitado a conceder o no el permiso, y no necesariamente a haber sido el principio activo. TEALL, John. Witchcraft and Calvinism in Elizabethan England: Divine Power and Human Agency. **Journal of the History of Ideas**, PA, v. 23, n. 1, p. 34, 1962.

En relación con esto, el clérigo Alexander Roberts advirtió que el permiso para tentar se daba a menudo.¹³⁹ Por su parte, al repasar las creencias de la población en relación a la brujería, Bernard destacó la frecuencia con la que equívocamente se consideraba que los espíritus impuros sólo podían causar daños si una bruja se los ordenaba con anterioridad. En realidad, señaló el teólogo, las Escrituras demostraban que las intervenciones del demonio ocurrían *a veces* porque eran enviados por Dios, pero que también partían “de su maliciosa disposición en contra de la humanidad”.¹⁴⁰ Podía ocurrir, entonces, que en determinadas circunstancias la divinidad simplemente no se opusiera a que esa maldad se expresara en el mundo, en eso consistía esta versión más general del pláacet. Con todo, la efectiva realización dependía, justamente, de que deidad no objetara lo que el Maligno había decidido. Aunque estos pasajes representan una proporción decididamente menor en comparación a todos aquellos donde se afirma de manera clara y contundente que nada pueden hacer los seres preternaturales sin la autorización previa de la divinidad, no por ello deben ser ignorados. Se advierte una tensión entre la necesidad de defender el determinismo providencialista y el control rígido de la divinidad sobre todo lo existente, y la demanda de una permanente vigilancia por parte de los hombres acechados por temibles demonios que, como leones rugientes, buscaban a quién devorar.

Entre los cuatro demonólogos francoparlantes escogidos, Jean Bodin fue sin ningún lugar a dudas quién con mayor empeño enunció las teorías de la ministerialidad diabólica y el siempre necesario permiso divino. A diferencia de lo planteado por la historiografía de las últimas décadas que siempre lo consideró uno de los máximos exponentes de la vertiente más radical del discurso demonológico del periodo, Fabián Campagne propuso que el jurista partió de fundamentos teológicos moderados -aquellos que más arriba asociamos con la

¹³⁹ “*God doth oftentimes give him leave to assault us*”. ROBERTS, Alexander. **A Treatise of Witchcraft**, London, 1616. p. 44.

¹⁴⁰ “*It maketh them thinke, that though it be a Devill that afflicteth them, yet that he neither is sent of God (as ill spirits sometimes be) nor that he commeth of his owne malicious disposition against mankinde (when the Scriptures shew the contrarie) but that the Witch onely hath sent him, else had hee not come to torment them*”. BERNARD, R. Op. Cit., p. 94.

Patrística- para construir su teoría sobre los demonios.¹⁴¹ En el esquema bodiniano, aquellos seres no podían llevar a cabo ninguna acción en ausencia del permiso divino, otorgado únicamente por considerar que lo que sucedería si eso ocurría era conveniente.¹⁴² Tal como hemos señalado en repetidas ocasiones, lo que la deidad consideraba oportuno podía resultar difícil de entender desde el punto de vista humano. Por ello, como ocurría en los textos ingleses, no sólo autorizaba sucesos destructivos, sino que también se valía de herramientas perversas para producirlos. En otras palabras, para Bodin los demonios también eran funcionarios de la Corte Celestial. Entre sus tareas también se encontraba la de realizar la infinita justicia divina. Eran, pues, verdugos.¹⁴³ Podían castigar o probar (*“chastier ceux qui le meritent soit pour tener & fortifier les bons”*) pero siempre como enviados de una entidad superior, aquella que los había derrotado cuando se levantaron en su contra. Eran entidades que por cuya naturaleza eran ciertamente muy poderosas y capaces de llevar a cabo acciones inimaginables para el resto de los seres. Sin embargo, estaban sujetos por una correa (*“bride”*) que hasta no ser aflojada por Dios, impedía cualquier posibilidad de manifestar aquellas potencias.¹⁴⁴

En el contexto de los procesos por brujería en la porción francesa de las tierras vascas, de Lancre organizó la información obtenida de acusados, cómplices y testigos en base a postulados que difícilmente puedan resultarnos extraños. Las intervenciones del demonio en Labourd poco tenían para el juez de extraordinarias, formaban parte de sus funciones cosmológicas, de la misión que se

¹⁴¹ Respecto de la interpretación tradicional del pensamiento demonológico de Bodin, véase: HOUDARD, Sophie. **Les sciences du diable. Quatre discours sur la sorcellerie (XV-XVIIe siècle)**. Paris: Les éditions du Cerf, 1992. WILLIAMS, Gerhild. **Defining Dominion: The Discourses of Magic and Witchcraft in Early Modern France and Germany**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999. p. 68. BEHRINGER, Wolfgang. **Shaman of Oberstdorf: Chonrad Stoeckhlin and the Phantoms of the Night**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1998. p. 104. Para una revisión de estas posturas, véase: CAMPAGNE, Fabián Alejandro. **¿El más moderado de los demonólogos radicales? La naturaleza anfibia de la Démonomanie des sorciers de Jean Bodin**, manuscrito inédito, 2017. p. 30. Agradezco al Dr. Campagne el permiso para leer el artículo previo a su publicación.

¹⁴² *“Il n'est rien fait, soit par les Demons soit par les Sorciers, qui ne se face pour un iuste iugement de Dieu qui le permet”* BODIN, J. Op. Cit., p. 123v.

¹⁴³ *“Quant aux malins Esprits ils seruet aussi à la gloire de Dieu, cōme executeurs, & bourreaux de sa haute iustice”*. BODIN, J. Op. Cit., p. 6r-v.

¹⁴⁴ *“Sathan ne peut user de sa puissance, sinon entant & pourtant que Dieu luy permet. Mais si une fois il luy lasche la bride, on void de merueilleux exploits de Sathan”*. BODIN, J. Op. Cit., p. 122v-123r.

le impuso luego de su caída: “atizar siempre las llamas de los suplicios que Dios prepara para los malvados”.¹⁴⁵ A partir de los relatos de los lugareños, el demonólogo bordelés señaló que las garras de los demonios podían extenderse también a los más santos, ya que tenía permiso de atacar espiritualmente a los más puros.¹⁴⁶ En el despeño de sus obligaciones como “ministro de la justicia divina y verdugo de los condenados” podían llevar a cabo diferentes acciones, pero la condición necesaria para ello era, como en todos los casos anteriores, la autorización divina. Así, “cuando Dios se lo permitía” era capaz de obstruir el funcionamiento de los sentidos e impedir el correcto desempeño de los órganos del cuerpo.¹⁴⁷ En el caso de las tentaciones, sólo podían llevar adelante aquellas que la divinidad sabía que serían soportadas por los sufrientes. En los otros casos, aquellos donde los tentados serían aplastados por las insinuaciones diabólicas, el Ser Supremo no dejaba que ocurrieran.¹⁴⁸

Sobre la posibilidad de que los demonios transportasen por el aire a las brujas vascas para que asistieran a sus reuniones nocturnas, de Lancre afirmó que tenían lugar “*seulement par la permission de Dieu*”.¹⁴⁹ A la misma conclusión había llegado Boguet en su *Discours*, los hechiceros eran llevados de un lado a otro por el aire a partir de su autorización y con motivo de castigar su curiosidad.¹⁵⁰ Idéntica explicación daba el hombre del Franco-Condado para las posesiones diabólicas, que no debían ser interpretadas como evidencia del sometimiento de la humanidad a los espíritus malignos, sino más bien de estos últimos a la voluntad divina, que era la que autorizaba que pudiesen ingresar en los cuerpos de aquellos que merecían ser castigados por el curso que su vida había tomado, o en los de los

¹⁴⁵ “*Le Diable tombant du ciel pour attiser toujours les fournaises des supplices que Dieu a préparé aux mechans*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 14.

¹⁴⁶ “*Dieu mesme a permis à Sathan de violenter beaucoup plus les ames saintes, les mieux reglees and celles qui semblent estre plus en sa protection que les autres*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 29.

¹⁴⁷ “*Les sorceries and magiques effects du malin Esprit, peuvent, quand Dieu le permet, estouper les conduicts des sens, les troubler and en affoiblir les organs*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 291. “*Il ne peut nuire à personne si non tout autant que Dieu le luy permet*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 120.

¹⁴⁸ “*Les tentations de Satan sont extremement violentes à toute sorte d'aages and de sexes: mais Dieu est fidelle, qui ne permet point que la tentation soit plus forte que le pouuoir d'y resister*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 303.

¹⁴⁹ DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 84.

¹⁵⁰ “*Ces derniers donc sont transportez par vne iuste permission de Dieu, qu'il les chastie ainsi pour leur grande curiosite*”. BOGUET, H. Op. Cit., p. 84.

más inocentes y puros para hacer relucir su justicia y sus obras.¹⁵¹ Ni siquiera el severo Nicolás Remy escapaba de los lugares comunes vistos hasta aquí. Además de adjetivarlo como “*carnificem, & ministrum irae Dei*”, advierte de manera contundente que nadie que conozca la obra de los Padres de la Iglesia puede negar que desde que los hombres comenzaron a pecar Dios ordeno a esos ministros de su venganza que los consumieran como una llamarada.¹⁵² Los pecados eran los que hacían más vulnerables a los hombres puesto que mientras más abundasen esas acciones más eran autorizados los demonios a dañarlos.¹⁵³ Con todo, sus demostraciones más terroríficas de poder en el mundo ocurrían sólo de manera ocasional, y los momentos en que lo hacían estaban determinados por su Creador.¹⁵⁴

Contrario a lo que podría esperarse de la tratadística francesa, en parte producida por implacables cazadores o puntillosos juristas, las premisas fundamentales no se alejan de los supuestamente moderados teóricos ingleses. De hecho, el pensamiento demonológico bodiniano, al menos en su providencialismo, tampoco parecería excepcional. Por ello de Lancre aseguraba que el demonio tenía las manos atadas, de manera que no pudiera realizar todo el mal que hubiera podido en caso de haber tenido sus riendas sueltas.¹⁵⁵ Si la conocida realidad de la absoluta soberanía divina hubiese sido la de la absoluta autonomía diabólica, si en lugar de encadenado el demonio hubiera tenido plena libertad, los hombres se devorarían unos a otros como lobos.¹⁵⁶

¹⁵¹ “*Cela se fait par unc iuste permission de Dieu , afin que ces gens soyent ostez du monde, & chastiez selon leurs de mérites*”. BOGUET, H. Op. Cit., p. 19. “*Quelquesfois encore Dieu, permet que les Innocens soyent possedés,& affligés non pas pour aucuns péchés, mais à fin que de la il, face reluire iâ Iustiee & ses oeuvres*”. BOGUET, H. Op. Cit., p. 24.

¹⁵² REMY, N. Op. Cit., p. 254. “*Sed ad hoc sibi ministros iam tum ab eo tempore constituisse, quo peccatum hominem primum invasit spiritus, videlicet flame instar urentes ipsa elementa, universamque a deo mundi machinam nemo quantumuis Ecclasiasticorum sermonum insolens non intellexit*”. REMY, N. Op. Cit., p. 292-293.

¹⁵³ “*Sic volente Deo, peccata illorum iniuriis saepe obnoxios reddunt*”. REMY, N. Op. Cit., p. 113.

¹⁵⁴ “*In hoc tamen conveniunt Daemonibus interdu multa extraordinaria permitti a Deo, in quibus partes suas non obscure interponant: plurimaque adeo ipsos agere, quorum vis sensum nostrum, & usitatam rationem superet*”. REMY, N. Op. Cit., p. 153.

¹⁵⁵ “*D' ailleurs Dieu leur a prohibé & lié les mains de façon, qu'ils ne peuvent pas mesme exécuter tout autant de mal qu'ils pourroient & voudroient bien faire si le tout puissant leur avoit lasché la bride tout à faict*”. DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 64.

¹⁵⁶ DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 327-328.

Más arriba mencionamos la aclaración de Cameron, para quien aunque los términos de la acción demoníaca en el mundo remitían a que recibía permiso para actuar, lo que realmente ocurría es que sus intervenciones respondían, más bien, a la reacción frente a una orden. La afirmación del autor estaba enmarcada en el análisis de la visión de los reformadores protestantes magisteriales como Calvino, Heinrich Bullinger (1504-1575) y Girolamo Zanchi (1515-1590), aunque como pudimos ver más arriba, era perfectamente aplicable a los demonólogos ingleses, posteriores en dos o tres generaciones a aquellos autores. Sin embargo, a partir del análisis de los tratados demonológicos de autores francófonos, creemos que también puede incluirse en aquella afirmación a individuos que no eran ni reformados ni teólogos; para los cuatro autores considerados, el demonio reaccionaba frente a un mandato.

No obstante, la réplica no era la única inclinación del Maligno. Las mismas tensiones señaladas más arriba en los tratados ingleses pueden hallarse en los franceses. Así como Christian Baxter advirtió que en la obra de Bodin los demonios no sólo operaban en el mundo por un permiso general, sino también cuando Dios lo ordenaba taxativamente, es posible afirmar exactamente lo inverso para los otros demonólogos franceses: en los tres casos existen referencias a oportunidades donde los ministros parecían disfrutar de cierto grado de iniciativa.¹⁵⁷ Entre las facultades de los demonios, Boguet incluyó el poder que tenían para efectuar distintos portentos en los aires. Por ello, cuando una bruja lo convocaba para llevar a cabo una vendetta personal contra un individuo en particular o una comunidad entera, solían pedirles a sus aliados preternaturales que desataran violentas tormentas de granizo para destruir sus cultivos o bienes. Aquellos podían ubicar nubes sobre pueblos o comarcas (*"ce meschant conduit la nuee où il luy plaist"*) y causar las inclemencias climáticas. Como vemos, no hay ninguna mención a la divinidad, no hay encargo ni orden específica. Sin embargo, tampoco había una autonomía plena. Lo cierto es que, como habíamos podido observar en los textos de Gifford y Bernard, los espíritus maléficos podían tener la intención y la iniciativa de realizar una acción determinada, pero no siempre podían materializarla. En este

¹⁵⁷ BAXTER, C. Op. Cit., p. 91. PETITAT, A. Op. Cit., p. 93.

caso particular, aun cuando las nubes estuvieran en posición para iniciar la lluvia o la granizada, la divinidad no siempre permitía que sucediera: “*Dieu ne permet pas tousjours que cela advienne*”.¹⁵⁸ En la *Daemonolatreiae* de Remy puede hallarse una idea semejante, aunque referida a las tentaciones. El magistrado dejó entrever que los demonios tenían la libertad de provocar sugerencias violentísimas en los hombres, algunas de las cuales podían incluir la inducción al suicidio. A pesar de ello, la divinidad *frecuentemente* intercedía para evitar que la debilidad del hombre fuera explotada sin control por sus verdugos. Ciertamente, Satán no siempre podía satisfacer su malicia.¹⁵⁹ Aunque pareciera haber sido capaz de intentarlo siempre que hubiera querido, en última instancia quien juzgaría oportuno o no que la predisposición se transformara en actos y produjera consecuencias era el Creador.

Es probable que de Lancre haya sido quien más claramente explicó lo que sus antecesores ejemplificaron. La divinidad permitía a los demonios intervenir y manifestarse en el mundo (“*agissent ainsi & versent parmy le monde*”) como si tuvieran plena potestad e imperio para hacer y deshacer a su gusto (“*avec une si supreme authorite & empire*”) incluso para dañar al género humano (“*nuire au genre humain*”) y que pareciera (“*semblent*”) ser el producto de su propio poder. Todo ello, sin embargo, no era más que una ilusión o un espejismo. Aquello que el Maligno y sus secuaces parecían producir autónomamente y por poder propio no ocurría más que por la “*seule permission et licence de Dieu*”.¹⁶⁰ De esta manera, el permiso más amplio o general, ya fuera para tentar o para castigar y causar desmanes no dejaba de ser, en última instancia, algo anecdótico puesto que la causalidad siempre volvía al mismo punto: la divinidad. Además, aquellos fragmentos resultaban tan excepcionales como los de Gifford o Bernard; la norma era que cualquier acto diabólico partía no del deseo propio, sino del de Dios. Por ello, nos distanciamos de Sydney Anglo, quien sostuvo que tanto en los demonólogos protestantes como en los católicos, el “permiso divino” era una

¹⁵⁸ BOGUET, H. Op. Cit., p. 122.

¹⁵⁹ “*Ut tentet hoc permittitur ut praecipiter, non ira. Hinc est, quod non ipse desperabundos, vel in flumina abiicit inuitos, vel laqueis trabi annectit, vel cultris trucida, sed tantum hortatur, ut id male sani exsecuantur: lis autem omnibus saepe intercedit, qui imbecillitatem hominum mise rerur Deus, modo hoc modo illud praesidium pro sua sapientia opponens, uti sequentibus exemplis magis fiet manifestum*”. REMY, N. Op. Cit., p. 352.

¹⁶⁰ DE LANCRE, P. Op. Cit., p. 121.

suerte de *deus ex machina* que utilizaban para proteger sus afirmaciones, especialmente las más exageradas e inconsistentes.¹⁶¹ En realidad, consideramos que más que un recurso oportunista era un principio estructurador de su pensamiento, uno de los postulados desde los cuales organizaban su concepción del mundo.

Conclusiones

En un libro reciente, el historiador Philip Almond advirtió que desde sus orígenes, el discurso cristiano desarrolló una paradoja respecto de la figura del demonio y su relación con Dios. Por un lado, Satán era el más implacable enemigo del Creador, dueño de una libertad lo suficientemente extendida como para haberse rebelado en su contra; por otro, era uno de sus servidores, incapaz de actuar si no era por su permiso o aprobación. Ello, a su vez, daba origen a un problema de mayor alcance. Si el Adversario era un rival incapaz de ser controlado, la responsabilidad del mal recaía enteramente sobre él, protegiendo la omnibenevolencia divina, aunque con el costo de dañar su omnipotencia. En cambio, si el Ángel Caído era considerado sirviente de la divinidad y ejecutor de su voluntad, la responsabilidad de sus acciones era de Dios, devenido así en un ser Todopoderoso, pero cuya bondad quedaba en tela de juicio. Esta ambivalencia entre el demonio como enemigo y como ministro de la deidad se encuentra en el corazón de la historia cristiana.¹⁶² En efecto, Almond señala que ese punto en cuestión no pudo ser superado por Agustín, tampoco por Gregorio Magno, ni siquiera por Tomás de Aquino; era constitutivo de la ortodoxia teológica y demonológica.¹⁶³

A lo largo de estas páginas pudo observarse que los ecos de la “paradoja demoniaca” continuaban resonando en los tratados ingleses y franceses sobre brujería de los siglos XVI y XVII. En ambos conjuntos de textos se registran los esfuerzos teóricos de los autores por converger la idea del demonio como una

¹⁶¹ ANGLO, Sydney. *Evident Authority and Authoritative Evidence: The Malleus Maleficarum*. In: _____. **The Damned Art: Essays in the Literature of Witchcraft**. London: Routledge and Kegan Paul, 1977. p. 21.

¹⁶² ALMOND, P. Op. Cit., p. xv-xvi.

¹⁶³ ALMOND, P. Op. Cit., p. 66.

entidad poderosa y temible y la de la absoluta soberanía divina; la del león rugiente y la de la fiera encadenada. A lo largo de sus páginas, se refleja una combinación sui generis de los postulados demonológicos agustinianos y de la revisión tomista. Mientras que en ocasiones se apoyaban más en el primero, en otras parecían acercarse más al segundo. Lo que de ninguna manera puede establecerse es una fractura entre un *corpus* y otro a partir de una preferencia por el teólogo norafricano o por el italiano. Mientras en términos generales autores tan diferentes como Roberts, Cooper, Holland, Remy y Bodin establecían que nada podía ocurrir sin el permiso divino, pocas páginas después dejaban abierta la posibilidad para la existencia de voluntad autónoma en los demonios, tanto para castigar como para tentar. Pero antes que esas ideas pusieran en jaque el anti-dualismo inherente al discurso demonológico cristiano al menos desde el siglo IV, la resguardaban con una cláusula que condicionaba esa presunta libertad a una última aprobación divina, por lo que estaríamos en condiciones de discutir las afirmaciones de Clark, Thomas y Briggs respecto de que los demonólogos reformados hubiesen mostrado una mayor sensibilidad a cualquier indicio de dualismo.¹⁶⁴

En los dos casos regionales considerados aquí, que la deidad cediese parcialmente sus poderes ejecutivos a sus ministros para castigar o tentar no los transformaba en portadores de la mística divina o en pequeños dioses.¹⁶⁵ Activa o pasivamente, el centro de la causalidad era el Ser Increado, que era considerado al mismo tiempo totalmente trascendente por su infinita superioridad, pero inmanente en cuanto la actualidad de su intervención en los asuntos humanos. Por ello, no sería del todo preciso asegurar como hiciera John Teall que Remy y Boguet fueron poco cautelosos en su idea del permiso divino, o que aquel directamente les preocupara poco. Aún menos adecuada sería esa apreciación en el caso de Bodin.¹⁶⁶ Es cierto que probablemente el fiscal general de Lorena y el magistrado del Franco-Condado hubiesen tenido objetivos diferentes a los de los autores que

¹⁶⁴ THOMAS, K. Op. Cit., p. 369. CLARK, Stuart. Witchcraft and Magic in Early Modern Culture. In: ANKARLOO, Bengt; MONTER, William y CLARK, Stuart (eds.). **Witchcraft and Magic in Europe. The Period of the Witch Trials**. London: The Athlone Press, 1999. p. 61. BRIGGS, R. Op. Cit., p. 125.

¹⁶⁵ WALSHAM, A. Op. Cit., p. 13.

¹⁶⁶ TEALL, J. Op. Cit., p. 27.

publicaron en Inglaterra. No puede negarse que insistieron menos que sus pares ingleses en el peso de la Providencia y de la ministerialidad diabólica. Sin embargo, cuando llegaba el momento de explicar la base lógica y el principio fundamental de la relación entre la divinidad y los demonios, las respuestas eran exactamente iguales a un lado y otro del Canal de la Mancha. Ya fuera en inglés, francés o latín, utilizaban las mismas palabras y lenguaje. Esto último ya fue señalado por Stuart Clark como resultado de su comparación entre tratados católicos y protestantes en general, aunque no lo había comprobado específicamente entre documentos ingleses y franceses.¹⁶⁷ Podemos concluir aquí que la divinidad descrita por los autores británicos no era, entonces, menos intervencionista u omnipotente que la de los franceses. El plan providencial referido por Perkins no tenía mayor alcance que el comentado de Lancre. Los demonios de Cooper y Bodin estaban igualmente limitados por la cadena de la voluntad divina. Incluso cuando Gifford, Bernard, Boguet, Remy y de Lancre daban ejemplos de ocasiones donde los espíritus impuros recibían autorizaciones de tipo amplio, lo único que hacían en verdad era trasladar el permiso divino desde comienzo del proceso al final del mismo, pero nunca cuestionarlo o suprimirlo. En definitiva, al menos en lo que respecta al rol y las funciones de Dios, así como su relación con los demonios, no es posible concluir que el conjunto de textos ingleses se caracterice por una posición moderada o que el francés destaque por su “exaltación”, como adjectivara Robin Briggs.¹⁶⁸ Tampoco sería posible sostener como Cameron que era propio de la concepción reformada que hubiera “*less room to ascribe independent agency to invisible spirits except as the tools and messengers of the Almighty*”.¹⁶⁹ Ambos conjuntos de autores eran providencialistas y decididamente anti-dualistas, su visión del cristianismo era centralista y vertical. Los especialistas frecuentemente subestimaron estos aspectos en los tratados franceses tanto como los sobredimensionaron en los ingleses.

Bibliografía

¹⁶⁷ CLARK, S. Op. Cit., p. 47.

¹⁶⁸ BRIGGS, R. Op. Cit., p. 95.

¹⁶⁹ CAMERON, E. Op. Cit., p. 32.

AGUSTÍN DE HIPONA. **Annotationes in Iob.** Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 34, Paris: Garnier Frères, 1815-1875.

__. **De Agone christiano.** Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 40, Paris: Garnier Frères, 1815-1875.

__. **De civitate Dei.** Ed. Dombart, Bernard y Kalb, Alphons, Corpus Christianorum Series Latina, XLVIII, Turnholti: Brepols, 1955.

__. **De Genesi ad Litteram.** Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 34, Paris: Garnier Frères, 1815-1875.

__. **De Libero Arbitrio.** Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 32, Paris: Garnier Frères, 1815-1875.

__. **De Natura Boni.** Ed. Migne, Jacques Paul, Patrologia Cursus Completus. Serie Latina, vol. 42, Paris: Garnier Frères, 1815-1875.

__. **Enarrationes in Psalmos.** Ed. DEKKERS, Eligius. *Corpus Christianorum Series Latina*, XXXVIII, Brespols: Turnholti, 1956.

ALMOND, Philip. **The Devil. A New Biography.** Ithaca-New York: Cornell University Press, 2014.

ANGLO, Sydney. Evident Authority and Authoritative Evidence: The Malleus Maleficarum. In: __. **The Damned Art: Essays in the Literature of Witchcraft.** London: Routledge and Kegan Paul, 1977, p. 1-31.

BAXTER, Christian. Jean Bodin's Daemon and his Conversion to Judais. In: DENZER, Horst (Ed.). **Verhandlungen der internationalem Bodin-Tagung in München,** Munich, C.H. Beck, 1973, p. 195-212.

BEHRINGER, Wolfgang. **Shaman of Oberstdorf: Chonrad Stoeckhlin and the Phantoms of the Night.** Charlotttesville: University Press of Virginia, 1998.

__. **Witches and Witch-Hunts. A Global History.** Cambridge: Polity Press, 2004.

BERNARD, Richard. **A Guide to Grand Jury Men.** London, 1627. Disponível em: <<http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/textidx?c=witch;cc=witch;rgn=main;view=text;idno=wit140>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BODIN, Jean. **De la démonomanie des sorciers.** Paris: Jacques du Puys, 1587.

BOGUET, Henry. **Discourse exécrable des sorciers.** Rouen: Romain de Beauvais, 1606.

- BONINO, Serge. **Les anges et les Démons. Quatorze leçons de théologie catholique.** París: Parole et Silence, 2007.
- BOUREAU, Alain. **Satan the Heretic. The Birth of Demonology in the Medieval West.** Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- BRIGGS, Robin. **Communities of Belief. Cultural and Social Tensions in Early Modern France.** New York: Oxford University Press, 1995.
- __. **Witches and Neighbors: The Social and Cultural Context of European Witchcraft.** London: Penguin Books, 1996.
- BROEDEL, Hans Peter. **The Malleus Maleficarum and the Construction of Witchcraft.** Manchester: Manchester University Press, 2003.
- BROWN, Peter. **Augustine of Hippo. A Biography.** Berkeley: California University Press, 2000.
- CALVIN, Jean. **Institution de la Religion Chrétienne.** Ed. Baumgartner, Frank. París: Librairie de la Suisse Française.
- CAMERON, Euan. **Enchanted Europe: Superstition, Reason, and Religion, 1250-1750.** Oxford: Oxford University Press, 2010.
- __. Angels, Demons, and Everything in Between: Spiritual Beings in Early Modern Europe. *In*: COPELAND, Claire; MACHIELSEN, Jan (eds.). **Angels of Light? Sanctity and the Discernment of Spirits in the Early Modern Period.** Leiden-Boston: Brill 2013, p. 17-52.
- CAMPAGNE, Fabián Alejandro. Demonology at a Crossroads: The Visions of Ermine de Reims and the Image of the Devil on the Eve of the Great European Witch-Hunt. **Church History**, v. 80, n. 3, p. 467-497, 2011.
- __. **¿El más moderado de los demonólogos radicales? La naturaleza anfibia de la Démonomanie des sorciers de Jean Bodin,** manuscrito inédito, 2017.
- CIRILLO, Luigi; VAN TONGERLOO, Aloïs (eds.). **Manichaeism and Early Christianity.** Turnhout: Brepols Publishers, 1997.
- CLARK, Stuart. **Thinking with Demons: The Idea of Witchcraft in Early Modern Europe.** Oxford: Clarendon Press, 1997.
- __. Witchcraft and Magic in Early Modern Culture. *In*: ANKARLOO, Bengt; MONTER, William y CLARK, Stuart (eds.). **Witchcraft and Magic in Europe. The Period of the Witch Trials.** London: The Athlone Press, 1999, p. 97-167.

- COOPER, Thomas. **The Mystery of Witchcraft**. London, 1617. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A19295.0001.001?rgn=main;view=fulltext>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- COTTA, John. **The infallible, true and assured witch: or the second edition of the tryall of witchcraft**. London, 1625. Disponível em: <<http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/textidx?c=witch;cc=witch;rgn=full%20text;page=viewtextnote;idno=wit036..>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- COYLE, John Kevin. **Manichaeism and its Legacy**. Leiden: Brill, 2009.
- DE LANCRE, Pierre. **Tableau de L'inconstance des mauvais anges et Demons**. Paris: Nicolas Buon, 1612.
- DILLINGER, Johannes. Politics, State-Building, and Witch-Hunting. In: LEVACK, Brian (Ed.). **The Oxford Handbook of Witchcraft in Early Modern Europe and Colonial America**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 528-547.
- DONAGAN, Barbara. Providence, Chance and Explanation: Some Paradoxical Aspects of Puritan Views of Causation. **Journal of Religious History**, v. 11, p. 385-403, 1981.
- EVANS, Gillian. **Augustine on Evil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- FORSYTH, Neil. **The Old Enemy. Satan and the Combat Myth**. New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- GIFFORD, George. **A Discourse of the Subtill Practises of Devills by Witches and Sorcerers**. London, 1587. Disponível em: <<http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/textidx?c=witch;cc=witch;rgn=main;view=text;idno=wit052.>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- __. **A Dialogue Concerning Witches and Witchcrafts**. London: The Percy Society, 1843.
- GILSON, Etienne. **Thomism The Philosophy of Thomas Aquinas**, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002.
- HAGEN, Rune. Bodin, Jean. In: GOLDEN, Richard (Ed.). **Encyclopedia of Witchcraft: The Western Tradition**. California: ABC Clío, 2006, p. 128-130.
- HAUSTEIN, Jörg. Aquinas, St. Thomas. In: GOLDEN, Richard (Ed.). **Encyclopedia of Witchcraft: The Western Tradition**. California: ABC Clío, 2006, p. 53-54.

- HENNINGSEN, Gustav. **El abogado de las brujas. Brujería vasca e Inquisición española**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- HOLLAND, Henry. **A Treatise Against Witchcraft**. London, 1590.
- HOUDARD, Sophie. **Les sciences du diable. Quatre discours sur la sorcellerie (XV-XVIIe siècle)**. Paris: Les éditions du Cerf, 1992.
- JOHNSTONE, Nathan. **The Devil and Demonism in Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- JONES, David. **Angels. A History**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- KELLY, Henry Ansgar. **Satan in the Bible, God's Minister of Justice**. Oregon: Cascade Books, 2017.
- KRAUSE, Virginia. **Witchcraft, Demonology, and Confession in Early Modern France**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- LEMONNYER, Antoine. Providence dans le Sainte Écriture. In: **Dictionnaire de théologie catholique**. Paris: Lateouzey et Ané, 1936. t. XIII/1, cols. 934.-940.
- LEVACK, Brian. **The Witch Hunt in Early Modern Europe**. New York: Routledge, 2006.
- MÉNDEZ, Agustín. Las Brujas imposibles: la teología de Reginald Scot. Escepticismo radical y distanciamiento de la divinidad. **Tiempos Modernos**, v. 24, n. 1, p. 1-36, 2012.
- . To Accommodate the Earthly Kingdom to Divine Will: Official and Nonconformist Definitions of Witchcraft in England (ca. 1542–1630). **Preternature: Critical and Historical Studies on the Preternatural**, v. 6, n. 2, p. 278-309, 2017.
- MESNARD, Pierre. La pensée religieuse de Bodin. **Revue du Seizième siècle**, v. 16, p. 77-121, 1929.
- MONTER, William. **Myth and Magic y Early Modern Europe**. Ohio: Ohio University Press, 1983.
- . Bogue, Henry. In: GOLDEN, Richard (Ed.). **Encyclopedia of Witchcraft: The Western Tradition**. California: ABC Clio, 2006, p. 133-134.
- MUCHEMBLED, Robert. **Historia del Diablo. Siglo XII-XX**. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2004.

- OLDRIDGE, Darren. **The Devil in Tudor and Stuart England**. Gloucestershire: The History Press, 2010.
- OWENS, Joseph. Aristotle and Aquinas. *In*: Kretzmann, Norman; Stump, Eleonore (eds.). **The Cambridge Companion to Thomas Aquinas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 38-69.
- PEARL, Jonathan. **The Crime of Crimes. Demonology and Politics in France 1560-1620**. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 1999.
- PERKINS, William. **A Discourse of the Damned Art of Witchcraft**. London, 1608. Disponível em: <<http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/textidx?c=witch;cc=witch;rgn=main;view=text;idno=wit075..>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- PETITAT, André. L'écartèlement: Jean Bodin, les sorcières et la rationalisation du surnaturel. **Revue européenne des sciences sociales**. V. 30, n. 93, p. 79-101, 1992.
- PORTALIÉ, Eugène. Augustine (Saint). *In*: **Dictionnaire de théologie catholique**. Paris: Lateouzey et Ané, 1903. t. I/2
- REMY, Nicolás. **Daemonolatreiae libri tres**. Francofurti, 1597.
- ROBERTS, Alexander. **A Treatise of Witchcraft**, 1616, London. Disponível em: <<http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/textidx?c=witch;cc=witch;rgn=full%20text;page=viewtextnote;idno=wit.>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- ROSE, Paul. **Bodin and the Great God of Nature: The Moral and Religious Universe of a Judaiser**. Genève: Droz, 1980.
- RUSSELL, Jeffrey Burton. **Satan. The Early Christian Tradition**. Ithaca: Cornell University Press, 1981.
- ___ . **Lucifer. The Devil in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.
- ___ . **Mephistopheles. The Devil in the Modern World**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- SCHREINER, Susan. **The Theater of his Glory: Nature and the Natural Order in the Thought of John Calvin**. Grand Rapids: Baker Academy, 1991.
- SIMONIN, Henry. La Providence selon pères greqs. *In*: **Dictionnaire de théologie catholique**. Paris: Lateouzey et Ané, 1936. t. XIII/1, cols. 941-960.

- SOMAN, Alfred. The Parlement of Paris and the Great Witch Hunt (1565-1640). **The Sixteenth Century Journal**, v. 9, n. 2, p. 30-44, 1978.
- SOTTO POSADA, Gonzalo. La concepción de los ángeles y el origen del mal en Tomás de Aquino. **Cuestiones Teológicas**, v. 33, n. 80, p. 337-358.
- STEARNE, John. **A Confirmation and Discovery of Witchcraft**, London, 1648.
Disponível em:
<<http://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A61373.0001.001?rgn=main;view=fulltext>>.
Acesso em: 21 jun. 2018.
- STEPHENS, Walter. **Demon Lovers. Witchcraft, Sex and the Crisis of Belief**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- TEALL, John. Witchcraft and Calvinism in Elizabethan England: Divine Power and Human Agency. **Journal of the History of Ideas**, v. 23, n. 1, p. 21-36, 1962.
- THOMAS, Keith. **Religion and the Decline of Magic. Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth Century England**. London: Penguin Books, 1971.
- TOMÁS DE AQUINO. **Quaestiones disputatae de Malo**. Ed. Opera Omnia iussu Leonis XIII, t. xxiii, París: Studium fratrum praedicatorum 1982.
- __. **Scriptum super Sententiis Magistri Petri Lombardi**. Ed. Mandonnet, Roger Pierre, v. 2, Paris: P. Lethielleux, 1929.
- __. **Summa contra gentiles**. Ed. Opera Omnia iussu Leonis XIII, t. XIII, Paris: Studiorum fratrum praedicatorum, 1918.
- __. **Summa Theologiae**. Ed. Barbado Viejo, Francisco, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, t. 1, 1947.
- VAN DEN BERG, Jacob et alii (eds.). **In Search of Truth. Augustine, Manichaeism and other Gnosticism**. Leiden: Brill, 2010.
- WALLACE, Dewey. **Puritans and Predestination: Grace in English Protestant Theology 1525-1695**. North Carolina: Chapel Hill, 1983.
- WALSHAM, Alexandra. **Providence in Early Modern England**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- WILLIAMS, Gerhild. **Defining Dominion: The Discourses of Magic and Witchcraft in Early Modern France and Germany**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.

__. Demonologies. In: GOLDEN, Richard (Ed.). **Encyclopedia of Witchcraft: The Western Tradition**. California: ABC Clio, 2006.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Cosquín 1229, 1, (1408),
Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

Recebido: 22/03/2019
Aprovado: 08/07/2019

ECOS COSTUMEIROS: ASPECTOS EM COMUNS DA PRÁTICA CREDITÍCIA ENTRE AS SOCIEDADES DE ANTIGO REGIME E CAPITALISTA¹

Carlos Leonardo Kelmer Mathias²
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Filipe Freitas Caldararo da Costa³
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: O objetivo do presente artigo consiste em identificar e analisar aspectos característicos da lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais de Antigo Regime presentes nas sociedades capitalistas atuais. Parte da hipótese de que algumas “práticas culturais” atinentes às relações creditícias atuais apresentam características da lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais. Para tanto, o artigo se vale da análise de 100 entrevistas realizadas com comerciantes residentes no município de Três Rios que atuaram no mercado em algum momento entre a década de 1980 até os dias atuais. Na introdução do artigo, apresenta-se o aporte teórico e a metodologia empregados ao longo do texto. Posteriormente, passa-se à discussão, em viés comparativo, da lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais de Antigo Regime *vis-a-vis* a capitalista, tendo como pano de fundo o debate sobre economia formal e economia substantiva. Posteriormente, o texto empreende uma breve contextualização da história econômica brasileira desde a década de 1970 até os dias atuais com o fito de fornecer a base necessária para a compreensão tanto do cenário no qual alguns entrevistados iniciaram seus negócios, como do quadro econômico atual – contexto no qual foram realizadas as entrevistas e em que muitos entrevistados ainda atuam. A seguir, o artigo realiza a análise dos dados em si, empreendendo o cotejamento da natureza da prática creditícia atual face à das sociedades pré-industrial de Antigo Regime. Por fim, conclui-se argumentando que determinados aspectos da prática creditícia de outrora podem ser encontrados na prática creditícia atual.

Palavras-chave: Pré-industrial; capitalismo; crédito.

CUSTOMS ECOS: COMMON ASPECTS OF THE CREDIT PRACTICE BETWEEN THE OLD REGIME AND CAPITALIST SOCIETIES

Abstract: The present article aims to identify and to analyze some aspects characteristics of the logic of functioning of the preindustrial societies of Ancient Regime presents in the current capitalistic societies. It has as hypothesis that some “cultural practices” of credits relations referent to current days have characteristics of the logic of functioning of the preindustrial societies. For so, the article analyses 100 interviews made with merchants of Três Rios that worked in the market in sometime between 1980’s until the presents days. The introduction of the article presents the theoretical approach and the methodology of the text. Then, the article seeks to understand the logic of functioning of both societies through the comparative method. The debate of formal economy and substantive economy is the background for this part. After that, the text contextualizes briefly the Brazilian

¹ Por oportuno, urge salientar que o emprego do termo “eco” tenciona trabalhar com a ideia de que há ressonâncias de práticas culturais próprias das sociedades pré-industriais de Antigo Regime nas sociedades capitalistas contemporâneas. Do posto, não estamos a argumentar que essas práticas são preponderantes, ou majoritárias, atualmente. Nos interessa, tão somente, identificar e explicar a permanência daquelas práticas nos dias de hoje.

² Email: clkmathias@uol.com.br

³ Email: filipecaldararo@hotmail.com

economic history since de 1970's until now with the propose of offers the necessary base for the understanding both the present scenery in which some of interviewees started their jobs and the current economic panorama – context in which the interviews were made and many interviewed still work. Then, the article compares the nature of the credit practices of both present and preindustrial societies. In the end, the text concludes that some aspects of credit practices of preindustrial societies can be found in the credit practices of the current societies.

Keywords: Preindustrial; capitalismo; credit.

Introdução

A concordar com Jörn Rüsen, “toda comparação é feita em um dado contexto cultural, de modo que a cultura é implicada no próprio projeto de comparação”.⁴ À vista disso, e tendo em consideração que o corrente artigo encerra um cotejamento entre sociedades deveras dessemelhantes em âmbito de suas práticas culturais, impõem-se uma aproximação mais detida acerca de suas respectivas lógicas de funcionamento. Em realidade, o texto adotará como “parâmetro organizativo” o debate histórico-conceitual próprio à definição de economia segundo as “práticas culturais” coevas. E assim deve ser na medida em que as estratégias de acesso ao crédito, embora caudatárias das características imperativas de ordem econômica atinentes a cada sociedade em dado tempo histórico específico, necessariamente evidenciam valores orientativos de âmbito cultural que, a rigor, atuam dialeticamente com as características econômicas anteriormente aludidas no sentido de ofertar bases palatáveis de comparação diacrônica entre as sociedades ora analisadas.

Tendo o presente exposto, Rüsen defende que, ao abrigo da ponderação segundo a qual qualquer “comparação precisa de um parâmetro organizativo”, *a priori* importa sabermos “que campo de coisas deve ser levado em consideração e de que maneira as descobertas nesse campo devem ser comparadas”.⁵ Assim posto, ao selecionarmos o debate histórico-conceitual respeitante à definição de economia como o “parâmetro organizativo” de nossa base comparativa, urge estabelecermos o “campo de coisas” a ser considerado, assim como os meios pelos quais as descobertas inerentes a ele serão, aqui, comparadas. A bem dizer, não poderia ser outro, senão a natureza das relações creditícias, o “campo de coisas” a

⁴ RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 116.

⁵ Ibidem.

ser erigido como foco de estudo. Em que pese a amplitude do debate acerca do tema, ao envidarmos esforços no sentido de examinarmos e de compararmos a natureza das relações creditícias nas sociedades de Antigo Regime e capitalista, acreditamos ser possível compreendermos os caminhos através dos quais determinadas práticas basilares das sociedades pré-industriais fazem-se sentir atualmente.

No que tange às formas de comparação passíveis de serem aferidas a partir das relações creditícias, admitimos como melhor instrumental para tanto a identificação das principais instituições às quais os indivíduos se voltavam no momento de buscarem, por um motivo ou por outro, o acesso ao crédito. Do posto, resultou claro que família e banco encerravam os espaços precípuos de fomento nas sociedades de Antigo Regime e capitalista, respectivamente. A conclusão que se impõe, e que interessa extrair, sugere que a forma mais eficiente de maximizarmos o potencial comparativo das relações creditícias como instrumental heurístico de acesso às continuidades e às transformações observáveis nas sociedades em questão repousa na identificação do peso que família e banco exercem, e exerceram, nas estratégias adotadas pelos indivíduos quando intentaram obter crédito tanto na época moderna, como na atual.

Entendemos que o arquétipo exposto está em diapásão com o exercício normativo concernente ao *modus operandi* do modelo comparativo consoante Jörn Rüsen. Para o autor, semelhante arquétipo tem por fito não apenas “definir” o espaço no qual o objeto sob escrutínio deve ser comparado, mas, sobretudo, ele deve fornecer uma via por intermédio da qual a “‘historiografia’ ou o ‘pensamento histórico’, como matéria de comparação, entra em foco”.⁶ No referente ao corrente artigo, partimos da premissa de que ao elegermos as relações de crédito como epicentro de comparação entre as sociedades aqui arroladas, tem-se, pois, no debate histórico-conceitual sobre a natureza das práticas econômicas afins àquelas sociedades, a estrutura ótima por meio da qual poderemos empreender a comparação quer da historiografia, quer do pensamento histórico, próprios ao tema em discussão.

⁶ Ibidem. p. 118-119.

Avançando, segundo Rüsen a “estrutura de uma comparação intelectual” necessariamente “depende das circunstâncias dentro das quais a consciência histórica trabalha”, devendo-se “observar a prática cultural por meio da qual a consciência histórica é exercida como um processo de comunicação, como um elemento de vida social”. Assim posto, trabalharemos a contextualização temporal das práticas culturais de cada sociedade com o intuito de acessarmos a essência das orientações valorativas⁷ de ordem econômica que regiam os processos cognitivos a partir dos quais os indivíduos estabeleciam, e/ou estabelecem, suas estratégias de acesso ao crédito em cada sociedade. Cumpre observar que não foge ao nosso horizonte a percepção de que tais orientações são caudatárias das “circunstâncias” no interior das quais a “consciência histórica” opera. Logo, a análise da natureza das relações de crédito à luz do debate histórico-conceitual da noção de economia concernente às sociedades em apreço – tendo por objeto mais estrito de estudo o peso que família e banco exerceram nas estratégias aludidas – concorre para assegurar bases teórico-metodológicas sólidas para o escopo do corrente artigo. Em tempo, o presente texto não poderá prescindir de “observar os próprios processos mentais por meio dos quais uma reminiscência interpretativa do passado ganha a qualidade específica daquilo que nós chamamos ‘história’”.⁸

Acerca das sociedades pré-industriais

Nas sociedades ditas pré-industriais, ou seja, naquelas em que suas lógicas de funcionamento não eram regidas pelas forças inerentes ao mercado com sua assumpção formal de economia engendrada a partir das transformações históricas que tiveram vez no decurso do século XIX, a natureza das relações humanas gozava de um cariz de reciprocidade social cuja substância indicava os principais valores regentes de tais sociedades. Nesses termos, questões próprias a campos como o religioso, o mágico,⁹ o político, o familiar e, fundamentalmente, o da sobrevivência concorriam para fornecer os recursos e as orientações valorativas que perpassavam o processo de tomada de decisão dos indivíduos. Mais de perto, o

⁷ Acerca da noção de orientações valorativas conferir BARTH, Fredrik. **Process and social life**. Vol 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

⁸ *Ibidem* (sublinhado do autor).

⁹ Ver, por exemplo, MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

estudo da matéria constitutiva da natureza antropológica da economia faculta o acesso mais direto às práticas culturais de época que, em última instância, pavimentam o caminho de compreensão das estratégias de acesso ao crédito, foco de nosso escrutínio. Segundo Polanyi:

O principal obstáculo ao estudo da origem das transações econômicas nos primórdios é a dificuldade de identificar o processo econômico em situações em que nem sua unidade, nem sua coerência, estavam salvaguardadas por instituições especificamente econômicas. Nas sociedades primitivas, o processo econômico se relacionava especificamente com o grupo familiar, o Estado, a magia e a religião. Esses domínios também geravam o sistema de *status*, dos quais as transações econômicas tenderam a se ‘desprender’.¹⁰

Dito de outra forma, nas sociedades pré-industriais as relações econômicas não respondiam às forças de mercado, ou seja, não respondiam à perene busca por lucro, à suposta lei de oferta e procura, à noção segundo a qual economia resume-se ao melhor gerenciamento possível de recursos escassos.¹¹ Na medida em que a reiteração temporal das sociedades inevitavelmente converge para a habilidade humana de sobreviver aos óbices impostos pelas mesmas, estamos a tratar, pois, do problema geral da subsistência do indivíduo. Consoante Polanyi, a principal dificuldade para se apreender tal problema repousa no “modo de pensar personificado na mentalidade de mercado”. Noutros termos, esse problema repousa na tentativa de imputar, atemporalmente, a natureza de uma economia de mercado nas estratégias de ação dos sujeitos (nas palavras do autor: “o erro consistiu em igualar a economia humana em geral com sua forma de mercado”)¹². Com meridiana clareza, Maurice Godelier acessa o cerne da questão.

Admitindo, nas sociedades pré-industriais, o econômico enquanto uma esfera concomitantemente interior e exterior às demais estruturas da vida social, temos o paradigma ideal de acesso à origem e ao fundamento “das diferentes

¹⁰ POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 107.

¹¹ Segundo Polanyi, o conceito de economia “nasceu com os fisiocratas franceses simultaneamente à emergência da instituição do mercado como mecanismo de oferta-procura-preço”. *Ibidem*. p. 48.

¹² *Ibidem*. p. 47. De acordo com Polanyi, para se criar a economia característica de um mercado com a conotação verificada no século XIX foram necessários: a) penetração do comércio exterior nos mercados locais, transformando-os de mercados estritamente controlados em uma flutuação mais ou menos livre de preços; b) tais mercados passaram a apresentar “preços flutuantes para os fatores de produção, o trabalho e a terra”; c) com o tempo, os salários, a alimentação, a renda etc. iniciaram um processo de interdependência. *Ibidem*. p. 49.

significações que adquirem as trocas, os investimentos, a moeda, o consumo, etc.”,¹³ e, por que não dizer, o crédito, donde se afere o caráter orgânico dos sistemas econômicos. Nas palavras de Godelier:

Desde que não se reduza a significação e a função de um serviço a seu aspecto econômico, ou se deduza essa significação e essa função desse aspecto, o econômico pode ser definido – sem risco de tautologia – como a produção, a repartição e o consumo de bens e serviços (...) O econômico se apresenta, portanto, como um campo particular de relações sociais ao mesmo tempo exterior aos outros elementos da vida social e interior, isto é, como a parte de um todo que seria ao mesmo tempo interior e exterior às outras partes, como a parte de um todo orgânico.¹⁴

Do anteriormente exposto, cumpre observar o caráter atemporal que confere substância às conclusões passíveis de serem aferidas no parágrafo em questão. Entendemos que, mais do que uma sugestão de ordem analítica, a não redução da conceituação de serviço ao caráter econômico mais estrito do termo se impõe como uma ferramenta pétrea da análise comparativa entre sociedades cronologicamente distantes. A ideia de serviço, tanto nas sociedades pré-industriais, como nas sociedades capitalistas, sugere, antes de uma relação obrigatoriamente pecuniária, uma relação prévia entre atores sociais. Dito de outra forma, a prestação de um serviço evoca uma relação entre indivíduos pautada, em essência, pela lógica da reciprocidade social. Importa pôr a descoberto que, nesse ponto, repousa a atemporalidade ressalvada na prestação de um serviço. Para que bem se entenda, nas sociedades pré-industriais a natureza dessa prestação respondia à maximização ou do *status*, ou das condições de sobrevivência física/social dos sujeitos. Por seu turno, nas sociedades capitalistas, a natureza dessa prestação é pecuniária – haja visto que a reiteração das mesmas é caudatária da venda, no mercado, da força de trabalho dos indivíduos – o que, a rigor, concorre para a mesma sobrevivência quer de *status*, quer das condições físicas/sociais dos sujeitos. Resulta claramente que o arquétipo é o mesmo, o que muda é o seu conteúdo.¹⁵

¹³ GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade econômica**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969. p. 331.

¹⁴ *Ibidem*. p. 319

¹⁵ Ressalvamos que, em ambas a sociedades, as relações creditícias podem ser definidas como uma prestação de serviço, a isto voltaremos.

À vista disso, atentemo-nos para a organicidade que o termo economia adquire a partir do enfoque discutido. Assumindo o econômico com “um campo particular de relações sociais ao mesmo tempo exterior aos outros elementos da vida social e interior” a eles, toda ação social interage, dialeticamente, com os valores orientativos de cada sociedade. E assim o faz porque ao estabelecer uma estratégia de ação, o indivíduo pondera suas perspectivas de sucesso conjugando aquilo que lhe é externo com aquilo que lhe é interno, em um contínuo processo de valoração “dos elementos da vida social” consubstanciados na “prática cultural” de cada sociedade. Dentre os vários campos constitutivos da vida social, a produção, a repartição e o consumo de bens e serviços, ao concorrerem para a definição de economia nos moldes propostos por Godelier, facultam o aceso a determinadas matizes sociais que servem de parâmetros valorativos dos indivíduos no momento de estabelecerem suas estratégias de ação. Ao abrigo do fato de ser cediço o entendimento de que as relações creditícias incorporam o campo do econômico, compreendemos que tais relações, outrossim, conferem forma aos campos da produção, da repartição e do consumo de bens e serviços subsumidos à organicidade de cada sociedade.¹⁶

Do posto, depreende-se que a análise das estratégias de ação dos indivíduos não pode prescindir da discussão acerca da racionalidade dos mesmos. Segundo Fredrik Barth, um comportamento racional denota o estabelecimento de uma estratégia a partir dos recursos e das orientações valorativas de cada um com vistas à obtenção de dado objetivo. Nesse processo, o sujeito compreende que os custos atinentes àquilo a ser ganhado são inferiores aos custos de não intentar fazê-lo. Naturalmente, para efetuar semelhante cotejamento, o ator social lança mão de seus valores, ou seja, da compreensão que ele possui acerca das “práticas culturais” da sociedade à qual pertence.¹⁷ Assim sendo, suas estratégias de ação

¹⁶ Segundo Godelier: “Se o que se produz, reparte e consume depende da natureza e da hierarquia das necessidades de uma sociedade, a atividade econômica está ligada organicamente às outras atividades políticas, religiosas, culturais e familiares que compõem com ela o conteúdo da vida dessas sociedades e as quais fornecem os meios materiais de se realizarem” (grifos do autor). *Ibidem*. p. 327.

¹⁷ BARTH, Fredrik. *Op. Cit. passim*. De acordo com Godelier, “em todas as sociedades, indivíduos e grupos procuram maximizar fins determinados cujo conteúdo e hierarquia exprimem a dominância de certas relações sociais sobre as outras e se encontram baseadas na própria estrutura de cada tipo de sociedade (...) Analisar as razões de ser deste lugar central de uma estrutura em relação às

encerram um historicismo que, a rigor, permite a diferenciação, no tempo, dos diversos tipos de estratégias, de valores, e de objetivos a serem alcançados. No que toca aos interesses do corrente artigo, impõe-se pensarmos racionalidade à luz tanto das sociedades pré-industriais, como das capitalistas.¹⁸

Em toda e qualquer sociedade, a racionalidade humana converge, direta ou indiretamente, para objetivos que, no mínimo, tangenciam a questão da subsistência. Para que bem se entenda, a definição de subsistência aqui adotada não se restringe ao mero aspecto da reiteração/manutenção física do indivíduo ao longo dos anos. Em adição, tratar-se-ia, igualmente, da reiteração/manutenção social do sujeito. Nas sociedades pré-industriais, a morte social punha em perspectiva a sobrevivência em si.¹⁹ A título de amostragem, caso um comerciante faltasse com sua palavra, ele enfrentaria um sem número de óbices em sua praça mercantil podendo, inclusive, se ver impossibilitado de exercer a mercancia, pois seus pares dificilmente aceitariam lhe estender crédito ou afiançar suas letras de câmbio, por exemplo. Nesse sentido, faltar com a palavra implicava em faltar com a honra, ou seja, a morte social. O ponto em tela informa que várias das estratégias de ação de um homem de negócio, malgrado orientadas para a realização das melhores e mais rentáveis atividades mercantis, em essência concorriam para a reiteração/manutenção de sua subsistência, social e física (uma vez que a segunda era caudatária da primeira – donde a ampliação do termo subsistência aqui empregado).²⁰

No que toca às sociedades pré-industriais, o significado substantivo do termo econômico evoca uma condição social na qual não era facultado ao indivíduo a sobrevivência sem um meio físico que o sustentasse. Dito de outra forma, o homem dependia da natureza e de seus semelhantes para sobreviver. Nesse tipo

outras é ir de encontro à descoberta de uma ‘racionalidade social’ da qual a racionalidade econômica não é senão um aspecto”. GODELIER, Maurice. Op. Cit., p. 32-33.

¹⁸ Em tempo, “para compreender a racionalidade do comportamento econômico dos indivíduos é preciso que seja conhecida a estrutura do sistema econômico e social dentro da qual eles agem”, e não o inverso. GODELIER, Maurice. Op. Cit., p. 39.

¹⁹ Conferir, por exemplo, LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²⁰ Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado).

de sociedade, “estudar a subsistência humana é estudar a economia nesse sentido substantivo do termo”.²¹ Em detalhe, numa a economia substantiva a acumulação de riqueza não era sinônimo de acumulação de bens pecuniários com alto valor de troca, mas, antes, a reunião de bens, materiais ou imateriais, essenciais à subsistência. Posteriormente, tais bens poderiam ser convertidos em mercês, instrumentos de trocas recíprocas, meios de pagamento e, para o que nos interessa, de crédito. Todo esse mecanismo atuava no sentido de erigir um mercado cuja natureza em absoluto respondia ao primado da busca pelo lucro, e sim respondia ao caráter basilar da busca pela subsistência.

Estudando a sociedade de Santena, localizada no Piemonte, norte da Itália, em finais do século XVII, Giovanni Levi nos brinda com uma magistral aplicação da ideia de economia substantiva a partir da análise das estratégias de sobrevivência empregadas por seus moradores face às recorrentes situações de crise no decurso de suas vidas. A concordar com o autor, nesses momentos de incerteza, os indivíduos se valiam de suas relações sociais previamente estabelecidas quer fossem elas de parentesco, quer de amizade, quer de vizinhança ou mesmo quer de solidariedade. Antes da busca pela riqueza material em si, importava firmar laços de solidariedade capazes de afiançar a ajuda mútua nos momentos de necessidade. Nas palavras de Levi: “a melhoria econômica era um objetivo subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência”.²² Exemplo emblemático repousa no estudo do mercado de terras dessa localidade que, em essência, traz à baila relações de crédito – tanto econômico, como social.

Valendo-se de um olhar de cariz micro frente ao tema mormente observado por intermédio de uma escala macroeconômica, Levi se debruçou sobre centenas de escrituras de compra e venda de terras firmadas pelos piemonteses quase sempre diante de uma situação de crise familiar. Conforme o autor, a razão primordial que induzia uma pessoa a transacionar um lote de terra repousava na fulcral, e determinante, necessidade de salvaguardar quer sua sobrevivência física, quer social. Não vem a pelo empreendermos uma pormenorizada discussão

²¹ POLANYI, Karl. Op. Cit., p. 63-64.

²² LEVI, Giovanni. Op. Cit., p. 105.

concernente a esses motivos. O ponto em tela consiste em destacarmos duas questões, a saber: a) salvo situações de crise aguda, dificilmente um camponês tinha ânimo de vender sua terra, pois isso significava abrir mão daquilo que lhe facultava a própria sobrevivência e b) ao abrigo da consideração prévia, a racionalidade vigente no momento de determinar o preço a ser pago pela terra informa uma matriz de pensamento à primeira vista destituída de coerência, pois o padrão verificado pelo autor revelou que os preços mais altos eram pagos pelos parentes, os preços médios pagos pelos vizinhos e, finalmente, os preços mais baixos eram pagos por estranhos.²³

A concordar com o autor, três seriam as hipóteses explicativas para semelhante comportamento atinente à conformação dos preços, quais sejam: a) na medida em que os mesmos responderiam “às condições da situação social concreta” – e não somente ao “jogo impessoal da demanda e da oferta de bens escassos” –, b) eles “não tinham o mesmo significado para todos os membros da comunidade”, variando consoante “a posição dos contratantes na escala da riqueza e do *status* (sublinhado do autor)”, c) evidenciando, dessa forma, que os preços eram acordados a partir da “contratação pessoal entre comprador e vendedor” *vis-a-vis* “o contexto das relações no qual se estabelecia a transação” – “e não pela concorrência entre compradores e vendedores anônimos”. Ao anterior exposto, importa ressaltar que “sob o aparente mecanismo de mercado que preside esta grande quantidade de transações com terras se esconde o problema geral dos recursos, do poder, da sobrevivência, da solidariedade, da manutenção da transformação das relações e dos valores sociais existentes”.²⁴

Em se tratando de uma sociedade na qual sua reiteração temporal prestava homenagens ao sabor da natureza e das condições climáticas (des)favoráveis ao melhor cultivo da terra, encerrava *conditio sine qua non* da sobrevivência física dos indivíduos a substância das suas relações sociais, haja vista que no mercado anteriormente descrito “o que se apresentava em toda sua importância era o peso das relações sociais nas transações econômicas e o sistema de relações interpessoais, e não o funcionamento concreto destas transições como base da

²³ Idem, capítulo 3.

²⁴ Ibidem. p. 147-149.

dinâmica social da cidade”.²⁵ Ao que precede, cabe acrescentar que, em conformidade com as “práticas culturais” coevas, quando, no decurso de sua vida, um desafortunado indivíduo restava ao capricho de uma série de sucessivas crises familiares (períodos de más colheitas, falecimento de parentes próximos e produtivos, doenças etc.), seus parentes em melhores condições eram instados a lhe prestar uma série de auxílios no sentido de mitigar (ou findar) suas agruras – o que, a rigor, evoca relações creditícias que eram, simultaneamente, econômicas e sociais.²⁶

Contudo, em caso de o socorrido não ter condições de retribuir equitativamente a ajuda (crédito) recebida, e tendo em conta que tal sociedade era regida pela lógica da reciprocidade, esse sujeito firmava em cartório um contrato “fictício” de venda de suas terras para seu parente a um preço artificialmente elevado com vistas à plena quitação de seus haveres para com esse parente que, por seu turno, poderia ou não permitir ao devedor continuar a cultivar a terra, com que então se tem a explicação do porquê de os preços mais altos terem sido aqueles pagos por parentes.²⁷ Tendo em seu cerne a proposição que acabamos de sumariar, cremos restar nítida a natureza de uma economia de cariz substantivo consoante proposição de Karl Polanyi.

À guisa de diferenciação da economia substantiva das sociedades pré-industriais, a acepção formal do termo econômico imanente às sociedades capitalistas responde à urgência da racionalização voltada para a maximização do gerenciamento ótimo de recursos escassos. Com o advento da revolução industrial e a conseqüente reordenação na lógica de funcionamento da sociedade britânica oitocentista, a ideia de racional deixou de ser signo de estratégias sociais voltadas para a maximização da sobrevivência física e/ou social em face do caráter substantivo da economia de época tal qual passível de ser observado em Giovanni

²⁵ Ibidem. p. 48.

²⁶ Ibidem. cap. 3.

²⁷ Idem, cap. 3. De passagem, segundo Giovanni Levi, a impessoalidade do mercado é caracterizada pelo como se compra, e não de quem se compra (sublinhados nossos). Idem. p. 151. Conforme será argumentado no decorrer do artigo, *mutatis mutandis*, o mesmo raciocínio aventado pelo autor para o mercado de terras de Santena para finais do século XVII pode ser aplicado para melhor se compreender as estratégias elencadas pelos indivíduos de Areal e de Três Rios (Rio de Janeiro) no momento de buscarem obter crédito para o financiamento de seus negócios no decurso das primeiras décadas do século XXI.

Levi, e passou a evidenciar, no que concerne aos fins, “uma escala utilitarista de valores” e, no tocante aos meios, “uma escala, supostamente científica, de renda”, redundando na premissa de se obter renda consoante uma escala utilitarista de valor que, ao final e ao cabo, redireciona o indivíduo para a perene necessidade de consumir. Toca lembrar sobre a matéria que, à luz do fato segundo o qual “a variante econômica do racionalismo introduz o elemento escassez em todas as relações meios-fins”,²⁸ a interação do indivíduo tanto com os recursos naturais, como com outros indivíduos, reorienta a essência das relações produtivas e das relações sociais para a instrumentalização da busca pelo lucro como meio de finalidade última do exercício do consumo de bens, serviços e mercadorias, entronizando, dessa forma, a instituição “economia de mercado”.

Em realidade, a entronização do significado “formal” de economia em detrimento do “substantivo” engendrou as condições ótimas para a minimização da busca primeira pela satisfação das necessidades materiais relativas à sobrevivência e para a maximização de “práticas culturais” orientadas para usos racionais de meios escassos.²⁹ Partiu-se da premissa de que seria possível a completa supressão dos “ingredientes substantivos” próprios à atividade econômica, limitando-os “aos elementos formais da escolha e da escassez, os únicos considerados importantes”. No que toca ao processo histórico atinente à metamorfose anterior, importa pôr a descoberto que “o passo crucial foi a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, como se tivessem sido produzidos para venda” e, dessa forma, absorvidos pelo mercado, pois disponíveis para serem comprados e vendidos livremente. *Ipsa facto*, a força de trabalho foi precificada como salário, assim como a terra foi precificada como renda,³⁰ donde:

o verdadeiro alcance desse passo pode ser estimado se lembramos que trabalho é apenas outro nome para o ser humano, e terra, outro nome para natureza. A ficção mercantil pôs o destino do ser humano e da natureza nas mãos de um autômato que operava em seus próprios circuitos e era regido por suas próprias leis.³¹

²⁸ POLANYI, Karl. Op. Cit., p. 56-57. Segundo o autor, o significado formal do termo econômico “provém do caráter lógico da relação meios-fins, como economizar ou conseguir algo a baixo preço, desse significado provém a definição de economia pela escassez”. Op. Cit., p. 63.

²⁹ Conforme Karl Polanyi, o termo formal “é subjacente ao verbo maximizar (...) ‘obter o máximo a partir dos recursos de que se dispõe’”. Op. Cit., p. 64.

³⁰ *Ibidem*. p. 53 (grifos do autor).

³¹ *Ibidem*. p. 53-54.

Em consideração ao que precede, cabe observar que as condições históricas instrumentalizadoras da transformação em foco respondem ao processo de gestação da Revolução Industrial inglesa, cujo albor teve vez em finais do século XVIII. Até então, a mera existência de “elementos de mercado” não era signo da presença de uma “economia de mercado”.³² De toda sorte, com o advento da Revolução Industrial, a vida material e a reprodução social passaram a ser medidas pelo mercado, impelindo o indivíduo a vender sua força de trabalho por um salário, ou seja, propelindo-o a tomar efetiva parte nas relações de mercado como via de salvaguardar sua sobrevivência – mais de perto, “as relações sociais entre as pessoas assemelham-se a relações entre coisas”, donde o “fetichismo da mercadoria” consoante Karl Marx.³³

Segundo Ellen Wood, “o capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de trocas lucrativas; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria a venda no mercado”. Nesse cenário, a completa dependência dos indivíduos face ao mercado entroniza a constante busca pela majoração do lucro como “regra fundamental da vida”. Em boa verdade, a totalidade produtiva da atividade humana – bens, serviços, crédito etc. – subordina-se “à produção do capital e do lucro capitalista”, sendo que o *télos* primeiro do sistema capitalista repousa na “produção e auto-expansão do capital”. Na medida em que o arquétipo exposto se difunde pela totalidade social, passa-se a pressuposição da “existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro”³⁴

Antes de passarmos a uma lacônica historização da economia brasileira desde a década de 1970, não podemos prescindir de apresentarmos alguns

³² Por “elementos de mercado”, entenda-se: “um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências”. Quando esses elementos criam um mecanismo de oferta-procura-preço, temos um mercado formador de preço. Caso contrário, se os demandantes e os ofertantes trocam por meio de equivalências, temos um mercado não formador de preço. Fora desses casos, não temos um mercado, “mas apenas várias combinações dos elementos de mercado presentes em uma situação de troca”. Ibidem. p. 186-187.

³³ WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 16. Acerca da noção de “fetichismo da mercadoria”, conf. MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 92-106.

³⁴ WOOD, Ellen. Op. Cit., p. 12-13. Naturalmente, o debate teórico acerca da conceptualização do sistema capitalista é por demais extenso para as pretensões do corrente artigo. Aqui, intenta-se tão somente apresentar aspectos dessemelhantes face à lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais.

apontamentos finais no que toca ao abandono conceitual do carácter “substantivo” da economia em favor do “formal”. Para Karl Polanyi, encerra uma falácia o entendimento segundo o qual o advento da Revolução Industrial e a conseqüente implementação do sistema capitalista colapsaram totalmente o cariz substantivo da economia. Segundo o autor:

o aspecto físico das necessidades do homem faz parte da condição humana; **não pode existir sociedade que não possua algum tipo de economia substantiva** (...) reduzir o âmbito do econômico especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana.³⁵

Denota-se que o processo histórico que balizou a passagem de uma sociedade pré-industrial para uma sociedade industrializada não obliterou certos aspectos imanentes a uma economia do tipo substantiva. Ao tomarmos o debate histórico-conceitual da definição de economia como nosso “parâmetro organizativo” estruturante da comparação entre ambas as sociedades, cremos ter restado por demais elucidado que as “práticas culturais”, malgrado historicizadas, guardam similaridades passíveis de serem comparadas com vistas à melhor compreensão da ação humana orientada para busca e para a maximização de sua sobrevivência – quer estamos a tratar de uma sociedade pré-industrial, quer capitalista.

Sucintos apontamentos acerca da economia brasileira desde a década de 1970³⁶

O período compreendido entre os anos de 1968 e 1973 passou à história sob a alcunha de “milagre brasileiro”. Em essência, tratou-se de um período caracterizado por intenso crescimento econômico, acentuada geração de emprego e evidente recrudescimento do parque industrial brasileiro gerenciado pela forte presença do Estado como fomentador da economia. A rigor, nesse período houve uma retomada e uma complementação da disseminação da produção e do

³⁵ POLANYI, Karl. Op. Cit., p. 48 (negrito nosso e sublinhado do autor).

³⁶ Tendo vista a importância do chamado “Milagre brasileiro” e do II Plano Nacional de Desenvolvimento para a compreensão do cariz econômico brasileiro nas décadas subsequentes, optamos por iniciarmos esta lacônica contextualização da economia brasileira a partir da década de 1970.

consumo de bens duráveis, cujos inícios datam da implementação do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek.³⁷ Juntamente com os bens de consumo duráveis, os bens de capital responderam pelo crescimento médio do PIB de 11% e da taxa de investimento de 20% anuais. O cenário de bonança foi completado por uma inflação baixa no período, assim como por uma melhora no balanço de pagamento caudatária dos crescentes superávits primários.³⁸

À luz dos efeitos deletérios do primeiro choque do petróleo em 1973 – que exacerbou ainda mais a dependência de financiamento externo por parte do Brasil –, o chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento tentou dar seguimento ao crescimento do consumo e do investimento com vistas a postergar o necessário ajustamento macroeconômico então demandado face ao crescimento fomentado pelo milagre brasileiro.³⁹ No geral, o II PND tinha por fito ampliar a infraestrutura, a base energética via fomento da extração petrolífera e produção de álcool, os meios de telecomunicação, os bens de produção, a base agrícola e as exportações de bens primários, manufaturados e semimanufaturados. Ao longo do governo de Ernesto Geisel, o II PND agravou os desequilíbrios gerados pelo milagre econômico. Não obstante, e em linhas gerais, seus objetivos tenham sido alcançados – ressalva-se que uma parte das dificuldades observadas na década de 1980 prestam homenagem à ousadia do plano e, outra parte, ao ajuste externo

³⁷ A rigor, o Plano de Metas tentou promover a industrialização no Brasil a partir de pesados investimentos públicos e privados, tendo impulsionado um crescimento médio do PIB de 9,26% ao ano. Contudo, ao abrigo de ganhos sociais (aumento da expectativa de vida, queda na mortalidade infantil e no analfabetismo), o plano acabou gerando uma inflação de aproximadamente 24,7% ao ano no final do mandato de Juscelino, sendo que o déficit do governo mais do que dobrou. VILLELA, André. Dos 'anos dourados' de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1^a. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 47-49. Segundo Francisco Oliveira, com o plano de metas, manteve-se a política de retenção de aumentos salariais e incentivo ao aumento da produtividade, redundando quer em crescimento de lucratividade, quer na acumulação de capital. No cenário desafiador de alta inflacionária, os salários perderam poder aquisitivo, incitando a concentração de renda. Para o autor, o padrão de acumulação observado no Brasil entre os anos de 1950 e 1976 foi iniciado com a adoção do plano de metas, que veio a substituir o modelo desenvolvimentista varguista, cuja acumulação deitava raiz em uma prévia promoção dos bens de produção, cuja função repousava na fundação das bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os setores de bens de produção, de consumo não durável e de consumo durável. OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 76-83.

³⁸ HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "milagre" econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1^a. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 82.

³⁹ BONELLI, Régis. O que causou o crescimento econômico no Brasil? In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1^a. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 314-316.

perpetrado por João Figueiredo entre 1979 e 1984 para enfrentar o segundo choque do petróleo.⁴⁰

No que tange ao governo Figueiredo, em linhas gerais é possível caracterizá-lo pelo crescimento médio de 80% ao ano seguido de forte inflação e déficit interno e externo entre 1979 e 1980, crescimento dos desequilíbrios fiscais entre 1981 e 1983 muito em função do arrefecimento do crescimento anterior *pari passu* à elevação inflacionária e, por fim, uma curta recuperação econômica em 1984. Já contexto da redemocratização, é possível observar, entre 1985 e 1986, um rápido crescimento do produto agregado que, por seu turno, gerou nova pressão inflacionária a partir de finais de 1986. Para que bem se entenda, a recuperação econômica de meados da década de 1980 pode ser explicada pelos seguintes fatores: o amadurecimento dos investimentos provenientes da industrialização por substituição de importações e da promoção das exportações (ambos caudatários do II PND), a forte desvalorização cambial em 1983, a recessão econômica dos anos anteriores e a recuperação da economia norte-americana por volta de 1985 – com que então o principal problema da economia brasileira repousava na pressão inflacionária. Em adição, o contexto de sobrevalorização cambial observado em 1986 atuou, por um lado, como um fator impulsionador do consumo e, de outro, como um elemento de contração das exportações reais. Entre 1986 e 1989, o país vivenciou desajustes domésticos e uma perene ameaça inflacionária.⁴¹

Outro ponto que demanda destaque acerca da década de 1980 são os três planos econômicos perpetrados pelo governo de José Sarney, a saber: Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987 e Plano Verão em 1989. A rigor, ao invés de intentarem desindexar a economia (e aqui repousa a maior conquista do Plano

⁴⁰ HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 100-107. Com o segundo choque do petróleo, o custo de importação dessa *commodity* saltou de US\$4 bilhões em 1980 para US\$10 bilhões em 1982 e o custo da dívida explodiu face ao aumento da taxa de juros nos EUA em 1979 passando de US\$2,7 bilhões em 1978 para US\$9,2 bilhões em 1981. Nesse cenário, a queda no preço de importantes itens da pauta exportadora brasileira concorreu para agravar ainda mais o déficit nacional. Na medida em que as principais economias capitalistas entraram em recessão, o sistema internacional de crédito privado colapsou. O II PND passou a ser visto como um dos principais problemas da economia brasileira, dando vez ao início do processo de esvaziamento do Estado e de seu papel interventor econômico. VILLELA, André. Op. Cit., p. 48-54.

⁴¹ HERMANN, Jennifer. Auge e declínio. In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.), Op. Cit., p. 93-94; BONELLI, Régis. Op. Cit., p. 316-318

Real), os três planos tinham como escopo o congelamento de preços, ou seja, uma espécie de “pacto social” compulsório através do qual preços e salários deixariam de ser reajustados com vistas a contornar o chamado “conflito distributivo”.⁴² Afora suas ineficiências em mitigar a inflação, esses planos impulsionaram o crescimento do PIB às espessas de uma considerável deterioração das contas fiscais e externas. No geral, durante a década de 1980 perdeu-se fontes de financiamento de crescimento (fruto da contração de capital a nível internacional a partir da moratória mexicana de 1982) sendo que, malgrado o PIB ter apresentado crescimento desde 1984, as exorbitantes taxas inflacionárias mitigaram quaisquer ganhos mais relevantes e expressivos em termos econômicos e sociais.⁴³

A ascensão de Fernando Collor à presidência do Brasil em 1989 marcou o albor da efetiva implementação do programa neoliberal no país. Embora de curta duração, o governo de Collor pode ser caracterizado por dois aspectos de relevo, quais sejam: a) adotou políticas de privatização com escopo de fomentar a competição e a eficiência operacional das companhias brasileiras e, b) tentou reformar tarifas comerciais no setor externo. Com o Plano Nacional de Desestatização, entre 1990 e 1994 foram privatizadas 33 empresas federais,

⁴² Tratar-se-ia do efeito segundo o qual o aumento de salário engendra um aumento de preços que, por seu turno, leva a um novo aumento de salário, retroalimentando esse ciclo cujo resultando necessariamente origina desequilíbrios econômicos. CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 119-121.

⁴³ Laconicamente, o Plano Cruzado deu vez a uma expansão exagerada dos meios de pagamento com juros reais negativos que, em meio à recuperação econômica do período, fomentou o consumo de tal sorte que a resultante imediata consistiu no desabastecimento de produtos. Intentando resolver a questão, o governo recorreu à importação, trazendo à baila problemas de logística e infraestrutura nos portos e rodovias. Com o chamado Plano Cruzado II, o governo implementou o gatilho salarial, que consistia em reajustar o salário mínimo toda vez que a inflação ultrapassasse 20%. Todo o cenário convergiu para que, em fevereiro de 1987, o governo decretasse moratória do serviço da dívida externa. Por seu turno, o Plano Bresser tratou de refrear a inflação através do aumento da taxa de juros reais e dos impostos, da eliminação de subsídios concedidos a determinados setores estratégicos da economia e do corte de investimentos. Adotou o congelamento de preços e salários por três meses. A despeito de ter eliminado o gatilho salarial, o plano fracassou na medida em que os comerciantes e os produtores, temendo novo congelamento, reajustaram fortemente seus preços, dando novo fôlego aos problemas respeitantes à questão inflacionária. Por fim, o Plano Verão repetiu o arquétipo do corte de gastos e do congelamento dos preços e dos salários, mas, como se tratava de um ano eleitoral, fracassou em função da não realização dos necessários, porém impopulares, ajustes fiscais. CASTRO, Lavínia. Op. Cit., p. 116-131. Para os períodos de 1981-1983, 1984 e 1985-1989, o PIB se comportou da seguinte maneira, em média: -2,2%, 5,4% e 4,3%, respectivamente. Em termos inflacionários: 129,7%, 223,9% e 471,7%, respectivamente. Cf. HERMANN, Jennifer. Auge e declínio... In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.), Op. Cit., p. 106 e CASTRO, Lavínia. Op. Cit., p. 132 e p. 134

gerando uma arrecadação de U\$8,6 bilhões. Com as reduções tarifárias e a adoção do câmbio livre, as importações brasileiras apresentaram expressivo crescimento no início da década de 1990. Concomitantemente, o lançamento do primeiro Plano Collor impactou fortemente o cenário macroeconômico, pois, em um cenário de abertura econômica, o governo aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Operações Financeiras, suspendeu benefícios fiscais não garantidos pela Constituição, extinguiu autarquias e, de resto, levou a cabo o sequestro da liquidez nacional por um prazo de 18 meses com juros de 6% ao ano em um contexto inflacionário médio de 1.500% ao ano, resultando em uma forte retração econômica.⁴⁴ Após o processo de impedimento de Fernando Collor, o período de transição do governo de Itamar Franco para o de Fernando Henrique Cardoso ensaiou uma retomada econômica à luz dos debates e medidas atinentes à implementação do Plano Real.

Em uma perspectiva lacônica, o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso pode ser caracterizado por uma política cambial rígida, incremento da dependência de financiamento externo e fortes desequilíbrios fiscais. As externalidades macroeconômicas advindas de semelhante cenário impuseram um sem número de adversidades ao país, concorrendo para mitigar os efeitos benéficos iniciais atinentes ao Plano Real.⁴⁵ Com o fito de contornar aquele contexto desafiador, o segundo governo de Fernando Henrique permitiu a flutuação cambial, diminuiu o déficit em conta corrente,⁴⁶ e promoveu um forte ajuste fiscal. A resultante das políticas anteriormente arroladas consistiu na

⁴⁴ CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 146-151.

⁴⁵ Na esteira da implementação do Plano Real, o Brasil experimentou uma retomada do crescimento caudatária de uma expressiva elevação da renda (logo, do poder de compra) da população em geral devido ao “término quase que instantâneo da inflação no segundo semestre” de 1994. Em tempo, esta conjuntura favorável conferiu uma resiliência à economia capaz de absorver a crise mexicana de fins do mesmo ano. BONELLI, Regis. Op. Cit., p. 318. Em termos inflacionários, o Plano Real controlou a inflação até 1999, quando houve a desvalorização cambial. Em tempo, tal controle foi resultante da desindexação promovida pela URV, e não do ajuste fiscal propriamente dito. CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação. Op. Cit., p. 154.

⁴⁶ Para um debate acerca da adoção da conversão em conta corrente no contexto de desenvolvimento de Bretton Woods, conferir: EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 131-182.

adoção do chamado tripé macroeconômico, ou seja, o estrito respeito às seguintes matérias econômicas: meta inflacionária, câmbio flutuante e superávit fiscal.⁴⁷

Mais de perto, a partir de 1995, e face a um cenário internacional turbulento em vista das crises mexicana e asiática, teve vez no governo uma política econômica orientada para o aumento das reservas cambiais *vis-à-vis* ao arrefecimento do contexto inflacionário. Para tanto, não se pôde prescindir de uma deflação cambial seguida por um aumento na taxa de juros. Nesse ínterim, o retorno da liquidez internacional elevou o apetite dos investidores ao risco, o que favoreceu o fluxo de capital para mercados emergentes, concorrendo para arrefecer as pressões sobre o Plano Real. O ponto a assinalar repousa precisamente na fragilidade do modelo anteriormente exposto, a saber: somente poderia ser sustentado enquanto houvesse margem para ampliação do endividamento externo e público. O Cisne Negro⁴⁸ de 1998 com a crise russa impactou diretamente a sustentabilidade da política econômica enunciada, de tal sorte que em finais do mesmo ano o Brasil recorreu ao FMI, contraindo um empréstimo de U\$42 bilhões com a contrapartida da implementação de uma forte política de arrocho fiscal que acompanhou o restante do segundo governo de FHC.⁴⁹

A despeito das desconfianças do mercado acerca da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o albor da década de 2000 foi auspicioso para a economia brasileira. No cenário internacional, a caudal liquidez proveniente da redução da taxa de juros nos EUA – somada à forte demanda chinesa pelas *commodities* necessárias

⁴⁷ Em termos gerais, a era FHC promoveu, ao abrigo da agenda neoliberal, privatizações, eliminou os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, reorientou as relações do Brasil com o capital estrangeiro, saneou o sistema financeiro, empreendeu a reforma da previdência, renegociou dívidas estaduais, criou a Lei de Responsabilidade Fiscal e agências de regulação de serviços de utilidade pública. GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1^a. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 182-193.

⁴⁸ Acerca da noção de Cisne Negro, conferir TALEB, Nicholas. **A lógica do Cisne Negro**. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2017.

⁴⁹ GIAMBIAGI, Fábio. Op. Cit., p. 167-182. Segundo Delfin Netto, a valorização do câmbio causou, por um lado, déficits crescentes em conta corrente entre 1995 e 2002 e, por outro, financiou o crescimento do consumo em detrimento do investimento. Logo, o comprometimento dos superávits primários, os juros elevados e a emissão de títulos do Tesouro com cláusulas cambiais favoreceram consideravelmente a elevação da dívida pública de 30% do PIB em 1994 para 56% em 2002. Em tempo, a carga tributária saltou de 27,9% para 34,9% do PIB em igual período. DELFIN NETTO, Antônio. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1^a. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 249.

para alicerçar suas expressivas taxas de crescimento anuais – configurou um cenário ótimo para o desenvolvimento da economia brasileira no período do governo Lula, cujo caris macroeconômico deu eco ao chamado tripé que norteou o período FHC, a saber: câmbio flutuante, regime de metas inflacionárias e perenes superávits fiscais.⁵⁰ Nesse cenário, o parque consumidor brasileiro apresentou uma expansão portentosa. Segundo André Biancarelli, com a devida vênia da conjuntura internacional, semelhante crescimento se deveu às políticas de transferência de renda adotadas pelo governo, ao sistema de proteção social, à política de valorização do salário mínimo e, por fim, ao bom comportamento do mercado de trabalho com sucessivas taxas de queda do desemprego. A bem dizer, o fator aglutinante dos pontos anteriormente expostos repousou na expansão do mercado de **crédito** interno.⁵¹

No decurso do governo Lula, o volume do crédito em âmbito nacional saltou de 26% do PIB em 2002 para 45,2% em 2010. Mais de perto, no que toca ao crédito endereçado à pessoa física, o acréscimo foi da ordem de 9 pontos percentuais (p.p.) do PIB em 2003 para 21 p.p. em 2010, aproximando-se da porcentagem creditícia observada para as empresas (25 p. p. em 2010). Em tempo, o crédito direcionado (rural e habitacional) apresentou ascensão de 2,6 p.p. do PIB entre 2002 e 2010. No geral, a expansão do crédito teve vez em um cenário de depreciação da taxa de juros⁵² *pari passu* à maior atuação dos bancos privados como agentes de financiamento. Após 2008, a decisão do governo de se valer dos bancos públicos como instrumento anticíclico de mitigação das externalidades

⁵⁰ GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). In: *In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). Economia brasileira contemporânea*. 2ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 209-211. Segundo o autor, a percepção internacional acerca do papel do Brasil no mundo apresentou uma nítida melhora em função dos seguintes fatores: a) o aumento da importância da economia chinesa; b) a maior demanda, por parte das economias emergentes, de itens dos quais o país era grande produtor; c) as potencialidades atinentes ao etanol e ao pré-sal; d) a escolha do país como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e) a forma através da qual o Brasil gerenciou as externalidades próprias da depressão de 2008 (em linhas gerais, o país não atravessou nenhum contexto inflacionário ou quaisquer problemas em sua balança de pagamento, assim como não experimentou queda no consumo ou no emprego – outrossim, o sistema financeiro restou incólume) GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a ruptura. Op. Cit., p. 225-229.

⁵¹ BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 58, p. 263-288, Jun. 2014. p. 277-279

⁵² O alto da curva de juros no período foi de 26,5% ano entre fevereiro e maio de 2003, e o pico mais baixo ocorreu entre setembro de 2009 e março de 2010 com 8,75% ao ano. <https://www.bcb.gov.br/pec/copom/port/taxaselic.asp> Acesso em 05 de novembro de 2018.

atinentes à crise do *subprime* estadunidense oxigenou o mercado consumidor brasileiro ávido por crédito, exortando a trajetória de crescimento da economia capitaneada pela demanda agregada.⁵³

Na esteira da crise internacional de 2008, a economia brasileira vivenciou dado nível de deterioração das contas externas fruto da imediata queda no preço das *commodities*, da especulação contra o real e do movimento de saída de dólares do país em busca de investimentos mais conservadores face às recentes turbulências do mercado financeiro internacional. Com o fito de aumentar a liquidez interna, o Banco Central reduziu o compulsório dos pequenos e médios bancos, diminuiu a alíquota adicional que insidia sobre o compulsório de depósitos à vista e liberou o compulsório para compra de bancos menores por bancos mais robustos.⁵⁴ Do posto, caso levemos em consideração não apenas o aumento de renda da população como um todo no período em questão, mas igualmente a ascensão de aproximadamente 25 milhões de pessoas da classe D para a classe C, temos o cenário em que o crescimento da economia brasileira prestou contínuas homenagens à demanda consumista desse mercado.⁵⁵

A partir de meados da década de 2010, o cenário internacional vivenciou, em linhas gerais, menor demanda chinesa, depreciação no preço dos *commodities* e recuperação da economia norte-americana – o que iniciou o processo de aumento da taxa de juros pelo FED (Banco Central estadunidense) que, em consequência, retirou liquidez dos países emergentes. Por seu turno, o cenário nacional foi palco de uma piora nas contas públicas caudatária da prolongação excessiva das políticas

⁵³ MORA, Mônica. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, jan., 2015. p. 7-28. Segundo a autora, o governo utilizou o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para implementar a política anticíclica com o escopo de atenuar os efeitos deletérios da crise de 2008 sobre as empresas, efeitos esses maximizados pelas operações de derivativo cambial. Nas palavras da autora: “a atuação do BB, da Caixa e do BNDES evitou uma queda acentuada na oferta de crédito nos segmentos de crédito consignado, aquisição de bens e capital de giro. O governo federal, desse modo, interveio no mercado e sustentou um processo em curso, atenuando os efeitos da crise financeira sobre a econômica real e, assim, amainando o processo natural de deterioração das expectativas, ou seja, ao atuar concretamente por intermédio dos bancos federais, o governo evitou uma desaceleração do crescimento da economia mais intenso”. Ibidem. p. 40 e p. 53.

⁵⁴ Ibidem. p. 39-40.

⁵⁵ Para André Biancarelli, afora o cenário internacional favorável e as boas condições macroeconômicas, quatro foram os principais determinantes para a formação desse grande mercado consumidor, a saber: a) políticas federais de distribuição de renda; b) a implementação de um sistema de proteção social; c) a contínua política de valorização do salário mínimo e, por fim; d) a sistemática geração de emprego. BIANCARELLI, André. Op. Cit., p. 275-279.

de subsídio e de desonerações fiscais, uma frustração no processo produtivo do pré-sal, um quadro de desestabilidade política, uma curva crescente no desemprego, na inflação e na taxa de juros e, por fim, um decréscimo na curva do PIB. Naturalmente, o país atravessou uma de suas piores crises econômica, política e social com impactos deletérios não apenas para o mercado consumidor em particular, mas outrossim para a própria sociedade brasileira no geral.

Apontamentos iniciais acerca do comportamento creditício dos comerciantes do município de Três Rios

A base empírica que serve às análises do corrente item é composta, no que concerne à sociedade capitalista entrerriense, de 100 entrevistas orais com empreendedores residentes na região. Com vistas a melhor compreendermos suas estratégias *vis-a-vis* as diversas conjunturas econômicas pelas quais o país passou, esses indivíduos foram separados em quatro grupos, a saber: grupo A, indivíduos que iniciaram suas atividades a partir da década de 1980; grupo B, indivíduos que iniciaram suas atividades a partir da década de 1990; grupo C, indivíduos que iniciaram suas atividades a partir da década de 2000; grupo D, indivíduos que faliram com seus negócios. Da documentação coligida, observamos apenas uma ocorrência no grupo A, 13 no grupo B e 81 no grupo C, sendo que 6 incorreram no grupo D.⁵⁶ Na medida em que 81% dos entrevistados iniciaram suas atividades na década de 2000, optamos por concentrar nossos esforços de compreensão da oferta de crédito na economia brasileira no referido período, com que então apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 1.: Comportamento (%) do crédito no Brasil – (2002- 2010)

	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Total
Dez. 2002	9,33	16,68	26,01
Dez. 2003	9,37	15,24	24,61
Dez. 2004	10,51	15,18	25,69
Dez. 2005	12,29	15,98	28,27
Dez. 2006	13,79	17,12	30,92

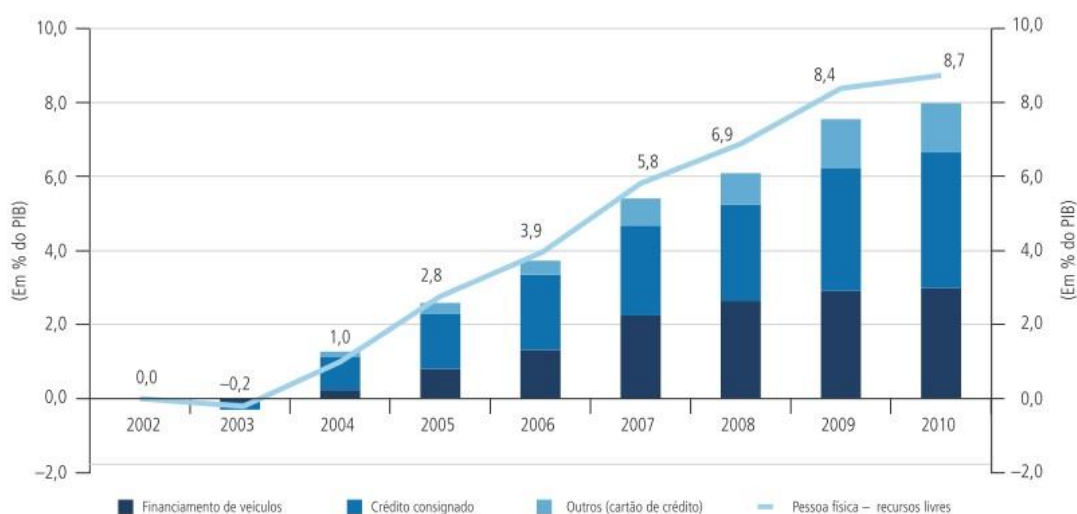
⁵⁶ A razão pela qual a soma perfaz 101 entradas ao invés de 100 repousa no fato de que uma pessoa abriu seu primeiro negócio em 1998 e seu segundo negócio em 2015.

Dez. 2007	15,98	19,18	35,17
Dez. 2008	17,56	22,92	40,48
Dez. 2009	19,63	24,03	43,66
Dez. 2010	20,64	24,61	45,25
Taxa de crescimento do período	121,22	47,54	73,97

Fonte: MORA, Mônica. Op. cit., p. 10 (adaptada).

Do exposto, percebe-se que, destarte a participação percentual da pessoa física no total nunca tenha ultrapassado 45%, o crescimento dessa faixa frente à pessoa jurídica foi de 154,98% no período em apreço. *A prima facie*, estamos defronte a uma oferta creditícia fundamentalmente orientada para o consumo, consoante a gráfico 1.

Gráfico 1.: Contribuição ao crescimento do crédito em termos de percentual do PIB



Fonte: BCB – séries temporais.

Fonte: MORA, Mônica. Op. cit., p. 22.

Aqui, importa observar a forte participação percentual do crédito à pessoa física tanto consignado, como recursos livres. Quando correlacionamos os dados anteriores àqueles por nós arrolados, acreditamos não ser de todo despropositado assumirmos que parte desses créditos tenham sido direcionados não para consumo familiar, mas sim para o empreendedorismo local. Mais de perto, dos 27

entrevistados que necessitaram de crédito para a abertura de seus negócios, 81,48% deles iniciaram suas atividades a partir de 2000, ou seja, estamos a lidar com a mesma amostragem dos dados arrolados por Mora. Desses 27, 59,26 % recorreram a instituições financeiras (ou seja, crédito consignado) e 7,41% voltaram-se tanto para essas instituições, como para suas próprias famílias como financiadores de seus negócios. Nessa esteira, compreendemos que a maior oferta de crédito no período impulsionou o empreendedorismo a nível local. A princípio, esse cenário coaduna-se perfeitamente com o que se espera do comportamento empreendedor em uma sociedade capitalista. Vejamos, pois, os dados mais de perto.

Estabelecido o anterior, foi solicitado aos entrevistados que escolhessem se preferiam recorrer aos bancos ou à família para a obtenção dos recursos necessários para iniciar seus respectivos empreendimentos, resultando na seguinte conformação: 66% elencaram bancos e 34% preferiam buscar ajuda financeira junto a seus familiares. Semelhante quadro suscitou o seguinte questionamento: por que se voltar para bancos com maior custo de capital e condições de pagamento mais rigorosas e não para as famílias? A resposta pode ser aventada com base na tabela a seguir:

Tabela 2.: Razão para não recorrer ao crédito familiar⁵⁷

	Falta de recursos	Deve-se apartar família e negócio	Praticidade/segurança	Total
#	17	35	12	64
%	26,56	54,69	18,75	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Interessante observar que 26,56% dos entrevistados não recorreriam às suas famílias fundamentalmente devido à falta de recursos por parte delas, ou seja, esmiuçando os dados da pesquisa, é possível perceber que dos 100 indivíduos analisados, 53% teriam tentado, caso possível, obter apoio financeiro com suas famílias para darem início a seus empreendimentos. Vigem, pois, nítidos ecos costumeiros das sociedades pré-industriais nas práticas culturais da atual sociedade capitalista. Contra uma possível objeção de obviedade de semelhante

⁵⁷ Foram arrolados para a confecção da tabela 16 indivíduos que necessitaram de crédito e não recorreram às suas famílias e 48 indivíduos que não necessitaram de crédito e que, caso tivessem necessitado, não teriam buscado financiamento junto de suas famílias.

comportamento (afinal, nada mais natural do que se refugiar na segurança familiar aliada à, quase certa, ausência de cobrança de juros frente ao principal da dívida – sem contar as condições mais favoráveis de pagamento), temos que 47% dos entrevistados ou prefeririam pagar juros a misturar família com seus negócios, ou considerariam mais prático/seguro recorrer a bancos do que às suas famílias, denotando que, não raro, família adquire cariz de insegurança, “burocracia” informal e toda sorte de pressões sociais atinentes ao fato de ser devedor a um parente. De toda sorte, esses dados merecem uma análise mais apurada.

Não cabe dúvida que o apoio creditício familiar desempenhou um papel fulcral na estratégia econômica dos entrevistados. Em uma sociedade capitalista, mormente a atividade de empreendedorismo está associada à busca por financiamentos das instituições bancárias. Conforme avançado, no decurso da década de 2000, essas instituições atuaram fortemente no fomento do mercado creditício. Porém, a documentação coligida nos fez saber que, quando reduzimos um pouco a escala de observação, nos deparamos com uma sociedade muito mais vívida e muito mais plural, pois chegamos àquelas pessoas à margem dos dados oficiais. Tratam-se de indivíduos cujos valores e práticas culturais estão fortemente assentados em bases de reciprocidade, de convívio familiar, ou seja, em bases de uma sociedade pré-industrial de Antigo Regime.

Nesse nível, 34% dos entrevistados apresentaram um comportamento que dialoga com uma lógica de funcionamento deveras inesperada em um sistema dito capitalista. Caso consideremos aqueles que não puderam recorrer às suas famílias por questão de falta de recursos financeiros, o percentual de 53% de indivíduos cuja preferência por darem início aos seus negócios o foi por intermédio do crédito familiar ganha contornos expressivos. Todavia, não se pode entronizar a questão financeira e coadjuvar a relacional. Advogamos que, à semelhança das sociedades pré-Revolução Industrial, a família (ainda) possui robusta ascendência na conformação da prática cultural dos indivíduos. Dito de outra forma, os laços de reciprocidade familiares atuam no sentido de conferir sentimentos afeitos a obrigação social, satisfação social, reconhecimento social etc. Sentimentos esses que, quando medidos à frieza dos valores capitalistas, acabaram por pesar no

cálculo econômicos dos entrevistados, levando-os a preterirem o crédito institucional em favor do recrudescimento dos laços familiares.

Entendemos que a complexidade própria a essa matéria é caudatária do fato segundo o qual a presente sociedade capitalista possui uma história, ou seja, um passado. Passado esse que presta homenagens a uma sociedade pré-industrial com valores calcados na perene busca por segurança junto a redes de reciprocidade mormente calcadas em valores familiares. Nada mais natural que, em dadas situações, valores capitalistas coadjuvem face a valores pré-capitalistas. A isto voltaremos.

Tabela 2.: Razão para recorrer ao crédito familiar

	Confiança na família	Facilidade de acesso ao capital	Condições de pagamento	Total
#	14	15	5	34
%	41,18	44,12	14,7	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Endereçando nosso esforço de pesquisa para os indivíduos que prefeririam recorrer às suas famílias face a instituições financeiras caso necessitassem de recursos para abrirem seus negócios, percebe-se, com meridiana clareza, que o custo do capital pouco representa na racionalidade econômica desses indivíduos, donde apenas 14,7% dos entrevistados arrolaram o declínio do pagamento de juros/melhores condições de pagamento como razão primeira para se recorrer aos familiares. Por outro lado, confiança na família e facilidade de obtenção de capital – leia-se: a) evitar óbices atinentes às classificações de risco perpetradas pelas instituições creditícias para a concessão de crédito e, b) celeridade no acesso ao recurso – responderam por 85,30% dos motivos enunciados pelos entrevistados. Nesse ponto, poderíamos indagar o que exatamente significaria essa maior “confiança” familiar frente a sólidas instituições financeiras. O caminho para responder a tal indagação nos conduz, inexoravelmente, ao passado.

Nas sociedades de pré-industriais, a racionalidade econômica dos indivíduos era guiada, a rigor, pela noção de insegurança face às incertezas cotidianas. A título de exemplo, a morte de um patriarca inevitavelmente impelia a família a rever suas estratégias de vida sob risco de perecerem em virtude de um

sem número de motivos.⁵⁸ De igual sorte, guerras, más colheitas, doenças etc. encerravam fatores desestruturantes que ameaçavam a perenidade familiar. O anterior sugere que, diante de condições tão incertas de vida, urgia o estabelecimento de uma racionalidade orientada para mitigar semelhas vulnerabilidades pois, afinal, o que estava em jogo era a própria sobrevivência desses sujeitos. Para Giovanni Levi, o estabelecimento de laços de reciprocidade tinha por fito mitigar os riscos atrelados ao simples fato de se estar vivo em uma sociedade pré-industrial, com que então recorria-se às estruturas familiares, a mecanismos de caridade, a relações de clientelismo e a redes de amizade, de vínculos e de proteção.⁵⁹

Em consideração ao anterior, e à luz dos valores de uma sociedade capitalista, resta claro o peso da tradição pré-industrial nas práticas culturais tocantes à racionalidade econômica dos indivíduos quando da tomada de decisão acerca da demanda por crédito para abrir seus negócios. A “confiança” familiar deita raízes na secular busca por segurança face às incertezas cotidianas. Confia-se que a família não irá, por exemplo, acionar o parente na justiça em caso de inadimplência, que não irá obrigá-lo a pagamentos mensais com valores pré-estabelecidos em situações de crise, que não adicionará seu nome ao Serviço de Proteção ao Crédito etc. A “confiança” denota, pois, dado grau de segurança, de previsibilidade, um instrumento capaz de mitigar os riscos e as incertezas inerentes a, por exemplo, abrir um negócio que, em última instância, visava a garantia da sobrevivência. *Mutatis mutandis*, em uma sociedade pré-industrial recorria-se à família com vistas a garantir a sobrevivência e, no que concerne ao escopo do corrente artigo, na sociedade capitalista entrerriense recorria-se a família para a obtenção de crédito pelos mesmos motivos. Denota-se, dessa forma, ecos costumeiros pré-industriais em uma sociedade capitalista.

No referente ao cotejamento das considerações enunciadas a partir do escrutínio das tabelas anteriores, não podemos prescindir de salientar que não

⁵⁸ Conforme Giovanni Levi, a morte do patriarca lançava a viúva a uma condição de vulnerabilidade social, podendo ter suas terras reivindicadas por parentes, por pretendentes e, mesmo, por seus filhos. Diante disso, por vezes era costume que o marido deixasse para a esposa condições de vida asseguradas em testamento. Cf. LEVI, Op. Cit., passim.

⁵⁹ Idem., notadamente capítulo 3.

estamos advogando que toda tomada de decisão acerca das estratégias de acesso ao crédito é caudatária da herança pré-industrial. Antes, envidamos esforços no sentido de identificarmos e analisarmos possíveis influências da lógica de funcionamento daquela sociedade na atual. Assim posto, não encerra contradição o fato de termos identificado que 47% dos entrevistados tenham compreendido ser mais racional pagar juros que imiscuir suas famílias em seus negócios. Conforme avançado, a complexidade imanente ao tema em apreço é uma resultante natural do processo histórico de formação do sistema capitalista e, como tal, apenas responde às mais variadas estratégias de ação firmadas pelos indivíduos. Para que bem se entenda, vale evocar quais são os pontos levados em consideração por Giovanni Levi para analisar a racionalidade dos atores sociais:

(...) as ambiguidades das regras, a necessidade de tomar decisões em situações de incerteza, a quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação, a tendência psicológica a simplificar os mecanismos causais considerados relevantes para a determinação de comportamentos e, enfim, a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções.⁶⁰

Assim posto, pela feita do estabelecimento de estratégias voltadas para aquisição de crédito, os indivíduos estudados estavam às voltas com ambiguidades de regras como, por exemplo, aquelas referentes ao comportamento social esperado pela família ao conceder crédito a um parente face aquelas estabelecidas por instituições financeiras. Indubitavelmente, essas instituições demandam o pagamento do passivo. Por outro lado, uma família poderia ou não impor a quitação do crédito ao parente. Nesse caso, tudo dependeria da natureza dos elos relacionais perpetrados para cada família. Contudo, no sistema judiciário brasileiro, não raro nos deparamos com casos de inadimplência cuja resultante acaba por diminuir em muito o montante devido ou mesmo seu não pagamento. Isso nos leva ao fato de se tomar decisões em uma situação de incerteza e face a uma quantidade limitada de informação. Sob pena de excessiva simplificação, podemos considerar, no mínimo, dois cenários de incerteza, mas com universos diferentes de informação disponível.

⁶⁰ Ibidem. p. 46.

No primeiro, teríamos uma incerteza atrelada à efetiva impossibilidade de prever a ação do familiar que emprestou o capital aliada à maior oferta de informação disponível sobre o provável comportamento desse parente. No segundo cenário, trabalhamos com a incerteza atinente ao sucesso ou insucesso do negócio a ser aberto frente à menor disponibilidade de informação quando comparada ao possível comportamento do familiar. Entendemos que esse pequeno esforço ensaístico oferta um cenário mínimo para aventarmos a complexidade da tomada de decisão pelo indivíduo no momento de se recorrer a sua família ou a uma instituição financeira para se capitalizar. Tanto uma, quanto outra, apresentariam diferentes níveis de incerteza e de disponibilidade de informação. Em nossa hipótese, indivíduos mais conservadores e mais orientados para a busca por segurança apresentaram uma racionalidade com maior viés pré-industrial. Esses recorreram (ou teriam recorrido caso necessário) às suas famílias. Por outro lado, indivíduos com maior apetite para o risco recorreram (ou teriam recorrido caso necessário) às instituições financeiras. Em essência, tratar-se-ia da “utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções”.⁶¹ Por fim, gostaríamos de expor a tabela a seguir, que trata das formas de ajuda que familiares estenderam a seus parentes.

Tabela 3.: Formas de ajudar ofertadas por familiares

	Mão de obra	Empréstimo	Total
#	14	11	25
%	56	44	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A tabela anterior convalida, a nosso entender, a hipótese do atavismo de determinadas práticas das sociedades pré-industriais de Antigo Regime nas sociedades capitalistas, notadamente aquela sob escrutínio. Nesse sentido, os dados não deveriam, pois, causar espécie. Observa-se que 56% dos auxílios que familiares concederam a seus parentes se deram na forma de cessão de mão de obra, e não de forma pecuniária. E isso não é caudatário, exclusivamente, de uma possível falta de recursos financeiros. Compreendemos que essa prevalência responde à busca de sentimento comunhão, de proximidade, de entrega percebido

⁶¹ Ibidem.

pelas pessoas. Dito de outra forma, o simples ato de se emprestar dada quantia não transmite a entrega, o esforço, a dedicação que transmite o fato de um familiar estar, diariamente, presente no auxílio a seu parente. Uma coisa é a entrega, fria, de certa soma financeira para ajudar na abertura de um negócio. Nesse cenário, o prestador apenas aguarda que o devedor lhe pague o devido. Essa reciprocidade é mais formal, mais característica das sociedades capitalistas. No segundo caso, majora-se o aspecto emocional, sentimental da ajuda prestada.

O ato de dar encerra um crédito social, um crédito cujo contra dom exige, por parte do receptor, muito mais para ser quitado, pois não o pode ser apenas transferindo uma quantia em dinheiro quiçá acrescida de juros. Denota-se uma adstrição extremamente forte entre os envolvidos. Para que o indivíduo ajudado consiga retribuir seu parente, ele deverá empreender um esforço social de tal monta que, ao final e ao cabo, acabará por estreitar os laços de reciprocidade que os unem, engendrando uma obrigação social que será acionada em caso de necessidade por ambas as partes. Nas sociedades pré-industriais de Antigo Regime, esse ciclo de reciprocidade creditícia social, conforme exposto anteriormente, era fulcral para garantir a sobrevivência em épocas de crise. Hoje, *mutatis mutandis*, temos o mesmo arquétipo. Não cabe dúvida, porém, de que a ajuda em forma de mão de obra igualmente mitiga questões financeiras. Por exemplo: muitas vezes, os pais trabalhavam no negócio dos filhos, suprimindo o pagamento de salários e demais encargos trabalhistas. Seja como for, estreita-se laços. O núcleo familiar se une para maximizar ao máximo possível suas chances de sobrevivência. Indubitavelmente, trata-se de um eco pré-industrial nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Conclusão

À guisa de conclusão, acreditamos estar escusados de retomar todos os argumentos aludidos e conclusões logradas no decurso do presente artigo. Importa, antes, sublinharmos um ponto em particular: os ecos costumeiros. Definimos por ecos costumeiros determinadas práticas culturais que, malgrado as contínuas e impactantes transformações pelas quais as sociedades passam no decurso do tempo, restam estruturantes do comportamento social dos indivíduos.

Um desses ecos é precisamente a prática de, ao menos na maioria das sociedades ocidentais, os parentes se unirem, quer em momento de crise, quer não, para buscar maximizar suas chances de sobrevivência. Antes da Revolução Industrial, semelhante prática era facilmente identificada nos esforços conjuntos de plantio, colheita, tarefas cotidianas etc. Com o passar do tempo, foram incorporadas outras variedades como, por exemplo, o estabelecimento de redes de reciprocidade sociais que eram postas a serviço do auxílio a parentes na obtenção de cargos, patentes, mercês, e uma série de serviços e ganhos imateriais que, de outro modo, restariam inalcançáveis ou demandariam esforços hercúleos por parte dos indivíduos.

Como advento da Revolução Industrial, ao abrigo do fato segundo o qual o *modus operandi* anterior não tenha sido completamente erradicado, o comportamento familiar caminhou no sentido de garantir as condições de o sujeito obter, por si só, sua sobrevivência, por exemplo, através de estudos. Porém, defendemos que as práticas anteriores ainda estão presentes nas sociedades atuais. E o estão, fundamentalmente, devido à característica humana de buscar, incessantemente, maximizar suas condições de sobrevivência. Conforme avançado, o sistema capitalista possui uma história, uma história que remonta às práticas culturais das sociedades pré-industriais. Em boa verdade, o sistema capitalista é caudatário dessas mesmas sociedades logo, nada mais natural do que a permanência de valores pré-industriais nas sociedades capitalistas atuais. Aqui, envidamos esforços no sentido de identificarmos alguns desses valores a partir do estudo das relações creditícias.

Bibliografia

BARTH, Fredrik. **Process and social life**. Vol 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 263-288, Jun. 2014.

BONELLI, Régis. O que causou o crescimento econômico no Brasil? *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 307-334.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 116-140.

__. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.

DELFIN NETTO, Antônio. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 225-257.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). *In*: __. et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166-195.

__. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). *In*: *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 2ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 197-238.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade econômica**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 69-92.

__. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 93-115.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dívida**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

- MORA, Mônica. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, jan., 2015, p. 1-66.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado).
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. *In*: MALERBA, Jurandir. **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-138.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- TALEB, Nicholas. **A lógica do Cisne Negro**. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2017.
- VILLELA, André. Dos ‘anos dourados’ de JK à crise não resolvida (1956-1963). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 45-68.
- WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua Raimundo Correa, n. 355
36087-040
Juiz de Fora - MG

Recebido: 25/03/2019
Aprovado: 24/07/2019

ENCENANDO A MODERNIDADE NO RIO DE JANEIRO E EM BUENOS AIRES: O TRABALHO ARTÍSTICO COMO PROMOÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Flavia Ribeiro Veras¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de através, da reflexão sobre o mercado de diversões no Rio de Janeiro e Buenos Aires na primeira metade do século XX, pensar como a noção de identidade nacional foi construída em cada um dos espaços. As classes subalternas e suas representações nos teatros e em outros meios artísticos populares surgem como um ponto de inflexão dessa questão, uma vez que os populares emergem como sujeitos protagonistas da nova caracterização nacional. A modernidade, confundida com tecnologia e movimento, tomou corpo nas cidades através das reformas urbanas de ambas as capitais. Contudo, foi através do emergente mercado de diversões que ela se expandiu para a massa circulante nas ruas.

Palavras-chaves: identidade nacional; artistas; modernidade.

MODERNITY ON RIO DE JANEIRO AND BUENOS AIRES STAGES: ARTISTS WORKING ON NATIONAL IDENTITY

Abstract: This article aims, through the reflection on the amusement market in Rio de Janeiro and Buenos Aires in the first half of the twentieth century, to think how the idea of national identity was constructed in each of the spaces. The subaltern classes and their representations in theaters and other popular artistic media appear as a turning point of this issue, since the popular emerge as protagonists of the new national characterization. Modernity, misunderstood with technology and movement, took shape in the cities through the urban reforms of both capitals. However, it was through the forthcoming amusement market that modernity expanded to the circulating mass of the streets.

Keywords: national identity; artists; modernity.

*Nunca fomos catequizados. Fizemos foi o carnaval.
Manifesto Antropofágico, 1928.*

*Defender o bom teatro, procurar elevar seu nível artístico para que guarde consonância com a cultura alcançada em outras manifestações do espírito significa não apenas fazer obra de arte, mas sim de patriotismo, de argentinismo.
Comoedia, 16 de abril de 1926. p. 42 "Nuestra forma de conducta"*

O crescimento do sentimento de orgulho nacional e a disposição para montagem da cidade modernizada funcionavam como uma espécie de competição entre as capitais da periferia do continente americano na primeira metade do século XX. Esse sentimento de corrida pelo progresso se tornava muito visível durante visitas internacionais, como na vinda do rei da Bélgica ao Rio de Janeiro

¹ Email: verasf06@gmail.com

em 1920, quando se tinha a possibilidade de divulgar os avanços urbanos de ordem higiênica, arquitetônica e moral que estavam sendo empreendidos.²

As fontes da *Cancellería* Argentina revelam que os representantes do Uruguai e da Argentina estavam muito atentos à visita do ilustre monarca ao Brasil. De Bruxelas, em 21 de maio de 1920, uma carta de caráter “confidencial reservada” foi enviada para o ministro das Relações Internacionais D. Ronorio Pueyrredón tratando da aceitação do convite do Rei Alberto para visitar o Brasil. Segundo a carta, o Uruguai já estava atuando na intenção de expandir a visita ao seu território. Nessa correspondência, foi sugerido que a Argentina também estendesse o convite no intuito de “aproveitar a presença do soberano belga na América do Sul para que ele, após visita ao Brasil, pudesse apreciar a diversidade das duas nações no que se refere à riqueza e as condições de raça e clima”. Em 25 de julho de 1920, o encarregado de negócios escreveu à Pueyrredón relatando que no Brasil teria sido aprovado orçamento de gastos ilimitados para custear a recepção do Rei Alberto e sua comitiva.³

O trabalho de Caulfield⁴ apresentou os esforços dos poderes públicos brasileiros para mostrar o Rio de Janeiro ao monarca belga como uma cidade ordenada, harmônica e moralizada. Por isso, obras foram financiadas, artistas contratados e os setores populares e marginais afastados da vista do Rei. Aliado a análise de Caulfield, a intensa troca de cartas sobre o tema entre o Ministério das Relações Exteriores da Argentina e correspondentes externos nos mostra a preocupação dos governos envolvidos – Argentina, Brasil e Uruguai - em conseguir maior visibilidade internacional e marcar posição no continente. Os esforços para impressionar a comitiva do Rei Alberto em 1920 é uma pequena mostra das muitas situações entre finais do século XIX e o início do XX em que o esforço pela modernização e a superação de um suposto atraso mobilizou os setores públicos latino-americano.

² Cancellería – División Política. Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto – caja 1969. Expediente 28. LEGACION ARGENTINA. S/ visita del Rey de Bélgica al Brasil.

³ Idem.

⁴ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro**, 1918-1940. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000. p. 111-114.

Esse artigo tem o objetivo de pensar remodelações da identidade nacional brasileira e argentina através o cenário do mercado das diversões nas suas capitais, considerando o espaço, o trabalho dos artistas e a recepção do público na primeira metade do século XX. A inovação desse texto está em pensar a identidade nacional como um sentimento emergente das camadas populares em associação com a produção artística comercial de massas. O mercado, nesse caso, foi colocado como um espaço de debate sobre o tema, enquanto os financiadores da ideia eram as classes populares que circulavam pelos centros urbanos em busca de diversão.

As fontes usadas para elaboração desse texto são muito variadas, contamos com documentos do arquivo da *Cancellería* argentina, que dispõem documentos diplomáticos, periódicos portenhos e cariocas, arquivos da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas do Rio de Janeiro e textos de peças teatrais. Estas fontes ajudam a recompor o mosaico de elementos que estavam em debate e forçou novos caminhos para se pensar a identidade nacional a partir das classes subalternas no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Dessa operação é possível também perceber aproximações e afastamentos sobre a temática em cada espaço.

O centro das cidades era visto como espaços da modernidade, da recepção e invenção de inovações e também da suspeição de falta de moralidade. Lá se concentravam o maior número de prédios públicos, arranha-céus, avenidas, automóveis, pessoas circulando, cafés, teatros, luzes e todo tipo de construção e tecnologias que faziam seus contemporâneos estarem certos de que estavam em uma cidade moderna. As máquinas imprimiam rapidez ao dia-a-dia, o cinema e a fotografia abalavam o conceito de arte, o fonógrafo permitia a gravação e reprodução de áudios, a publicidade ensaiava os seus primeiros passos e variadas formas de diversões faziam com que artistas e escritores necessitassem se adaptar à nova velocidade de criação. Lentamente, esses avanços também chegavam aos bairros mais afastados, porém com uma atmosfera mais intimista.⁵

⁵ Sobre as inovações científicas e os impactos que elas trouxeram para a organização social das cidades do Rio de Janeiro e Buenos Aires ver respectivamente: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983; SARLO, Beatriz. **La imaginación técnica - sueños modernos de la cultura argentina**. Nueva Vision: Buenos Aires, 2004.

A intervenção do poder público na remodelação central fez com que a opção de morar nessas áreas fosse rechaçada pelos ricos – pela falta de moralidade – e impossibilitada aos pobres – dado ao aumento dos preços na região. No Rio de Janeiro, com a guerra aos cortiços, às favelas e os bairros do subúrbio e da Baixada Fluminense, cortados pela linha férrea, foram, gradativamente, ocupados por trabalhadores. As áreas mais nobres, como Copacabana, foram escolhidas pelas classes média e alta.⁶ Enquanto no Rio de Janeiro os estudos sobre as diferentes partes da cidade, que inclui o debate sobre memória da Baixada, ainda é recente, na historiografia argentina as pesquisas em torno da ocupação dos bairros portenhos são bastante densas.

Os bairros que cresceram ao redor do centro de Buenos Aires se constituíram como espaços onde se desenvolveu larga vida associativa por meio de bibliotecas públicas montadas por associações de variadas naturezas. Além dessas bibliotecas e das festas organizadas por associações, teatros e cinemas também faziam parte das opções de diversão dos moradores. Gutiérrez e Romero⁷, tratando sobre a cidade entre 1920 e 1938, declaram que “três temas centrais do crescimento urbano se destacam (...): pavimentação, edificação e crescimentos de centros dispersos”.

As opções modernas de diversão, que incluíam o teatro, o cinema, as boates, os cafés dançantes e muitos outros empreendimentos comerciais, eram marcas da vida urbana que desconectavam as noções sobre o tempo de lazer e o de trabalho⁸. Assim, o lazer e a diversão começaram a se tornar um tipo de serviço vendido e comprado na cidade moderna. A remodelação da paisagem urbana refletiu as transformações do mercado de diversões, bem como as relações de capital e trabalho no setor. As formas de diversão urbanas se transformaram, obedecendo a nova dinâmica de tempo, a individualização e a invisibilidade produzida nas cidades.

⁶ O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 56-79

⁷ GUTIÉRREZ, Leandro & ROMERO, Luiz Alberto. **La cultura de los sectores populares em Buenos Aires, 1920 – 1945**. Buenos Aires: PEHESACISEA, mimeo, 1985. p. 41.

⁸ Sobre a noção de tempo na sociedade industrial e pré-industrial ver: THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras. 2005. p. 267-304.

Por conta disso, o centro era o espaço mais indicado para os que queriam se divertir de maneira moderna e se aproveitar do anonimato para buscar espaços como prostíbulos e cabarés, ou mesmo para ficar a par de novidades diversas. A Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, era o espaço de concentração dos mais famosos teatros da cidade, entre eles o Carlos Gomes, além de muitos outros teatros pequenos ou até improvisados. Por suas imediações passavam muitas celebridades, e os “artistas de terceira categoria” transitavam em busca de contratos ou pequenos serviços. Nas proximidades da Tiradentes, localiza-se a então afrancesada Rua do Ouvidor e a Avenida Rio Branco, construída em 1905. No sentido contrário, no caminho da Lapa - bairro conhecido pela boemia e malandragem - encontra-se a Praça Marechal Floriano, onde ainda hoje se ostentam os belos prédios do Teatro Municipal e da Biblioteca Nacional, além do Teatro Regina, o Teatro Rival, o cinema Odeon, o antigo cineteatro Pathé, cuja fachada foi preservada e o prédio se tornou templo religioso, dentre outros.

Nesse espaço, o empresário espanhol Francisco Serrador - dono de muitos teatros, cinemas e casas de jogos no Rio de Janeiro - pensou em projetar a *Times Square* brasileira e investiu bastante na área que ficou conhecida nos anos de 1930 como Cinelândia.⁹ Em finais da década de 1920 até 1946, os cassinos¹⁰ fizeram parte da diversão das elites cariocas, sendo construídos em balneários e hotéis de luxo nas áreas mais nobres da cidade. Copacabana, bairro recente em 1930, tinha dois cassinos, o Atlântico e o Copacabana, e em Botafogo existia o Cassino da Urca¹¹. Eles foram palco de apresentações de artistas famosos, muitos deles internacionais.

Em Buenos Aires, o espaço conhecido por ser núcleo das diversões, concentrando muitos cafés, teatros e cinemas, eram as imediações da Rua *Corrientes*, conhecida como “a que nunca dorme”. Os cafés, as salas de teatro e cinema, os cabarés e até os prostíbulos faziam parte do cenário do centro da cidade

⁹ LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Arquitetura do espetáculo**: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

¹⁰ Os cassinos começaram a surgir no início da década de 1920, mas seu período de maior vitalidade foi entre as décadas de 1930 e 1940, quando serviu de palco para os muitos artistas nacionais e internacionais. Em 1946 os cassinos foram fechados por pelo governo Dutra por ser “imorais”.

¹¹ Fichas da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas do Rio de Janeiro. Código: BR NA, RIO OC - Arquivo Nacional.

e eram frequentados pela população que usufruía os tempos de tranquilidade econômica dos anos de 1920. Velasco¹² pesquisou as opções de diversões no centro e apontou, também, o desenvolvimento dos esportes e de outras diversões de massa com menos glamour nos bairros portenhos. Ainda hoje, a *Corrientes* guarda sua “personalidade” e suas luzes. Art descreveu um espaço bastante singular para tratar da “verdadeira *Calle Corrientes*”, onde se encontrava a maior concentração de espaços de diversões da cidade.

A verdadeira *Corrientes* começa para nós na *Callao* e termina na *Esmeralda*. É o miolo portenho, o coração da urbe. A rua com a qual sonham os portenhos que estão nas províncias. A rua que se ama, que se ama de verdade. A rua que é linda de percorrer de ponta a ponta porque é a rua da vadiagem, de malandragem, de esquecimento e de prazer.¹³

Com o passar do tempo e com a maior modernização das cidades, os espaços centrais foram se constituindo como núcleo das diversões, mas progressivamente tiveram concorrência de empreendimentos em outras partes da cidade. A competição com demais espaços não afetou o desempenho da região central como ponto de encontro da boemia e espaço mais cosmopolita das cidades. As transformações no mercado das diversões encarnadas na retórica da “crise teatral”, que tanto afligiu os que trabalhavam com o teatro, não impactou a fama do centro, que manteve os escritórios das principais revistas e tornou-se o espaço escolhido para as sedes das maiores companhias de rádio com seus auditórios muitas vezes abertos ao público. Para o caso de Buenos Aires, esse dado é demonstrado por Velasco¹⁴ que, através do plano recortado da cidade, mostra a concentração de cafés, teatros, cabarés e casas de baile.

Para tratar da relação entre centro e periferia temos como material de análise o endereço dos artistas relacionados nas Fichas da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas do Rio de Janeiro. Essa fonte demonstra que o Centro do Rio de Janeiro era o lugar de moradia de muitos deles. Lá se encontravam a maior concentração de teatros da cidade, além da possibilidade de buscar pensões

¹² VELASCO, Carolina Gonzales. **Gente de teatro – ócio y espectáculos em la Buenos Aires de los años veinte**. Buenos Aires: Siglo vintiuno, 2012. p. 29-54.

¹³ ART, Roberto. **Águas-fortes portenhas seguidas de águas fortes cariocas**. São Paulo, Iluminuras, 2013. p. 190-191.

¹⁴ VELASCO, C. G. Op. Cit., p. 231-239.

baratas, embora na maior parte das vezes de péssima qualidade. Muitos dos hotéis que serviam de hospedagem e moradia para os artistas que se localizavam no centro pertenciam a donos de teatro, como o Hotel Serrador. Em alguns casos, os artistas declararam viver no teatro em que trabalhavam. Assim, de uma listagem de 2544 artistas brasileiros em atividade no Rio de Janeiro, na qual 1028 não declararam dados sobre endereço, cerca de 1000 artistas entre 1930 e 1945 apontaram que moravam no Centro e em suas imediações, como nos bairros Saúde, Gamboa, Santa Teresa e Lapa.¹⁵

Nesse contexto de modelação urbana aos moldes modernos se deu a expansão do parque industrial e aumento do fluxo urbano. Em meados da década de 1920, começou a se comentar sobre o “Teatro Nacional”, assunto cada vez mais presente no meio artístico e intelectual enquanto os investimentos privados no teatro cresciam vertiginosamente. Como uma tradição inventada, o “Teatro Nacional”, ao mesmo tempo em que precisava se desvencilhar das influências coloniais, teria que criar um estilo genuinamente brasileiro e argentino. A emergência dessa categoria criou conflitos entre interesses e concepções das elites intelectuais e dos empresários que pretendiam atingir a maior audiência possível.

Com a Crise Mundial de 1929 os investimentos e o público do teatro sumiram e em meados dos anos de 1930, passada a crise, os antigos patamares não foram reestabelecidos. Ou seja, quando o mercado de diversões se recuperou da grande crise, o teatro não tinha mais a mesma relevância no mercado. Os cinemas, os eventos esportivos, os parques de diversões, os cassinos, as boates e tantas outras formas híbridas de casas comerciais, sobretudo as que promoviam espetáculos de teatro conjuntamente com exhibições cinematográficas, passaram a ajudar a suprir a demanda popular por diversão.

Dessa forma, a Crise do Teatro Nacional foi considerada uma crise de audiência, já que as cada vez mais numerosas camadas populares havia abandonado o teatro frente a outras opções de lazer. As famílias trabalhadoras tiveram grande importância para a montagem da “cidade moderna”, pois foram fundamentais para o desenvolvimento da cultura comercial de massas que

¹⁵ Informações tidas a partir das Fichas de Artistas. “Delegacia de Costumes e Diversões Públicas do Rio de Janeiro”. Código: BR NA, RIO OC – Arquivo Nacional.

revolucionou o mercado de diversões a partir da década de 1930. Muitas vezes homogeneizadas como “classe subalterna”, elas fizeram parte do público dos teatros revista e dos sainetes e buscaram o divertimento nos esportes e nos parques de diversão. Também frequentavam o cinema – que cada vez mais se mostrava como um divertimento economicamente acessível –, compravam as revistas e sonhavam em adquirir os bens de consumo que os artistas juravam usar.

O gosto desse público passou a ser observado cada vez com mais afinco, e as peças teatrais encontravam na vida cotidiana as “receitas para o sucesso”. Essas “fórmulas” também foram levadas para a produção cinematográfica e rádio teatrais, cujos capítulos vinham impressos em revistas semanais.¹⁶ Há indicações que mostram que, a partir da década de 1940, quando um empresário radial pensava em testar um novo programa tinha como estratégia a montagem de concursos para verificar se o artista ou o empreendimento seria lucrativo. Para isso, buscava como júris os empregados dos setores mais baixos da própria empresa, pois imaginavam que eles seriam uma espécie de espelho do gosto popular¹⁷.

Ser moderno, ser nacional

A arquitetura urbana em diálogo com a produção literária, artística, a oferta de serviços e a moralidade, mostrou que ser nacionalista também era um dado moderno, daí a importância do trabalho estatal e intelectual com o tema da identidade nacional unificada.¹⁸ Por mais que a reflexão da intelectualidade artística sobre o nacionalismo pareça distante do que efetivamente era feito nos teatros, nos cinemas e nas rádios é possível perceber que, de maneiras variadas, os artistas e empresários transformaram a linguagem elitizada das vanguardas modernistas em iniciativas bastante atrativas para o público geral.

¹⁶ KARUSH, Matthew B. **Cultura de classe. Radio y cine en la creación de una Argentina dividida (1920-1946)**. Buenos Aires: Ariel, 2013.p. 121-172. ; HUPFER, Maria Luiza Rinaldi. **As rainhas do rádio: símbolo da nascente indústria cultural brasileira**. São Paulo: Senac Editoras, 2009.p. 150-167.

¹⁷ Sobre a participação popular na escolha dos artistas de rádio ver: KARUSH, M. B. Op. Cit. e McCANN, Bryan. **Hello, hello Brazil. Popular music in the making of modern Brazil**. Durham, NC: Duke University Press, 2004.

¹⁸ DOYLE, Don Harrison & PAMPLONA, Marco A (Organizadores). **Nacionalismo do novo mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. p. 17-36.

O modernismo gestado na América Latina, na tentativa de reproduzir o genuinamente nacional, acabou por misturar as influências de vanguardas europeias com elementos considerados do “folclore nacional”. Enquanto na literatura, na pintura e nas artes plásticas os artistas faziam sua revolução frente ao academicismo baseando-se nas críticas sociais de engajados artistas europeus retratando personagens socialmente excluídos e sua cultura, nos teatros e nos cinemas representava-se o cotidiano.

Em relação à arte popular, Veneziano¹⁹ relacionou o teatro de revista e de variedades carioca com a proposta de Oswald de Andrade da “antropofagia”²⁰. A autora defendeu que a apresentação das peças por sessões incorporaria a ideia de mescla de diversos elementos, incluindo o “tipo brasileiro”, com a cultura estrangeira. Seria esse teatro que teria o poder de levar a classe subalterna para a cena principal, fazendo com que essa camada da população exercesse a cidadania através da chacota aos políticos e de suas decisões que quase sempre os excluía.

Essa mescla chegou a se tornar uma política de Estado no Brasil, o que pode ser expresso pela premiação da dupla caipira Jararaca e Ratinho, que unia um violeiro e um saxofonista em apresentação de conteúdo regional. Eles foram laureados pela Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA) em 1937 “pelo valor de originalidade” e foram considerados “espontâneos” (originais e extremamente típicos). Outros artistas populares também foram premiados nas classificações: os de “samba do morro” (intencionais), os de carnaval (intencionais), os de teatro (intencionais) e os do rádio (intencionais; imitadores do tipismo americano).²¹

¹⁹ VENEZIANO, Neyde. **Não adianta chorar: teatro de revista... oba!** Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 71.

²⁰ No “Manifesto Antropofágico”, publicado na Revista Antropofágica de 1928, Oswald de Andrade propunha a “deglutição” (daí o caráter metafórico da palavra “antropofágico”) da cultura norte-americana, europeia e dos ameríndios e afrodescendentes, dos descendentes de orientais, etc. Ou seja, não negava a influência da cultura estrangeira, mas também não admitia que ela fosse simplesmente imitada. O Manifesto foi um dos marcos do modernismo brasileiro. ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropofágico. In: **Revista de Antropofagia**. Reedição da Revista Literária publicada em São Paulo – 1ª e 2ª edições, 1928-1929, São Paulo: CLY, 1976.

²¹ CPDOC, Fundo Capanema Código: GCg 1937.02.13 Microfilmagem: rolo 46 fotos 326 à 366

Ordaz²² tratou dos populares no contexto do teatro argentino, sobretudo nos espetáculos de sessões e nos sainetes. Ele mostrou que os personagens populares eram frequentes e que sua retratação ajudou a moldar uma consciência acerca dos “pobres”. Isso pode ser percebido na descrição do cenário do primeiro ato da peça *La rival de la Greta Garbo* apresentada no teatro Apolo em 1932, que incorporou a vida e a estrutura de um cortiço:

Quarto de cortiço, pobre, mas arrumado e limpo. Ao fundo, direita: porta; idem, esquerda; janela. Através das duas se divide o pátio. Integram o mobiliário: uma cama, uma mesa com pedestal, um armarinho, um par de cadeiras de palha, uma mesa com objetos para passar, um guarda roupa improvisado em um ângulo da habitação com uma cortininha de crepe. Decoram as paredes algumas fotos de artistas de cinema. É dia. Ao se levantar o telão, EMPANADA (personagem), deitado na cama, dorme com a perna para fora. Desde o pátio chegam, estridentes, os “calderones” de GAMBERONI (personagem), matando uma canção de ópera. Vão decrescendo até provocar a rebelião de Empanada.²³

A comédia era o gênero mais elogiado pela crítica em Buenos Aires e no Rio de Janeiro durante todo o período estudado. Contudo, os mais produzidos foram os sainetes e os espetáculos de revistas que podiam ser realizados em espetáculos por sessões e atraíam todos os tipos de público. Essas apresentações, ao misturar as influências circenses com o estilo das companhias estrangeiras e usando temas do cotidiano, fizeram pressão sobre a definição do “Teatro Nacional”, colocando o *criollo*²⁴, o imigrante e o caipira como protagonistas de suas histórias. Esse “teatro popular”, que se fez também “Nacional”, sofreu duras críticas por não ser “educativo”, não privilegiar a arte, subjugar a capacidade artística de atores e autores e possuir empresários que “só se preocupavam com a bilheteria”.

Este trem de economias que se começou a usar no teatro foi dos melhores êxitos do gênero, parece obedecer a um plano de trabalho que as pessoas já haviam traçado. Parece que agora abundarão as estreias. Serão oferecidas mais obras, já que vão custar mais barato. O que se quer é oferecer títulos e títulos. Em suma: tratar-se-á de suprir a falta de

²² ORDAZ, Luiz. **Inmigración, escena nacional y figuraciones de la tangeria**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1997.

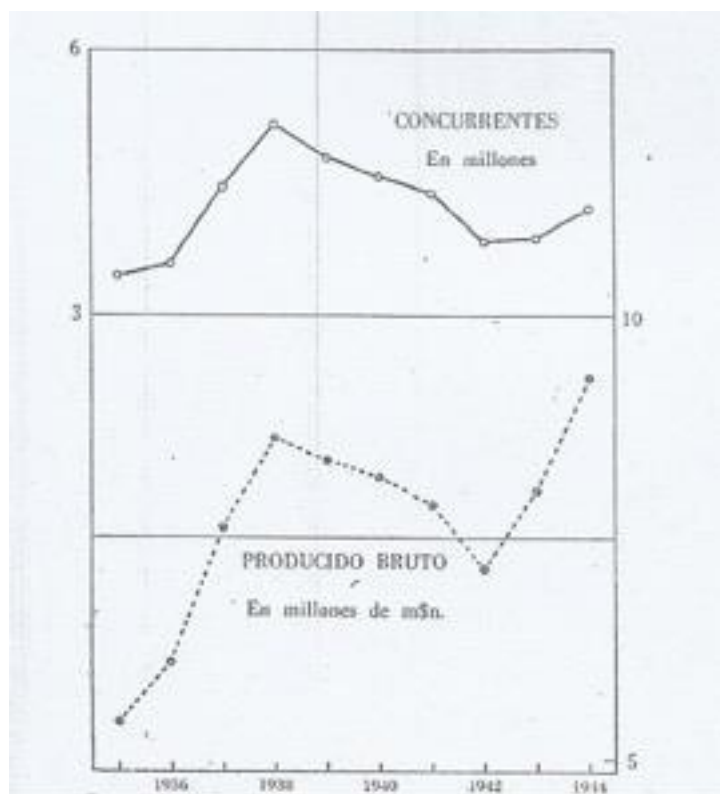
²³ Revista “La Escena Teatral” de 14 de julio de 1932. “La rival de la Greta Garbo”.

²⁴ Durante o período colonial eram conhecidos como *criollos* os filhos de espanhóis nascidos no Novo Mundo. Após o processo de independência essa denominação passou a ser usada para designar os argentinos do interior.

qualidade com a abundancia em quantidade. Por isso a só treze dias da última estreia já se oferecerá outra: A revista louca.²⁵

Ora, com a disposição desses filhos e desses netos pelo vasto mundo – onde há cinemas, atração mais fácil e mais satisfatória aos gostos imediatistas, o público vai se reduzindo de geração a geração e termina nisso que aí está – meia dúzia de frequentadores caronas ou pagantes sem exigências – que vão ao teatro como quem vai tomar alguns *chopps* na Brahma.²⁶

É incontestável que nos anos de 1920 o teatro, assim como as artes em geral e os esportes, consolidou um processo de capitalização que foi incrementado nas décadas seguintes. Isso pode ser comprovado pelo crescente valor arrecadado pela municipalidade portenha, assim como pelo aumento de pagantes nos cinemas, nas partidas de futebol e no hipódromo²⁷. No caso do teatro, a arrecadação oscilou junto com o público durante finais da década de 1920 e 1930 até o início da década de 1940, quando a arrecadação cresceu com a estabilização do público. Essa situação observada no gráfico abaixo nos indica que os empresários teatrais conseguiram reverter a situação de perda provocada pela “crise teatral”.



²⁵ Revista Comoedia de 01/08/1926. p. 3 “El momento crítico”.

²⁶ Anuário da Casa dos Artistas de 1939. “O Problema do Teatro Brasileiro” por Paulo de Magalhães

²⁷ Ver: Revista de Estatística Municipal de la Ciudad de Buenos Aires, (Out – Dez) 1945.

Gráfico 1 - Número de espectadores e produto bruto arrecadado pelo teatro em milhões

Fonte: Revista de Estatística Municipal de la Ciudad de Buenos Aires, (Out - Dez)

Os dados da Censura Teatral no Rio de Janeiro também evidenciaram o crescimento do mercado de diversões na cidade com o progressivo aumento da diversificação dos serviços oferecidos (Tabela 1). Os quadros em branco não foram preenchidos por falta de informações. No entanto, sabemos que a presença de registros não marca o surgimento de novos estabelecimentos, mas sugere que o Estado estava mais atento ao seu funcionamento. Isto instiga a reflexão sobre possível transformação de seu papel no contexto social e urbano do período.

Ano/espaco	1922	1933	1934	1936	1937	1944
Teatro	108	9	8	6	9	9
Cine-teatro		10	10	4	15	8
Cinema		69	72	86	79	104
Circo				8	17	
Circo Teatro						
Dancings				4	25	13
Cabarés				27	4	
Cassinos				3	3	
Casas de Jogos				17		
Zoológico				1		
Parque de diversão				4		
Estádio de Pugilismo				1		

Tabela 1 - Diversificação de estabelecimentos de diversão e sua quantidade por ano na cidade na capital carioca

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do Serviço de Estatística da Educação Pública.

O desenvolvimento do rádio e do cinema foi intermediado, sobretudo, pelo poder público no Rio de Janeiro e pela iniciativa privada em Buenos Aires. Apesar dessa predominância na gestão dos recursos do mercado de diversões, em ambas as cidades empresários teatrais, de diversas origens sociais – muitos deles imigrantes –, aventuravam-se investindo no setor de diversão. Em meio a diferenças e semelhanças, no avançar das décadas de 1930 e 1940, a popularização de tecnologias e novos mercados promoveram transformações nas relações de trabalho e na finalidade do próprio exercício da atividade artística.

Canclini²⁸ defendeu que a cultura de massas, comercialmente produzida, foi um dos espaços de gestação das identidades nacionais latino-americanas, pois, dadas as altas taxas de analfabetismo, a literatura não pôde se revelar como material de união nacional. Sobre essa tese, Canclini fez um parêntese sobre o caso da Argentina que, com a reforma educacional de Domingo Sarmiento²⁹, destacou-se por ter a maior população alfabetizada da América do Sul ainda no final dos anos de 1920.

Apesar das altas taxas de analfabetismo, a imprensa, investindo em fotografias e com diagramação simples, tornou-se um agente bastante importante nesse projeto de modernização nacionalista ao começar a editar periódicos destinados ao público popular. Nessas publicações, divulgavam-se os artistas, fazia-se publicidade das atrações de lazer da cidade e também eram propagandeados produtos que formavam o imaginário da classe trabalhadora. As mulheres constituíram um público cativo das revistas populares recheadas de artistas e propagandas de artigos de beleza e uso doméstico. Os literatos fizeram parte do corpo editorial das revistas e muitos deles se especializaram em produzir chamadas dos produtos que investiam na publicidade em periódicos.³⁰

Refletindo sobre o caso de Buenos Aires, Beatriz Sarlo³¹ cunhou o termo “modernidade periférica”. Através da história e dos escritos de literatos da época, como Roberto Art, José Luís Borges e Roberto Güiraldes, a autora reconstruiu Buenos Aires como uma cidade cosmopolita e multifacetada que se encontrava na periferia do mundo capitalista. Mônica Bueno³² procurou desvendar os pontos de contato entre o modernismo brasileiro e a vanguarda argentina na literatura. Em sua pesquisa, mostra que Mario de Andrade foi leitor de Borges e Güiraldes e teria se inspirado no *criollismo* de Martín Fierro.³³ Assim, o modernismo literário

²⁸ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas - estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires: Paidós, 2010. p. 94-97.

²⁹ Sobre a política educacional de Sarmiento ver: ROMERO, Luiz Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 25-26.

³⁰ Sobre a participação de literatos em revistas populares ver: SEVCENKO, N. Op. Cit. e SARLO, B. Op. Cit.

³¹ SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

³² BUENO, Monica. Modernismo brasileño y vanguardia Argentina: filiaciones y homenajes (Macedonio y Mário: un diálogo ficticio). In: **Gragoatá**. Niterói, n. 22, p. 133-144, 1. sem. 2007

³³ Primeira produção de vanguarda literária de traço popular.

dialogou com os projetos de nação unificada e forte quando colocaram em visibilidade “uma polifonia que os críticos tentam delimitar”. Essa postura proporcionaria uma mescla direta entre a alta cultura e a crescente produção comercial de massas.

A busca pela modernização tomou contornos de projeto nacional, e os personagens emergentes da cultura popular passaram a ocupar lugares de destaque na produção artística do país. Grupos de cantores caipiras e dançarinos de maxixe estiveram presentes na comemoração do centenário de independência brasileira, em 1922, demonstrando uma forma de caracterização do nacional.³⁴ Em Buenos Aires, é ilustrativa a visibilidade conseguida no cenário nacional pelo personagem de Juan Moreira³⁵, que mesclava na linguagem a influência estrangeira italiana e a *criolla*. Ele se tornou um marco inicial do “Teatro Nacional” argentino³⁶.



Figura 1 - À esquerda: Grupo Turunas Pernambucanos em apresentação na festa do centenário de independência do Brasil no Rio de Janeiro em 1922. À direita Pablo Podestá encenando Juan Moreira, personagem que se tornou a representação tradicional do *criollo*.

Fonte: figura da esquerda: Disponível em <http://cifrantiga3.blogspot.com.br/2006/04/jararaca-e-ratinho.html> Figura da direita: Disponível em <http://viajes.elpais.com.uy/2013/08/28/juan-moreirapepe-podesta/> último acesso: 12/12/2019 às 16:35.

Pensar o Rio de Janeiro e Buenos Aires como cidades modernas nesse período significava marcar que elas apresentavam nacionalismo forte, ainda que a construção do “nacional” passasse pela necessidade de, em alguns momentos, “importar” imigrantes ou sua cultura e reconhecer os “valores” dos países centrais. Os costumes, os ritmos e as práticas dos nativos precisavam se homogeneizar com

³⁴ NEPOMUCENO, Rosa. **Música caipira: da roça ao rodeio**. São Paulo: Editora 34. 1999. p. 253.

³⁵ Personagem histórico da cultura popular argentina que viveu no final do século XIX e cuja memória mantém viva uma série de histórias quase lendárias sobre o homem do interior.

³⁶ SEIBEL, Beatriz, **Historia del teatro argentino I e II**. Buenos Aires, Corregidor, 2010. p.233-257.

a influência estrangeira em um todo nacional. Era no interior ou no passado que se poderiam buscar aspectos do “genuinamente nacional” e as particularidades de cada país. Essas características e valores formariam as peculiaridades por onde se constituiria o caminho para a modernidade de cada um dos países latino americanos.

Ao mesmo tempo em que as cidades se faziam modernas, as formas de lazer também se transformaram e se capitalizaram. Os artistas participaram desse circuito e aumentaram as suas possibilidades de destaque nacional e internacional. Tal como a cidade zoneava seus espaços públicos entre o que deveria ser mostrado e o que deveria ficar escondido dos olhares internacionais, os movimentos artísticos buscavam entender e responder às rápidas transformações, enquanto artistas e empresários tinham interesse em satisfazer às demandas do público ansioso por novidades.

Nessa reflexão, a cidade e o campo viviam um misto de **disputa** – na situação em que o urbano simbolizava o moderno e o rural o atrasado – e de **cooperação** – já que no interior se poderia buscar o “genuinamente” nacional, com pessoas simples, mas dotadas de valores elevados para os quais foram criadas narrativas específicas. No caso brasileiro, o homem do campo precisava ser educado nos padrões de higiene e ilustração das grandes nações.³⁷ No caso argentino, ele era quem mostrava para os ricos os “verdadeiros” valores de humanidade e honra.³⁸ Para portenhos, como o escritor vanguardista Borges, houve também um *criollismo* urbano, saudosista dos tempos anteriores às imigrações, quando Buenos Aires ainda não podia ser considerada uma grande cidade, tendo mais elementos vinculados ao mundo rural que urbano.³⁹

Raymond Williams⁴⁰ trabalhou tal “oposição” entre campo e cidade a partir da ideia que esses espaços seriam representações sociais. Analisando a Inglaterra no período da industrialização, ele repensou as noções entre urbano e rural, tendo a emergência do capitalismo como um ponto central na articulação de ideias sobre

³⁷ ALVES, Aluizio Filho. **As Metamorfoses do Jeca Tatu (a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato)**. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

³⁸ KARUSH, M. B. Op. Cit., p. 141-142.

³⁹ SARLO, B. Op. Cit., p. 29-58.

⁴⁰ WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo; Cia das Letras, 1989.

cada espaço. Nesse embate, o campo ficaria com a imagem do retrocesso ou do saudosismo, enquanto a cidade seria moderna, rápida, industrializada e cosmopolita. Assim, o autor defendeu que essas representações do urbano e do rural precisavam ser confrontadas em instâncias reais.

Considerações Finais

Os artistas que atuaram no período delimitado dessa pesquisa são instrumentos valiosos dessa confrontação. Ao transitar entre o rural e o urbano em suas turnês, eles se revelaram como os que poderiam mostrar às pessoas do interior as novidades urbanas e representar nas cidades a imagem do interior, ainda que como piada ou como idealização. A liberdade de criação, que é própria do imaginário do trabalho do artista, o colocou como interlocutor na representação dos personagens sociais. Foi preciso vasculhar o interior ou rememorar com saudosismo o passado, quando o cosmopolitismo não era tão intenso, para se criar uma identidade nacional. O artista surgiu como o agente lúdico e socializante desse processo.

Os palcos dos teatros no interior e nas capitais brasileira e argentina nos mostraram que a tecnologia, ou o que se pensou atribuir como tal, despertava grande interesse da população. Nos muitos espetáculos de variedades, mágicos, ilusionistas, ou até “científicos” que prometiam a transmissão de pensamento ou o enterramento vivo ilustram esse processo⁴¹. Essas iniciativas entendidas como mágicas ou científicas se misturavam com as notícias sobre as ondas de rádio, que começaram a ser manipuladas, a fotografia, o cinema, o avião, dentre outros aparatos tecnológicos que mostravam nenhum sonho era impossível.

As companhias teatrais e os circos faziam circular pelo interior as novidades modernas das cidades e, se não se poderia dizer que os artistas de variedades eram verdadeiros “cientistas” a serviço do entretenimento, também não se poderia afirmar que eram apenas charlatões. O fato é que a ciência e a modernidade ofereciam novas formas de divertimento e se em uma análise superficial

⁴¹ Na revista *Kosmopol* (Rio de Janeiro) é possível localizar uma série de anúncios de artistas, muitas vezes contendo descrições bastante exóticas. Disponível na Biblioteca Nacional (RJ) sob o título: *Arte e artistas: revista theatral ilustrada / Agencia Theatral Kosmopol*. Localização: 1,404,02,50; Coleção: 1(2);2(3-4); Ano: 1921/09 a 1921/12; Setor: Periódicos.

poderíamos dizer que o circo era um empreendimento nada moderno, essa tese se desmonta quando passamos a perceber que sua estrutura se transformou intensamente durante o tempo, sempre agregando aos seus quadros novidades encontradas pelo caminho.⁴²

Tal como o cigano Melquiades, que chegava a Mocondo mostrando os apetrechos nunca vistos⁴³, os artistas que faziam viagens pelo interior se colocavam como canal de diálogo entre a capital e as regiões afastadas do país. Muitos artistas declararam que o circo era “a melhor escola de atores”, pois formaria profissionais capacitados para tudo que se exigia nos palcos, além de incentivar a capacidade de adaptação a novas tendências. Parte dessas pessoas se tornaram grandes artistas no auge da cultura comercial de massas, quando a América Latina exportava artistas como símbolos nacionais para trabalhar em empresas de vários países. Os artistas que participaram dos circuitos transnacionais faziam constantes contatos internacionais, mas em nenhum momento se desatavam da identidade nacional. Muito pelo contrário, usavam-na como promoção do seu trabalho.⁴⁴

Na primeira metade do século XX os que viviam do trabalho no teatro ou em outro setor do mercado das diversões tiveram que criar suas próprias estratégias para conseguir sucesso e reconhecimento. Claro que havia muitas receitas, que na verdade eram tipos ideais como o gaúcho ou o caipira, o sambista ou o cantor de tango, mas no universo de inúmeros anônimos que buscavam a fama, destacar-se era uma conquista pessoal que variou tanto em relação às cidades, quanto ao tempo ou a arranjos pessoais conseguidos por cada artista. Esse desafio se expressou na dualidade entre arte e diversão, muitas vezes sendo uma zona

⁴² Sobre a estrutura e as transformações do circo na Argentina e no Brasil, ver respectivamente: SEIBEL, Beatriz. **Los artistas transhumantes**. Teatro Popular, tomo II. Buenos Aires: Ediciones de la Pluma, 1985. / SILVA, Herminda & ABREU, Luiz Alberto. **Respeitável público... O circo em cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

⁴³ Personagem do romance “Cem anos de solidão” de Gabriel Garcia Márquez.

⁴⁴ Muitas companhias, mesmo as não oficiais fizeram referência ao seu país no próprio nome. Além disso, muitos artistas procuram caracterizar-se com elementos que faziam referência aos seus países. Ver: KERBER, Alessander. Representações regionais em Carlos Gardel e Carmem Miranda. **Estudos Históricos** vol. 22, n. 44, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2593/1546>. Acessado pela última vez em 13/12/2010.

bastante nebulosa que marcou a demanda dos preocupados com a “crise teatral” e colocou em questão a ação estatal no fomento do “Teatro Nacional”.

Fontes

Anuário da Casa dos Artistas de 1939. “O Problema do Teatro Brasileiro” por Paulo de Magalhães.

Arquivo Nacional. Fichas da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas do Rio de Janeiro. Código: BR NA, RIO OC.

Biblioteca Nacional (RJ). Arte e artistas: revista teatral ilustrada / Agencia Teatral Kosmopol. Localização: 1,404,02,50; Coleção: 1(2);2(3-4); Ano: 1921/09 a 1921/12.

CPDOC. Fundo Capanema Código: GCg 1937.02.13 Microfilmagem: rolo 46 fotos 326 à 366.

Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto. Cancellaría – División Política. Caja 1969. Expediente 28. LEGACION ARGENTINA. S/ visita del Rey de Bélgica al Brasil. Revista *La Escena Teatral*, de 14 de julio de 1932.

Revista *Comoedia*, de 01/08/1926. p. 3.

Revista de *Estatística Municipal de la Ciudad de Buenos Aires*, (Out – Dez) 1945.

Referências Bibliográficas

ALVES, Aluizio Filho. **As Metamorfoses do Jeca Tatu (a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato)**. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropofágico. *In: Revista de Antropofagia*. Reedição da Revista Literária publicada em São Paulo – 1a e 2a edições, 1928-1929, São Paulo: CLY, 1976.

ART, Roberto. **Águas-fortes portenhas seguidas de águas fortes cariocas**. São Paulo, Iluminuras, 2013.

BUENO, Monica. Modernismo brasileño y vanguardia Argentina: filiaciones y homenajes (Macedonio y Mário: un diálogo ficticio). *In: Gragoatá*. Niterói, n. 22, p. 133-144, 1. sem. 2007

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas – estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires: Paidós, 2010

- CAULFIELD, Sueann . **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.
- DOYLE, Don Harrison & PAMPLONA, Marco A (Org.). **Nacionalismo do novo mundo**. Rio de Janeiro: EditoraRecord, 2008.
- GUTIÉRREZ, Leandro & ROMERO, Luiz Alberto. **La cultura de los sectores populares em Buenos Aires, 1920 - 1945**. Buenos Aires: PEHESACISEA, mimeo, 1985.
- HUPFER, Maria Luiza Rinaldi. **As rainhas do rádio: símbolo da nascente indústria cultural brasileira**. São Paulo: Senac Editoras, 2009.
- KARUSH, Matthew B. **Cultura de clase. Radio y cine en la creación de una Argentina dividida (1920-1946)**. Buenos Aires: Ariel, 2013.
- KERBER, Alessander. Representações regionais em Carlos Gardel e Carmem Miranda. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 377-397, 2009.
- KÜHNER, Maria Helena de Oliveira. **O teatro de revista e a questão da cultura nacional e popular**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- MCCANN, Bryan. **Hello, hello Brazil**. Popular music in the making of modern Brazil. Durham, NC: Duke University Press, 2004.
- NEPOMUCENO, Rosa. **Música caipira: da roça ao rodeio**. São Paulo: Editora 34. 1999.
- O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- ORDAZ, Luiz. **Inmigración, escena nacional y figuraciones de la tangeria**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1997.
- SARLO, Beatriz. **La imaginación técnica - sueños modernos de la cultura argentina**. Nueva Vision: Buenos Aires, 2004.
- SARLO, Beatriz. **El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.
- SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

- ROMERO, Luiz Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SEIBEL, Beatriz, **Historia del teatro argentino I e II**. Buenos Aires, Corregidor, 2010.
- SEIBEL, Beatriz. **Los artistas transhumantes**. Teatro Popular, tomo II. Buenos Aires: Ediciones de la Pluma, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultura na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Herminda & ABREU, Luiz Alberto. **Respeitável público... O circo em cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.
- THOMPSON, E. P. "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial." *In*: ___. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras. 1998, p. 267-304
- VELASCO, Carolina Gonzales. **Gente de teatro - ócio y espectáculos em la Buenos Aires de los años veinte**. Buenos Aires: Siglo vintiuno, 2012.
- VENEZIANO, Neyde. **Não adianta chorar: teatro de revista... oba!** Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1996
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo; Cia das Letras, 1989.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIAS:
Largo São Francisco de Paula, 1 - 201 - 203 -
Centro, Rio de Janeiro - RJ,
CEP: 20051-070.

Recebido: 16/12/2019
Aprovado: 23/12/2019

COMPOSIÇÃO SOCIAL E DESEMPENHO ELEITORAL DE UMA AGREMIÇÃO OPOSICIONISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DO PARTIDO AUTONOMISTA (ESTADO DO PARANÁ, 1919-1921)

Sandro Aramis Richter Gomes¹
Universidade Federal do Paraná

Resumo: Neste artigo é empreendida uma análise comparada sobre os perfis sociais e o desempenho eleitoral de indivíduos que participaram da estruturação do Partido Autonomista em municípios do interior do Paraná, de 1919 a 1921. O objetivo deste estudo é avançar no conhecimento sobre os processos de criação e extinção de partidos de oposição no Brasil da Primeira República. Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é destacado que a citada agremiação teve êxito no processo de interiorização de diretórios. Houve, pois, a encampação do projeto de criação de uma grei oposicionista em diferentes cidades do estado. Segundo, demonstra-se que as lideranças municipais do Partido Autonomista eram eleitoralmente pouco competitivas. Terceiro, é evidenciado que a criação desse partido não possibilitou a emergência de uma nova geração de políticos oposicionistas. Essa grei sustentou as candidaturas de egressos do governismo.

Palavras-chave: Elites políticas; Competição eleitoral; Partidos de oposição.

SOCIAL COMPOSITION AND ELECTORAL PERFORMANCE OF AN OPPOSITION PARTY IN THE FIRST REPUBLIC: THE CASE OF AUTONOMIST PARTY (STATE OF PARANÁ, 1919-1921)

Abstract: This article investigates, in comparative perspective, the social profiles and electoral performance of individuals who participated in the structuring of the Autonomist Party in municipalities of the interior of Paraná, in the period 1919-1921. The aim of this study is to advance the knowledge about the processes of construction and extinction of opposition parties in Brazil of the First Republic. First, it is evidenced that the Autonomist Party was successful in the process of creation of political committees. There was, therefore, the acceptance of the project of creating an opposition party in different cities of the state. Second, it is demonstrated that the municipal leaderships of this party were not electorally competitive. Third, it is demonstrated that the creation of this party did not allow the emergence of a new generation of opposition politicians. The Autonomist Party supported the candidacies of politicians who had integrated the predominant party.

Keywords: Political elites; Electoral competition; Opposition parties.

Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma análise comparada acerca dos perfis sociais e do desempenho eleitoral de membros do Partido Autonomista (PA). Essa agremiação atuou no Estado do Paraná, de 1919 a 1921. Ela era uma adversária do Partido Republicano Paranaense (PRP), o qual era formado por governistas. Por meio de um estudo de caso o objetivo é produzir um conhecimento sobre as formas de estruturação e de ação eleitoral dos partidos de oposição que existiram durante a Primeira República.

¹ Email: argomes8@gmail.com

Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que o PA teve sucesso em promover a criação de diretórios em áreas interioranas do Paraná. Cumpre salientar que os municípios distantes da capital do estado eram áreas marcadas pela abertura de dissidências no interior do partido situacionista. Tais áreas eram caracterizadas pela permanente desfiliação de integrantes da agremiação predominante. Nesse contexto, o PA era a entidade que respaldava as pretensões eleitorais desses dissidentes.

Segundo, é destacado que os correligionários do PA eram pouco competitivos do ponto de vista eleitoral. Essa grei não teve êxito em conquistar um espaço mínimo nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo. Por conseguinte, trata-se de salientar que o PA se enquadra na categoria dos partidos estaduais que, em virtude dos sucessivos malogros eleitorais, vivenciaram um célere processo de desagregação e extinção.

Terceiro, convém demonstrar que a fundação de tal partido não foi uma oportunidade para a renovação do quadro de lideranças oposicionistas do Paraná. Em verdade, a implantação do PA foi uma iniciativa de veteranos da política estadual. A composição social das chapas para cargos executivos e legislativos evidencia que, em sua quase totalidade, os candidatos do PA eram indivíduos que possuíam longa experiência no exercício de mandatos e cargos comissionados.

A demonstração de tais argumentos permite avançar no entendimento das formas de competição eleitoral no Brasil das primeiras décadas do século XX. A fundamentação desses argumentos também propicia uma compreensão sobre os fatores que impuseram limites ao êxito eleitoral e à elevação do nível de organização interna de um partido de oposição na referida época.

Há duas abordagens predominantes nos estudos a respeito dos partidos políticos que existiram no Brasil da Primeira República. Uma linha de abordagem diz respeito aos processos de formação e dissolução das agremiações estaduais. Tal perspectiva de análise possibilitou o entendimento sobre a composição social,

as contendas e a organização interna de agremiações surgidas em distintos estados.²

Em grande medida, tais estudos dedicam maior ênfase à ação política dos próceres de agremiações estaduais. Eles também são inclinados a investigar os fatores que ocasionavam celeumas entre os membros do núcleo dirigente desses partidos. Entretanto, permanecem pouco conhecidas as formas de interiorização de partidos políticos no Brasil da Primeira República. A historiografia não promoveu relevante avanço no conhecimento acerca da encampação, por grupos políticos de municípios interioranos, do projeto de criação de diretórios partidários.³

As abordagens sobre a formação de partidos políticos em tal época são direcionadas, em sua maior parte, a reconhecer a estrutura e o funcionamento de agremiações governistas. Por consequência, os estudos históricos não conferiram especial atenção para a organização interna, o desempenho eleitoral e os fatores do ocaso de partidos oposicionistas no mencionado contexto.

Desse modo, as informações mais abundantes acerca da vida interna dos partidos da Primeira República estão contidas em estudos a respeito dos dissídios que envolveram lideranças partidárias. Elas também estão presentes em abordagens referentes à dinâmica eleitoral de estados e municípios.⁴ O caráter panorâmico das análises a respeito dos modos de gestão dos partidos estaduais

² ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS, as oposições e a Revolução de 23**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974; MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980; PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982; SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.

³ Acerca da vida partidária de um município do interior paulista durante a Primeira República, ver CAMELUCCI, Anderson Luís. **Crise monárquica e experiências de República no município de Franca (1880-1906)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Edições Tempo Brasileiro, 1994; PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

também permanece inerente aos estudos acerca do cenário político da referida época.⁵

De fato, a produção de estudos concernentes à competição eleitoral no Brasil das quatro primeiras décadas do século XX tem propiciado uma compreensão renovada sobre a ação política das oposições em âmbito estadual.⁶ Porém, permanecem pouco conhecidos os fatores que, em estados como o Paraná, geravam a extinção das agremiações oposicionistas. O presente artigo, por seu turno, objetiva salienta a existência de uma articulação entre os oposicionistas radicados em distintos municípios. Trata-se de reconhecer o grau de coesão dos participantes do projeto de construção de uma grei dedicada a combater um partido predominante. O avanço no estudo sobre partidos políticos no Brasil republicano também exige reconhecer os fatores que promoviam a desagregação entre os membros da oposição.

A segunda linha estudos sobre os partidos da Primeira República é referente à criação e expansão de partidos nacionais nos anos 1920. Presentemente, nota-se maior inclinação para a produção de estudos sobre a implantação, no Brasil, de partidos originários da Europa. As análises históricas têm atentado para os processos de fundação e expansão de unidades locais do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Nazista.⁷ No entanto, permanece pouco conhecida a composição social e o desempenho eleitoral de partidos estaduais que, a partir dos anos 1890, atuaram como antagonistas das agremiações governistas.

De sua parte, a presente investigação salienta que, no Paraná, eram renitentes as iniciativas para formar partidos de oposição. Ao mesmo tempo, nesse estado houve distintas tentativas de criação de diretórios de agremiações

⁵ PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

⁶ BARBOSA, Luciano Senna Peres. **Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas na Primeira República**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016; RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

⁷ ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012; PRADO, Carlos Batista. **Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

nacionais e estaduais. A formação de partidos políticos era, em verdade, uma iniciativa controlada por um seleto grupo de egressos do situacionismo.

Convém ressaltar que este artigo emprega procedimentos de análise inspirados na prosopografia.⁸ No decorrer deste estudo, é efetuada uma abordagem comparada sobre as carreiras políticas de indivíduos que se dedicaram a organizar o PA em diferentes municípios do Paraná. Tal comparação propicia o reconhecimento de aspectos convergentes nos percursos dos correligionários da grei que viviam no interior do estado. Mais precisamente, a comparação permite salientar que havia elementos comuns quanto à origem e ao desenvolvimento dos percursos políticos de indivíduos que, nos anos 1910, passaram a combater o PRP.

Trata-se de salientar que este artigo é desenvolvido por meio da análise de informações provenientes de jornais editados nas cidades de Curitiba e do Rio de Janeiro.⁹ A utilização de periódicos situacionistas, a exemplo de *A República*, permite identificar o envolvimento de integrantes do PA em esquemas de nomeações para cargos federais e estaduais. De outra parte, a análise de jornais oposicionistas, como o *Diário da Tarde*, favorece um entendimento acerca da organização interna e ação eleitoral dos adversários do situacionismo no mencionado recorte temporal. Os periódicos arrolados neste trabalho também possibilitam o estudo do desempenho do PA em diferentes pleitos eleitorais.

A formação do Partido Autonomista: origem social e atuação política de seus correligionários no interior do Paraná

A historiografia tem salientado o caráter instável da vida interna dos partidos brasileiros ao tempo da Primeira República. As primeiras dissidências em agremiações governistas datam dos anos 1890. A competição por posições de relevo no interior da administração do partido e as divergentes ambições eleitorais provocavam disputas entre os situacionistas.¹⁰ Habitualmente, tais dissidências

⁸ CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. *In*: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 41-54; STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

⁹ Os jornais utilizados neste artigo estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>

¹⁰ No Estado do Rio de Janeiro, em fins dos anos 1890, o Partido Republicano Fluminense já se encontrava cindido. FERREIRA, M. de M. Op. cit., p. 124. No Estado de Mato Grosso, por sua vez, as primeiras dissidências na ordem governista também datam dos anos 1890. Ver ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. **Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses**

geravam a formação de partidos de oposição liderados por políticos veteranos. As rivalidades entre situacionistas e a criação de partidos de oposição por governistas decaídos perduraram até os anos finais da Primeira República.¹¹

No Paraná, o surgimento de dissidências internas à ordem governista tornou-se frequente a partir dos anos 1910.¹² Tais dissidências foram um aspecto da vida política estadual até o fim da década de 1920.¹³ Conforme destacado no curso desta seção, o PA pertenceu a uma linhagem de iniciativas que os governistas decaídos desenvolveram para permanecer politicamente ativos no jogo partidário estadual.

O PA foi fundado, em 1919, pelo então senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940). Tal parlamentar saíra da grei governista do Paraná, o PRP, em 1915. Em seguida, ele se tornou o líder da oposição estadual. Após se evadir do grupo situacionista, Alencar Guimarães coordenou a formação da Concentração Republicana. Tal associação era composta por egressos do governismo. Eles se organizaram para concorrer às eleições parlamentares

(1892-1906). São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015. No Rio Grande do Sul, por fim, a ocorrência dos primeiros conflitos internos ao partido situacionista também datava da primeira década republicana. Ver SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

¹¹ Uma das derradeiras iniciativas de governistas decaídos para permanecerem politicamente ativos consistiu na fundação dos diretórios estaduais do Partido Democrático, em 1926. A seção paulista da agremiação teve maior duração, visto que permaneceu em atividade até o ano de 1934. Ver PRADO, M. L. C. Op. cit.

¹² O surgimento do primeiro partido de oposição no Paraná ocorreu no começo da Primeira República. Tal partido era denominado União Republicana. Criada em 1890, essa agremiação foi extinta em 1895. A segunda agremiação oposicionista do estado era o Partido Republicano. Fundada em 1899, essa grei desapareceu em 1906. Ambas as agremiações não foram lideradas por governistas dissidentes. Acerca do quadro partidário paranaense nos decênios de 1890 e 1900, ver SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

¹³ No Paraná, a implantação do PA não consistiu na última tentativa dos oposicionistas se unirem contra a grei situacionista. Houve, nesse estado, a criação de uma unidade do Partido Democrático. Todavia, tal iniciativa não teve êxito. Fundada em dezembro de 1926, no ano seguinte essa agremiação encerrou suas atividades no Paraná. Ver GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

daquele ano. Em 1916, contudo, a Concentração se extinguiu.¹⁴ Portanto, quando o PA foi criado o seu principal dirigente já possuía experiência na tarefa de reunir dissidentes do governismo e articular um projeto eleitoral.

Nessa época, o PA era o único partido de oposição do Paraná. Ao contrário do que ocorria em áreas como o Distrito Federal, no fim dos anos 1910 não havia no Paraná um equilíbrio quanto ao grau de competitividade eleitoral dos partidos.¹⁵ Ao mesmo tempo, cabe mencionar que durante a Primeira República não houve o funcionamento simultâneo de partidos de oposição nesse estado. O surgimento ocasional de agremiações oposicionistas não foi suficiente para reduzir a competitividade eleitoral do PRP. Era absoluta a supremacia do partido governista em eleições para cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.¹⁶

Essa baixa competitividade era derivada do fato de que, nesse estado, as eleições eram marcadas pela competição entre dois grupos: o partido predominante e um partido de oposição, que se extinguiu após um pleito. Os oposicionistas elegiam seus postulantes quando os governistas apresentavam chapas incompletas. Nas disputas para a Câmara dos Deputados, a oposição paranaense elegeu candidatos somente nos anos de 1906, 1912 e 1915.¹⁷

De fato, em áreas como o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro houve eleições em que os governistas não abdicaram de uma parte das vagas em instituições legislativas em favor da oposição.¹⁸ Assim, nota-se que nessa época as oposições regionais dependiam do consentimento de governistas para terem uma

¹⁴ **A República**, Curitiba, 14 dez. 1916, p. 1.

¹⁵ No ano de 1918, nos dois distritos eleitorais do Distrito Federal, a Aliança Republicana (AR) e o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF) conseguiram eleger candidatos a deputado federal. Ao passo que a AR conseguiu eleger quatro candidatos (dois no 1º distrito e dois no 2º), o PRDF elegeu três postulantes (um no 1º Distrito e dois no 2º). Em tal época, também estava em atividade uma entidade política denominada Centro Republicano do Distrito Federal. Em relação ao Distrito Federal, portanto, a vida partidária paranaense era pouco complexa. PINTO, S. C. S. Op. cit., p. 103.

¹⁶ A respeito da filiação partidária das principais lideranças da situação e da oposição no Paraná da Primeira República, ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

¹⁷ **A República**, Curitiba, 19 mar. 1915, p. 1.

¹⁸ Concernente à resistência de governistas em consentir com a presença das oposições em instituições legislativas, ver PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

presença nas esferas do Poder Legislativo.¹⁹ A dependência das oposições por tal consentimento perdurou até os anos finais da Primeira República.²⁰

Anteriormente à criação do PA, Alencar Guimarães comandou, no Paraná, o diretório estadual de uma agremiação nacional, o Partido Republicano Conservador (PRC). Todavia, o senador paranaense não conseguiu recrutar para os quadros dessa grei os membros históricos da oposição estadual. Em 1918, a seção paranaense do PRC se dissolveu.²¹ Desse modo, trata-se de salientar que a fundação do PA consistiu na última iniciativa de Alencar Guimarães, ao tempo da Primeira República, para organizar uma agremiação estadual de oposição.

Dentre os partidos de oposição ao qual esse senador pertenceu, o PA foi aquele que apresentou um maior número de candidaturas tanto para cargos legislativos quanto para os postos do Poder Executivo. Convém salientar que o PA, em relação à Concentração Republicana e ao PRC, dedicou maior ênfase à tarefa de se enraizar nos municípios do interior do Paraná. Compete, por consequência, analisar os perfis sociais dos indivíduos que apoiaram a expansão dos diretórios dessa grei.

Para a execução de tal abordagem, é necessário dedicar atenção às informações concernentes aos indivíduos que foram os representantes de municípios paranaenses na primeira Convenção do PA. Esse evento ocorreu em outubro de 1919. O Quadro reproduzido a seguir permite um entendimento acerca da natureza da atuação política desenvolvida por lideranças locais dessa agremiação nas primeiras três décadas republicanas.

Quadro 1 – Perfil político e profissional dos participantes da Convenção do Partido Autonomista (1919)

Nome	Município de residência	Profissão	Posição no quadro	Total de nomeações	Total de mandatos	Total de mandatos
-------------	--------------------------------	------------------	--------------------------	---------------------------	--------------------------	--------------------------

¹⁹ Em tal época, havia políticos que reconheciam que a conquista de vagas em instituições parlamentares pela oposição era uma concessão dos situacionistas. Rui Barbosa (1849-1923), expoente de uma agremiação oposicionista denominada Partido Republicano Liberal (1913-1915), formulou a seguinte observação: “Oposição não é sinônimo de minoria, como entre nós se dá por subentendido sempre nas concessões do poder aos seus antagonistas”. BARBOSA, Rui. **Teoria política**. In: PIRES, Homero (Org.). São Paulo: Jackson Editores, 1964. p. 71.

²⁰ Acerca dos acordos políticos que, de 1928 a 1930, permitiram a eleição deputados estaduais e federais de oposição no Estado do Rio de Janeiro, ver FERREIRA, M. de M. Op. cit., p. 133-135.

²¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1918, p. 4.

			partidário paranaense (anterior a 1919)	para cargos públicos (anterior a 1919)	no Poder Legislativo (anterior a 1919)	no Poder Executivo (anterior a 1919)
Antônio Barbosa Pinto	Guaraqueçaba	Professor de ensino primário	Situação	9	0	0
Antônio Teixeira Saboia	Irati	Negociante	Oposição	0	1	1
Antônio Villaza	Guarapuava	Negociante	Oposição	0	0	0
Atílio Almeida Barbosa	Campo Largo	Farmacêutico	Situação	1	0	0
Augusto Ferreira de Abreu	Cruz Machado	Escrevente da Inspetoria Agrícola do Paraná	Sem filiação	0	0	0
Deodato Antero de França	Palmeira	-	Sem filiação	0	0	0
Ernesto Guimarães Vilella	Ponta Grossa	Negociante	Situação	4	0	3
Firmino Gabriel da Silva	Piraí do Sul	-	Sem filiação	0	0	0
Francisco Cavalli da Costa	Prudentópolis	Farmacêutico	Sem filiação	0	0	0
Hortêncio Gonçalves Cordeiro	União da Vitória	Negociante	Situação	6	0	0
João Antônio Martins	Deodoro	Industrial	Situação	1	0	0
João de Almeida Barbosa Júnior	São José dos Pinhais	Farmacêutico	Situação	1	0	0
João Jacob Meyer	Serro Azul	Operário	Sem filiação	0	0	0
João Joaquim Fernandes	Guaratuba	-	Sem filiação	0	0	0
João Viana Seiler	Campina Grande do Sul	Negociante	Oposição	0	0	0
José César de	Palmas	Magistrado	Sem filiação	2	0	0

Almeida						
Júlio de Oliveira Esteves	Campo do Tenente	Industrial	Sem filiação	0	0	0
Lúcio Damaso de Carvalho	Castro	Securitário	Sem filiação	0	0	0
Luiz Augusto Nogueira	Tomazina	-	Sem filiação	0	0	0
Manuel Evêncio da Costa Moreira	Tibagi	Músico	Sem filiação	0	0	0
Mário Saboia	Rio Negro	Escrivão do Poder Judiciário	Sem filiação	0	0	0
Napoleão Lopes	Jacarezinho	Securitário	Sem filiação	0	0	0
Osório Falavinha	Colombo	Escrevente da Câmara Municipal de Colombo	Situação	1	0	0
Pedro de Paula Manso	Paranaguá	Negociante	Oposição	0	1	0
Pedro Kalil Sphair	Bocaiúva do Sul	Negociante	Oposição	0	0	0
Pedro Lustosa Danguy	Ipiranga	Militar	Situação	2	0	0
Salvador Teixeira de Faria	Tamandaré	-	Oposição	1	0	0
Teodorico Júlio dos Santos	Imbituva	Servidor público federal	Situação	6	7	3
Teófilo Marques	Antonina	Negociante	Situação	2	0	0
Teodoro Teixeira de Freitas	Rio Branco do Sul	Servidor público federal	Situação	6	1	0
Trajano Gonçalves Cordeiro	Morretes	Negociante	Situação	3	0	0
Zacarias de Paula Xavier	Curitiba	Negociante	Oposição	0	1	0

Fontes: *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR); *O Estado do Paraná* (PR)

As informações do Quadro 1 permitem reconhecer que, no interior do Paraná, o PA era composto por três grupos de correligionários: (1) egressos do situacionismo; (2) indivíduos que desde o início dos anos 1910 atuavam como oposicionistas; (3) indivíduos sem experiência prévia nas lides partidárias e nos esquemas de nomeações para cargos públicos. Trata-se de salientar que, em sua maior parte, esses correligionários residiam em cidades distantes de Curitiba, a capital do estado. Em suma, a maior parte dos apoiadores do PA no interior não desenvolveu uma atividade política para além do âmbito municipal.²² Cumpre, pois, ressaltar as características inerentes aos percursos sociais dos membros dessas categorias de filiados ao PA.

Os egressos do governismo nos quadros do PA: o recorrente envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados

Em 1919, pouco menos de 40% convencionais do PA eram egressos do grupo governista do estado. As informações do Quadro 1 permitem salientar que, dentre os três grupos de correligionários dessa grei, eram os membros decaídos do situacionismo que tiveram maiores oportunidades de ser eleitos para cargos eletivos. Eles também eram os ocupantes mais frequentes de cargos comissionados estaduais.

No decorrer da Primeira República, os membros de diferentes gerações de situacionistas tiveram as suas trajetórias marcadas pelo envolvimento em esquemas de preenchimento de cargos públicos. A esse respeito, cabe atentar aos casos de Teodorico Júlio dos Santos (1855-1925) e Antônio Barbosa Pinto. O estudo de tais percursos permite asseverar que havia duas categorias de egressos do situacionismo.

Uma categoria, da qual Teodorico dos Santos fazia parte, era composta por indivíduos que haviam desempenhado funções de relevo no cenário político paranaense. A outra categoria, formada por indivíduos como Antônio Barbosa, era caracterizada pela presença de correligionários que jamais exerceram um mandato

²² A respeito das características e limites do poder político de tal categoria de chefes partidários, ver LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local e República Velha**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

eletivo. Os resultados apresentados no decorrer desta seção permitem salientar que o PA foi um refúgio para indivíduos que, ao tempo de sua passagem pelo governismo, se distinguiam em virtude da maior ou menor proximidade com o núcleo dirigente do PRP.

Iniciado nas lides partidárias por meio da filiação ao Partido Conservador, Teodorico dos Santos foi uma liderança governista do município litorâneo de Paranaguá nas primeiras duas décadas republicanas. Tal posição lhe assegurou o acesso aos integrantes do núcleo dirigente do PRP. Nesse âmbito, ele logrou ser eleito para o cargo de 2º vice-governador do Paraná em 1899.²³ A sua migração para a área correspondente ao primeiro planalto do Paraná não lhe impediu de ocupar novas posições nos quadros da administração pública. Ao contrário, Teodorico dos Santos conseguiu se envolver em esquemas de nomeações para cargos federais. Em 1908, por exemplo, ele passou a exercer posto de Contador da Administração Geral dos Correios no Paraná.²⁴

Nesse contexto, não era incomum que a participação em esquemas de nomeações para cargos públicos fosse almejada por políticos paranaenses que conheceram o esgotamento de sua influência na vida partidária. A esse respeito, convém salientar que, em 1915, Teodorico dos Santos exerceu interinamente o posto de Administrador Geral dos Correios no Paraná.²⁵

O titular do cargo era Brasilino Moura, que desempenhou cinco mandatos de deputado no Congresso Legislativo do Paraná. Tais mandatos foram exercidos de 1902 a 1911.²⁶ A perda de espaço no partido situacionista ocasionou o envolvimento de Moura nos esquemas de nomeações federais, em meados dos anos 1910. Havia casos, portanto, em que o pertencimento a tais esquemas

²³ **A República**, Curitiba, 25 ago. 1899, p. 2.

²⁴ **A República**, Curitiba, 11 nov. 1909, p. 2.

²⁵ **Diário da Tarde**, Curitiba, 06 jul. 1915, p. 3.

²⁶ GOULART, M. H. H. S. Op. Cit., p. 494.

representava o desfecho das carreiras de situacionistas que não conseguiram conservar posições de destaque no partido predominante do estado.²⁷

A atuação de Teodorico dos Santos nos Correios contém indícios de que o desempenho de funções comissionadas não o impediu de se envolver em assuntos partidários. O poder decorrente do exercício de um cargo público lhe foi útil para afastar da administração pública alguns dos seus adversários. Em 1910, ano em que a candidatura presidencial de Hermes da Fonseca foi apoiada pelos governistas do Paraná, Teodorico Júlio dos Santos permanecia como funcionário dos Correios.²⁸

Nessa ocasião, ele demitiu sumariamente servidores dessa empresa que apoiaram a candidatura de Rui Barbosa, adversário do marechal Hermes.²⁹ Essa informação consiste em uma evidência de que Teodorico dos Santos foi um funcionário público que, nos anos imediatamente anteriores à sua passagem para a oposição, manteve-se comprometido com os projetos eleitorais do grupo político ao qual pertencia desde o início da República.

No quadro dos participantes da Convenção do PA realizada em 1919, Teodorico dos Santos pertencia a uma minoria formada pelos políticos que lograram exercer mandatos no Poder Executivo. Tal minoria era composta por indivíduos que desde o início dos anos 1910 não desempenhavam funções decisivas em esferas administrativas municipais e estaduais.

Um dos membros dessa minoria era Ernesto Vilella, que ocupou o cargo de prefeito de Ponta Grossa no começo dos anos 1900.³⁰ O exercício desse posto representou o limite de sua ascensão na carreira política. Desde 1908, ele se posicionava como contendor dos governistas.³¹ Tal postura não implicou o seu

²⁷ Ao publicar o necrológio de Teodorico dos Santos, o jornal *O Estado do Paraná* salientou que o afastamento desse indivíduo das lides partidárias ocorreu no fim dos anos 1900, época em que o partido governista se cindiu: “Os acontecimentos políticos que determinaram a queda da Coligação Republicana puseram-no, com outros prestigiosos elementos, fora das cogitações políticas”. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 1925, p. 3.

²⁸ Em 1925, ano de seu falecimento, Teodorico dos Santos ainda exercia o posto de Contador da Administração Geral dos Correios do Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 mar. 1925, p. 3.

²⁹ **Diário da Tarde**, Curitiba, 09 fev. 1916, p. 1.

³⁰ **A República**, Curitiba, 25 jan. 1906, p. 1.

³¹ **A República**, Curitiba, 16 jan. 1908, p. 1.

envolvimento em iniciativas para a montagem de grupos de oposição no Paraná. Foi tardia, portanto, a sua filiação a uma grei oposicionista.

Em síntese, uma parcela dos membros do PA era formada por indivíduos cuja capacidade de influir na vida política declinou no início do século XX. A parcela majoritária dos correligionários, contudo, era composta por indivíduos que jamais exerceram mandatos eletivos. Conforme se verifica no Quadro 1, os membros dessa parcela se caracterizavam pelo limitado envolvimento em esquemas de nomeações para cargos públicos.

A criação do PA evidenciou que os municípios do interior paranaense eram espaços nos quais havia permanentes desfiliações no grupo situacionista. Nesse cenário, o surgimento de uma agremiação oposicionista era enxergado pelos egressos do governismo como uma forma de permanecerem politicamente ativos. Foi tal cenário que assegurou para o PA o respaldo de oposicionistas de diferentes municípios do estado.

Todavia, os correligionários recrutados no interior não reuniam a força política necessária para garantir uma consistente organização local do partido. A esse respeito, cabe atentar ao caso de Antônio Barbosa Pinto. Desde o início da Primeira República, ele esteve envolvido em políticas de nomeações estaduais. Essas nomeações lhe permitiram desempenhar funções somente no município de Guaraqueçaba, situado no litoral paranaense.

Em 1890, por exemplo, ele auferiu o posto de 3º suplente do Subdelegado de Polícia em tal localidade.³² Foi por meio de uma nomeação do Governo do Estado que Barbosa ingressou no magistério, na qualidade de professor de ensino primário.³³ As nomeações que obteve não favoreciam a constituição de conexões políticas para além da esfera local.

O ano de 1903 foi o momento de maior destaque na atuação política de Barbosa. Nessa oportunidade, ele integrou o núcleo dirigente do Partido Republicano Federal no em Guaraqueçaba.³⁴ Tal agremiação era formada pelos

³² **A República**, Curitiba, 19 jul. 1890, p. 1.

³³ **A República**, Curitiba, 07 abr. 1897, p. 1.

³⁴ **A República**, Curitiba, 05 ago. 1903, p. 2.

situacionistas.³⁵ Nessa época, o principal benefício decorrente do vínculo de Barbosa ao governismo era a constante obtenção de nomeações, inclusive as de competência do Governo Federal. No ano de 1905, por exemplo, ele foi investido no cargo de Ajudante do Procurador da República em Guaraqueçaba.³⁶ Em 1906, obteve o posto de Tenente-Coronel do 9º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Paranaguá.³⁷

A nomeação para tais cargos não foi sucedida pela conquista de posições de comando nas instituições políticas do município em que residia. A esse respeito, convém ressaltar que Barbosa permaneceu por dez anos no exercício do posto de Ajudante do Procurador da República em Guaraqueçaba. Ele foi exonerado de tal cargo em 1915.³⁸ Dessa forma, o desempenho dessa função representou o limite de sua mobilidade nas esferas da administração pública. Nesse contexto, a participação de Barbosa na organização do diretório do PA em Guaraqueçaba consistiu em uma derradeira tentativa de conquistar maior espaço na vida política dessa localidade.

Compete destacar que uma semelhança entre Antônio Barbosa e Teodorico dos Santos reside no fato de que exerceram funções comissionadas por longo tempo. A atuação de ambos em órgãos públicos foi muito estável. Porém, os cargos que desempenharam nas décadas de 1900 e 1910 não lhes propiciaram decisiva influência na vida administrativa dos municípios em que estavam enraizados.

De outra parte, a análise comparada do perfil político de Barbosa e dos demais egressos do situacionismo mencionados no Quadro 1 permite asseverar que os convencionais do PA não vivenciaram um processo ascensional no jogo partidário. A trajetória que desenvolveram teve um caráter estável. Ou seja, eles ocuparam cargos que não promoveram substancial elevação de sua influência nas agências da administração pública. Tal influência era circunscrita à esfera local.

³⁵ O partido governista que existiu no Paraná da Primeira República adotou sua denominação definitiva (Partido Republicano Paranaense) no ano de 1909. Anteriormente, recebera os nomes de Partido Republicano (1889-1896); Partido Republicano Federal (1898-1908) e Coligação Republicana (1908-1909). Acerca das conjunturas políticas nas quais ocorreram as mudanças na denominação da agremiação situacionista, ver GOULART, M. H. S. Op. cit.

³⁶ **A República**, Curitiba, 16 mar. 1905, p. 1.

³⁷ **A República**, Curitiba, 12 jun. 1906, p. 2.

³⁸ **A República**, Curitiba, 03 ago. 1915, p. 2.

O recrutamento de oposicionistas aos quadros do PA: as formas de combate ao governismo no Paraná dos anos 1910

A análise do Quadro 1 permite ressaltar que, no âmbito dos convencionais do PA, era pouco expressiva a presença de indivíduos que atuavam como oposicionistas desde o ano de 1910. Por um lado, tal informação permite corroborar o argumento de que essa agremiação era controlada por políticos veteranos que se evadiram do grupo governista ao longo da mencionada década. Por outro lado, cabe destacar que os oposicionistas que encamparam o projeto de formação da grei também não eram novatos nas lides partidárias. Ou seja, o PA obteve no interior do Paraná o apoio de indivíduos que, havia tempos, atuavam como opositores do PRP.

O pertencimento ao PA, portanto, foi enxergado como uma forma de os oposicionistas do interior passarem a desenvolver uma ação política mais organizada. Cumpre evidenciar, por consequência, a natureza da atividade partidária desses oposicionistas nos anos anteriores à criação da grei.

Datam do fim dos anos 1900 as mais longínquas informações sobre a ação política dos indivíduos que constam no Quadro 1 como membros históricos da oposição. As primeiras informações referentes à atuação desses convencionais como oposicionistas datam da época em que apoiaram a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República, em 1910. Assim, uma etapa da atuação política de uma parcela dos membros do PA radicados no interior do Paraná consistiu no envolvimento na Campanha Civilista, a qual sustentou a candidatura presidencial do senador baiano.³⁹

³⁹ A Campanha Civilista, no Paraná, gerou uma dissenção no grupo dirigente do partido governista do estado. Uma parcela dos situacionistas não aceitou a candidatura do marechal Hermes. Todavia, os membros da elite política paranaense que apoiaram Rui Barbosa não migraram para a oposição. Portanto, foi circunstancial a disposição desses membros para combater uma candidatura oficial. A esse respeito, ver CARNEIRO, Newton. **Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia paranaense**. Curitiba: s/e, 1965. Tal situação não foi peculiar apenas ao Estado do Paraná. A candidatura de Rui Barbosa, em 1910, também contou com o apoio de membros dos partidos predominantes dos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1996. p. 100. Acerca dos apoios conquistados pela Campanha Civilista, ver SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

A Convenção Nacional realizada pelos civilistas na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto de 1909, contou com a participação de cinco futuros membros do PA. Tais membros eram Manuel Correia de Freitas, Osório Guimarães, Pedro de Paula Manso, Salvador Teixeira e Ulisses Falcão Vieira.⁴⁰ Outro convencional do PA, João Viana Seiler, também manifestou apoio à candidatura presidencial de Rui Barbosa, em 1910.⁴¹

Em síntese, esses correligionários do PA principiaram a atuar como antagonistas do situacionismo paranaense na época em que não havia um partido de oposição organizado e competitivo no estado. Nesse contexto, o enfrentamento ao partido governista do Paraná, sobretudo por aqueles que residiam no interior, assumiu o aspecto de uma iniciativa isolada. Ou seja, havia ocasiões em que os opositoristas não estavam articulados a outros contendores do governismo. Em um cenário marcado pelo estável predomínio eleitoral dos governistas, a adoção de uma conduta oposicionista criava obstáculos ao ingresso e à permanência nas instituições políticas.

Para corroborar tal afirmação, compete destacar o caso de Antônio Teixeira Saboia, o qual representou Irati na Convenção realizada pelo PA em 1919. Em 1910, época em que era prefeito de tal município, Saboia já se enquadrava na condição de opositorista. Nessa ocasião, ele apoiou a candidatura presidencial de Rui Barbosa. A sua saída do partido governista distanciou-o da elite política local e, em particular, dos vereadores.

Tal isolamento gerou a cassação, pela Câmara Municipal de Irati, do seu mandato de prefeito. Atente-se, pois, às informações do seguinte telegrama veiculado pelo *Diário da Tarde*: “Camaristas açulados pelo Sr. Alencar Guimarães destituíram da Prefeitura Municipal o Sr. Antônio Saboia, sob a alegação do mesmo sair do município além de oito dias. Mais essa perseguição devida o mesmo ser civilista”.⁴²

Por um lado, tais informações permitem reconhecer que a criação do PA aproximou dois antigos adversários (Alencar Guimarães e Antônio Saboia). Mais

⁴⁰ *Diário da Tarde*, Curitiba, 28 jan. 1910, p. 1.

⁴¹ *Diário da Tarde*, Curitiba, 29 jan. 1910, p. 1.

⁴² *Diário da Tarde*, Curitiba, 14 abr. 1910, p. 2.

amplamente, a formação dessa grei reuniu indivíduos que perderam posições no cenário partidário regional no decorrer dos anos 1910. Por outro lado, as informações contidas na citada mensagem possibilitam salientar que não era incomum, no interior do Paraná, a ocorrência de represálias aos egressos do governismo que ambicionavam combater o partido predominante.

Em verdade, Saboia conheceu o esgotamento de sua liderança na vida política de Irati no fim dos anos 1900. A ascensão de um novo chefe partidário local minara a sua capacidade de se conservar no exercício de cargos relevantes naquela localidade.⁴³ Tais informações evidenciam que os indivíduos que no Quadro 1 constam como opositores estiveram imersos em um contexto no qual não existia um partido que oferecesse apoio para os antagonistas da situação continuarem ativos na vida política.

A eleição presidencial de 1910 foi o momento do ingresso de futuros integrantes do PA no grupo opositor. A totalidade dos indivíduos que constam no Quadro 1 como membros da oposição participaram da Campanha Civilista. Tratava-se, por certo, de uma época de baixa formalização da ação política dos opositores paranaenses. Essas atividades eram circunscritas a uma campanha eleitoral. No entanto, a defesa das pretensões eleitorais de Rui Barbosa permitiu a formação, no Paraná, de uma conexão entre lideranças políticas de distintas regiões do estado.

A fundação do PA representou uma iniciativa para retomar a aliança entre indivíduos que, durante os anos 1910, haviam pertencido ao mesmo grupo político. O surgimento do PA reaproximou, por exemplo, o ex-deputado federal Manuel Correia de Freitas (1851-1932) do citado Pedro Manso. Originários do litoral do Paraná, eles promoveram a candidatura de Rui Barbosa em tal região, em 1910.⁴⁴

De fato, houve apoiadores desse senador que implantaram no Paraná, em 1913, um diretório do Partido Republicano Liberal (PRL). Conforme acima destacado, essa grei era liderada, em âmbito nacional, por Rui Barbosa. Porém, em meados de 1915 o diretório paranaense do PRL foi desativado.⁴⁵ O PA, em resumo,

⁴³ **Diário da Tarde**, Curitiba, 08 nov. 1909, p. 1.

⁴⁴ **Diário da Tarde**, Curitiba, 14 fev. 1910, p. 2.

⁴⁵ **A República**, Curitiba, 16 jun. 1915, p. 1.

surgiu com o propósito disciplinar a ação política dos opositores, os quais estavam habituados a combater o governismo estadual sem o respaldo de uma agremiação.

Os convencionais do PA marcados pela eventual atividade partidária: aspectos de suas diferenças sociais

As informações inseridas no Quadro 1 evidenciam que a maior parte dos membros da Convenção do PA, em 1919, não desenvolveu uma carreira política nas primeiras três décadas da República. O grupo mais numeroso de convencionais era composto por indivíduos que, nos municípios interioranos em que estavam radicados, não exerciam posições de destaque na vida partidária.

Por um lado, os integrantes dessa parcela de correligionários do PA se aproximavam pelo fato de que não possuíam um consistente envolvimento nas lides partidárias. Por outro lado, eles se distinguiam em decorrência de sua condição social. Houve membros de diferentes segmentos da sociedade paranaense que encamparam o projeto de interiorização do citado partido.

Dentre os convencionais que não pertenceram a partidos nos anos anteriores à criação do PA, havia aqueles que não eram provenientes das elites sociais. Esse grupo de correligionários era constituído, por exemplo, por pequenos comerciantes e escreventes de órgãos públicos. Tal grupo era também composto por João Jacob Meyer. Ele era um operário que exercia o seu ofício, na cidade de Curitiba, ao menos desde os anos 1900. As eventuais informações veiculadas sobre Meyer na imprensa paranaense ressaltam a sua condição social modesta.⁴⁶

De outra parte, no rol de convencionais do PA que não fizeram longa carreira política estava um abastado negociante, Zacarias de Paula Xavier (1854-1925). Residente na cidade de Curitiba, ele atuava como negociante de ervamate.⁴⁷ Nos anos finais do Império, Xavier esteve envolvido na vida partidária. Em 1889, foi membro do diretório do Partido Conservador da cidade de Curitiba.⁴⁸ O exercício desse posto foi a mais alta função que ele desempenhou em uma

⁴⁶ Em uma das notícias veiculadas sobre tal indivíduo, lê-se: “No Alto da Glória [bairro da capital paranaense] reside em uma casinha, em companhia de seu pai enfermo, o operário João Jacob Meyer, de origem alemã, e que vive ali a cuidar do autor dos seus dias” **A República**, Curitiba, 30 jun. 1905, p. 1.

⁴⁷ **A República**, Curitiba, 06 out. 1899, p. 2.

⁴⁸ **A República**, Curitiba, 21 nov. 1889, p. 3.

agremiação. O único mandato por ele exercido foi o de deputado ao Congresso Constituinte do Paraná, em 1892.⁴⁹ Na época de seu ingresso no PA, havia vinte e sete anos que esse negociante não mantinha vínculo formal com um partido.

Ao tempo da Primeira República, o mais destacado posto exercido por Xavier foi o de presidente da Associação Comercial do Paraná.⁵⁰ No fim dos anos 1890, portanto, ele exerceu o controle sobre uma instituição composta pela elite empresarial do estado. As demandas que Xavier defendeu nesse período eram destinadas à concretização dos objetivos de tal elite.⁵¹

Havia outro convencional do PA, João Viana Seiler, que também pertencia a uma entidade corporativa. Ele era membro da Associação Curitibana dos Empregados do Comércio.⁵² Tal instituição promovia ações recreativas e assistenciais em favor dos funcionários dos comerciantes varejistas.⁵³ Em resumo, o PA era composto tanto por indivíduos que mantinham ligações com a elite empresarial do Paraná, quanto por correligionários que possuíam vínculos com indivíduos pertencentes às camadas populares da capital paranaense.

As informações do Quadro 1 possibilitam asseverar que, no interior do Paraná, o PA foi apoiado por indivíduos que não tinham marcante experiência na vida partidária. Anteriormente à criação dessa grei, houve poucos convencionais que se envolveram em episódios da história eleitoral do estado.

Um desses convencionais era Pedro Kalil Sphair. Ele teve apenas um momento de participação mais decisiva em campanhas políticas. Tal momento data de 1912, quando integrou uma chapa oposicionista nas eleições municipais de Bocaiúva do Sul. Nessa ocasião, Sphair concorreu ao posto de suplente de vereador. Todavia, não teve sucesso em sua candidatura.⁵⁴ Tal informação consiste em um indício de que, a despeito da ausência de um partido estadual de oposição, no Paraná do início dos anos 1910 havia eleitores de áreas interioranas que se articulavam para combater o PRP.

⁴⁹ **A República**, Curitiba, 29 jan. 1892, p. 2.

⁵⁰ **A República**, Curitiba, 04 dez. 1899, p. 2.

⁵¹ Ao tempo em que Zacarias Xavier presidiu a ACP, uma das ações mais frequentes dessa entidade era demandar ao Governo Federal e ao Governo do Estado a suspensão do aumento de tarifas que incidiam sobre os negócios do empresariado paranaense. **A República**, Curitiba, 17 jan. 1896, p. 2.

⁵² **A República**, Curitiba, 09 dez. 1914, p. 2.

⁵³ **A República**, Curitiba, 06 jan. 1900, p. 2.

⁵⁴ **Diário da Tarde**, Curitiba, 29 mai. 1912, p. 3.

De outra parte, cumpre mencionar que a filiação ao PA não impeliu os novatos na vida política a permanecer vinculados à oposição após a dissolução da grei. Em verdade, houve indivíduos desigualmente posicionados na hierarquia do PA que se tornaram governistas nos anos finais da Primeira República. Conforme demonstrado na última seção deste artigo, Alencar Guimarães, que era o presidente do partido, envolveu-se em esquemas de nomeações para cargos comissionados a partir de 1922. Em tal ano, outro correligionário do PA já estava vinculado ao grupo governista. Tratava-se de Manuel Evêncio da Costa Moreira, que jamais exerceu mandatos eletivos.⁵⁵

Desse modo, o início dos anos 1920, no Paraná, foi uma época marcada pela interrupção do projeto de manter um partido oposicionista em funcionamento. Nesse aspecto, portanto, o cenário partidário do Paraná diferia do cenário existente em estados como a Bahia e o Rio de Janeiro. No princípio dos anos 1920, em ambos os estados, havia uma polarização mais acirrada entre as forças da situação e da oposição.⁵⁶

O PA na eleição estadual de 1919: perfil social e desempenho eleitoral dos seus candidatos

As informações analisadas no decorrer desta seção estão concentradas no Quadro 2. Essas informações auxiliam a refinar a análise sobre a composição social do PA. Elas também permitem ressaltar os limites da força eleitoral dos seus correligionários. Cumpre salientar que em 1919 tal agremiação participou de sua primeira eleição. A grei apresentou a candidatura de Alencar Guimarães para o cargo de 1º vice-presidente do Paraná. Porém, ele foi derrotado pelo candidato governista. Apoiado pelo PRP, Eurides Cunha obteve 11.376 votos (76,8%). Alencar Guimarães, do PA, angariou 3.441 sufrágios (23,2%).⁵⁷

Nessa oportunidade, o PA lançou vinte candidatos no pleito para o Congresso Legislativo do Paraná. Havia trinta vagas em disputa. O PA evitou

⁵⁵ **A República**, Curitiba, 29 mar. 1922, p. 2.

⁵⁶ Concernente à polarização partidária no Estado do Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 1920, ver FERREIRA, M. de M. Op. Cit., p. 132. Acerca, por sua vez, das disputas políticas na Bahia em tal contexto, ver BRITO, Jonas. **Um Às na mesa do jogo: a Bahia na história política da Primeira República**. Salvador: Ed. da UFBA, 2019; SARMENTO, Érica Noronha. **A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador: Ed. da UFBA, 2011.

⁵⁷ **República**, Curitiba, 21 nov. 1919, p. 1.

disputar com o PRP o controle integral das vagas abertas para aquela instituição. A estratégia do PA era concentrar os votos de seu eleitorado em um número menor de postulantes para assegurar uma representação mínima no Congresso do Estado. A grei oposicionista, porém, não conseguiu eleger seus candidatos.

O resultado desse pleito evidenciou a restrita base eleitoral da oposição paranaense. Nessa disputa, os trinta candidatos governistas somaram 226.862 votos (76%). Os vinte postulantes da oposição, por sua vez, angariaram 71.405 sufrágios (24%).⁵⁸ Nas seções subsequentes deste artigo, é evidenciado que o contingente de eleitores amealhado pelo PA em 1919 não permaneceu fiel à grei. Ao contrário, o partido conheceu expressiva redução de sua base eleitoral nos pleitos que disputou nos anos de 1920 e 1921. O estudo sobre o desempenho eleitoral dos candidatos dessa grei ao cargo de deputado estadual demanda, preliminarmente, a atenção às informações do Quadro a seguir reproduzido.

Quadro 2 – Perfil político e profissional dos candidatos de oposição ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná (1919)

Nome	Município de residência	Profissão	Posição no quadro partidário paranaense (anterior a 1919)	Total de nomeações para cargos públicos (anterior a 1919)	Total de mandatos no Poder Legislativo (anterior a 1919)	Total de mandatos no Poder Executivo (anterior a 1919)
Alceu do Amaral Ferreira	Curitiba	Médico	Sem filiação	0	0	0
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Curitiba	Advogado	Oposição	2	7	0
Antônio da Rocha Loures Villaça	Guarapuava	Fazendeiro	Situação	1	1	0
Benjamin Batista Lins de Albuquerque	Curitiba	Advogado	Situação	2	0	0

⁵⁸ **A República**, Curitiba, 02 nov. 1919, p. 1.

ue						
Carlos da Silva Eiras	Curitiba	Militar	Situação	0	0	0
Djalma Poly Coelho	Curitiba	Militar	Sem filiação	0	0	0
Flávio de Carvalho Guimarães	Ponta Grossa	Fazendeiro	Situação	1	0	0
Hugo Gutierrez Simas	Curitiba	Advogado	Situação	3	1	0
João Cândido de Oliveira	Tamandaré	Comerciante	Situação	2	2	1
João de Almeida Barbosa Júnior	São José dos Pinhais	Farmacêutico	Situação	1	0	0
João Guilherme Guimarães	Paranaguá	Negociante	Oposição	0	1	2
João Teófilo Gomy Júnior	Curitiba	Promotor Público	Sem filiação	1	0	0
João Vianna Seiler	Curitiba	Industrial	Oposição	0	1	0
José Nunes Sardenberg	Curitiba	Militar	Situação	0	1	0
Manuel Correia de Freitas	Curitiba	Jornalista	Oposição	1	3	0
Lauro do Brasil Loyola	Antonina	Industrial	Situação	4	4	1
Leopoldino José de Abreu	Antonina	Negociante	Situação	10	3	0
Octávio Ferreira do Amaral e Silva	Lapa	Magistrado	Situação	4	1	0
Osório Ribas Guimarães	Ponta Grossa	Engenheiro Civil	Situação	2	4	0
Ulisses Falcão Vieira	Curitiba	Advogado	Oposição	5	2	0

Fontes: *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR); *O Estado do Paraná* (PR)

As informações contidas nesse Quadro permitem fundamentar duas constatações. Primeiro, cumpre salientar que os candidatos escolhidos para representar o partido na disputa para o Congresso do Paraná eram, em sua maior parte, veteranos da política. A parcela majoritária desses postulantes era composta por egressos do governismo. Em tal pleito, tornou-se evidente que o PA serviu como um refúgio para indivíduos que experimentaram o esgotamento de sua influência no situacionismo estadual.

Havia aspectos comuns às carreiras desses egressos. Um desses aspectos reside no fato de que a obtenção de distintos cargos comissionados era um indicador da consistência de seus vínculos com o governismo. Nesse cenário, o PA optou por selecionar candidatos que já possuíam uma longa experiência nas esferas da administração pública. Dessa forma, era pouco expressivo o número de candidatos dessa grei que não tinham filiação partidária na época anterior às eleições estaduais de 1919.

Outro aspecto da convergência entre os candidatos citados no Quadro 2 diz respeito ao exercício de mandatos eletivos. O PA absorveu indivíduos que venceram eleições para cargos legislativos e, em menor escala, para os postos do Poder Executivo. Os indivíduos que aparecem nesse Quadro classificados como opositoristas possuíam a experiência de coordenar campanhas eleitorais.

Cabe destacar que os dirigentes do PA buscaram amearhar o apoio de políticos que se enquadravam na categoria de *coronéis*. Esses políticos estavam habituados a comandar diretórios municipais de partidos estaduais. No limiar do século XX, eles também se envolveram na construção das bases eleitorais que propiciaram a reiteração do predomínio do partido governista do Paraná.⁵⁹

A preferência pela montagem de uma chapa formada por correligionários que tinham longa vivência nas lides partidárias impôs limites à emergência de lideranças opositoristas no estado. Aos indivíduos sem prévia experiência

⁵⁹ A esse respeito, atente-se aos casos dos coronéis João Guilherme Guimarães (1857-1927), ex-prefeito de Paranaguá, e Lauro do Brasil Loyola (1872-1950), ex-prefeito de Antonina. No ano de 1915, eles já haviam se desligado do situacionismo. Nessa época, coordenaram a implantação de unidades municipais da Concentração Republicana. Ou seja, ao migrarem para a oposição eles continuaram envolvidos na organização local de agremiações políticas. **A República**, Curitiba, 06 jan. 1915, p. 1.

política, coube a condição de apoiadores das candidaturas de antigos mandatários que haviam mantido ligações com o governismo.

A segunda constatação diz respeito ao fato de que a maior parte dos candidatos a deputado estadual pelo PA era formada por indivíduos residentes na cidade de Curitiba. O processo de interiorização de diretórios da grei não resultou na incorporação de relevante número de chefes políticos municipais à chapa de candidatos do PA. Em boa medida, os correligionários dessa grei que estavam enraizados em municípios interioranos atuaram como uma retaguarda destinada a assegurar localmente o apoio às pretensões eleitorais de egressos do governismo que residiam na capital.

De fato, os resultados das eleições municipais de 1920 evidenciaram que era baixo o grau de competitividade eleitoral dos membros do PA que viviam em municípios do interior. A função primordial desse segmento de correligionários era manter uma atividade regular do partido em distintas regiões do estado. Eles eram agentes do projeto de formalização da vida interna da grei. Assim, tais correligionários tinham a tarefa de evitar que a atividade do partido arrefecesse após um pleito eleitoral.

Os filiados que viviam em cidades do interior tinham a incumbência de organizar um partido que não atuasse como um comitê eleitoral, no qual a articulação entre os correligionários é pouco duradoura. A duração do PA não foi inferior a de outros partidos de oposição que existiram no Paraná ao longo da Primeira República.⁶⁰ Contudo, esses correligionários não reuniram os apoios necessários para consolidar uma base eleitoral e superar as candidaturas que o partido predominante apresentava em eleições municipais.

O desempenho do PA nas eleições municipais de 1920: os limites da base eleitoral da oposição paranaense

⁶⁰ O PA teve a mesma duração do Partido Republicano Liberal – dois anos. De outra parte, a grei comandada por Alencar Guimarães teve uma existência mais longa do que o Partido Republicano Federal, o qual liderou a oposição paranaense durante seis meses (novembro de 1908 a maio de 1909). **Diário da Tarde**, Curitiba, 31 mai. 1909, p. 1. A duração do PA também foi superior a do Partido Independente, que foi criado e extinto no contexto das eleições parlamentares de 1912. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 jun. 1912, p. 1.

Em 1920, nas eleições para o cargo de prefeito, o PA lançou candidatos nas quatro regiões do Paraná. Todos os seus postulantes foram derrotados. Os postulantes lançados por essa grei receberam votos em apenas dez municípios. Foi muito díspar a votação obtida pelos representantes da situação e da oposição. A análise da votação dos postulantes do PA permite evidenciar os limites do enraizamento desse partido no interior do Paraná. A esse respeito, atente-se às informações contidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Votação dos candidatos do PRP e do PA nas eleições para prefeito no Estado do Paraná (1920)

Município	Região do Estado do Paraná	Votação dos candidatos do PRP (em números absolutos)	% da votação dos candidatos do PRP	Votação dos candidatos do PA (em números absolutos)	% da votação dos candidatos do PA
Araucária	Primeiro planalto	198	100	0	0
Campina Grande	Primeiro planalto	102	100	0	0
Campo Largo	Primeiro planalto	430	100	0	0
Castro	Segundo planalto	274	62	169	38
Clevelândia	Terceiro planalto	142	98,6	2	1,4
Colombo	Primeiro planalto	182	100	0	0
Colônia Mineira	Terceiro planalto	109	100	0	0
Curitiba	Primeiro planalto	1059	94,7	59	5,3
Deodoro	Primeiro planalto	134	100	0	0
Entre Rios	Terceiro planalto	88	73,3	32	26,7
Guaraqueçaba	Litoral	44	100	0	0
Guarapuava	Terceiro planalto	316	100	0	0
Guaratuba	Litoral	84	100	0	0
Irati	Segundo planalto	225	73,7	80	26,3
Lapa	Primeiro planalto	529	100	0	0
Mallet	Segundo	133	100	0	0

	planalto				
Marumby	Segundo planalto	55	100	0	0
Morretes	Litoral	84	100	0	0
Palmeira	Segundo planalto	464	67,8	220	32,2
Palmira	Segundo planalto	82	100	0	0
Paranaguá	Litoral	477	84,1	90	15,9
Piraí	Segundo planalto	211	100	0	0
Ponta Grossa	Segundo planalto	288	83,5	57	16,5
Porto de Cima	Litoral	29	100	0	0
Prudentópolis	Terceiro planalto	152	62	93	38
Rio Branco	Primeiro planalto	220	51	211	49
São Mateus	Segundo planalto	290	100	0	0
Tamandaré	Primeiro planalto	98	100	0	0
Teixeira Soares	Segundo planalto	144	100	0	0
Triunfo	Segundo planalto	95	100	0	0

Fonte: A República, Curitiba, 26 jun. 1920, p. 1.

As informações presentes no Quadro 2 permitem sustentar duas constatações. Primeiro, cumpre ressaltar que a criação de unidades locais do PA, no Paraná do fim dos anos 1910, não provocou a consolidação de uma estável base eleitoral para a oposição no estado. A fundação dessas unidades não foi sucedida por um consistente processo de recrutamento de correligionários. Assim, em uma parte dos municípios paranaenses o PA não possuía a organização necessária para obter um percentual mínimo de votos.

Em resumo, a fundação e interiorização do PA não foram suficientes para que a oposição abandonasse uma prática que, de forma intermitente, adotava desde o início do século XX. Tal prática consistia em se abster de lançar candidaturas em virtude da expressiva força eleitoral dos governistas. Havia integrantes do PA que já estavam vinculados à oposição ao tempo em que a

abstenção eleitoral começou a ser praticada pelos adversários do situacionismo.⁶¹ Dessa forma, o surgimento desse partido não foi acompanhado por uma mudança nas formas de ação eleitoral da oposição.

A segunda constatação afirma que foi em apenas no município de Rio Branco do Sul que a oposição paranaense alcançou uma votação parelha àquela angariada pelos situacionistas. A força eleitoral do situacionismo permitiu que o partido oficial conquistasse, na maior parte das cidades paranaenses, mais de 60% dos votos. De outra parte, não houve entre os candidatos a prefeito do PA uma semelhança quanto ao eleitorado que amealharam. Em tal pleito, foram muito diferentes entre si os percentuais da votação dos candidatos oposicionistas. Assim, entre as unidades locais do partido existiam diferenças acerca da capacidade de formação de um grupo cativo de apoiadores.

A esse respeito, atente-se para o desempenho eleitoral do PA no litoral paranaense. Foi apenas na cidade de Paranaguá que o partido recebeu votos. Em Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba e Porto de Cima, o PA não conquistou eleitores. O desempenho eleitoral dessa grei em tal área evidencia que as lideranças locais do partido não tiveram sucesso na tarefa de formar, ao menos, um pequeno conjunto de apoiadores. As informações da Tabela 1 denotam que o aparecimento do PA não reduziu a competitividade eleitoral do PRP. Em tal época, manteve-se absoluto o controle que essa grei exercia sobre cargos dos poderes Executivo e Legislativo.

Os chefes locais do partido também se diferenciavam em decorrência da maior ou menor condição de manter uma conexão com correligionários do PA de outras cidades. Mais precisamente, os correligionários do interior se distinguiram em virtude da condição de obterem de lideranças do PA, sobretudo aquelas pertencentes ao diretório central, um auxílio para a realização das suas pretensões eleitorais. Nesse contexto, não havia uma ação eleitoral unificada entre os chefes municipais da agremiação.

⁶¹ Dentre esses integrantes, estava João de Menezes Dória (1857-1934). Em 1903, ele pertenceu ao Partido Republicano, uma agremiação que funcionou apenas no Paraná. Em tal ano, essa grei decidiu não apresentar candidatos à Câmara dos Deputados, pois reconheceu a supremacia do partido governista. **A República**, Curitiba, 14 mar. 1903, p. 1.

Trata-se, por conseguinte, de salientar uma característica da interação entre lideranças do PA estabelecidas em diferentes cidades. Em 1920, o periódico situacionista *A República* publicou uma carta do coronel José Gonçalves Lobo, então prefeito de Paranaguá. Nessa missiva, o mandatário salientou que o jornal curitibano *Gazeta do Povo*, apoiador do PA, publicava panfletos contendo críticas contra ele, José Lobo. Esses textos eram assinados por indivíduos que se apresentavam como operários. O prefeito ressaltou que tais escritos eram enviados à *Gazeta do Povo* por seus adversários naquele município. Tais adversários eram os dirigentes do PA.⁶²

As informações acerca de tal episódio permitem destacar que a criação da *Gazeta do Povo*, em 1919, foi decisiva para que o PA conseguisse efetuar sua propaganda política. O editor do periódico, Benjamin Lins (1876-1951), pertencia a essa agremiação.⁶³ Em virtude de sua proximidade com Lins, os oposicionistas residentes em Paranaguá conseguiram o apoio de um órgão de imprensa para divulgar opiniões desabonadoras sobre o chefe local dos situacionistas. Tais informações são indícios de que houve, no pleito municipal de 1920, a articulação entre membros de distintos diretórios do PA (Curitiba e Paranaguá) com a finalidade de impulsionar as candidaturas do partido.

O referido acontecimento evidencia que os líderes do PA em Paranaguá buscaram uma aproximação com setores de trabalhadores urbanos, notadamente o operariado. Ao endossarem o conteúdo de panfletos supostamente redigidos por operários, os dirigentes do PA tentaram ampliar a capilaridade social de sua grei. A estratégia eleitoral dos chefes locais da agremiação era direcionada a conquistar adesões nas camadas populares do município.

De todo modo, essa estratégia não ocasionou o fortalecimento eleitoral do PA na região litorânea. O PA não conseguiu suplantar a força política dos coronéis que sustentavam localmente as candidaturas governistas. Mais precisamente, ela não conseguiu derrotar lideranças como o coronel José Lobo. Essas lideranças

⁶² *A República*, Curitiba, 28 jun.1920, p. 3.

⁶³ *A República*, Curitiba, 10 jan. 1919, p. 1.

eram responsáveis pela manutenção, em áreas interioranas, de um séquito de apoiadores para o PRP.⁶⁴

O PA foi extinto em 1921, após a derrota de seu candidato em uma eleição para deputado federal. Compete, pois, analisar o desempenho eleitoral do partido em seu último pleito. Cumpre, também, dedicar atenção ao destino de seu principal dirigente nos anos finais da Primeira da República.

A candidatura de Alencar Guimarães à Câmara dos Deputados em 1921: aspectos das estratégias eleitorais da oposição estadual

Em janeiro de 1921, Alencar Guimarães apresentou sua candidatura a deputado federal pelo PA. Havia quatro vagas em disputa. O partido, contudo, optou por indicar apenas um nome. Dessa forma, no fim da Primeira República a oposição paranaense ainda empregava uma prática que, desde os anos 1890, era adotada pelos partidos minoritários do Brasil. Tal prática consistia em lançar poucas candidaturas, ou homologar candidatura única, para evitar a dispersão dos votos do seu pequeno eleitorado na disputa por vagas à Câmara dos Deputados.⁶⁵ Portanto, o PA não possuía um nível de competitividade eleitoral suficiente para ambicionar o controle integral das vagas da bancada paranaense nessa instituição.

A lei eleitoral que vigorava no Brasil desde 1904 (Lei Rosa e Silva) permitia que os eleitores votassem em um número de candidatos um algarismo inferior ao total de deputados que o seu distrito enviava à Câmara. Essa lei também possibilitava que o eleitor concentrasse os seus votos em apenas um candidato. Tratava-se da prática do *voto cumulativo*.⁶⁶ Essa regra era útil aos opositores, pois eles poderiam conquistar uma representação mínima no Poder Legislativo por meio da concentração de votos em um candidato. Em estados como Minas Gerais, tal regra de votação propiciou o aumento do número de opositores eleitos para a Câmara.⁶⁷ No Paraná, contudo, ela não extinguiu o domínio absoluto dos governistas sobre as vagas da bancada paranaense.

⁶⁴ A respeito da natureza da ação política dos coronéis no Paraná das primeiras décadas do século XX, ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Coronelismo e poder local no Paraná, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

⁶⁵ FIGUEIREDO, V. F. Op. Cit., p. 47.

⁶⁶ Acerca das regras de votação da época da Primeira República, ver NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

⁶⁷ FIGUEIREDO, V. F. Op. Cit., p. 47.

Em 1921, Alencar Guimarães conquistou 2.700 votos para deputado federal. Ele obteve o quinto lugar no pleito e não conseguiu se eleger. O redator da *Gazeta de Notícias* salientou que, em decorrência do voto cumulativo, era factível considerar que o ex-senador foi escolhido por apenas 900 eleitores.⁶⁸ Ou seja, cada um desses indivíduos teria sufragado por três vezes o nome de Alencar Guimarães. Tal resultado evidenciou a limitada base eleitoral que o PA conseguira formar nos seus dois anos de existência. O resultado completo desse pleito está exposto na Tabela 2. Nesse âmbito, note-se que a candidatura de Alencar Guimarães não ameaçou a vitória do governista que obteve a quarta colocação na disputa.

Tabela 2 - Votação dos candidatos a deputado federal pelo Estado do Paraná (1921)

Nome	Profissão	Partido	Votação (em números absolutos)	% da votação do candidato	Resultado
Afonso Alves de Camargo	Advogado	Partido Republicano Paranaense	11.339	25	Eleito
Lindolfo Pessoa	Advogado	Partido Republicano Paranaense	10.546	23,2	Eleito
Plínio Gonçalves Marques	Médico	Partido Republicano Paranaense	10.410	23	Eleito
Luiz Bartolomeu de Sousa e Silva	Jornalista	Partido Republicano Paranaense	10.326	22,8	Eleito
Manuel de Alencar Guimarães	Advogado	Partido Autonomista	2.700	6	Não eleito

Fonte: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1921, p. 3.

No contexto da Primeira República, um indicador da unidade interna das oposições estaduais era a disposição para contestarem, nas Comissões de Verificação Poderes da Câmara e do Senado Federal, a eleição dos situacionistas. De 1900 a 1930, em diferentes estados, houve oposicionistas que buscaram anular

⁶⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1921, p. 3.

a vitória dos governistas por meio da demonstração da ocorrência de fraudes eleitorais.⁶⁹

Em 1921, o PA não se mobilizou para contestar a eleição de um dos postulantes do PRP. Em verdade, desde a eleição senatorial de 1915 a oposição paranaense não cultivava a prática de recorrer às mencionadas Comissões de Verificação.⁷⁰ Tal prática voltou a ser adotada em 1927, no contexto de um pleito para o cargo de deputado federal.⁷¹

Em suma, foram raras as ocasiões em que os oposicionistas do Paraná apresentaram demandas àquelas Comissões. Essas demandas não foram direcionadas, em todos os casos, a contestar a vitória de governistas. Em 1912, por exemplo, a eleição de um oposicionista para deputado federal foi questionada pelos candidatos derrotados no pleito.⁷² Apesar de se contraporem ao situacionismo, os postulantes derrotados não estavam unidos em um único partido. Em última análise, nos anos imediatamente anteriores à criação do PA não havia consistente integração entre os contendores do governismo paranaense.

Nesse cenário, cumpre salientar que a unidade interna da oposição paranaense era menor do que a unidade das oposições de outros estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o início dos anos 1920 foi uma época em que os adversários do situacionismo permaneceram politicamente organizados. Tal organização era marcada pela denúncia de fraudes eleitorais, bem como por tentativas de destituir o grupo situacionista do comando das instituições estaduais.⁷³

⁶⁹ ZULINI, Jaqueline Porto. **Modos do bom governo na Primeira República: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. p. 93.

⁷⁰ Nessa oportunidade, a reclamação foi aceita pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado. Assim, o candidato de oposição, Francisco Xavier da Silva, assumiu o mandato do senador, em prejuízo do governista Ubaldino do Amaral Fontoura. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 jun. 1915, p. 2.

⁷¹ Nessa ocasião, a reclamação dos oposicionistas do Paraná contra o resultado eleitoral não foi acatada pela Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados. **O Dia**, Curitiba, 26 abr. 1927, p. 1.

⁷² No mencionado ano, Manuel Correia de Freitas elegeu-se deputado federal na condição de candidato avulso. Os oposicionistas derrotados eram Domingos Nascimento, João de Menezes Dória e Leôncio Correia. Eles recorreram à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara para invalidar a eleição de Freitas. Porém, a reclamação não foi atendida. BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 38-39.

⁷³ A esse respeito, ver ANTONACCI, M. A. Op. Cit.

Após a eleição parlamentar de 1921, foi lenta a reorganização da oposição paranaense. Tal derrota foi sucedida pela dissolução do PA. Conforme acima destacado, a oposição paranaense voltou a se organizar sob um partido somente em 1926, quando ocorreu a fundação do Partido Democrático Paranaense (PDP). Porém, no ano seguinte à sua fundação essa grei já estava extinta.⁷⁴ A criação desse partido consistiu na última tentativa de formação de um partido de oposição no Paraná da Primeira República. Essa nova agremiação foi comandada por um membro fundador do PA, o citado João Guilherme Guimarães.

Portanto, nos últimos anos da Primeira República os egressos do governismo ainda ocupavam posições centrais no grupo oposicionista do estado. Em verdade, a conservação de tais posições foi mantida no início dos anos 1930, época em que esses egressos se envolveram na criação de outro partido de oposição.⁷⁵

Ao tempo da fundação do PDP, Alencar Guimarães não ocupava o posto de líder da oposição estadual. No ano seguinte à extinção do PA, ele se integrou ao grupo político que comandava o Governo Federal. Essa integração lhe permitiu exercer funções comissionadas, como a de tesoureiro da Comissão do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, e Inspetor Consular para os países da América do Sul e Sul da África, em 1927.⁷⁶ A adesão à ordem política situacionista foi o destino do ex-senador nos anos finais da Primeira República.

Considerações finais

Por meio de um estudo de caso, este artigo buscou avançar no conhecimento sobre as formas de organização interna e desempenho eleitoral de partidos estaduais de oposição da época da Primeira República. Há quatro resultados apresentados neste trabalho.

⁷⁴ **O Dia**, Curitiba, 04 nov. 1927, p. 2.

⁷⁵ Houve membros do PA, a exemplo de Ulisses Vieira, que participaram da implantação de um partido estadual. Tratava-se do Partido Social Nacionalista (PSN), uma agremiação oposicionista criada em 1934. O ex-presidente do PA, Alencar Guimarães, também pertenceu ao PSN. Acerca dos destinos de membros da elite política do Paraná após o ano de 1930, ver DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

⁷⁶ **O Dia**, Curitiba, 20 ago. 1927, p. 1.

Primeiro, cumpre salientar que a criação do PA contou com o respaldo de indivíduos radicados em mais de três dezenas de municípios do interior do Paraná. Uma parcela desses correligionários era egressa do partido governista. Desse modo, nota-se que, no fim dos anos 1910, os municípios paranaenses possuíam uma vida política marcada por permanentes desfiliações da grei situacionista. A fundação de uma agremiação oposicionista era uma oportunidade para os governistas decaídos conservarem uma presença no jogo partidário de suas cidades de origem.

O segundo resultado deste artigo evidencia que os fundadores do PA eram pouco competitivos do ponto de vista eleitoral. De um lado, a criação de diretórios municipais dessa grei foi imperiosa para consolidar uma rotina de atividades do partido. O apoio de correligionários de diversas cidades impediu que o PA funcionasse como um comitê eleitoral que se extinguiu imediatamente após a derrota de seus candidatos. De outro lado, os integrantes do PA não conseguiram formar um eleitorado cativo. A fundação dessa grei não contrabalançou o predomínio do PRP em eleições para cargos legislativos e executivos.

O terceiro resultado afirma que o surgimento do PA não propiciou a renovação do quadro de lideranças oposicionistas. Essa grei era controlada por políticos veteranos que experimentaram a corrosão de suas bases eleitorais ao se afastarem do partido predominante. Nas eleições parlamentares de 1919 e 1921, foram os egressos do situacionismo que tiveram a oportunidade ser escolhidos para compor as chapas de candidatos do partido. O PA se enquadra em uma linhagem de partidos que, comandados por Alencar Guimarães, respaldaram as pretensões eleitorais de indivíduos politicamente ativos desde o início da Primeira República.

O quarto resultado, por fim, salienta que a dissolução do PA gerou a desagregação da oposição paranaense. Foi apenas em 1926 que ocorreu uma nova e efêmera tentativa de manter em funcionamento uma grei oposicionista. Houve, pois, dois destinos peculiares aos correligionários do PA. Um destino era a vinculação a esquemas de nomeações para cargos públicos. Tratava-se, assim, de um destino marcado pela adesão à ordem governista. O outro destino era a participação nas tentativas de fundação de agremiações oposicionistas.

Fontes

A República (PR)

BRASIL. **Lei Federal nº 1.269, de 15 de novembro de 1904.**

Diário da Tarde (PR)

Gazeta de Notícias (RJ)

Gazeta Paranaense (PR)

Jornal do Brasil (RJ)

O Dia (PR)

O Estado do Paraná (PR)

Referências bibliográficas

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS, as oposições e a Revolução de 23.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. **Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906).** São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015.

ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. **Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas na Primeira República.** Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013.

BARBOSA, Rui. **Teoria política.** In: PIRES, Homero (Org.). São Paulo: Jackson Editores, 1964.

BRITO, Jonas. **Um Às na mesa do jogo: a Bahia na história política da Primeira República.** Salvador: Ed. da UFBA, 2019.

CAMELUCCI, Anderson Luís. **Crise monárquica e experiências de República no município de Franca (1880-1906).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

CARNEIRO, Newton. **Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia paranaense.** Curitiba: s/e, 1965.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926).** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 41-54.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

_____. **Coronelismo e poder local no Paraná, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

- PIRES, Homero (Org.). BARBOSA, Rui. **Teoria política**. São Paulo: Jackson Editores, 1964.
- PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- PRADO, Carlos Batista. **Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.
- SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- SARMENTO, Érica Noronha. **A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador: Ed. da UFBA, 2011.
- SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZULINI, Jaqueline Porto. **Modos do bom governo na Primeira República: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Rua General Carneiro, 460
Ed. D. Pedro I, 7º andar, Sala 709
Centro, Curitiba, Paraná.
CEP: 80060-150

Recebido: 02/12/2019
Aprovado: 16/12/2019

NEOFASCISMO E CONSPIRACIONISMO BRASILEIRO. O MÍDIA SEM MÁSCARA E O “EIXO DO MAL”

Natalia dos Reis Cruz¹
Universidade Federal Fluminense

Resumo: O artigo aborda o Movimento Mídia Sem Máscara, liderado por Olavo de Carvalho, centrando sua análise na obra de Heitor de Paola, intitulada *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Internacional*, conceituando o referido movimento como neofascista e adotando a metodologia comparativa entre o fascismo clássico e os neofascismos surgidos após a Segunda Guerra Mundial. O aspecto analisado na obra do autor é a descontextualização da história soviética em sua narrativa, como parte de um anticomunismo exacerbado, acompanhado de teorias conspiratórias acerca de um suposto domínio mundial comunista em oposição aos princípios “democráticos” e “liberais” da civilização judaico-cristã ocidental.

Palavras-chave: Conspiracionismo; Neofascismo; Anticomunismo; Mídia Sem Máscara; Eixo do Mal.

BRAZILIAN NEOFASCISM AND CONSPIRACY. THE MEDIA WITHOUT MASK AND THE “AXIS OF EVIL”

Abstract: The article approaches the Media Without Mask Movement, led by Olavo de Carvalho, focusing his analysis on the work of Heitor de Paola, entitled *The Axis of Latin American Evil and the New International Order*, conceptualizing this movement as neo-fascist and adopting the comparison methodology between classical fascism and the neo-fascism that emerged after World War II. The aspect analyzed in the author's work is the decontextualization of Soviet history in his narrative, as part of an exacerbated anticomunism accompanied by conspiracy theories about a supposed communist world domination as opposed to the "democratic" and "liberal" principles of Judeo-Christian civilization western.

Keywords: Conspiracy; Neo-fascism; Anticomunism; Media Without Mask; Axis of Evil.

Introdução. O Mídia Sem Máscara, o fascismo e o neofascismo

O Brasil vem sendo palco de movimentos políticos localizados no espectro da extrema direita que possuem um virulento anticomunismo em seu discurso e procuram arregimentar adeptos para suas ideias através das redes sociais. Atualmente, um dos principais nichos anticomunistas organiza-se em torno do movimento Mídia Sem Máscara, liderado por Olavo de Carvalho, que possui uma narrativa conspiracionista como esteio de suas análises sobre os problemas brasileiros e mundiais.

Este trabalho aborda o movimento Mídia Sem Máscara, liderado por Olavo de Carvalho, a partir da obra produzida por um dos seguidores e participantes do

Email: ndrc@globocom.com

referido movimento, o psicanalista Heitor de Paola, que redigiu o livro “O Eixo do Mal Latino-Americano” e “A Nova Ordem Mundial”², publicado em 2008, no qual apresenta um resumo das principais ideias do referido movimento, sendo tal obra chancelada por Olavo de Carvalho, que redigiu o seu prefácio, iniciando-o com uma ode ao autor da obra, definindo-o como “analista político”, embora ele não tenha qualificação acadêmica ou formação na área para debater ciência política, filosofia ou história:

Se o jornal eletrônico Mídia Sem Máscara não servisse para mais nada, só o ter revelado aos leitores brasileiros o analista político Heitor de Paola já bastaria para justificar sua existência e torná-la mesmo indispensável. O homem, de fato, não tem equivalente na "grande mídia" nem – até onde posso enxergar – nas cátedras universitárias, tal a amplitude do horizonte de informações com que lida em seus comentários e tal a clareza do olhar que ele lança sobre o vasto, complexo e móvel panorama da transição revolucionária latino-americana, reduzindo a sequências causais coerentes a variedade dos fatos em que seus colegas – digamos que o sejam – não enxergam senão um caos fortuito ou a imagem projetada de seus próprios sonhos, desejos, preconceitos e temores.³

Esta obra pode ser vista como um expoente do conspiracionismo no Brasil, pois baseia seu discurso na ideia de que os comunistas pretendem dominar o mundo e estariam por trás de vários acontecimentos recentes envolvendo figuras importantes do mundo político, econômico e cultural.

O aspecto a ser analisado na referida obra é a apropriação que o autor faz da história soviética, através da estratégia de sua descontextualização - da Revolução Bolchevique à Perestroika, com o objetivo de fortalecer a narrativa conspiracionista de caráter anticomunista que caracteriza toda a obra paolina.

² No site da Vide Editorial, uma das editoras virtuais alinhadas com as ideias divulgadas no Seminário de Filosofia, organizado por Olavo de Carvalho, uma pequena biografia do autor é apresentada: “Médico, psicanalista, escritor e comentarista político, estudioso de filosofia, filosofia da ciência, história, ciência política e política internacional. Articulista do jornal eletrônico Mídia Sem Máscara, dos Jornais Inconfidência e Visão Judaica, e do site Ternuma. Membro da *International Psycho-Analytical Association*. Ex *Clinical Consultant da Boyer House Foundation*, Berkeley, Califórnia. Membro do *Board of Directors da Drug Watch International*. Diretor Cultural do Farol da Democracia Representativa (www.faroldademocracia.org). Membro do Conselho Consultivo da organização Brasileiros Humanitários em Ação (www.braha.org). Membro da ONG Terrorismo Nunca mais (www.ternuma.com.br). Disponível em: <https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=407> Acesso em 27 dez. 2019.

³ CARVALHO, Olavo de. Prefácio. PAOLA, Heitor de. **O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora É Realizações, 2008. p. 15.

O Mídia Sem Máscara foi fundado em 2002, com o objetivo de "denunciar" o que chamam de "viés esquerdista" da mídia brasileira, que esconderia ou distorceria ideias e notícias. Assim, o movimento se pretende "sem máscara", ou seja, apresentaria notícias de forma "objetiva" e "neutra", imagem esta totalmente inverídica pelo viés direitista das narrativas de seus membros.

É um movimento formado por elementos da pequena burguesia, como jornalistas, advogados, professores, etc, que apresentam em seu discurso elementos da mentalidade fascista (teorias conspiratórias, aversão à diversidade política e étnico cultural, construção de inimigos internos e externos) e se preocupam em mobilizar vastos setores da sociedade em um movimento de confluência entre a propaganda e a publicidade, para produzir consenso em torno de ideias que servem aos interesses dos setores dominantes da grande burguesia, assim como possuem uma rede extrapartidária associada a vários aparelhos privados de hegemonia da grande e pequena burguesia.⁴

Consideramos o movimento Mídia Sem Máscara uma expressão do neofascismo no Brasil, acompanhando o amplo trabalho de Lucas Patschiki, que o apresenta como um projeto fascista que se insere nos fascismos de terceira onda, defensores das políticas neoliberais, e como parte da reação das forças conservadoras e racionárias da sociedade brasileira ao novo arranjo do bloco no poder após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002. Tais forças utilizam o anticomunismo como base ideológica comum visando o acirramento da luta de classes e a crise aberta, para fomentar uma ruptura política que assegure a reprodução capitalista em bases neoliberais através de objetivos fascistas, sendo o principal deles "a quebra completa da organização da classe operária nos limites estatais-nacionais".⁵

Para introduzir essa discussão, é preciso realizar uma breve análise comparativa entre os fascismos clássicos e os chamados neofascismos. Segundo Kocka, "comparação em história significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente com respeito a suas similaridades e diferenças de

⁴ PATSCHIKI, Lucas. **Os Litorais da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária** (2002-2011). Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012, p. 123.

⁵ Ibidem, p. 16 e 17.

modo a alcançar certos objetivos intelectuais." Entre os méritos da abordagem comparativa estão o auxílio na identificação de questões e a clarificação de perfis de casos únicos. Quanto aos objetivos intelectuais, eles seriam de caráter heurístico, descritivo, analítico e paradigmático. Do ponto de vista heurístico, a análise comparativa permite identificar questões e problemas que podem ser perdidos, negligenciados ou não concebidos pelo historiador ao estudar determinado tema. Já a descrição torna possível o esclarecimento de perfis de casos singulares, contrastando-os com outros. Em termos analíticos, a comparação é imprescindível para formular questões causais e respondê-las. E no que diz respeito à função paradigmática da comparação, ela ajuda no distanciamento do caso melhor conhecido pelo historiador, muitas vezes a história do seu próprio país, permitindo a descoberta de que o caso mais familiar é apenas uma possibilidade entre outras.⁶

Assim, podemos nos fazer, entre outras, a seguinte questão: o que há de comum entre os fascismos clássicos e os neofascismos e o que os diferencia? Este trabalho procura responder de forma introdutória a esta problemática.

É extremamente importante a compreensão cada vez mais clara acerca do fascismo, pois se trata, segundo Konder, de um dos "fenômenos políticos mais significativos de século XX"⁷, e o seu espectro continua se fazendo presente no século XXI, contrariando as interpretações epocais sobre o fenômeno, que o situam apenas no contexto histórico do entreguerras.

Konder nos aponta que o fascismo possui uma universalidade que ultrapassa suas manifestações particulares (notadamente, o chamado fascismo clássico), já que despido de suas particularidades, o fascismo do entreguerras revela fundamentos que podem encontrar novas formas de manifestação, o que seria seu principal perigo. Mas a sua determinação está ligada ao capital e suas necessidades de reprodução ampliada em sua fase monopolista, em que o Estado é essencial para a acumulação de capital. O fascismo é uma espécie de direita, que não se confunde com os movimentos e partidos da direita tradicional, pois possui

⁶ KOCKA, Jürgen. Para Além da Comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-281, ago, 2014, p. 270-281.

⁷KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 23.

uma retórica "revolucionária", embora seja socialmente conservador, serve-se de mitos irracionais – como exemplo, o mito da nação (baseado na ideia de uma unidade fictícia, que abstrai os conflitos e as divisões sociais presentes nas sociedades) -, faz uso dos modernos meios de propaganda de massa, é chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista e antioperário.⁸

A comparação entre os fascismos clássicos e os neofascismos nos permite perceber que há uma essência fascista para além das manifestações particulares, contextuais e nacionais dos diversos fascismos existentes. E que o fascismo e seu espectro não estão presos no tempo ou em dado contexto histórico. O fato de não haver a forma do fascismo clássico (partido militarizado, uniforme marrons, suásticas, camisas negras, fascios) não nos permite falar de um não-fascismo, porque o substancial pode estar bem presente, ou seja, o irracionalismo, a valorização dos sentimentos e dos instintos, o chauvinismo, o pragmatismo, o culto da nação mítica, o anticomunismo, a negação do outro, etc.⁹

Robert Paxton apresenta a essência do fascismo e de sua visão de mundo de forma bastante útil para a compreensão do espectro fascista do passado e do presente. Segundo ele, o fascismo é:

uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza.¹⁰

⁸ Ibidem, p. 52. Outros trabalhos importantes sobre o fascismo são o de Palmiro Togliatti, para quem o fascismo não é somente uma ditadura aberta, mas um regime reacionário de massas; e o de Nicos Poulantzas, que analisa o regime fascista como um reordenamento do bloco no poder, sob a hegemonia do capital monopolista, sendo gestado por uma crise política específica, cujas principais características seriam a crise de hegemonia entre as frações da burguesia, o descolamento entre as classes sociais e seus partidos tradicionais de representação, as derrotas das lutas operárias no período e a consequente introdução da ideologia pequeno-burguesa entre os trabalhadores. Ver TOGLIATTI, Palmiro. *Lezioni. Sul Fascismo, Opere Scelte. (a cura di Gianpasquale Santomassimo)*. Roma: Riuniti, 1974; e POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

⁹KONDER, Op. Cit., passim.

¹⁰ PAXTON, Robert. *Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 358-359.

A determinação de classe dos fascismos também é fundamental. Embora a origem do fascismo esteja ligada à pequena e média burguesia, que exatamente por se situar entre as duas principais classes da sociedade – a grande burguesia e o proletariado – pode falar em uma espécie de "transcendência de classe" e advogar o mito da nação, não se pode compreender a ascensão ao poder e o crescimento do movimento fascista sem atentar para a adesão do grande capital, que financiou o fascismo¹¹ e percebeu o quanto o mito nacional era funcional aos seus interesses de classe e ao controle social sobre os trabalhadores.¹²

Os denominados fascismos clássicos surgiram no período entreguerras, na esteira das consequências sociais, econômicas, políticas e culturais trazidas pela Primeira Guerra Mundial. As frustrações com os resultados deste conflito, as fissuras que ele deixou e a crise econômica de 1929 contribuíram para o surgimento e ou fortalecimento dos movimentos fascistas que, em um contexto de descrédito para com o liberalismo em todos os seus aspectos e da ascensão da ideia de revolução proletária no esteio da revolução bolchevique de 1917, passaram a ser uma opção para as camadas médias que temiam a perda de suas posições sociais, arregimentando também parte do proletariado e sendo instrumentalizados pelo grande capital.

Os fascismos clássicos, cujos maiores representantes foram o fascismo italiano e o nazismo alemão, centravam seu discurso no antissemitismo, fomentando a tese da conspiração judaica de dominação mundial¹³, no anticomunismo e no nacionalismo exacerbado, propondo uma nova forma de organização política e econômica, rompendo com o modelo da democracia liberal e

¹¹KONDER, Op. Cit, p. 49-51.

¹²Nas análises sobre o fascismo, destaca-se também a obra de Ian Kershaw, que procura sair tanto das abordagens marxistas que enfatizam as questões estruturais e de classe, como das abordagens de cunho personalistas, que dão demasiada ênfase ao papel da personalidade dos líderes fascistas, especificamente Hitler – tema de sua obra. As análises personalistas acabaram redundando na demonização de Hitler, exclusivamente culpabilizado por todo o destino da Alemanha nazista. Kershaw enfatiza que a personalidade e as ideias do líder nazista só floresceram porque as circunstâncias sociais o permitiram, assim como o aumento da extensão do poder de Hitler só foi possível porque houve colaboração, tolerância e cumplicidade de vastos setores sociais da Alemanha. Ver KERSHAW, Ian. **Hitler, um perfil do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 12-17.

¹³ É digno de nota, porém, que o fascismo italiano não foi, inicialmente, centrado no antissemitismo, tendo adotado políticas antissemitas apenas nos anos 1930, após sua aliança com a Alemanha nazista.

do livre mercado, e concebendo uma sociedade organizada de forma corporativa – visando eliminar a luta de classes -, com um Estado forte, autoritário e militarizado, e a construção da coesão social e nacional através da mobilização de massas em prol da depuração da nação dos seus "inimigos" – enxergados principalmente nos judeus e comunistas. Nos fascismos clássicos, a estrutura organizativa era feita com base no partido único, hierarquizado e militarizado, com suas milícias partidárias e combatentes, tendo um líder carismático à frente que incorporava os ideais nacionais e representava a nação.

A crise econômica do capitalismo em um contexto de ameaça revolucionária, já que um modelo alternativo ao capital se construía na URSS, fez com que o capital se abrisse para formas de controle social e político das classes trabalhadoras via fortalecimento do Estado policial e autoritário, com intervenção econômica no mercado e construção de arranjos institucionais que promovessem um reordenamento do bloco no poder, para que a reprodução capitalista pudesse subsistir sob a hegemonia do grande capital monopolista. A burguesia industrial e financeira passou a ver com bons olhos a intervenção do Estado no fortalecimento do capitalismo monopolista e na destruição de todo vestígio de livre concorrência.

Os chamados neofascismos inserem-se no contexto do pós-guerra, após a derrota dos fascismos clássicos pelos aliados. Em um novo contexto histórico, em que as ideias e práticas fascistas foram rechaçadas após a tragédia do extermínio nazista, os fascistas tiveram que sofrer algumas metamorfoses para sobreviverem nas novas circunstâncias históricas. São chamados de fascismo de "segunda onda", que modificaram suas formas de organização e algumas ideias, inserindo-se na democracia parlamentar burguesa. Neste caso, tais partidos e ou movimentos fascistas abandonaram o corporativismo e passaram a enfatizar quase que exclusivamente o combate ao comunismo e a aceitação da pluralidade partidária, sendo, portanto, bastante úteis no contexto da Guerra Fria e auxiliares na luta do Ocidente capitalista e liberal contra a URSS e seus aliados.¹⁴

¹⁴ Como exemplo de fascismos da segunda onda, temos o Movimento Sociale Italiano (MSI), fundado em 1972; o Partido Nacional Democrático da Alemanha (NPD), criado em 1964 a partir da fusão de várias agremiações de direita; e o Partido de Representação Popular (PRP), que agregou os integralistas brasileiros no pós-guerra.

Os fascismos de "terceira onda" surgiram a partir da década de 1980 e abarcam o período pós-Guerra Fria, quando, devido ao fim do chamado socialismo real, passaram a centralizar seus ataques principalmente aos imigrantes e ao islamismo, embora o discurso anticomunista não tenha desaparecido, defendem políticas neoliberais e a retirada de direitos dos trabalhadores. Os neofascismos de terceira onda apresentam uma estrutura organizativa diferente da dos fascismos clássicos, havendo uma descentralização de suas diversas instituições de luta e, mesmo os partidos ainda sendo altamente centralizados em torno de lideranças específicas, eles não assumem mais o caráter organizativo e simbólico dos partidos fascistas clássicos, formando-se redes extra-partidárias e até células relativamente autônomas para evitar a sua marginalização e a criminalização do centro do movimento, em caso de ações diretas de milícias, já que estas não são mais vinculadas estreitamente ao partido.¹⁵

Como resultado dessa estrutura descentralizada, são possíveis iniciativas criativas de atração de militantes, além do uso ostensivo da internet para atuação política – não somente para propaganda e disseminação ideológica, mas também para organização, cooptação, formação e confronto ideológico.¹⁶

Cabe um breve comentário acerca dos neofascismos surgidos nos países do Leste Europeu após a queda dos regimes do socialismo real. Hockenos¹⁷ faz uma análise das realidades da Europa Oriental, salientando o surgimento e fortalecimento da extrema-direita de caráter fascista em vários países da região, calcada em um nacionalismo exacerbado, no racismo contra minorias étnicas e no chauvinismo, chegando a casos extremos de genocídio (como no caso da guerra da Bósnia), trazendo à tona rivalidades étnicas e históricas em uma população heterogênea que vivia sob o manto do Estado comunista. O autor enfatiza que a ideia de nação e os mitos nacionais funcionam como uma "panacéia redentora", e os nacionalistas extremistas tentam mobilizar o povo em torno de uma visão do passado, supostamente marcado por "uma glória nacional sufocada pelo

¹⁵ PATSCHIKI, Op. Cit., p. 21. Entre os fascismos de terceira onda, pode-se incluir, além do próprio Mídia Sem Máscara, a Frente Nacional (FN) francesa, surgida na década de 1980 ; e o Tea Party norte-americano, fundado em 2009.

¹⁶ Ibidem, p. 21.

¹⁷ HOCKENOS, Paul. **Livres Para Odiar. Neonazistas: ameaça e poder.** São Paulo: Scritta, 1995, passim.

comunismo", visto como um regime de ocupação estrangeira, que desrespeitava as tradições nacionais. Dessa forma, as expectativas de uma "Europa unida" após o fim do socialismo real, do fortalecimento da democracia liberal e de conquistas econômicas que seriam trazidas pela introdução da economia de mercado na região foram substituídas por frustrações e ansiedades, principalmente entre os mais jovens, ao se depararem com uma grave crise social e econômica, com o aumento da desigualdade, com o enfrentamento de problemas até então desconhecidos pela população – como altas taxas de desemprego – e o empobrecimento do povo como resultado das políticas de choque exigidas pelo FMI e pelo BIRD para a obtenção de investimentos externos e empréstimos. Essa situação de deterioração econômica e social alimentou e impulsionou os apelos dos nacionalistas de extrema-direita, que souberam canalizar as frustrações da população para ideias xenófobas, racistas e fascistas.

As mudanças e adaptações do fascismo ao longo do tempo estão ligadas às necessidades da reprodução ampliada do capital, pois o fascismo é útil para que tal reprodução ocorra em caso de crises, tendo, porém, que apresentar algumas mudanças organizativas e até ideológicas para continuar a ser aceito e usado como instrumento de mobilização das massas na luta do capital contra a expansão de ideias e movimentos ligados aos interesses das classes proletárias e que possam obstaculizar a acumulação capitalista. No caso específico do *Mídia Sem Máscara*, enquanto fascismo de "terceira onda", podemos situá-lo tanto na luta contra medidas consideradas progressistas após a ascensão do PT ao poder como na defesa do desmonte ultraliberal do Estado e das reformas que retiram direitos trabalhistas e previdenciários colocados em prática a partir do governo de Michel Temer, em 2016.

O conspiracionismo continua fazendo parte dos movimentos neofascistas, mas o *Mídia Sem Máscara* apresenta algumas novidades em relação aos fascismos clássicos. Nestes, a figura do judeu era central no discurso do "inimigo" nacional, pois era acusado de todos os males sociais. O elo de ligação entre os banqueiros capitalistas e os comunistas era o judeu, a "ânsia de domínio mundial" pertenceria a ele. Para o *Mídia Sem Máscara*, no entanto, os judeus deixaram de ser os inimigos, possuindo, inclusive, uma atitude claramente pró-Israel. Os alvos semíticos passam

a ser os árabes muçulmanos, sendo a islamofobia uma das características do movimento liderado por Olavo de Carvalho. O islã é acusado de pretender dominar o mundo, utilizando, para isso, a imigração em massa de muçulmanos para a Europa, com o suposto intuito de "destruir a civilização judaico-cristã".¹⁸ Se, para os fascistas clássicos, os comunistas estavam de mãos dadas com os judeus, para o Mídia Sem Máscara, os comunistas agora se aliam ao islamismo.

Uma outra característica do Mídia Sem Máscara que o diferencia do fascismo clássico é a defesa da liberdade e da democracia sob o modelo do capitalismo liberal de mercado. É nítido nos escritos de Carvalho e seus seguidores a contraposição entre os "totalitarismos", que associam tanto ao comunismo e ao nazismo – reeditando a tese predominante durante a Guerra Fria –, e a "democracia" liberal do Ocidente, assim como enaltecem o capitalismo enquanto modelo de liberdade do indivíduo em oposição ao socialismo, representado como opressor em relação aos direitos do indivíduo. O discurso da "democracia" é compreensível diante da necessidade de adaptar o espectro fascista ao sistema liberal democrático, pois os neofascismos agem dentro do sistema liberal e procuram "conciliar" as ideias de intolerância e o discurso do inimigo nacional à defesa do modelo democrático. Mas ao mesmo tempo, demonstram sua essência antidemocrática, ao tratarem os adversários como inimigos e não como forças legítimas na disputa política.

Quanto à defesa do capitalismo, é importante dizer que o fascismo sempre foi pró-capital, ainda que os clássicos procurassem um modelo corporativista e adotassem um discurso "anticapitalista". O "anticapitalismo" dos fascismos clássicos, no entanto, significava a crítica à hegemonia do grande capital, principalmente o capital usurário, sobre o Estado, em detrimento das médias e pequenas burguesias. Não atacavam o sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, mas buscavam um equilíbrio que garantisse uma harmonia de classes e a possibilidade de ascensão para as classes médias.

¹⁸ Ver CARVALHO, Olavo de. As garras da Esfinge – René Guénon e a islamização do Ocidente. **Verbum**, Ano I, Números 1 e 2, Julho-Outubro, 2016. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/as-garras-da-esfinge-rene-guenon-e-a-islamizacao-do-ocidente/>>. Acesso em 03 ago. 2018.

Era, portanto, um modelo interventor, tendo o Estado fascista como o grande fiador desse equilíbrio, embora, após chegarem ao poder, tenham beneficiado principalmente o grande capital em suas medidas. Já o fascismo do Mídia Sem Máscara é neoliberal e está a serviço das necessidades do capitalismo atual quanto ao corte de custos e à ampliação das possibilidades de expansão e reprodução do capital às custas do setor público e dos direitos dos trabalhadores, em um contexto em que não há mais uma ameaça concreta de um modelo alternativo de sociedade. Não possuem um discurso "anticapitalista", mesmo que retórico, ao contrário, defendem abertamente o capitalismo e, quando criticam o grande capital, os banqueiros e os monopólios privados, não os associam ao sistema capitalista, mas ao que chamam de "metacapitalismo", algo que não pertence à essência do capital. Segundo Carvalho,

um século de liberdade econômica e política [foi] suficiente para tornar alguns capitalistas tão formidavelmente ricos que eles já não querem se submeter às veleidades do mercado que os enriqueceu. Já não são megacapitalistas: são metacapitalistas - a classe que transcendeu o capitalismo e o transformou no único socialismo que algum dia existiu ou existirá, o socialismo dos grão senhores e dos engenheiros sociais a seu serviço.¹⁹

Desconsideram, portanto, a tendência natural do capitalismo à concentração e centralização do capital, associando tal fenômeno, em vez disso, a falhas de caráter de indivíduos isolados que burlam as leis da livre concorrência para enriquecer. Dessa forma, retiram do sistema a responsabilidade pela existência do grande capital usurário e monopólico ou oligopólico, já que o verdadeiro capitalismo, na visão do movimento, é o de livre concorrência.

O fato de terem que usar a máscara de defensores da "democracia" e adotarem aparentemente um discurso liberal-democrático, permite que não se assumam enquanto defensores do espectro fascista, e utilizam a tese do "totalitarismo" para retirarem do campo da direita o fenômeno fascista, já que o ligam ao comunismo enquanto representante do Estado "totalitário". Nesse sentido, aproximam-se da tese desenvolvida por Hannah Arendt, que utiliza o conceito de "totalitarismo" para se referir tanto ao nazismo alemão como ao

¹⁹ CARVALHO apud PAOLA, Heitor de. **O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora É Realizações, 2008. p. 254-255.

bolchevismo soviético, colocando sob um mesmo conceito regimes totalmente distintos no que diz respeito ao seu conteúdo de classe e ao projeto de sociedade que defendem.²⁰

O *Mídia Sem Máscara* apresenta também uma novidade discursiva: desenvolve a tese do "nazismo de esquerda", com base na questão da intervenção do Estado na vida social, desconsiderando a essência de ambos os regimes e limitando-se a aspectos superficiais, como se o Estado nazista tivesse a mesma natureza de classe e se propusesse aos mesmos fins que o Estado comunista (os Estados do socialismo real). E como se o Estado não fosse absolutamente necessário também à acumulação de capital, através da sua intervenção em sociedades capitalistas voltada para garantir a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação privada da riqueza social. Segundo Olavo de Carvalho:

O nazismo evidentemente faz parte do processo revolucionário mundial. E sobretudo o fascismo italiano era uma dissidência interna do movimento socialista. Na verdade, a palavra totalitarismo foi invenção dos fascistas italianos, e o Mussolini subscreveu, ele adotou essa palavra, ele achou bonito o totalitarismo. E ele definiu como tudo dentro do Estado, nada fora do Estado e nada contra o Estado. Então, todo esse pessoal que adora intervencionismo estatal, isso tudo é a esquerda mundial. A esquerda é isso, a esquerda é intervencionismo estatal.²¹

Dessa forma, a tese do "nazismo de esquerda" tem a função de negar a essência fascista do movimento e relacionar o fascismo à esquerda; isso só é possível porque, enquanto um movimento neofascista, o *Mídia Sem Máscara* não assume as formas do fascismo clássico.

O *Mídia Sem Máscara* propaga um discurso de ódio e constrói estereótipos acerca de grupos sociais e movimentos situados à esquerda do espectro político, bem como propaga um moralismo de caráter cristão contra alvos considerados destoantes do padrão moral que defendem, pretendendo unificar uma base de massas na luta contra os inimigos construídos. Seu espectro fascista está presente em seu discurso islamofóbico, lgbtfóbico, misógino, anti-indigenista, anticomunista, antifeminista, anti-movimento negro e antiesquerdista em geral,

²⁰ARENDR, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²¹ CARVALHO, Olavo de. **O Nazismo era esquerdista? E o Fascismo?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oODfzPLE_m4>, min. 0,56 a 1,34. Acesso em 27 dez. 2019.

pois ambos os alvos são colocados em uma posição de contrários aos interesses nacionais e à civilização ocidental judaico-cristã.²² A ideia de conspiração do inimigo também está presente e fortalece a mobilização que o movimento pretende realizar através das mídias sociais.

Nesse sentido, o discurso neofascista do movimento é funcional aos interesses do capital, pois ajuda a canalizar os ressentimentos, as frustrações e os temores sociais das massas trabalhadoras contra alvos específicos, contribuindo para que a organização de classe contra os interesses do capital seja enfraquecida e dificultada. O anticomunismo tem um papel bastante preponderante no movimento Mídia Sem Máscara, pois através dele se articula a luta contra os demais inimigos eleitos, já que todos estariam relacionados em torno de uma proposta de revolução contra a ordem social capitalista e judaico-cristã. Por isso, embora o comunismo não exista mais enquanto uma ameaça concreta ao sistema capitalista após o fim das experiências socialistas do leste europeu, o anticomunismo continua bastante presente nas ideias conspiracionistas do movimento de Olavo de Carvalho, e serve para atemorizar as massas contra tudo aquilo que possa ser percebido como ameaça ao acúmulo desenfreado de capital.

O Eixo do Mal, o conspiracionismo e o anticomunismo

No contexto histórico da crise dos regimes do chamado “socialismo real” e da desintegração da URSS, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, várias obras sobre a experiência soviética começaram a ocupar o espaço no terreno dos estudos sobre o tema, retomando antigas ideias e narrativas dos chamados “soviétólogos” dos anos 1930 e 1940, que analisavam o “socialismo real” com base em conceitos como “totalitarismo”²³ e eram profundamente marcados pelo

²²Ver CARVALHO, Olavo de. A Revolução Abrangente. **Diário do Comércio**, 27 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/a-revolucao-abrangente/>>. Acesso em 01 ago. 2018.

²³ A teoria do “totalitarismo” estava presente em vários estudos no Ocidente sobre a realidade soviética. Os trabalhos mais conhecidos nesta linha interpretativa são os de Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo* – lançado em 1949 -, e de Carl J. Freiderich e Zbigniew Brzezinski, *Ditadura Totalitária e Autocracia* – que data de 1956. Ambas as obras deslocam a comparação entre o fascismo italiano e o nazismo alemão para a comparação entre este e a ditadura stalinista da URSS. A função ideológica dessa teoria para os interesses geopolíticos dos EUA durante a Guerra Fria era “unir num mesmo conceito os inimigos de ontem (a Alemanha nazista) com os inimigos de então (a URSS), esquecendo-se do papel decisivo da URSS na derrota das potências do Eixo.” (MELO,

contexto da Guerra Fria. Em tais análises, o regime “totalitário” teria sido planejado desde o surgimento dos bolcheviques, no início do século XX, e a Revolução de Outubro de 1917 seria, na verdade, um golpe de Estado realizado por um grupo de fanáticos que queriam sangue e poder.²⁴

Com o fim do “socialismo real”, autores como Richard Pipes e Robert Conquest, entre outros, trouxeram de volta essas interpretações, mas que cumpriam o objetivo de fortalecer a tese triunfalista da suposta vitória do capitalismo e da “liberdade” sobre o socialismo e o “totalitarismo”, sendo um dos expoentes desse triunfalismo a obra de Francis Fukuyama, “O Fim da História”, publicada em 1989.

A ideia do triunfo liberal capitalista embasou a ideologia da superioridade incontestável da economia de mercado e as críticas a qualquer forma de regulação social – seja o Estado do bem estar social, seja o planejamento de tipo soviético, acompanhadas da ideia de que qualquer mudança radical na sociedade é impossível de dar certo e deve, por isso, ser evitada. Houve, portanto, uma liquidação de toda tradição revolucionária e o surgimento, nesse contexto, de uma literatura revisionista em relação a vários temas caros à historiografia, como a revolução francesa e também a Revolução de Outubro de 1917.²⁵

Foi nesse contexto também que autores como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises retomaram força no mercado, com suas teses liberais produzidas ainda nos anos 1940, que representavam uma luta política contra as então dominantes ideias intervencionistas e de planejamento econômico, apresentadas por eles como ameaças às instituições e valores de uma sociedade livre. Hayek, por exemplo, afirmava que estaria em curso um processo de formação de um consenso socialista, concebido por ele como uma “ideologia totalitária” que realizava a intervenção do

Demian B. & MONTEIRO, Marcio L. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, p. 2256-2294, 2017,, p. 2267.

²⁴SEGRILLO, Angelo (a). Historiografia da Revolução Russa: Antigas e Novas Abordagens. **Projeto História**, nº 41, Dezembro, 2010, p. 63-92, p. 73.

²⁵ MELO, Demian. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. In **Marx e o Marxismo**, vol. 1, n. 1, julho/dez., 2013, p. 50-74, p. 54.

governo na economia e na vida pessoal dos indivíduos por meio do arbítrio e da coerção.²⁶

Portanto, tais ideias são retomadas com o colapso do “socialismo real”, sendo este apresentado como o exemplo de que os autores liberais estariam certos em seus argumentos, principalmente pelo fato de as experiências socialistas terem sido marcadas por um traço autoritário e burocrático. Assim, iniciaram-se as práticas neoliberais de desmonte do Estado e de políticas sociais, com o argumento de que o excesso de gastos públicos provoca inflação e distorções no mercado. Vários governos neoliberais ascenderam ao poder, na América Latina, e passaram a adotar a receita econômica do Consenso de Washington²⁷ para os países, como estabilização monetária, rígida disciplina fiscal, mudanças de prioridades nos gastos públicos, reforma tributária, privatizações, taxas de câmbio flutuantes, desregulamentação da economia, garantia aos direitos de propriedade, etc.

As consequências do neoliberalismo foram negativas, com o aumento da desigualdade e da pobreza, a manutenção da estagnação nas taxas de crescimento econômico e o aumento do desemprego ou geração de empregos de baixa qualificação. A crise de 1998 colocou em xeque o neoliberalismo, pois, em grande parte, foi consequência da desregulamentação dos mercados, inclusive, do financeiro. Isso fez com que fosse necessário uma correção de rumo, com projetos de refuncionalização do Estado, que passaria a ter uma função reguladora das atividades econômicas, operacionalizando junto com o setor privado políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas para garantir as taxas de acumulação do capital e diminuir os problemas sociais, sem contudo abandonar os mecanismos de mercado na produção da riqueza.²⁸

As contestações ao modelo neoliberal, com a ocorrência de vários protestos e críticas à globalização, acendeu o alarme nas classes dominantes. Em vários países da América Latina, por exemplo, chegaram ao poder governos mais

²⁶ CASTELO, Rodrigo. **O Social-Liberalismo. Auge e Crise da Supremacia Burguesa na Era Neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 217.

²⁷ Conferência promovida pelo Institut for International Economics que reuniu economistas de oito países latino-americanos - Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, para apresentar soluções para a crise que começava a afetar seriamente os interesses dos Estados Unidos ao reduzir na América Latina a capacidade de importar e atender ao serviço da dívida externa.

²⁸ *Ibidem*, p. 24.

progressistas, que vão de uma orientação mais socialista até o chamado social liberalismo, que tinham em comum a recusa das políticas radicais do neoliberalismo, procurando implantar políticas sociais mais sistemáticas e estímulo ao desenvolvimento econômico por meio dos investimentos públicos.

Nas classes dominantes, esse recuo, ainda que superficial, do neoliberalismo não foi bem aceito, abrindo espaço para o surgimento de grupos de direita que reforçaram novamente o discurso anticomunista e anti-esquerdista em geral e, no Brasil, o Mídia Sem Máscara é um exemplo, pois iniciou seus trabalhos no ano em que Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito à presidência, em 2002, tendo como objetivo agrupar diversos intelectuais de direita, para construir narrativas de desqualificação e demonização das esquerdas e dos comunistas e reforçar a resistência neoliberal a um governo que tinha algum comprometimento com as causas populares.²⁹

O conspiracionismo do Mídia Sem Máscara constrói uma narrativa contrária às teses triunfalistas elaboradas no contexto do fim do “socialismo real”, pois, enquanto o triunfalismo garantia a vitória incontestada do capitalismo e o fim da ameaça comunista, os adeptos do movimento acreditam que o comunismo continua sendo uma ameaça ao “mundo livre e democrático”. Na visão de Olavo de Carvalho e seus seguidores, como Heitor de Paola, o comunismo estaria representado, na América Latina, por um conjunto de países tidos como o “eixo do mal” - Cuba, Venezuela e Brasil, principalmente -, ou seja, os governos de Fidel Castro, Hugo Chavez e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente. Faz parte dessa narrativa, a ideia de que o chamado Foro de São Paulo teria o objetivo de apoiar a revolução comunista mundial, assim como a criação de uma suposta União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL). A crítica ao triunfalismo aparece na obra de Paola, que chega a associar o autor da tese do “fim da história”, Francis

²⁹Faz parte desse discurso a ideia de que o Brasil viveria uma “guerra ideológica” liderada pelos chamados “petralhas”, isto é, os militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), que pretendiam transformar o Brasil num país comunista, e subverteriam a sociedade, criando as condições para o caos e a opressão “totalitária”. O termo “petralha” é um acrônimo, unindo as palavras petistas e “irmãos metralhas”, personagens criminosos dos Estúdios Disney, demonstrando o caráter coletivamente criminoso da militância e do PT, como se ele fosse, na verdade, não um partido, mas sim uma organização criminosa. (CASTRO, Ricardo F. Veneno Antidemocracia: conspiracionismo, ideologia e política. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh**. Rio de Janeiro, 2016, p. 4.

Fukuyama, com organizações “de esquerda”, por supostamente querer construir a ideia de que o comunismo deixou de ser ameaça.³⁰

Com a ideia fixa em uma suposta ameaça comunista mundial, os conspiracionistas brasileiros que fazem parte do movimento “Mídia Sem Máscara”, de Olavo de Carvalho, reproduzem algumas teses dos soviétólogos, citados anteriormente, mais especificamente a tese do “totalitarismo”, para se referir às experiências socialistas existentes ou que existiram e a visão teleológica da história soviética. Segundo Cohen, os “soviétólogos” são orientados pelo que ele chama de “determinismo monocausal”, ao reduzirem os eventos da história soviética a consequências diretas das ações e desejos das lideranças bolcheviques, dando à história um caráter de inevitabilidade. Trata-se, segundo ele, de um método analítico que avalia “o passado nos termos do presente, os antecedentes nos termos dos resultados”.³¹

Na obra de Heitor de Paola, a demonização do comunismo e dos comunistas é a tônica central, relacionando todos os resultados “negativos” das experiências socialistas ao caráter maléfico das lideranças comunistas e aos seus desejos de poder e domínio mundial. Os processos e contextos históricos ficam de fora da narrativa, pois o objetivo é a anatemização dos comunistas e do comunismo, bem como da própria ideia de revolução. Esse mesmo processo ocorre na literatura revisionista de caráter anticomunista sobre a história soviética, conforme nos diz Manuel Loff. A ideia de “anatemização” da revolução é o princípio de que as revoluções são anomalias ou catalisadoras de desordem social, e teria sido determinante na formulação da tese do totalitarismo.³²

Assim sendo, pode-se dizer que a obra de Heitor de Paola se inspira na literatura revisionista anticomunista, que retoma as teses dos soviétólogos dos anos 1940, embora Paola não cite diretamente, durante o desenvolvimento de seus argumentos, autores que se enquadram nessa linha, mas reproduz a mesma narrativa. Apenas as obras de Stephanie Courtois – “O Livro Negro do

³⁰ PAOLA, Op. Cit., p. 19-20.

³¹ COHEN, Stephen. **Rethinking the Soviet Experience. Politics and History since 1917**. Oxford: Oxford University Press, 1985, p. 43-44 e 52.

³² LOFF, Manuel. Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal. **Culture & History Digital Journal**, 3, 2014, p. 57.

Comunismo”³³ - e de François Furet – “O Passado de uma Ilusão”³⁴ – aparecem em seu livro, porém, a primeira só é citada na referência bibliográfica e a segunda aparece em corpo de texto, mas sem aprofundamento algum.

Segundo Barkun³⁵ e Taguieff³⁶, são quatro os princípios básicos do conspiracionismo: “nada acontece por acidente”, “nada é o que parece”, “tudo está conectado” e “tudo o que acontece é o resultado de vontades ocultas e malignas”. Tal discurso entende a política como a luta entre forças do bem e forças do mal, e tal luta ocorreria nos bastidores ocultos da política. Segundo Castro³⁷, “o conspiracionismo se tornou um dos principais elementos da cultura política ocidental, como exemplificam a teoria da conspiração da ‘Nova Ordem Mundial’ e do ‘marxismo cultural’”.

Quanto à origem do termo “marxismo cultural”, pode-se dizer que surgiu nos EUA, durante os anos 1990, nos círculos políticos da direita religiosa, sendo seus principais divulgadores, William Lind, Paul Weyrich, Pat Buchanan e o Free Congress Foundation. Segundo os defensores dessa tese conspiratória, vários elementos presentes na cultura política norte-americana desde o final do século XX – como defesa dos direitos humanos e civis para as diferentes “minorias” (homossexuais, negros, imigrantes), multiculturalismo, Estado laico, humanismo crítico, estudos de gênero, ambientalismo e feminismo – seriam uma “guerra ideológica” contra os valores, a cultura e a sociedade norte-americana. Essa guerra seria o resultado da ação subversiva dos intelectuais marxistas organizados em torno da “Escola de Frankfurt”, que migraram para os Estados Unidos ao longo dos anos 1930 para fugir da Alemanha nazista, principalmente Theodor Adorno e Max Horkheimer, judeus e marxistas.³⁸

³³COURTOIS, Stéphane ; WERTH, Nicola; PANNE, Jean-Louis; PACZKOWSKI, Andrzej; BARTOSEK, Karel; MARGOLIN, Jean-Louis. **O Livro negro do comunismo (Crimes terror e repressão)**. 1ª edição. São Paulo: Ed Bertrand, 1990.

³⁴FURET, François. **O Passado de uma Ilusão: Ensaio sobre a ideia comunista no século XX**. São Paulo: Siciliano, 1995.

³⁵BARKUN, Michael. **The culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America**. Berkeley: University of California Press, 2003. p. 4.

³⁶TAGUIEFF, Pierre-André. **L’imaginaire du complot mondial: aspects d’un mythe moderne**. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2006. p. 57.

³⁷CASTRO, R. Op. Cit., p. 4.

³⁸Ibidem, p. 6.

O Mídia Sem Máscara é, no Brasil, o principal veículo de disseminação dessas teses conspiratórias, considerando-se que Olavo de Carvalho, o líder do movimento, reside nos EUA e se nutre do ambiente conspiracionista norte-americano, reproduzindo grande parte de seu discurso no Brasil.

As Descontextualizações da história soviética

A narrativa de Heitor de Paola é baseada em uma estratégia discursiva que relaciona fatos e eventos históricos a uma teia conspirativa que tornaria esses eventos inteligíveis. Como nas teorias conspiracionistas nada é por acaso, ligam-se fatos e eventos díspares ou não-interligados a intenções maléficas dos comunistas visando ao suposto domínio mundial. O que ocorre então é a interpretação de fatos e eventos à luz da teoria conspiratória assumida previamente como verdade absoluta e, para isso, é preciso descontextualizar os fatos e eventos interpretados, para que eles ganhem significados novos e pareçam confirmar a tese conspiratória. Apresentaremos alguns exemplos dessas descontextualizações na obra de Paola, todas elas referentes a momentos da história soviética. O objetivo da estratégia descontextualizante é a “demonização” de todo o processo revolucionário iniciado com a revolução bolchevique de outubro de 1917.

O “ouro alemão”, o Tratado de Brest-Litovsky e o Pacto germano-soviético

Paola encontra relações entre um suposto acordo entre Lenin e o governo alemão feito em 1917 - que teria permitido sua passagem pelo território da Alemanha para chegar à Rússia e fazer a revolução -, a assinatura do Tratado de Brest-Litovsky em 1919 - que selou a paz entre a Rússia bolchevique e a Alemanha durante a primeira guerra mundial - e o pacto germano-soviético de 1939 - o pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão entre a Alemanha nazista e a URSS. Tais “relações” sustentam a sua tese de que teria havido uma “operação de desinformação” soviética, segundo a qual haveria um antagonismo mortal entre a “esquerda socialista” e a “direita fascista”. O pacto de 1939 seria apenas a culminação de uma “conspiração secreta” iniciada logo após a Primeira Guerra Mundial, que seria negada após a invasão da URSS pela Alemanha nazista em 1941. Teria feito parte dessa conspiração o Tratado de Rapallo, de 1922. O autor sugere

que soviéticos e nazistas eram aliados em essência, e não apenas ocasionais, tentando defender a ideia de que nazismo e comunismo eram semelhantes e não inimigos por princípio, ou seja, estavam unidos “contra o mundo ocidental”. Após a Segunda Guerra Mundial, Stalin teria utilizado o Kominform³⁹ para “plantar” no Ocidente “a falsidade da oposição entre socialismo – de esquerda - e o nazi-fascismo - de direita, mas na verdade eram iguais.”⁴⁰

O autor mistura em uma mesma narrativa fatos verdadeiros com especulações até hoje não provadas e que foram muito utilizadas na época da revolução bolchevique para desacreditar a liderança de Lenin e o processo revolucionário. O primeiro elemento da narrativa acima é o chamado “ouro alemão”. Trata-se de um boato cuja origem remonta à publicação no jornal *Novoie Vremia* (Tempo Novo) de um documento com tonalidade oficial afirmando que Lenin recebia diretrizes e dinheiro alemão. A “notícia” logo foi espalhada por toda a imprensa da época. Mas o documento tinha como fonte as confissões de um russo que era alferes do 16.º Regimento Siberiano de Atiradores. Seu nome era Ermolenko. No dia 4 de abril, Lenin publicou as suas famosas “Teses de Abril”, nas quais declarava guerra ao governo provisório que assumiu o poder após a revolução de fevereiro de 1917, defendendo a retirada da Rússia da guerra. Nos dias 20 e 21 de fevereiro ocorreu uma manifestação armada contra o prolongamento da guerra. Lenin sofria forte perseguição, com os jornais demonstrando que a sua política era favorável ao Kaiser alemão, dando a entender que ele era um agente da Alemanha. Os oficiais e comissários russos que lutavam contra o bolchevismo dos soldados ajudavam a fortalecer os boatos e Ermolenko aderiu à corrente. A ideia foi sendo apropriada pelos contrarrevolucionários para reforçar sua campanha contra os bolcheviques.⁴¹

Paola relaciona esse suposto dinheiro alemão dado a Lenin com a assinatura do Tratado de Brest-Litovksy, assinado em 1918, o qual foi bastante desfavorável

³⁹ O Kominform ou Cominform (que em português significa "Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários") era a organização internacional liderada pelo PCUS, criada em 1947, e cujo objetivo era promover o intercâmbio de informações e coordenar as ações dos vários partidos comunistas da Europa. Foi sucedânea do Komintern (a Terceira Internacional Comunista, criada em 1919 e dissolvida pela URSS em 1943).

⁴⁰ PAOLA, op. cit., p. 121-25.

⁴¹ TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 488-89.

para a Rússia. Ou seja, Lenin teria aceitado um acordo benéfico para a Alemanha em troca do dinheiro recebido. No entanto, a narrativa que liga os dois fatos (embora o primeiro não possa ser considerado verdadeiro) baseia-se em uma série de omissões acerca de elementos da história dos próprios bolcheviques ou do contexto da decisão pela assinatura do tratado. Um desses elementos era a posição tradicionalmente adotada contra o envolvimento do proletariado em guerras imperialistas. Logo, assinar um acordo para retirar a Rússia da guerra seria providência mais do que esperada dos bolcheviques assim que assumissem o poder e era uma das bandeiras da Revolução de Outubro. A suposição também não explica por que a assinatura do tratado foi precedida de intensos debates dentro do partido bolchevique, com posicionamentos diferenciados e conflituosos, que ajudaram a retardar a solução do problema. Portanto, esses debates também não aparecem na narrativa paolina. O autor parte do pressuposto de que Lenin poderia decidir sozinho assinar a paz com a Alemanha por estar em dívida com o país que o teria supostamente ajudado a entrar na Rússia para fazer a revolução. Mas os documentos estão à disposição dos pesquisadores para serem consultados e comprovam toda a discussão que ocorreu entre os bolcheviques dentro do partido a respeito dessa questão, e estava centrada em torno de três teses defendidas por diferentes grupos. A primeira, advogada por Lenin, defendia a assinatura do acordo de paz em separado com a Alemanha, por achar que a continuidade da guerra era insustentável diante das condições em que se encontrava a Rússia e seria a melhor solução tendo em vista o reforço da revolução socialista no país. A segunda tese, que tinha Trotsky entre seus defensores, elaborou a fórmula “nem paz nem guerra”, ou seja, a Rússia não assinaria nenhum acordo de paz, mas cessaria as hostilidades e desmobilizaria o seu exército. A terceira tese advogava a guerra revolucionária, transformando a guerra imperialista em luta revolucionária em vários países.⁴²

A demora na decisão sobre a questão fez com que os alemães se fortalecessem e impusessem condições ainda mais duras para a assinatura do acordo. As condições altamente desfavoráveis do acordo para a Rússia deveram-se,

⁴²Ver LENIN, V. I. **Obras Escolhidas**. Lisboa-Moscovo: Edições Progresso, Tomo 2, 1977. p. 453-59.

portanto, não a um trato anterior de Lenin com os alemães, mas à luta interna dentro do partido bolchevique acerca de qual decisão tomar, deteriorando ainda mais as condições, até que foi inevitável a assinatura do acordo de paz. As teses alternativas à assinatura do tratado eram incompatíveis com a fraqueza militar, econômica e social da Rússia no momento e se fossem colocadas em prática significariam o fim do governo bolchevique.⁴³

Paola omite todo esse processo, em sua tentativa de ligar o desfecho em Brest-Litovsky ao suposto “ouro alemão”. Assim, ele descontextualiza a assinatura do tratado, feito em contexto de ameaça alemã de invasão do território russo e da não-existência de um exército capaz de combater tal ameaça, com o agravante de ser uma luta desigual entre um país camponês arruinado e uma nação imperialista avançada, o que significaria, em caso de resistência, a derrota e a derrubada do poder soviético.⁴⁴

Paola insere na narrativa o Tratado de Rapallo, enfatizando com muito vigor um fato realmente verídico: a existência de itens secretos no acordo, que previam cooperação tecnológica da Alemanha para a URSS em troca de construção de fábricas de armamentos alemães em território soviético, com o objetivo de burlar o Tratado de Versalhes. E que tal acordo manteve-se até a invasão da URSS pela Alemanha, em 1941.

No entanto, Paola omite que, às vésperas da guerra, Hitler havia definido objetivos precisos de política exterior, entre eles, buscar a aliança da Grã-Bretanha ou ao menos sua neutralidade para a conquista da Europa oriental, inclusive da URSS.⁴⁵ Ou seja, a URSS sempre foi um dos alvos da Alemanha nazista e os soviéticos sempre souberam disso, o que ajuda a explicar a assinatura do Pacto de não-agressão entre as duas potências em 1939.

Ao sugerir que o pacto de 1939 seria apenas a culminância de conspirações secretas entre Alemanha e URSS e interpretá-lo como evidência de compartilhamento de princípios entre nazistas e comunistas, Paola sonega

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ SARAIVA, José F. Sombra. A Agonia Europeia e a gestação da nova ordem internacional (1939-1947). In SARAIVA, José F. Sombra. (org.) **Relações Internacionais. Dois Séculos de História. Entre a Preponderância Europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 223.

informações muito importantes e não considera o próprio contexto em que o pacto foi assinado. Ele não relaciona, por exemplo, a Conferência de Munique, que ocorreu em 1938, com a assinatura do pacto germano-soviético, sem a qual o pacto não pode ser totalmente compreendido em seu devido contexto. Tal conferência decidiu pelo desmembramento da Tchecoslováquia para atender à reivindicação alemã e por pactos de não-agressão entre Inglaterra e Alemanha, França e Alemanha. Essa política de apaziguamento da França e da Grã-Bretanha não deu resultados e Hitler continuou com suas anexações territoriais. No entanto, a política de apaziguamento e a Conferência de Munique tinham deixado um rastro de desconfiança na URSS. Stalin interpretou tais ações como acordos e aproximações entre os países contra o comunismo soviético, já que o anticomunismo era um elemento em comum entre eles, e decidiu pelo pacto com Hitler, para o adiamento o máximo possível da agressão alemã ao território soviético, que já era tida como certa. Em virtude das dificuldades de um acordo com os países democráticos, Stalin voltou-se para a Alemanha nazista. Foi, portanto, um pacto estratégico para ganhar tempo, enquanto a URSS fortalecia sua indústria bélica e se preparava para a futura guerra contra os nazistas. O pacto não teve nenhuma relação com semelhanças de princípios entre nazismo e comunismo, uma falácia muito repetida pela extrema-direita atual. Assim como não tem sentido vê-lo como a culminância de um processo que teria se iniciado em Brest-litovsky ou até mesmo antes, com o suposto acordo entre Lenin e o Kaiser alemão (o “ouro alemão”). São interligações que não existem, apenas enfeitam a narrativa de uma extrema-direita que almeja ligar o nazismo ao comunismo soviético.

O “socialismo real”. Uma visão teleológica da história

A visão teleológica da história pode ser incluída em uma concepção mitificada da história. Segundo Neto⁴⁶, trata-se de uma fetichização da ratio, que concebe a história em termos de linearidade hiperdeterminada. Nesse processo, o ponto de vista ontológico é substituído por uma racionalidade baseada na ideia de uma

⁴⁶ NETO, Artur Bispo S. Teleologia e História. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 115-127, 2011, p. 115-16.

finalidade imanente às coisas. Assim, os resultados dos processos históricos são vistos como a realização de fins inevitáveis da própria história.

Os conspiracionistas compartilham de uma teleologia anticomunista que possui uma diferença básica em relação à definição de concepção teleológica da história apresentada acima. Em vez de uma finalidade imanente às coisas, eles vêem uma finalidade maléfica imanente aos comunistas, ou seja, aos sujeitos da história, que teriam produzido resultados pré-determinados por suas lideranças, a começar pelo próprio Marx. Há uma completa desconsideração para com a imprevisibilidade, os contextos condicionantes das ações e as lutas políticas no processo histórico, apresentando uma “explicação” simplista e pautada em pressupostos preconceituosos sobre os problemas dos regimes do chamado “socialismo real”.

Heitor de Paola desenvolve, em sua obra, uma narrativa teleológica anticomunista ao abordar uma das questões mais problemáticas dos regimes socialistas construídos após a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia: o autoritarismo burocrático e os privilégios dessa burocracia. Logo no subtítulo que trata do tema, podemos perceber a teleologia: “A verdadeira meta comunista – a nova classe”.⁴⁷ Faria parte dos objetivos dos comunistas, desde o início, criar uma classe privilegiada de indivíduos, que submeteriam toda a sociedade aos seus ditames para dominarem em nome de seus próprios interesses. Segundo Paola, “ a meta comunista não é parar a história, mas revertê-la do estado liberal para o aristocrático, só que agora não mais uma aristocracia de sangue, mas automeada e ungida não por Deus, mas pelos seus pares.”⁴⁸ Comunismo seria, portanto, sinônimo de aristocracia.

Para fundamentar essa visão teleológica, Paola cita alguns autores que seriam oriundos de países do socialismo real ou teóricos políticos pertencentes às fileiras de partidos comunistas em outros países. O primeiro deles é Milovan Djilas⁴⁹, que

⁴⁷ PAOLA, Op. Cit., p. 82.

⁴⁸ Ibidem, p. 86.

⁴⁹ Milovan Djilas uniu-se ao Comitê Central do PC iugoslavo em 1938 e ao Politburo em 1940, tendo exercido importante papel na resistência aos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e, ao fim da guerra, tornou-se membro do gabinete de ministros de Josef Tito. Participou também da defesa da independência dos comunistas iugoslavos em relação à URSS em 1948. Posteriormente, Djilas intensificou suas críticas ao partido e defendeu a liberalização política do regime, afastando-se dos

escreveu a obra *A Nova Classe*, na qual aponta que a revolução comunista resultou na completa autoridade de uma única classe, que se interessa pelos pobres apenas enquanto necessários para o aumento da produção. Esta classe exerceria o monopólio sobre a classe trabalhadora e teria se apropriado dos bens através da nacionalização e estatização, tornando-se uma classe exploradora.⁵⁰

O segundo autor citado é o soviético Mikhael Voslensky⁵¹, em cuja obra “A Nomenklatura”, teria se referido também a esta “nova classe”, que ele chama de Nomenklatura, a qual seria a verdadeira proprietária da propriedade coletiva. Outro autor citado é Bruno Rizzi⁵² que, na obra “A Burocratização do Mundo”, teria mostrado, em 1939, que na sociedade soviética os exploradores se apropriam indiretamente da mais-valia através do Estado, que embolsa a mais-valia nacional e a distribui aos seus funcionários - a nomenklatura, que ocupa os postos mais importantes por recomendação do partido. Paola afirma que “a nova classe é herdeira direta das antigas aristocracias e monarquias absolutistas”⁵³, abstraindo de qualquer análise histórica das origens dessas formas de governo e de Estado e de seus respectivos contextos históricos, usando a estratégia dominante das narrativas conspiracionistas de associar ou igualar momentos e fenômenos históricos totalmente diversos para desinformar o público com objetivos meramente políticos de atacar os adversários.

seus postos políticos e do próprio partido e chegando a ser preso em 1956 por seu apoio à revolução húngara no mesmo ano. Entre suas obras publicadas estão *The New Class* (1957), *Unperfect Society* (1969) e *Conversations With Stalin* (1962), sendo esta última uma crítica ao líder soviético.

⁵⁰ Ibidem, p. 83.

⁵¹ Foi um escritor soviético, cientista e diplomata, tendo sido intérprete soviético durante o Tribunal de Nuremberg e membro da Academia Soviética de Ciências. Mais tarde, tornou-se dissidente do regime da URSS. Escreveu a obra *Nomenklatura: The Soviet Ruling Class* inspirado pela obra de Milovan Djilas. Redigiu também a obra *Secrets Revealed: Moscow Archives Speak*, sobre o papel do terror no sistema soviético, a evolução da polícia secreta soviética e o papel da nomenklatura nesta hierarquia.

⁵² Teórico político italiano que entrou para o Partido Socialista Italiano em 1918, tendo saído do partido para ser um dos fundadores do Partido Comunista da Itália (PCI), o qual também deixou em 1930. Devido à perseguição pelo regime fascista, emigrou para a França e, durante os anos 1930, participou dos debates envolvendo Trotsky, James Burnham e Yvan Craipeau sobre a natureza da URSS. Em sua obra *A Burocratização do Mundo*, defendeu que o fascismo e o stalinismo estavam desenvolvendo métodos políticos similares e conceituou os regimes da Alemanha, Itália e URSS como totalitários.

⁵³ Idem, p. 84.

A constatação dos limites e contradições existentes no socialismo real não é o problema, pois o campo intelectual ligado à esquerda vem se debruçando há tempos acerca dos processos históricos que levaram à construção dos regimes burocratizados advindos do pós-revolução bolchevique. O próprio Bruno Rizzi, citado por Paola, é um exemplo. Não é um tabu na esquerda, mesmo entre os comunistas, analisar esse fenômeno, e muitos comunistas convictos criticam o modelo implantado na URSS e nos países sob sua influência no Leste Europeu, sem, no entanto, abdicar de suas ideologias e projetos de sociedade calcados nos princípios comunistas. Uma coisa é reconhecer que as experiências socialistas apresentaram diversos problemas e tentar compreender por que isso ocorreu como forma de conhecimento sobre o significado de tais experiências e seu legado para a humanidade e também como forma de aprendizado sobre os erros cometidos para os que continuam defendendo uma sociedade comunista. Outra é desqualificar essas experiências tendo como fundamento unicamente o combate ideológico ao comunismo, sem preocupação com uma análise honesta das causas e dos processos históricos que levaram ao domínio da burocracia e do autoritarismo dos partidos comunistas nessas sociedades.

Os autores citados na obra de Paola para corroborar sua narrativa aparecem como se eles compactuassem com a sua interpretação teleológica, mas, na verdade, constatar os problemas sérios da burocratização e do autoritarismo nos países socialistas não torna verdadeira a perspectiva conspiracionista e demonizadora que o autor desenvolve em toda sua obra.

Na narrativa paolina, o socialismo real foi autoritário e burocrático porque os comunistas são maus e nunca pretenderam construir uma sociedade justa, apenas uma sociedade de uma “nova classe” de privilegiados que explora o povo. Desde Marx a Lenin, o projeto foi dominar o mundo em proveito próprio, pensam os conspiracionistas. Esse tipo de percepção não pretende explicar ou compreender a complexidade dos fenômenos históricos, políticos e sociais. Assim sendo, o debate sobre as causas do fenômeno da burocratização nos socialismos existentes não aparece na obra do autor, havendo mais uma vez uma descontextualização gritante dos rumos pelos quais enveredou a revolução bolchevique na Rússia e suas

consequências, como se a única coisa que importasse fosse o caráter das lideranças ou uma suposta essência maléfica do comunismo.

Percebe-se, neste tema, um ponto de contato com a produção historiográfica dos “soviétólogos”, que concebem uma linha de continuidade entre o início da revolução bolchevique e o desenvolvimento do stalinismo. Algumas teses mais recentes, como a de Robert Gellately⁵⁴, por exemplo, advogam, inclusive, que o terror stalinista seria derivado do próprio marxismo, ou seja, estaria contido no pensamento de Marx e de seus seguidores. Há ainda o trabalho de Bruno Gropp⁵⁵ que, além de não diferenciar o stalinismo do bolchevismo e ver este como continuidade de um projeto político autoritário, com origens em uma suposta “cultura política” despótica própria da Rússia, percebe a falta de democracia do stalinismo como resultado do fanatismo dos bolcheviques, que se consideravam os únicos detentores da verdade. No entanto, esses autores não aparecem na obra de Paola.

Ao usar a narrativa teleológica de que o desenvolvimento do modelo do chamado “socialismo real” já estava previsto desde Marx e os primórdios do governo bolchevique, Paola desconsidera vários fatos que merecem atenção e que demonstram que essa linha de continuidade não existia. Várias pesquisas⁵⁶ revelam que houve grandes mudanças entre os anos imediatamente posteriores a outubro de 1917 e o regime stalinista. O regime político instaurado logo após a revolução era baseado em um gabinete multipartidário, formado pelos grupos contrarrevolucionários – inclusive, os bolcheviques convidaram essas demais forças para comporem o governo, entre elas, os socialistas-revolucionários, cuja ala esquerda chegou a participar do governo, mas posteriormente abandonou a coalizão; havia diferenças também na forma de funcionamento do Partido Bolchevique, que inicialmente era baseado no centralismo democrático, passando ao centralismo burocrático à medida que o autoritarismo avançava.

⁵⁴ GELLATELY, Robert. **A Maldição de Stalin**. São Paulo: Record, 2017.

⁵⁵ GROPP, B. O Comunismo na História do Século XX. **Lua Nova**, São Paulo, n. 75, p. 115-141, 2008, p. 116-121.

⁵⁶ Entre essas pesquisas, podemos citar os trabalhos de Israel Getzler, *Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia*. In HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**. v 5, São Paulo: Paz e Terra, 1985; e MAROT, John E. **The October Revolution in prospect and retrospect: interventions in Russian and Soviet History**. Leiden: Brill, 2012.

Cohen⁵⁷ enfatiza que há uma perspectiva a-histórica nas interpretações dos “soviólogos” que inspiram a narrativa de Paola, pois seus adeptos se tornaram incapazes de levar em conta as várias mudanças que marcaram o Partido Bolchevique e o regime soviético durante as primeiras décadas da nova formação social inaugurada pela revolução. Eles teriam, na verdade, recorrido a “preconceitos cegos, e rótulos, imagens, metáforas e teleologia assumiram o lugar de explicações reais”.

O autor desconsidera toda a discussão dentro do campo do próprio marxismo a respeito da natureza do regime soviético, discussão esta feita de forma bastante crítica deste modelo. A exceção, talvez, seja a citação que faz do italiano Bruno Rizzi, em cuja obra “O Coletivismo Burocrático”, de 1939, argumenta que a burocracia soviética se cristalizou em uma nova classe dominante na URSS, surgindo um novo sistema de exploração, no qual a propriedade efetiva dos meios de produção era da burocracia porque esta controlava o Estado, embora não tivesse os títulos jurídicos de propriedade da velha burguesia. Rizzi distingue teoricamente a “propriedade formal” e o “controle real” dos meios de produção, que passou a basear as interpretações dos autores que não caracterizam os Estados nos moldes soviéticos como socialistas.⁵⁸

No entanto, ao citar Rizzi, Paola omite que o que o autor chama de “coletivismo burocrático” não seria específico da realidade soviética, mas fruto das contradições da socialização da produção no mundo industrial moderno, pois, para ele o capitalismo também era incapaz de funcionar e sobreviver em função do alto grau de concentração e centralização da produção. Assim, a burocracia teria surgido como agente social da superação do capitalismo, formando uma nova forma de economia coletivista e burocrática que seria mais adequada ao caráter social da produção no mundo moderno⁵⁹. A omissão desta parte do pensamento de Rizzi é expressivo de como Paola se apropria da obra de autores apresentando-os

⁵⁷ COHEN, S. Op. Cit., p. 6-23.

⁵⁸ FERNANDES, Luis (a). Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas). **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, 1, ° semestre, p. 41-83, 1995, p. 63.

⁵⁹ Idem.

como se supostamente eles corroborassem a sua narrativa conspiracionista e anticomunista.

Paola omitiu também a contextualização necessária para se compreender o desenrolar do governo revolucionário em direção a um regime autoritário e burocratizado. Já que tudo não passaria de concretizações de intenções maléficas já planejadas por Marx, não haveria o que explicar, segundo ele. Assim sendo, Paola desconsidera as imensas dificuldades enfrentadas pelos revolucionários por terem iniciado um processo político em direção ao socialismo em um país atrasado que ainda não tinha desenvolvido suas forças produtivas e que estava isolado, já que a tão esperada revolução internacional não ocorreu, fazendo com que os revolucionários bolcheviques tivessem que dar conta do atraso da Rússia sozinhos e em uma situação de ataque de 14 potências durante a guerra civil, que durou três anos e deixou um rastro de destruição de toda a economia russa, piorando ainda mais o seu atraso material e social. A classe trabalhadora mais combativa havia sido praticamente dizimada na guerra, restando uma população faminta e atrasada culturalmente como base para a construção do socialismo.

Tal situação teria favorecido uma organização política autoritária para iniciar a reconstrução do país, calcada na liderança do partido e sua vanguarda e no afastamento já no início de alguns ideais socialistas por absoluta falta de condições objetivas para realizá-los, em um contexto de necessidade de não somente iniciar a reconstrução econômica e o desenvolvimento russo como preservar o poder revolucionário diante das ameaças das potências capitalistas. A burocracia teria sido resultado de todo esse processo e se tornado extremamente importante na administração do caos e da reconstrução, sendo um problema que preocupava as próprias lideranças bolcheviques, como o próprio Lenin.

Ao contrário do que afirma Paola e os conspiracionistas, grande parte da “degenerescência burocrática e autoritária” do socialismo se deve, não às intenções maléficas de seus líderes, mas ao contexto altamente desfavorável materialmente e culturalmente para o estabelecimento de uma autêntica democracia operária, tendo como agravante o cerco capitalista ao jovem país socialista. Foi o resultado das escolhas das lideranças do momento e das lutas políticas no interior do partido comunista russo em resposta aos imensos desafios e limites impostos a eles pela

realidade objetiva que encontraram em seu caminho. Pode-se e deve-se criticar as escolhas feitas, mas interpretá-las a partir de um discurso moralista que apela para o caráter e a essência “maléfica” do comunismo é desconsiderar o contexto em que se deu a tentativa de construir uma nova sociedade em bases materiais tão desfavoráveis.

Assim, a descontextualização e a ausência de um debate com o conjunto dos trabalhos no campo marxista acerca dos problemas dos “socialismo real” acentuam a miséria intelectual da narrativa conspiracionista de Paola, que, em vez de tentar compreender a realidade que critica, a qual é bastante complexa em seus condicionantes e determinantes históricos, procura desenvolver um pensamento baseado em concepções moralistas acerca das supostas intenções maléficas dos comunistas, desconsiderando, inclusive, que inúmeros intelectuais marxistas e comunistas redigiram obras inteiras críticas ao modelo do socialismo real. E quando cita alguns desses intelectuais e/ou políticos, como é o caso do Bruno Rizzi ou dos dissidentes soviéticos, o faz de forma bem rasa, destacando trechos que não permitem ter uma visão de conjunto de toda a obra dos autores, apenas com o intuito de chancelar a sua visão conspiracionista, embora nenhuma das obras citadas possa ser inserida nesta perspectiva.

Os cismas “inventados” no bloco comunista e a Perestroika e a “enganação do Ocidente”

A fim de corroborar a sua tese do domínio mundial comunista nos dias atuais, Heitor de Paola utiliza uma outra estratégia: a negação do fim do comunismo após a destruição das experiências socialistas na antiga URSS e nos demais países do Leste Europeu. Todo o processo de desmonte do socialismo real iniciado com a Perestroika após a chegada de Gorbachev ao poder é apresentado como uma grande armação para iludir o Ocidente capitalista e tornar a sua defesa frente ao comunismo enfraquecida.

Segundo Paola, a Perestroika faria parte de uma suposta “terceira grande estratégia” de longo prazo pensada e colocada em prática pelos comunistas. Ele se baseia em alguns autores de origem soviética, como, por exemplo, Vladimir

Bukovisky⁶⁰, para quem não teria havido derrota do sistema comunista, pois não houve julgamento dos seus crimes e nem processo de depuração e as antigas elites permaneceram no poder.⁶¹

A finalidade dessa “nova estratégia” seria aprofundar a propaganda no mundo ocidental de que o comunismo acabara e a democracia e o liberalismo econômico haviam vencido na Europa do Leste. A pretensão dos comunistas seria enfraquecer e neutralizar o anticomunismo e sua influência política nos EUA, desmoralizando qualquer movimento anticomunista como paranoico, reacionário e ultrapassado, para que os que realmente estariam percebendo a “manobra” não tivessem credibilidade.⁶²

Paola enxerga o início dessa “estratégia conspiracionista” no período de Krushev, quando os crimes da era Stalin foram denunciados, e considera o chamado “antistalinismo” como uma “anestesia revisionista” para reagrupar intelectuais ocidentais em torno das ideias leninistas; muitos teriam servido como “idiotas úteis” e não tomaram conhecimento da “estratégia”. O principal resultado teria sido a Detente⁶³, para demonstrar que até no Ocidente a “abertura” do regime era aceita como legítima. Estaria havendo já uma preparação para a adoção plena da Perestroika, segundo o que chama de linhas de “convergência”, com vistas ao governo mundial.⁶⁴

O objetivo principal da “estratégia de convergência” seria fazer com que os inimigos – no caso os capitalistas ocidentais – colaborassem inconscientemente com o “plano comunista” por meio de “aparentes reformas econômicas e pseudo-

⁶⁰ Bukovisky é um ativista e escritor britânico de direitos humanos nascido na Rússia. Foi um elemento proeminente da dissidência soviética do final da década de 1950 até meados da década de 1970. Fez críticas à Liga da Juventude Comunista, o chamado Konsomol, retratando a URSS como uma sociedade ilegal, e o Konsomol como uma instituição “moribunda” que havia perdido toda autoridade moral e espiritual. Chegou a passar alguns anos em hospitais-prisões psiquiátricos e campos de trabalhos na antiga URSS e foi expulso do país em 1976. Foi membro do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Memorial das Vítimas do Comunismo e membro do Conselho Internacional da Fundação de Direitos Humanos baseada na cidade de Nova Iorque

⁶¹ PAOLA, H. de. Op. Cit., p. 161.

⁶² Ibidem, p. 161.

⁶³ Termo frequentemente utilizado em referência à redução geral de tensão entre a União Soviética e os Estados Unidos da América durante a Guerra Fria, ocorrido no final da década de 1960 (após a Crise dos mísseis de Cuba) até o início dos anos 1980.

⁶⁴ Idem, p. 161.

democráticas”, criando uma “falsa oposição controlada” dentro da URSS e demais países do Leste Europeu.⁶⁵

Paola se põe a explicar que a palavra russa para “convergência” significaria “aproximar para contato” e tal aproximação seria feita através da exploração das “tendências globalizantes da elite ocidental” em “íntima” colaboração com os comunistas para o estabelecimento de “um só mundo”, a “Nova Ordem Internacional”.⁶⁶

Paola baseia parte da sua narrativa no livro de Gorbachev, “Novas Ideias para meu País e o Mundo”, no qual ele aborda as deteriorações nas relações entre a URSS e os EUA após a ascensão de Ronald Reagan ao poder em 1981 e a falta de condições econômicas e tecnológicas da URSS em desenvolver um projeto idêntico ao norte-americano Guerra nas Estrelas. Mas todo o conteúdo do livro é tratado como uma grande estratégia de “desinformação” formulada ainda em 1958 para desmoralizar os sentimentos anticomunistas em expansão na era Reagan. Mas, embora se refira ao contexto de Reagan, Paola faz uma digressão até a década de 1930, com base em uma citação de Dmitri Manuilsky⁶⁷, tentando demonstrar que a estratégia já estava prevista nesta época, embora o autor não apresente a fonte, apenas diz que tal discurso teria sido feito em 1931, na Escola Lenin de Guerra Política.

A narrativa conspiracionista é baseada também na obra de Anatoly Golitsyn⁶⁸, *The Perestroika Deception*, que relaciona a Perestroika ao método leninista – descrito como o ato de recorrer a todos os estratagemas, manobras evasivas e subterfúgios – para reforçar o sistema soviético. Nesta obra, é feita também uma comparação da NEP (Nova Política Econômica) com a Perestroika, apresentando

⁶⁵Ibidem, p. 162.

⁶⁶ Idem. Como exemplo de colaboradores, Paola cita instituições como Fundações Ford, Rockefeller, Carnegie Endowment, e líderes políticos ou intelectuais como Al Gore, Bill e Hillary Clinton, George Bush e Noam Chomsky.

⁶⁷Foi Comissário do Povo para a Agricultura na Ucrânia a partir de 1920. Em 1924 integrou o **Komintern**, sendo um dos principais dirigentes do mesmo. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi Diretor de Propaganda e, em 1944, Ministro de Relações Exteriores da Ucrânia. Foi o primeiro Vice-Presidente do Conselho de Segurança da ONU em 1945 e Presidente do Comitê Político em 1946. Ver <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/manuilsky.htm>

⁶⁸ Golitsyn vem sendo utilizado pela extrema-direita conspiracionista, devido à sua obra Meias Verdades, Velhas Mentiras, na qual ele sustenta a tese da falsa queda da URSS, negando o fim do comunismo após a Perestroika. Foi agente da KGB e forneceu informações à CIA sobre os métodos da KGB em 1984.

ambas como resultado da intenção de ludibriar os capitalistas e não assustá-los. Golitsyn chama a Perestroika de um “Segundo round da revolução de outubro”.⁶⁹

A extinção do Partido Comunista na URSS teria sido tramada desde 1958, com os seguintes objetivos: 1. Criar a impressão de que a burocracia soviética está se tornando democrática e ocidentalizada; 2. Influenciar o Congresso americano a mudar a CIA e diminuir o orçamento militar e de segurança; 3. Criar condições de cooperação entre a KGB e serviços ocidentais, para infiltrar os agentes soviéticos de desinformação. Além disso, os velhos membros do Partido Comunista e do Komsomol teriam se incorporado nas novas estruturas democráticas, não havendo extinção do PC mas, na verdade, redistribuição de seus quadros e reformas cosméticas na KGB para dar impressão de equivalência com os serviços ocidentais, submetendo-se aparentemente ao controle do Parlamento, enquanto seu poder teria aumentado e se tornado secreto.⁷⁰

Como se pode constatar na narrativa paolina, a visão teleológica da história da URSS é um traço marcante do seu discurso anticomunista. Assim como a degenerescência burocrática teria sido planejada, as mudanças por que passou a sociedade soviética até o fim da própria URSS teriam sido programadas desde os anos 1930, com o único objetivo de iludir os ocidentais capitalistas. A descontextualização dos fatos é gritante e, na verdade, é imprescindível para o estabelecimento de relações entre eventos e épocas em uma teia conspirativa. Assim, haveria um fio de ligação entre a desestalinização dos anos 1950 iniciada com N. Krushev, os cismas entre a URSS e aliados no bloco comunista e a Perestroika. Não existe nenhuma tentativa de compreender esses fatos em seu devido contexto, mas torná-los elementos de um grande teatro das lideranças soviéticas e dos comunistas em geral. A maior prova da falta de compreensão dos fatos citados é a comparação da NEP com a Perestroika, que teriam tido o propósito de “enganar” os capitalistas ocidentais.

Associar a NEP com uma simples estratégia de ludibriar o Ocidente é desconsiderar totalmente o contexto em que ela se iniciou, marcado pelo período pós-guerra civil entre o Exército Vermelho e os exércitos brancos que invadiram a

⁶⁹ Ibidem, p. 67.

⁷⁰ Ibidem, p. 69-70.

Rússia bolchevique. Paola demonstra não compreender que a práxis marxista leva em conta o contexto e as condições objetivas em que as ações devem se dar. Assim sendo, a NEP teria sido, na verdade, uma retomada de um projeto anterior à guerra civil, que teria sido interrompido por ela, cujos contornos Lenin chamava de “capitalismo de Estado”.⁷¹

A NEP só pode ser compreendida como uma práxis voltada para a criação das condições objetivas favoráveis a uma futura socialização da economia soviética. Nesse contexto, o capitalismo passa a ser visto como algo positivo e necessário para o triunfo posterior do socialismo. Reduzir, portanto, a NEP a uma intenção maléfica de enganar o Ocidente e desconsiderar a difícil situação interna da Rússia e o seu isolamento internacional é, além de diminuir a práxis marxista, uma distorção da história do socialismo soviético.

O mesmo raciocínio pode ser usado para a compreensão das diversas tentativas de reformas ao longo da trajetória da URSS e as lutas políticas dentro do PCUS em torno delas.⁷² Paola trata todas as lutas políticas como simples encenações, como se não houvesse de fato problemas na economia e na sociedade soviética que ensejassem diferentes propostas de resolução e divisões políticas e conflitos de interesses.

Vários autores procuraram compreender por que as reformas da Perestroika desencadearam a destruição do socialismo em todo o Leste Europeu, enquanto as reformas anteriores não tiveram esse resultado. Alguns apontam para a incompatibilidade entre o sistema rigidamente centralizado e hierarquizado da planificação soviética e as novas tecnologias da era da informação e novas formas de organização mais flexíveis da produção, na era do toyotismo⁷³; outros falam da falta de incentivos à inovação no plano da atuação empresarial - e, portanto, baixa “demanda” por novas tecnologias⁷⁴; é abordado também o reforço das estruturas verticais de comando, em vez de relações horizontais, permitindo um grande

⁷¹ FERNANDES, Luis (b). A teia de Tânato: da industrialização acelerada à encruzilhada da inovação no socialismo soviético. In: BERTOLINO, O & MONTEIRO, A. (ORGS). **100 Anos da Revolução Russa. Legados e Lições**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017, p. 298-300.

⁷² Para aprofundamento das reformas adotadas, ver SEGRILLO, Angelo (b). **Reconstruindo a “reconstrução”: uma análise das principais causas da Perestroika soviética**. Tese de doutorado, Niterói: universidade federal fluminense, 1999, p. 41-42.

⁷³ Idem.

⁷⁴ FERNANDES, L., Op. Cit.

aumento na disciplina do trabalho, mas reforçando os traços autoritários do sistema e levando a problemas em relação à motivação para iniciativas “vindas de baixo”⁷⁵; outro fator apontado é o esgotamento do modelo de desenvolvimento extensivo adotado na economia soviética.⁷⁶

Não é possível presumir que a NEP e a Perestroika foram similares, pois enquanto a primeira foi, de fato um recuo no projeto socialista, tendo sido baseada, inclusive, na importação de tecnologias e reprodução das formas de organização fordista ocidentais na economia soviética, embora mantendo-se a nacionalização e estatização de setores estratégicos – ou seja, o que Lenin chamava de setor socialista da economia -, a Perestroika resultou na adoção plena do capitalismo e no fim dos setores nacionalizados da economia soviética.

Paola, contraditoriamente, utiliza a obra de Gorbachev⁷⁷ para basear a sua tese de que a Perestroika foi forjada para enganar o Ocidente, porque nesta obra existe o discurso da construção de um “socialismo humanizado”⁷⁸, ou seja, tudo ficaria nos marcos do socialismo; porém, Paola esquece que essa obra foi divulgada em todo o Ocidente, ou seja, se houvesse alguma intenção de ludibriar os capitalistas ocidentais, haveria a promessa de restaurar o capitalismo, não o discurso de reforma do socialismo.

O que Gorbachev e sua equipe chamavam inicialmente de “socialismo de mercado” era, na verdade, uma concepção social-democrática que baseava os países europeus capitalistas do Estado do bem estar social. Mas o modelo do

⁷⁵ SEGRILLO, A. Op. Cit.

⁷⁶ Ibidem, p. 57.

⁷⁷ Trata-se do livro “Perestroika. Novas Ideias para o Meu País e o Mundo”, lançado em 1987.

⁷⁸ O discurso do “novo socialismo” apareceu também nos escritos de Leonid Abalkin, um dos economistas que assessorou Gorbachov na Perestroika, que sustentou a ideia de que o socialismo deve possuir laços com as conquistas da civilização humana, afirmando-se os princípios humanistas da vida social, entre eles, a afirmação da personalidade. Abalkin utilizou, inclusive, o pensamento marxista para justificar as reformas da Perestroika, argumentando que o mercado, as cooperativas, o dinheiro, as ações e os Bancos seriam formas econômicas gerais e as mais viáveis e progressistas, e que podem adquirir conteúdo novo ao servirem às relações de propriedade socialistas, possibilitando um desenvolvimento eficaz e flexível da economia e elevar a sua eficiência. Até mesmo a renda sobre a propriedade é defendida, com base na ideia de que, nos marcos do socialismo, essa renda adviria do trabalho e não da posse do capital. Assim, justificou-se a privatização das empresas com o discurso de que os trabalhadores das mesmas passariam a ser os verdadeiros acionistas e donos delas. (Ver ABALKIN, Leonid. Problemas e Contradições da Economia Soviética no Período de Transição. In: POMERANZ, Lenina (org.) **Perestroika: desafios da transformação social na URSS**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1990.

Estado do bem estar social nada tinha de socialista, pois o projeto original do socialismo era a transformação do trabalho fragmentado e atomizado em força coletiva com consciência de classe. A social-democracia reformista em nada contribuiu para isso, pelo contrário, ela reforçou a fragmentação e a atomização da classe trabalhadora, aceitando a subordinação estrutural do trabalho ao capital em troca de melhorias sociais marginais para os trabalhadores, às custas da expansão global do capitalismo e da posição hierarquicamente privilegiada dos países centrais na dinâmica capitalista mundial, que lhes permitiu angariar muita riqueza e conceder tais melhorias aos trabalhadores de seus países.⁷⁹

Em vez de se basear apenas no discurso, Paola deveria ter considerado as práticas efetivas. Gorbachov tomou a iniciativa de enfraquecer geopoliticamente a URSS diante dos países capitalistas, abrindo mão, inclusive, do controle dos países do Leste Europeu, que foram incentivados a buscar seu próprio caminho, seja capitalista ou socialista⁸⁰, e abriu mão também do fortalecimento do sistema de defesa militar soviético, em parte devido às dificuldades financeiras para manter os gastos militares na altura da necessidade da corrida armamentista com o Ocidente. Como ter a intenção de se manter nos marcos do socialismo e ao mesmo tempo fragilizar o país em termos geopolíticos e militares?

Por isso, muitos críticos viram o discurso do socialismo reformado como uma retórica para amenizar as resistências internas às mudanças em direção à economia de mercado. Gorbachov esteve bastante inclinado a apoiar as propostas radicais de Stanislav Shatalin⁸¹, mas, diante da ameaça de demissão do primeiro ministro Rizhkov, resolveu anunciar, em setembro de 1990, a realização de um

⁷⁹ MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 777.

⁸⁰ POMERANZ, Lenina. **Do Socialismo Soviético ao Capitalismo Russo. A Transformação Sistêmica da Rússia**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018. p. 117-18.

⁸¹ Trata-se do Plano Shatalin, resultado do refinamento do estudo de reformas elaborado por Gregory Yavlinsky, assessor de Yeltsin e vice-presidente do Conselho de Ministros da República Federada Russa, com base em discussões feitas em agosto de 1990, inclusive com a participação de Gorbachev e Yeltsin. O Plano Shatalin dos 500 dias tinha o primeiro objetivo de estabilização econômica. O plano previa uma maciça venda da propriedade estatal; uma reforma agrária, que autorizaria os camponeses a deixarem as fazendas coletivas e a criarem suas próprias empresas agrícolas; fim do controle sobre os preços dos bens de consumo não produzidos em grandes quantidades, levando à sua determinação pelo mercado; privatização de metade das empresas pequenas e restaurantes do país; abolição da maioria dos ministérios; indexação dos salários; conversibilidade do rublo, etc. O plano não chegou a ser implementado (POMERANZ, L. Op. Cit., p. 124).

plebiscito nacional sobre a aceitação da propriedade privada e reformas a ela correlacionadas. Como houve forte reação dos conservadores contrários às reformas, Gorbachev resolveu adiar a reforma de mercado.⁸²

O curso em direção à restauração do capitalismo já estava claro a essa altura e Mézaros chama atenção, inclusive, para a mudança no discurso das lideranças reformistas no decorrer do processo da Perestroika. Enquanto, de início, falavam que o chamado “socialismo de mercado” era um meio para reduzir o poder da arbitrariedade política, o autoritarismo e a burocracia, instituindo-se a “democracia e a liberdade” para o povo soviético, posteriormente, quando as consequências negativas das reformas na vida do povo se fizeram sentir e as resistências a elas aumentaram, os reformistas começaram a defender formas autoritárias que garantissem a transição para a economia de mercado. Os “mecanismos de mercado” transformaram-se em fins em si mesmo aos quais tudo deveria ser subordinado, e a chamada Perestroika foi feita sem o povo e contra o povo.⁸³

Após Gorbachov ser derrubado do poder, o que se viu foi a destruição total do sistema do socialismo real e a introdução de medidas de privatização geral de praticamente todos os setores da economia soviética, tendo como principais grupos beneficiados o capital financeiro internacional e a nomenklatura que passou a ser, de fato, a dona dos meios de produção, em um fenômeno chamado pelos especialistas de privatização da nomenklatura.⁸⁴

Não se pode esquecer também que as reformas políticas que acompanharam a Perestroika, chamadas de democratização da sociedade, foram baseadas no abandono do monopólio do partido comunista sobre a sociedade, liberando a participação política dos setores internos na sociedade soviética que pretendiam restaurar o sistema capitalista. Um exemplo foi o fortalecimento do grupo de Boris Yeltsin que, após se tornar presidente da República Russa, aboliu o partido comunista no território russo e impulsionou a separação da Rússia da URSS, fortalecendo o processo de desmembramento do império soviético, tendo

⁸²Ibidem, p. 124.

⁸³ MÉSZAROS, I. Op. Cit., p. 773.

⁸⁴Para a questão da “privatização da nomenklatura” ver POMERANZ, L. Op. Cit.

sido um dos principais responsáveis pela implantação das reformas capitalistas de mercado radicais na Rússia. O governo Yeltsin destruiu todas as formas de resistência às reformas capitalistas através de várias tentativas anticonstitucionais no período de dezembro de 1992 a outubro de 1993.⁸⁵

A narrativa de Paola usa como “prova” da continuidade do comunismo na Rússia o fato de membros do sistema anterior terem permanecido nas estruturas do Estado e estejam atualmente em posições de comando, sendo o maior exemplo o atual Presidente russo, Vladimir Putin. Este argumento é falacioso, pois pressupõe que todos os membros da Nomenklatura no período do socialismo real eram fiéis seguidores da ideologia comunista, e desconsidera também que o único meio para ascensão nos cargos públicos na era soviética era a filiação ao partido comunista e pertencer aos quadros da burocracia. Paola baseia-se na superficialidade do fenômeno. Em seu raciocínio, se os antigos comunistas estão no poder é porque o comunismo continua existindo na Rússia, embora as práticas e o sistema econômico existente atualmente nada tenham a ver com um regime de tipo socialista.

O governo de Vladimir Putin faz parte atualmente da consolidação da nova Rússia capitalista e foi alçado a herdeiro de Yeltsin, não tendo rompido com o projeto capitalista para o país, pelo contrário, defendeu a economia de mercado em consonância com a democracia liberal na Rússia. Na verdade, ele foi visto como a pessoa ideal para assegurar os interesses do grupo dominante no poder.⁸⁶

Após assumir a presidência do país em 2000, Putin pôs em prática algumas medidas que beneficiavam o capital, como, por exemplo, o imposto social único de 35,6% sobre a folha de pagamentos dos salários, com o qual foram eliminados os antigos fundos sociais e de pensão, reduzidos os encargos sociais sobre os salários e fixadas contribuições de caráter regressivo sobre o pagamento dos salários pelas empresas. Putin tomou medidas também na direção da centralização do poder e na diminuição das influências das oligarquias financeiras sobre o Estado, procurando

⁸⁵ Idem, p. 146-47.

⁸⁶ Idem, p. 195. Já na presidência interina, assumida em 2000 com a renúncia de Yeltsin, Putin chegou a fazer um decreto concedendo anistia a Yeltsin e a todos os membros de sua equipe de governo pelos atos de corrupção exercidos durante seu mandato, inclusive os relacionados às privatizações que beneficiaram de forma fraudulenta os grandes bancos estrangeiros.

construir um Estado mais autônomo e forte frente a tais grupos⁸⁷, mas isso, de forma alguma significou que o Estado fortalecido deixou de ser burguês, pois estava comprometido com a manutenção da apropriação privada dos meios de produção e com as reformas de mercado.

Dessa forma, os “antigos comunistas” não fingiram que estavam destruindo o socialismo para enganar os ocidentais; eles, de fato, destruíram o antigo sistema lá existente, mas os conspiracionistas dessubstancializam totalmente a natureza do comunismo, permitindo que qualquer ação ou indivíduo possa ser taxado de comunista, ainda que suas práticas e ideias estejam bem distantes do conceito de comunismo.

Considerações Finais

A obra do psicanalista Heitor de Paola, intitulada “O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial”, é um dos produtos do movimento Mídia Sem Máscara, liderado por Olavo de Carvalho, que, segundo Lucas Patschiki, possui caráter neofascista. Faz parte do conspiracionismo de inspiração norte-americana, defendendo como tese central que a chamada “nova ordem mundial” estaria sendo dominada pelos comunistas, construindo uma narrativa que visa anatemizar a ideia de revolução e desqualificar os defensores de uma nova sociedade produzida a partir da ruptura com o capitalismo.

A apologia da democracia liberal capitalista é o móvel ideológico do trabalho do autor, que é um dos principais articulistas do movimento, utilizando algumas estratégias narrativas para construir uma concepção de mundo binária, na qual o “mal” é sempre associado à ideia de revolução e aos defensores de tal proposta, demonizando o comunismo e elaborando uma ideia de “inimigo” a ser combatido. A máscara de liberal democrático permite ao Mídia Sem Máscara encobrir seu caráter neofascista, embora a substância do fascismo esteja presente em seu discurso. Uma de suas estratégias narrativas é a descontextualização da história soviética, para fortalecer os estereótipos construídos acerca do comunismo e dos comunistas em geral, desenvolvendo para isso uma concepção teleológica da

⁸⁷ Idem, p. 200.

história da URSS. O autor omite aspectos ligados ao processo histórico soviético a fim de fortalecer a sua ideia central de que o comunismo domina o mundo atual, a despeito da hegemonia do capitalismo a nível mundial.

Referências Bibliográficas

ABALKIN, Leonid. Problemas e Contradições da Economia Soviética no Período de Transição. In POMERANZ, Lenina (org.) **Perestroika: desafios da transformação social na URSS**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1990.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARKUN, Michael. **The culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America**. Berkeley: University of California Press, 2003.

CARVALHO, Olavo de. As garras da Esfinge – René Guénon e a islamização do Ocidente. **Verbum**, Ano I, Números 1 e 2, Julho-Outubro, 2016. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/as-garras-da-esfinge-rene-guenon-e-a-islamizacao-do-ocidente/>>. Acesso em 03 ago. 2018.

__. **O Nazismo era esquerdista? E o Fascismo?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oODfzPLE_m4>. Acesso em 27 dez. 2019.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-Liberalismo. Auge e Crise da Supremacia Burguesa na Era Neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Ricardo F. Veneno Antidemocracia: conspiracionismo, ideologia e política. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh**. Rio de Janeiro, 2016.

COHEN, Stephen. **Rethinking the Soviet Experience. Politics and History since 1917**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

COURTOIS ,Stephane ; WERTH, Nicola; PANNE, Jean-Louis; PACZKOWSKI, Andrzej; BARTOSEK, Karel; MARGOLIN, Jean-Louis. **O Livro negro do comunismo(Crimes terror e repressão)**. 1 edição. São Paulo: Ed Bertrand, 1990.

FERNANDES, Luis. A teia de Tânato: da industrialização acelerada à encruzilhada da binovação no socialismo soviético. In: BERTOLINO, O & MONTEIRO, A. (ORGS). **100 Anos da Revolução Russa. Legados e Lições**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

____. Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas). **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39 ,1 ,º semestre, p. 41-83, 1995.

FURET, François. **O Passado de uma Ilusão: Ensaio sobre a ideia comunista no século XX**. São Paulo: Siciliano, 1995.

GETZLER, Israel. Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia. In GELLATELY, Robert. **A Maldição de Stalin**. São Paulo: Record, 2017.

GROPPO, B. O Comunismo na História do Século XX. **Lua Nova**, São Paulo, n. 75, p. 115-141, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **História do Marxismo**. v 5, São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOCKENOS, Paul. **Livres Para Odiar. Neonazistas: ameaça e poder**. São Paulo: Scritta, 1995.

KERSHAW, Yan. **Hitler, um perfil do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

KOCKA, Jürgen. Para Além da Comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286, ago, 2014.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, V. I. **Obras Escolhidas**. Lisboa – Moscovo: Edições Progresso, Tomo 2, 1977.

LOFF, Manuel. Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal. *In: Culture & History Digital Journal*, 3, 2014.

MAROT, John E. **The October Revolution in prospect and retrospect: interventions in Russian and Soviet History**. Leiden: Brill, 2012.

MELO, Demian B. & MONTEIRO, Marcio L. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, p. 2256-2294, 2017.

____. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo**, vol. 1, n. 1, julho/dez., p. 50-74, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONDAINI, Marco. **Togliatti, Gramsci e o Fascismo**. 2003. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=170>>. Acesso em 08 de abril de 2019.

NETO, Artur Bispo S. Teleologia e História. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 115-127, 2011.

PAOLA, Heitor de. **O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora É Realizações, 2008.

PATSCHIKI, L. **Os Litorais da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

PAXTON, Robert. **Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POMERANZ, Lenina. **Do Socialismo Soviético ao Capitalismo Russo. A Transformação Sistêmica da Rússia**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SARAIVA, José F. Sombra. A Agonia Européia e a gestação da nova ordem internacional (1939-1947). In: SARAIVA, José F. Sombra. (Org.) **Relações Internacionais. Dois Séculos de História. Entre a Preponderância Européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Brasília: IBRI, 2001, p. 221-256.

SEGRILLO, Angelo. Historiografia da Revolução Russa: Antigas e Novas Abordagens. In **Projeto História**, no 41, Dezembro, 2010, p. 63-92.

—. **Reconstruindo a “reconstrução”: uma análise das principais causas da Perestroika soviética**. Tese de doutorado, Niterói: universidade federal fluminense, 1999.

TAGUIEFF, Pierre-André. **L’imaginaire du complot mondial: aspects d’un mythe moderne**. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2006.

TOGLIATTI, Palmiro. Lezioni Sul Fascismo. **Opere Scelte. (a cura di Gianpasquale Santomassimo)**. Roma: Riuniti, 1974.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua Presidente Pedreira, 38/503, bloco 1, Ingá, Niterói – RJ
CEP 24210-470

Recebido: 16/10/2019
Aprovado: 20/12/2019

SENESCÊNCIA, ABANDONO E MORTE: COMPARAÇÕES HISTÓRICAS DAS SOCIEDADES TRADICIONAIS E CONTEMPORÂNEAS

Antônio Dimas Cardoso¹
Universidade Estadual de Montes Claros

Máximo Alessandro Mendes Ottoni²
Universidade Estadual de Montes Claros

Resumo: O artigo traz uma história pouco conhecida para a maioria das pessoas, mas que é de fundamental importância para o entendimento de outras culturas, em se tratando da história dos idosos. Por ser uma população muitas vezes excluída no passado, vários registros foram perdidos ou não foram catalogados pelas sociedades; fazendo-se necessário uma pesquisa abrangente para que se possa construir parte desse passado. Trata-se de uma revisão bibliográfica com autores de referência, buscando apresentar uma visão geral dos idosos nas sociedades, comparando principalmente a questão do abandono e da morte da população senil nas sociedades tradicionais e na sociedade atual.

Palavras-chave: Envelhecimento; tradições; extermínio.

SENESCENCE, ABANDONMENT AND DEATH: HISTORICAL COMPARISONS OF TRADITIONAL AND CONTEMPORARY SOCIETIES

Abstract: The article brings a little-known history to most people, but that is of fundamental importance for the understanding of other cultures, when it comes to the history of the elderly. It is a population, often excluded in the past, so several records were lost or were not cataloged by societies, requiring a comprehensive survey to build part of this past. It is a bibliographical review with reference authors, aiming to present an overview of the elderly in societies, comparing mainly the issue of abandonment and death of the senile population in traditional societies and in today's society.

Keywords: Aging; traditions; extermination.

Introdução

Este trabalho procurou resgatar parte de uma história “obscura” sobre a situação dos idosos em diferentes sociedades e períodos distintos. Na problemática, buscou-se compreender como era o tratamento das diversas culturas em relação ao idoso, tendo como base as questões: o valor e o respeito que cada sociedade dava ao ancião; o amparo das pessoas de culturas diferentes para com a população senil; e, questões referentes ao modo de como era realizada a morte da população idosa. A escolha pelas sociedades tradicionais se deu pela sua

¹ Email: dimascardoso@uol.com.br

² Email: maximo.ottoni@yahoo.com.br

peculiaridade no trato com os idosos, numa tentativa de realizar uma comparação com as sociedades contemporâneas.

Trata-se de um trabalho bibliográfico que, por meio de uma gama de autores, incluindo os clássicos em envelhecimento, como Simone de Beauvoir e Norbert Elias; os contemporâneos, como Ana Amélia Camarano; além de Jared Diamond, referência nos estudos sobre sociedades tradicionais; trazem a tona questões consideradas tabus, como abandono, exclusão, maus tratos, morte e eutanásia em idosos.

O idoso na história

Para que haja um maior entendimento sobre o abandono e a morte dos idosos em sociedades e períodos distintos, se faz necessário um retorno à história dos anciãos. O que se sabe sobre os idosos na história foi retirado dos poucos registros existentes, devido à falta de interesse e pelo pouco valor que determinadas sociedades destinavam a essa parcela da população. Além dos raros registros existentes, quando os anciãos eram citados historicamente, escrevia-se, na maioria das vezes, sobre pessoas do sexo masculino e que fossem bem sucedidas.³ Dessa forma, muitos dados sobre o envelhecimento nas sociedades não foram devidamente documentados e idosos pobres e mulheres idosas foram deixadas de lado nesse contexto. Outra linha de pensamento similar foi que, no passado, a velhice era tratada como algo “escondido” e pouco comentada pelas sociedades.⁴

Porém, apesar dos poucos registros, existem achados que podem dar uma noção de como era a visão sobre o idoso no passado. No Ocidente, por exemplo, o primeiro texto sobre idosos foi encontrado no Egito, no ano de 2.500 a.C., e foi escrito por Ptah-Hotep, que colocou uma carga pejorativa sobre a população senil.

Como é penoso o fim de um velho! Ele se enfraquece a cada dia; sua vista cansa, seus ouvidos tornam-se surdos; sua força declina; seu coração não tem mais repouso; sua boca torna-se silenciosa e não fala mais. Suas

³BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Trad. De Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 111.

⁴DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004. p. 17.

faculdades intelectuais diminuem e lhe é impossível lembrar-se hoje do que aconteceu ontem. Todos os seus ossos doem. As ocupações que até recentemente causavam prazer só se realizam com dificuldade e o sentimento do paladar desaparece. A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem. O nariz entope e não se pode mais sentir nenhum odor.⁵

Percebe-se que ora os idosos eram elevados, ora eram desprezados. Mas isso irá depender de inúmeros fatores, como da sociedade que está sendo analisada, de qual o período da história será retratado, da cultura da civilização estudada, dentre outros. Dependendo do que for estudado, o idoso poderá ser completamente excluído, ou possuir poderes, incluindo o poder de governar. Dependendo da região e dos costumes, o ancião poderia ser considerado um sábio e uma pessoa relevante dentro da família, ou se tornar um ser descartável, que não teria mais utilidade na sociedade.⁶

Na Grécia antiga, os idosos eram vistos como homens de honra e tidos por sábios. Mas esse pensamento não era unânime, pois o envelhecimento também foi visto de forma pejorativa, decadente, e como um castigo dos deuses. Um exemplo foi o poeta Minermo (630 a.C) que cantava, exaltando os prazeres da juventude, mas odiava o envelhecimento: “Repete sem cessar que preferiria morrer a envelhecer.”⁷

Em Esparta, havia honra aos idosos que, após os 60 anos, eram liberados das obrigações militares, mas tinham a função de manter a ordem. Mas esse poder estava nas mãos dos anciãos ricos. Em Atenas, quando os filhos maltratavam os pais, a decisão para os delitos era levada para o julgamento dos juízes, que tinham o poder de julgar e, para isso, deveriam ter 60 anos ou mais.

Sobre a velhice, os filósofos gregos Platão e Aristóteles tinham visões diferentes quanto ao assunto. Platão acreditava que as pessoas estariam prontas para governar quando completassem 50 anos, pois não acreditava que a decadência do tempo atingisse o corpo, mas via que a alma humana ficaria mais livre com isso. Ele acreditava que os jovens deveriam obedecer aos mandos dos

⁵BEAUVOIR, S. Op. Cit., p. 114.

⁶SECCO; Carmen Lucia Tindó Ribeiro. As rugas do tempo na ficção. *In: Envelhecimento e Saúde Mental - Uma Aproximação Multidisciplinar*. Cadernos IPUB / Instituto de Psiquiatria da UFRJ, RJ: n.10, p. 9-33, 1999. .

⁷BEAUVOIR, S. Op. Cit., p. 123.

idosos. Já Aristóteles percebia que a decadência do corpo atingiria o indivíduo. Apesar de acreditar que o indivíduo deveria ter certa idade para atingir a sua maturidade, ele dizia que esse amadurecimento finalizaria aos 50 anos, e que os velhos por terem sido enganados e cometido erros ao longo da vida, teriam vários problemas, como: insegurança, temores, desconfiança, mesquinhez, imprudência, infelicidade, dentre outros.⁸

A China antiga foi um caso mais específico, pois deu mais valor à experiência do que a força. Como as pessoas mais antigas eram mais letradas, elas detinham maiores poderes. Situação semelhante ocorria na família, na qual todos deveriam obedecer ao homem mais idoso. A mulher deveria obedecer ao marido, incondicionalmente, assim como os filhos. O poder do pai era tão grande, que ele poderia até vender as filhas como escravas. Essa obediência era também tida do irmão mais novo para com o mais velho. A mulher, quando chegava à velhice, ganhava a obediência dos mais jovens. O respeito extrapolava o espaço familiar e se estendia à comunidade, a ponto de pessoas simularem ser mais velhos para obter mais direitos.⁹

Analisando outras civilizações, para os Incas e Astecas, os idosos tinham responsabilidades públicas. Os Hebreus os viam como chefes respeitados. Os egípcios não gostavam da velhice e, em uma de suas obras, sugeriram nos seus papiros o consumo de glândulas frescas de animais mais novos, a fim de que um velho se transformasse em um jovem. Os gauleses, na história antiga, exterminavam doentes e idosos que desejassem a morte.¹⁰ Mais recentemente, na cultura indígena brasileira, foi verificado que os idosos possuíam as funções de chefes da tribo, de pajés e de curandeiros.¹¹

Na Roma antiga, por volta do século VIII a.C., os idosos eram mortos por afogamento, o que “deve ter havido, como em quase todas as sociedades, um radical contraste entre o destino dos velhos que pertenciam à elite e os que faziam parte da massa”.¹² Já no século II a.C., a República foi governada por uma rica

⁸BEAUVOIR, S. Op. Cit., p. 134-138.

⁹Ibidem. p. 112-113.

¹⁰Ibidem. p. 114-126.

¹¹SECCO; C. L. T. Op. Cit., p. 9-33.

¹²BEAUVOIR, S. Op. Cit., p. 140.

oligarquia formada por idosos. Para se chegar às altas magistraturas era necessária uma idade avançada, e o voto dessas pessoas tinha um peso maior do que o das outras faixas etárias. O poder paterno dentro da família era quase ilimitado, podendo o pai vender, mutilar ou até matar alguma dessas pessoas. O casamento só era permitido com o consentimento do pai e do avô.¹³

Tempos depois, a queda do Império Romano¹⁴ foi fundamental para a decadência do idoso, pois, juntamente com o Cristianismo, houve um culto à juventude, e a velhice passou a ser tratada como algo vergonhoso. Mas foi nesse período que a Igreja Católica construiu asilos e hospitais, colocando a esmola como um dever. Não há relatos de idosos sobre isso, mas muitos podem ter sido beneficiados com essas caridades. No século VI, a velhice foi tida como a finalização da vida, ocorrendo o massacre de idosos, pois foram tidas por bruxas.

Na Idade Média, que se estendeu do século V ao XV, tendo seu início com a queda do Império Romano, o idoso estava afastado do trabalho do campo devido às dificuldades desse ofício. Os velhos tinham certo afastamento da vida pública, pois a prioridade na condução era dos mais jovens e, até os papas, eram pessoas jovens. Na sociedade feudal, o velho tinha papel intermediário, uma vez que se exigia a força e a espada para a defesa do feudo. Na literatura, os idosos também foram desprezados, com exceção de Carlos Magno, no qual era retratado como um leão, e deveria ser aclamado por todas as coisas: terra, mar, animais, inclusive pelos astros.¹⁵

Nos séculos XIV ao XVI, os anciãos sofriam violência e ainda eram ridicularizados na arte e na literatura, como o exemplo da obra de Erasmo de Rotterdam, 'O elogio da loucura', onde o autor vê a velhice como fastidiosa, incômoda e insuportável. Para o autor, os "velhos" estariam à beira da sepultura e, com a sua morte, aconteceria uma metamorfose divina, que os transformaria novamente em crianças.¹⁶

Nas sociedades pré-industriais, os idosos eram ativos e valorizados pela família, respeitados e, em alguns momentos, venerados pela sociedade. Na

¹³BEAUVOIR, S. Op. Cit.

¹⁴SECCO; C. L. T. Op. Cit., p. 9-33.

¹⁵BEAUVOIR, S. Op. Cit., p. 127-134; 151-159.

¹⁶ROTTERDAM, Erasmo. **Elogio da loucura**. São Paulo: Atena Editora, 2002. p. 27.

sociedade industrial, por serem considerados minoria e possuir baixa renda e baixo *status*, houve um descaso com os idosos, pois eles foram tidos como algo de pouca importância para as pesadas atividades laborais.

Existe uma discordância do bom tratamento ofertado aos idosos nas sociedades pré-industriais, especialmente a que vivia nos vilarejos, dizendo que eles eram maltratados pela geração mais jovem que chegava ao comando. Já nas sociedades industriais, o Estado oferecia certa proteção às pessoas contra a violência, e isso incluía o idoso.¹⁷

Nos séculos XVII e XVIII houve grandes avanços nas áreas de anatomia, patologia, fisiologia e química. No século XIX, ocorreu o crescimento de obras literárias e vários avanços das ciências, onde os mitos sobre o envelhecimento foram sendo trocados pelo conhecimento científico.¹⁸ Em uma visão mais pessimista, na segunda metade do século XIX em diante, as sociedades modernas viram a velhice como uma decadência física e afastada dos papéis sociais. A longevidade foi vista como um processo negativo de dependência e perdas, mas, foi importante para a legitimação de direitos.¹⁹

No século XX, com os avanços da medicina, surgiram novas ciências para o estudo do envelhecimento como a geriatria e a gerontologia, o que ajudou a mudar o pensamento negativo sobre a população senil, auxiliando em um novo olhar sobre o envelhecimento e, também, no apoio às novas conquistas em prol dessa população.²⁰ O que foi objeto de desprezo no passado; na contemporaneidade, aparece nas políticas públicas, na definição de novos mercados, nos discursos políticos e nas novas formas de lazer, pois esse segmento populacional vem representando cada vez mais uma parcela significativa da sociedade.²¹

Abandono e morte de idosos nas sociedades tradicionais

Como conceito de sociedades tradicionais, percebe-se que elas são como algo intermediário entre as sociedades modernas e sociedades primitivas. Essas

¹⁷ ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 84-85.

¹⁸ SECCO; C. L. T. Op. Cit., p. 9-33.

¹⁹ DEBERT, G. G. Op. Cit., p. 14.

²⁰ SECCO; C. L. T. Op. Cit., p. 9-33.

²¹ DEBERT, G. G. Op. Cit., p. 14.

comunidades tradicionais existiriam “(...) em função da cidade; de uma ou algumas cidades próximas ou mesmos distantes”.²² Tais sociedades tradicionais já existiam quando novas populações chegaram a determinado território e se estabeleceram.

A categoria sociedade tradicional é classificada de diferentes grupos e formas de viver, que são diferentes do modo conhecido como moderno. A comunidade tradicional tem traços característicos que a distingue, como os fortes laços familiares, a solidariedade e o compartilhamento; assemelhando-se mais como uma economia de boa fé.²³

Nas sociedades tradicionais, os caçadores-coletores nômades eram comunidades que não tinham local fixo e nem animais de carga, precisam carregar todos os objetos (armas, ferramentas, comida, água) nas costas, inclusive carregavam as crianças pequenas. Outro fator seria que, em ambientes com carência de alimentos, como nas regiões árticas ou nas desérticas, seria difícil realizar o estoque de alimentos. Essa logística inviabilizaria o fato das pessoas velhas e os doentes acompanharem o grupo. “Se não há comida suficiente para manter todos em boa condição física, ou apenas vivos, a sociedade precisa sacrificar seus membros menos valiosos ou menos produtivos; caso contrário, a sobrevivência de todos será posta em risco”.²⁴

No relato do antropólogo Allan Holmberg, quando acompanhava os índios bolivianos sirionos, essa comunidade estava prestes a se mudar de um determinado local, em direção ao rio Blanco. O pesquisador observava uma mulher de meia-idade, doente, e que não conseguia se levantar e nem falar. Ao ser questionado pelo antropólogo, o marido lhe respondeu que ela seria abandonada, pois não conseguia mais acompanhar o grupo. O marido partiu com o grupo sem se despedir, e a mulher ficou somente com alguns pertences pessoais, um fogo aceso e uma cabaça com água. No retorno ao acampamento, o antropólogo encontrou somente os restos da mulher, que havia sido comida por formigas e abutres. “Ela

²²BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista. A; OLIVEIRA, Cláudia Luiz de. **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios, 2012. p. 367-380.

²³BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 189.

²⁴DIAMOND, Jared. **O mundo até ontem: o que podemos aprender com as sociedades tradicionais?** Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 227.

havia usado suas últimas forças para tentar seguir o bando, mas fracassou e teve o mesmo destino de todos os sirionos, cujos dias de utilidade chegam ao fim”.²⁵

Em outra comunidade, a finalização da vida seria também feita sem o consentimento ou a cooperação da vítima, mas de uma forma diferente. A pessoa poderia ser apunhalada, sufocada, ter o pescoço quebrado ou levar uma machadada na cabeça. Em um relato, um índio paraguaio ache, comenta que

Eu geralmente matava as mulheres velhas. Matei minhas tias [ou o equivalente a tias] quando ainda estavam se movendo (vivas). [...] Eu as pisoteava, e todas elas morreram, perto do grande rio. [...] Eu não costumava esperar que estivessem completamente mortas para enterrá-las. Quando ainda estavam se mexendo, eu as quebrava [pescoço ou coluna]. (...) Eu não me importava com as velhas, eu as furava [com a lança].²⁶

Uma crença percebida na Antiguidade foi a do povo shiluke, que habitava a África Central. Essa população exterminava o seu chefe quando ele começava a ficar fraco ou impotente. Eles acreditavam que, se o chefe morresse naturalmente, deus morreria com ele e o mundo acabaria. Outro relato seria o costume do povo dinka, do sul do Sudão, que enterrava os idosos vivos, quando eles começavam a ter sinais de debilidade. “Acreditavam que, se dessem naturalmente o último suspiro, ao invés de guardá-lo no interior do seu corpo, a vida da comunidade se extinguiria com eles.”²⁷

Havia sociedades em que a morte não era imposta, tendo-se como exemplo o povo chukchis, no qual os idosos que escolhiam a morte voluntária, muitas vezes na modalidade de enforcamento. Esse ritual era assistido por todos e pela família e os anciãos que optavam por isso eram venerados e havia a promessa de uma excelente moradia em um outro mundo para eles. “Entre os kaulongs do sudoeste da Nova Bretanha, o estrangulamento de uma viúva por seus irmãos ou por um filho, imediatamente após a morte do marido, era procedimento rotineiro até a década de 1950. Esse ato era uma obrigação que, embora emocionalmente

²⁵Ibidem. p. 228.

²⁶DIAMOND, J. Op. Cit., p. 229.

²⁷BEAUVOIR, S. Op. Cit., p. 53.

arrasadora para o algoz, não podia ser evitada por ele, sob pena de cobri-lo de vergonha.”²⁸

Porém, percebe-se que mesmo sendo um acontecimento normal para a sociedade dos kaulongs, existe certa discriminação da mulher idosa, pois ela era morta assim que o marido falecia. Mas não há referência ao que aconteceria com o marido, caso a esposa viesse a falecer. É possível que o homem continuasse a sobreviver e, só seria morto, caso acontecesse um período de fome na localidade, por exemplo.

Um fato que pode comprovar a naturalidade da morte para comunidades primitivas foi percebido nas ilhas Banks.²⁹ As pessoas, quando estavam doentes ou velhas, chegavam a implorar para que amigos as enterrassem vivas, para que chegasse ao fim o seu sofrimento. Tal medida era realizada como um ato de bondade. Há casos de pessoas que foram enterradas devido ao mal estar gerado por uma gripe.³⁰

Mesmo com a carência de documentos históricos e as poucas evidências encontradas, acredita-se que em muitas sociedades antigas, acontecia o extermínio de pessoas idosas, especialmente se eles fossem considerados carentes. Observa-se que em determinadas sociedades, além da questão de gênero, a questão social, associadas ao fator idade, eram fundamentais para determinar se uma pessoa teria o direito de viver ou de morrer.³¹

Existiam outras formas das sociedades tradicionais de se livrarem dos idosos, seja com o incentivo ao suicídio, seja pulando de um penhasco, nadando no mar até chegar ao fim das forças, ou se embrenhando em batalhas. Isso era feito pelos povos chukchis e iacutos da Sibéria, pelos índios crows da América do Norte, e pelos inuítes e os nórdicos. No suicídio assistido ou assassinato, com o consentimento da pessoa, os idosos eram estrangulados, esfaqueados ou enterrados vivos. As formas mais “passivas” de descartar os idosos seria o abandono, para que vagueiem sozinhos até a morte; o oferecimento de pouca

²⁸DIAMOND, J. Op. Cit., p. 229.

²⁹As ilhas Banks estão dentro do país-arquipélago chamado Vanuatu, formado por 83 ilhas que se encontram à Sudoeste do Oceano Pacífico, à nordeste da Austrália e norte da Nova Zelândia. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/16620522>. Acesso em 09 mar. 2018.

³⁰DIAMOND, J. Op. Cit., p. 229.

³¹BEAUVOIR, S. Op. Cit., p. 139-140.

comida para que morram de desnutrição; e mudar de acampamento, deixando o velho ou o doente, intencionalmente, no acampamento anterior.³²

Mas, nem todas as sociedades tradicionais tinham o hábito de exterminar os seus idosos. Em algumas sociedades tradicionais, as pessoas conseguiram sobressair cuidando e sendo cuidadas pelos idosos. Os idosos que não conseguiam caçar animais de grande porte ou colher elevado número de frutos passavam a ajudar de alguma forma a sua comunidade, caçando animais de pequeno porte, colhendo um menor número de frutos, fazendo armadilhas, ensinando aos mais jovens estratégias de caça, cuidando dos pequenos enquanto os pais saíssem em busca de alimentos. Nesse quesito, as avós tinham papel fundamental, pois ajudavam na alimentação dos netos. Um exemplo do zelo pelos idosos são os povos !kungs e os pigmeus africanos, que concediam o cuidado e a defesa do idoso a um parente próximo para fazê-lo.³³

Outras funções que seriam destinadas aos idosos, que realizavam com mais competência que os mais jovens, era a fabricação de utensílios para os filhos adultos (armas, cestos e tecidos). Os idosos também eram úteis como curandeiros, parteiras e líderes políticos. Mas são mais úteis ainda em sociedades pré-letradas e, principalmente, nas que utilizam a oralidade para a transmissão do conhecimento, pois a sua memória são como bibliotecas ambulantes.

Abandono de idosos nas sociedades contemporâneas

Em uma observação de um habitante da ilha de Viti Levu,³⁴ que visitou os Estados Unidos, foi feita uma comparação com a sua sociedade. O morador ressaltou que em Fiji, quando a pessoa fica idosa, passa a conviver com parentes e amigos. Mas ficou indignado pelo fato dos cidadãos americanos encaminharem os anciãos para asilos ou clínicas, e chegou a ponto de dizer que eles jogavam fora os velhos e os pais.³⁵

Ao se perguntar o que fez com que um morador de uma sociedade tradicional se espantasse com o tratamento dado por uma sociedade considerada

³²DIAMOND, J. Op. Cit., p. 228-229.

³³Ibidem. p. 230.

³⁴Viti Levu é a maior das ilhas de Fiji, que é um país da Oceania. Disponível em: https://mapcarta.com/pt/Viti_Levu. Acesso em: 09 mar. 2018.

³⁵DIAMOND, J. Op. Cit., p. 243.

um “padrão de modernidade”, percebe-se o olhar exterior que é lançado sobre a sociedade ocidental, mas que muitas vezes não é percebido por ela mesma.

Mas não é sempre que os países ditos desenvolvidos encaminham os seus idosos para instituições asilares, pois em uma pesquisa comparativa na Inglaterra, Dinamarca e no próprio Estados Unidos, percebeu-se que alguns idosos moram com seus filhos mais velhos. Outros residem próximos e, em determinados casos, os idosos moram distantes, mas são visitados frequentemente pela família. Porém, existe uma tendência da diminuição de idosos morando com filhos nos Estados Unidos e Europa.³⁶

Outro fator relevante é que idosos morando com os filhos não significa que eles serão respeitados e prestigiados, ou que sofrerão maus tratos. Dessa forma, não há como saber se o idoso será mais bem tratado se estiver próximo à sua família, ou se estiver em uma instituição tipicamente asilar.

O envelhecer para o ser humano pode se tornar um fator de isolamento, no qual as relações sociais vão diminuindo e a decadência do ser faz com que ele seja deixado de lado pelas pessoas.

O fato de que, sem que haja especial intenção, o isolamento precoce dos moribundos ocorra com mais frequência nas sociedades mais avançadas é uma das fraquezas dessas sociedades. É um testemunho das dificuldades que muitas pessoas têm em identificar-se com os velhos e moribundos.³⁷

Essa falta de identificação das pessoas mais jovens com os idosos pode significar a própria negação do ser humano em pensar que um dia poderá envelhecer e, com isso, sentir todas as mazelas que são vivenciadas pelos anciãos até que chegue o fim da sua vida.

Em um estudo foi feito em 46 países da Europa, no ano de 2015, foi diagnosticado que existem poucos profissionais para cuidar de idosos, e os gastos com essa população são reduzidos. Comparando alguns países, para cada 100 idosos, Portugal tem 0,4 trabalhadores; Espanha 2,9 e Noruega, 17,1. O estudo diz que em Portugal, 90,4% dos idosos são deixados por conta da própria sorte, sem

³⁶DEBERT, G. G. Op. Cit., p. 82.

³⁷ELIAS, N. Op. Cit., p. 8.

receber qualquer cuidado. Na Europa, essa porcentagem chega a 30%. Na França e na Eslováquia, 73,5% dos idosos não têm cuidados de longo prazo de qualidade, enquanto a Irlanda a porcentagem é de 56,6%, na República Checa, 49,4%, e na Alemanha, 22,9%. Já os países de Luxemburgo, Noruega, Suécia e Suíça, o índice chega a 100% de cobertura ao atendimento a idosos.³⁸

Portugal, ao lado da França e da Eslováquia, são os países com maior número de idosos abandonados da Europa. No caso de Portugal, além de um baixo investimento em cuidados de longa duração (0,1% do PIB), e um número baixo de profissionais para os cuidados, existe um grande contingente de idosos abandonados. A Organização Internacional do Trabalho – OIT – diz que os sistemas de segurança social para cuidados de longa duração são falhos e que somente 5,6% da população do mundo recebem a cobertura universal referente a esses cuidados.³⁹

Apesar de Portugal ter passado por um longo período de envelhecimento, o país não se preparou devidamente para o atendimento da população anciã. Existe uma parcela de idosos que foram abandonados pelas famílias nos hospitais ou que as famílias não têm condições de recebê-los e que, mesmo com a alta hospitalar, não conseguem retornar aos seus lares, e continuam a necessitar de cuidados básicos. O gasto relativo com cada pessoa acamada em um hospital português é elevado, e os hospitais tentam transferir essas pessoas para instituições voltadas aos idosos, mas as vagas são escassas devido à grande demanda. Muitos hospitais relatam que os períodos em que mais recebem idosos são no verão e no Natal.⁴⁰

A América Latina é o continente com maior desigualdade social, chegando em 2016 com 186 milhões de pessoas em situação de pobreza e 61 milhões em extrema pobreza. Porém, em relação aos idosos, a pobreza é amenizada devido ao

³⁸SCHEIL-ADLUNG, Xenia. Long-term care protection for older persons: a review of coverage deficits in 46 countries. **International Labour Office**, Geneva, 2015. Disponível em: <http://www.ilo.org/secsoc/information-resources/publications-and-tools/Workingpapers/WCMS_407620/lang--en/index.htm>. Acesso em: 25 mai. 2018.

³⁹Idosos de Portugal são dos mais abandonados na Europa. **Renascença**. 2015. Disponível em: <http://rr.sapo.pt/noticia/35332/idosos_de_portugal_sao_dos_mais_abandonados_na_europa>. Acesso em: 04 jul. 2018.

⁴⁰Idosos abandonados nos hospitais do país. **Correio da Manhã**. 2003. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/idosos-abandonados-nos-hospitais-do-pais>>. Acesso em: 01 mai 2018.

sistema de pensões e aposentadorias, que fazem parte do sistema de proteção social. Mas isso ainda não é suficiente para a manutenção do idoso e, além disso, existe a questão da diferença de salários entre os sexos.⁴¹

O estudo supracitado afirma que o continente latino-americano passa por um rápido envelhecimento populacional, superior ao processo verificado na Europa. Assim, a América Latina terá menos tempo para resolver os problemas sociais advindos desse processo. A previsão é que até 2040, a população de pessoas com 60 anos ou mais ultrapasse o número de crianças e jovens de até 14 anos.

No caso brasileiro, no ano de 2001, aconteceu a V Caravana Nacional de Direitos Humanos, realizada pela Comissão de Direitos Humanos, no qual se verificou um apanhado de vários casos de abandono e descaso. A Comissão percorreu 28 instituições asilares nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Paraná, e constatou que somente 06 delas estavam aptas ao atendimento a idosos. Percebeu-se que o modelo asilar promove segregação dos idosos e distanciamento da convivência comunitária. Os idosos ficavam confinados nos asilos e abandonados duplamente: pela família e pela própria instituição. Não eram oferecidas atividades e não possuíam liberdade, mesmo para pessoas em perfeita faculdade mental. Eles eram obrigados a obedecer todas as normas institucionais, como o horário de dormir e acordar, e comer o alimento que for servido, por exemplo.⁴²

Verificou-se que muitos desses idosos asilados sequer eram chamados por nome pelos funcionários. Dormiam em quartos lotados de camas, não tinham privacidade e nem local para guardar os seus pertences. As acomodações não eram adequadas à sua faixa etária, por isso acontecem muitos acidentes (quedas), seja por falta de corrimões nas escadas, por um banheiro escorregadio, por falta de um acompanhamento, dentre outros.

⁴¹CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina**. 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43228-panorama-social-america-latina-2017-documento-informativo>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

⁴²BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM. **V Caravana Nacional de Direitos Humanos: uma amostra da realidade dos abrigos e asilos de idosos no Brasil**. Brasília, março de 2002.

Devido às várias constatações encontradas, que foram colocadas em relatórios, com os devidos registros fotográficos, foi recomendada a criação do Conselho Nacional do Idoso e da Coordenação Nacional da Política do Idoso, juntamente com a criação do Programa Nacional de Cuidadores de Idosos. As instituições asilares foram desativadas e foram criadas Casas-Lares, Hospitais-Dia e Centros de Convivência. O Poder Público ficou a cargo da fiscalização dessas instituições, que deverão seguir a legislação e normas vigentes para o seu funcionamento.⁴³

Outra questão que merece ser comentada na atualidade é a violência contra o idoso. Como verificado nas sociedades primitivas e na história das civilizações, a violência existe no mundo desde os tempos primórdios, e foi utilizada como tradição, e até mesmo como uma forma de sobrevivência do homem perante aos desafios da natureza.

A violência doméstica contra o idoso, especialmente aquela praticada no contexto familiar por pessoas com laços consanguíneos, é um tipo de violência das mais repudiáveis, por ser cometida por pessoas próximas, contra pessoas vulneráveis e que não possuem meios de defesa. A violência contra o idoso pode acontecer de forma física, mas também deixar traumas psicológicos⁴⁴.

Vários estudos apontam a prática da violência contra o idoso, inclusive dentro do próprio lar, e cometida por familiares. Em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos sobre violência contra idosos, no ano de 1996, foram encontrados próximo de 450.000 idosos acometidos por abusos ou negligência. Aproximadamente, em 90% dos casos, o agressor era um parente próximo e, a maioria dos agredidos eram mulheres com 80 anos ou mais.⁴⁵

⁴³CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Características sociodemográficas da população idosa. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 04-21.

⁴⁴ROCHA, Camila de Freitas; ROCHA, Tânia Mara de Freitas. Violência doméstica contra o idoso. **Revista Visão Universitária**, v. 2, p. 102-115, 2017.

⁴⁵TATARA, T. et al. The National Center on Elder Abuse. The National Elder Abuse Incidence Study Final Report. Washington, DC, 1998, 136p. *Apud* SANCHES, Ana Paula R. Amadio; LEBRÃO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. Violência contra idosos: uma questão nova? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 17, n. 3, p. 90-100, 2008.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS⁴⁶ –, as maiores queixas de violência relatadas pelos idosos brasileiros são a exclusão social, a infantilização, o sentimento de inutilização, a diminuição da renda, e o desrespeito aos seus direitos.

Em um estudo junto ao serviço de disque denúncia de violência contra o idoso, realizado em uma cidade de São Paulo⁴⁷, verificou-se que a maioria dos maus tratos foram cometidos contra idosos analfabetos, viúvos e do sexo feminino. Na pesquisa, percebeu-se que os agressores são, na sua maioria, filhos ou parentes, totalizando 92,5% dos casos. Os tipos de violência percebidos foram a negligência, o abandono, a agressão física e a psicológica.

Morte de idosos nas sociedades contemporâneas

Sabe-se que as pessoas vão morrer um dia. O local para onde elas vão além morte, em uma outra vida, é uma forma dos homens enfrentarem o seu fim⁴⁸. Não se sabe qual o local as pessoas vão após a sua morte, mas a religião seria uma forma de tentar explicar essa questão e, também, uma forma de acalantar a perda. As sociedades humanas possuem uma religião, e ela é utilizada para preencher necessidades humanas universais.⁴⁹

Há, na racionalidade humana, a maior das angústias: a consciência da finitude. Por outro lado, ao falar sobre morte podemos entender um pouco melhor a maneira como vivemos. Tendemos a ver na morte uma passagem e não um fim. A morte, como o nascimento ou o casamento, é universalmente considerada como um acontecimento socialmente significativo, assinalado por um ritual e confirmado pela sociedade.⁵⁰

Encarar a morte com naturalidade seria uma das formas de amenizar os sofrimentos humanos, pois, no passado, a morte era mais pública, uma vez que as

⁴⁶WHO/INPEA. *Missing voices: views of older persons on elder abuse*. Geneva, World Health Organization, 2002.

⁴⁷PINTO, Francine Nathálie Ferraresi Rodrigues; BARHAM, Elizabeth Joan; ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de. Idosos vítimas de violência: fatores sociodemográficos e subsídios para futuras intervenções. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** [en linea] 2013, acesso em 13 abr. 2019. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844512020>.

⁴⁸ELIAS, N. Op. Cit., p. 7.

⁴⁹DIAMOND, J. Op. Cit., p. 314.

⁵⁰ARAÚJO, Rogério Bianchi de. A mercantilização da morte na sociedade de consumo. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 10, n.2, p. 341-353, jul./dez. 2012, p. 342.

peessoas estavam mais próximas, e isso facilitava a socialização. Na Idade Média, o tema morte era presente nas conversas, nas artes e na literatura, principalmente com a peste negra, que gerou grande temor e milhares de mortes. Havia o medo e apreensão em torno do tema morte e isso era amplamente difundido pela Igreja Católica que pregava o paraíso para os seguidores da doutrina cristã e, para os hereges, o inferno seria o destino. As guerras religiosas, que dizimavam centenas de pessoas opostas à religião, era outro fator que gerava medo nas pessoas.⁵¹

No século XVI, os poemas fúnebres eram comuns e assuntos como morte, sepultura, corpos em decomposição e outros, eram falados sem censura, inclusive para crianças. No pré-capitalismo, quando uma pessoa morria, era velada em casa pelos familiares e amigos, podendo ter a companhia de uma autoridade religiosa.⁵²

No século XXI, percebeu-se um distanciamento, tanto da morte quanto dos moribundos do meio social, pois os “vivos” nem sequer saberiam o que conversar com alguém próximo à morte. Percebe-se, também, uma repressão sentimental das pessoas em relação à morte, pois “no século XVII, os homens podiam chorar em público; isso tornou-se hoje difícil e pouco frequente. Só as mulheres ainda são capazes, socialmente livres para fazê-lo – por quanto tempo ainda.”⁵³

Na atualidade, o ato de morrer passou a ser mais solitário, morre-se em um hospital, cercado por médicos, enfermeiros e aparelhos. Na contemporaneidade, a morte foi incorporada pela sociedade de consumo e se tornou um negócio, em especial para as empresas funerárias. Ofertar ao morto um enterro caro, com um caixão de luxo pode livrar as pessoas de todo o processo que envolve o rito fúnebre, aliviando o fardo da família. Essa ilusão casa bem com os interesses industriais ligados à morte, que obtém lucro com os serviços prestados, como lavar, embalsamar, maquiagem e arrumar o corpo.⁵⁴

Em relação à morte de idosos, estudos sobre envelhecimento foram verificados e percebeu-se que, em nível mundial, o maior temor dos anciãos não é a morte em si, e sim, o fato de se tornarem dependentes de outras pessoas devido às suas próprias limitações físicas, e isso está ligado diretamente à perda da liberdade

⁵¹ELIAS, N. Op. Cit., p. 21.

⁵²ARAÚJO, R. B. Op. Cit., p. 342.

⁵³ELIAS, N. Op. Cit., p. 35.

⁵⁴ARAÚJO, R. B. Op. Cit., p. 342.

e do controle da própria vida. Quando isso ocorre, o idoso tem maior propensão de desejar a morte.⁵⁵

O desejo de morte de uma pessoa vai de encontro a uma questão polêmica: a eutanásia, que pode ser realizada tanto em pessoas idosas quanto pessoas jovens, dependendo da situação em que se encontram. É explanado que no Brasil, existem raros debates públicos sobre a eutanásia, mas há um projeto de lei no Estado de São Paulo que prevê a recusa do paciente por tratamentos dolorosos, que prolonguem a vida.⁵⁶

Na verdade, em algumas situações críticas e terminais, em face da inevitabilidade da morte e do esgotamento das alternativas curativas ou paliativas biomédicas, a possibilidade de decidir sobre a própria morte assume um papel de conforto moral. Um número crescente de pessoas, especialmente idosas, procura auxílio de médicos e enfermeiras não apenas para tratar doenças, mas para garantir que a experiência da morte seja também resultado de escolhas individuais.⁵⁷

A Holanda, a Colômbia e a Bélgica são exemplos de países que, de algum modo, regulamentaram uma determinada forma de eutanásia. A Holanda legalizou a eutanásia desde 1993, e a Colômbia permitiu a eutanásia passiva no ano de 1997. A Bélgica legalizou a eutanásia ou a morte assistida para pacientes que não têm mais chance de viver ou que tenham um sofrimento insuportável. Dessa forma, com o consentimento do paciente e seguindo todos os protocolos, o médico não poderá ser processado pela eutanásia.⁵⁸

No entanto, é necessário diferenciar eutanásia voluntária da eutanásia involuntária. A eutanásia voluntária é a morte desejada por um paciente em estado terminal, e que não estava com problemas de depressão quando tomou essa decisão. Já a eutanásia involuntária ou homicídio, é a morte provocada sem o consentimento do paciente. Para que aconteça a eutanásia é necessário

⁵⁵RIBEIRO, Mariana dos Santos; BORGES, Moema da Silva; ARAÚJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de; SOUZA, M. C. dos S. Estratégias de enfrentamento de idosos frente ao envelhecimento e à morte: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Vol. 20, n. 6, p. 880-888, 2017.

⁵⁶DINIZ, Débora; COSTA, Sérgio. Morrer com dignidade: um direito fundamental. *In*: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 121-134.

⁵⁷DINIZ, D.; COSTA, S. Op. Cit., p. 123.

⁵⁸DINIZ, Débora., GUILHEM, Dirce. **A teoria principialista. O que é bioética?** São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 34-38.

diagnosticar a não possibilidade de cura de um tratamento perante uma doença grave, e ainda se faz necessário um laudo de uma equipe multidisciplinar de saúde.⁵⁹

Uma história supostamente verídica, publicada anonimamente, no respeitado periódico médico, o *Journal of American Medical Association* (Jama), publicado em 1988, narra a história de um médico residente que se vê diante de uma jovem de nome Debbie, em estado terminal, diagnosticada com câncer, e que pedia para que o médico acabasse com o seu sofrimento. O médico procedeu conforme o pedido da jovem e injetou uma dose excessiva de medicamentos que a matou. A partir desse relato, houve diversas discussões bioéticas e polêmicas sobre o assunto. Para muitos profissionais, a história de Debbie, publicada no Jama, pode ser considerada um assassinato e foi caso de investigação policial.⁶⁰ Se foi verídica ou não, essa história serviu para regulamentar os procedimentos para a prática assistencial da eutanásia em determinados países.

Um caso verídico foi o de Sigmund Freud que, em 1939, aos 83 anos, após 32 cirurgias na garganta devido a um câncer, conversou com o seu médico e solicitou que o mesmo dissesse sempre a verdade, e que não o deixasse sofrer inutilmente. Após anos de tratamento e vários desconfortos, como cheiro fétido na garganta devido à lesão e o estado caquético do corpo, Freud solicita a eutanásia ao seu médico, e o mesmo o faz, aplicando duas injeções de morfina.⁶¹

Um caso ocorrido em 2017, no Brasil, mostrou o drama do apresentador Marcelo Rezende, que faleceu aos 65 anos. Diagnosticado com câncer no pâncreas, com metástase no fígado, no qual recebeu a informação de que a quimioterapia daria uma sobrevida a ele de até três anos, mas não o curaria. Após uma sessão dolorosa e efeitos colaterais, o apresentador optou por deixar o tratamento, se

⁵⁹SINGER, Peter. Justificando a eutanásia voluntária. In: ____. **Vida ética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 242-250.

⁶⁰DINIZ, D.; COSTA, S. Op. Cit., p. 121-134.

⁶¹SANTOS, Laura Ferreira dos. Eutanásia: Para Poder Amar a Vida até ao Fim. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 4, p. 25-58, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/66>>. Acesso em: 08 jan. 2018..

apegando à fé e aos tratamentos alternativos, vindo a falecer alguns meses depois.⁶²

O caso mais recente de eutanásia, ocorrido em 2018, e que gerou grande repercussão nas mídias e várias polêmicas no mundo, foi o do cientista australiano David Goodall, de 104 anos. Satisfeito com a sua vida, mas insatisfeito com a sua qualidade de vida atual, Goodall lutou contra as leis do seu país e aos contrários à sua decisão. Após autorização, se dirigiu à Suíça, local onde é permitida a eutanásia e faleceu ao som de Beethoven e em companhia da família. O desejo do cientista era que outros países optassem por um serviço como o da Suíça, para que as pessoas pudessem falecer no seu próprio país, e de uma forma mais humanizada.⁶³

Percebe-se que nos três casos apresentados, a eutanásia foi realizada, mas de diferentes formas. O primeiro, após muitas tentativas de tratamento, optou por um tipo de eutanásia voluntária. O segundo, rejeitou os tratamentos modernos da medicina, falecendo de forma mais natural. O terceiro caso se deu por vontade própria, devido à insatisfação com o processo de degeneração do organismo envelhecido.

O suicídio é outro tema complexo e que não existe um único fator para que ele ocorra, mas sim, causas multifatoriais; como os fatores sociais, psicológicos e culturais. Verifica-se que o suicídio em idosos é, em geral, de difícil percepção, e é mais fácil de acontecer se comparado a outros estágios da vida. Pode ocorrer com mais frequência, inclusive por inanição, que é uma forma passiva de cometer o suicídio.⁶⁴

O suicídio é um auto-aniquilamento cometido por alguém em situação vulnerável, com a finalidade de acabar com uma dor psicológica insuportável. Atualmente, o suicídio cometido por idosos se tornou um problema de saúde

⁶²BERGAMASCO, Daniel; KUSUMOTO, Meire. Marcelo Rezende: a opção pelo tratamento alternativo. **Revista VEJA**, 22 set. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-escolha-de-rezende/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

⁶³Cientista de 104 anos morre em suicídio assistido ao som de Beethoven. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/cientista-de-104-anos-morre-em-suicidio-assistido-ao-som-de-beethoven-22670205>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

⁶⁴SANTOS, Emelynne Gabrielly de Oliveira.; OLIVEIRA, Yonara Oliveira Monique da Costa; AZEVEDO, Ulicélia Nascimento de.; NUNES, Aryelly Dayane da Silva.; AMADOR, Ana Edimilda.; BARBOSA, Isabelle Ribeiro. Análise espaço-temporal da mortalidade por suicídio em idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, vol. 20, n. 6, nov-dez, p. 854-865, 2017.

pública, pois, com o envelhecimento, há um comprometimento da saúde mental, que pode gerar quadros depressivos, podendo levar a pessoa a ter pensamentos suicidas ou até mesmo a cometer o ato.

Os idosos no contexto social e cultural, em determinadas fases de vida – como aposentadoria, impossibilidade de exercer a profissão por dependências físicas e psicológicas e surgimento de doenças crônicas – se deparam com mudanças negativas e perdas que, frequentemente, lhes causam uma espécie de morte social e subjetiva.⁶⁵

Em uma investigação sobre o suicídio de 16 idosos, entre os anos de 2006 a 2009, ocorrido em três cidades do Nordeste brasileiro, percebeu-se similaridades nas causas, como a migração do campo para a cidade; a ruptura de laços sociais; a perda de vínculos e de cultura; além da dificuldade de adaptação ao estilo urbano, que contribuiu para o agravamento da vulnerabilidade nesses idosos, e teve como consequência o suicídio dessas pessoas.⁶⁶

Em um estudo realizado com cerca de 30 idosos na Holanda, verificou-se que a maioria dos entrevistados tinha em comum uma vontade moderada a forte de desejar a morte. Os idosos relataram que as perdas, como a do(a) companheiro(a) e da independência, foram cruciais para a perda do sentido da vida. Mas, um estudo com idosos na China demonstrou que, mesmo com as adversidades, os idosos viviam uma vida normal e buscavam conforto na espiritualidade. A espiritualidade também foi relatada em outros estudos, no qual os idosos aceitaram a sua condição e, apesar de sentirem o desejo de morrer, não o faziam por acharem que deveriam esperar a vontade de Deus.⁶⁷

⁶⁵SOUSA, Girliani Silva de.; SILVA, Raimunda Magalhães da.; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos.; MINAYO, Maria Cecília de Souza.; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Circunstâncias que envolvem o suicídio de pessoas idosas. **Interface**, 2014, p. 389-402. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18n49/1807-5762-icse-1807-576220130241.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

⁶⁶SOUSA, G. S. de.; SILVA, R. M. da.; FIGUEIREDO, A. E. B.; MINAYO, M. C. de S.; VIEIRA, L. J. E. de S.. Op. Cit., p. 389-402.

⁶⁷RIBEIRO, Mariana dos Santos; BORGES, Moema da Silva; ARAÚJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de; SOUZA, M. C. dos S. Estratégias de enfrentamento de idosos frente ao envelhecimento e à morte: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Vol. 20, n. 6, p. 880-888, 2017

Considerações finais

Mesmo com os poucos documentos encontrados nos registros, percebe-se que existe uma história dos idosos, no qual os mesmos poderiam ser exaltados ou desprezados pela sociedade, e isso dependeria de diversos fatores, e um dos fatores principais seria o socioeconômico.

Nas sociedades tradicionais existiam alguns ritos e tradições em que idosos, especialmente aqueles do sexo feminino, eram abandonados nas suas tribos, ou eram mortos, de forma voluntária ou involuntária, e algumas vezes de forma violenta. Isso, muitas vezes, significava uma estratégia de sobrevivência para muitas tribos, pois os anciãos não conseguiam se deslocar por grandes distâncias em períodos de privação de alimentos. Mas, também existiam culturas em que os idosos possuíam o seu valor, seja no cuidado e alimentação dos mais jovens, seja nos ensinamentos de caça e fabricação de utensílios diversos.

Nas sociedades contemporâneas, também foram percebidas questões relacionadas ao abandono, além da exclusão e maus tratos com os idosos, inclusive em instituições hospitalares e asilares. Porém em países como Luxemburgo, Noruega, Suécia e Suíça, a situação dos idosos é mais estruturada e serve de modelo para os demais países. Mas ainda persiste em várias partes do Mundo a questão da violência contra os idosos que, semelhante às sociedades tradicionais, acontece muitas vezes na atualidade, e é realizada pelos próprios parentes.

Verificou-se que a morte de idosos provocada nas sociedades contemporâneas ocorreu de maneira diferente do que se deu nas sociedades tradicionais, pois nas sociedades tradicionais, as pessoas idosas poderiam ser mortas de forma violenta, e até mesmo contra a sua vontade. Já nas sociedades contemporâneas, a morte pode ocorrer por eutanásia (voluntária ou involuntária), que é regulamentada em alguns países; e por suicídio, que envolve uma série de fatores, como o abandono e a depressão. Mas também existe a violência contra idosos na sociedade contemporânea que, muitas vezes, é realizada por pessoas da própria família, e pode chegar ao ponto de matar o ancião.

Percebe-se que, tanto nas sociedades primitivas quanto nas sociedades tradicionais, a morte e o abandono de idosos possuem objetivos específicos, e deve ser verificada com um olhar liberto de preconceitos, no qual seja respeitada a sua

cultura e a vontade pessoal de cada cidadão. Enfim, deve-se entender todo o contexto histórico que envolve essas questões, que são fundamentais para o conhecimento da humanidade, e que podem servir de objeto de pesquisa para mudanças futuras.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Rogério Bianchi de. A mercantilização da morte na sociedade de consumo. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 10, n.2, p. 341-353, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Trad. de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERGAMASCO, Daniel; KUSUMOTO, Meire. Marcelo Rezende: a opção pelo tratamento alternativo. **Revista VEJA**, 22 set. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-escolha-de-rezende/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista. A; OLIVEIRA, Cláudia Luiz de. **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios, 2012. p. 367-380.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM. **V Caravana Nacional de Direitos Humanos: uma amostra da realidade dos abrigos e asilos de idosos no Brasil**. Brasília, março de 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Características sociodemográficas da população idosa. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina**. 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43228-panorama-social-america-latina-2017-documento-informativo>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Cientista de 104 anos morre em suicídio assistido ao som de Beethoven. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/cientista-de-104-anos->

morre-em-suicidio-assistido-ao-som-de-beethoven-22670205>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Idosos abandonados nos hospitais do país. **Correio da Manhã**. 2003. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/idosos-abandonados-nos-hospitais-do-pais>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004.

DIAMOND, Jared. **O mundo até ontem: o que podemos aprender com as sociedades tradicionais?** Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DINIZ, Débora; COSTA, Sérgio. Morrer com dignidade: um direito fundamental. *In*: DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. **A teoria principialista. O que é bioética?** Ipea, São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 34-38.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PINTO, Francine Nathálie Ferraresi Rodrigues; BARHAM, Elizabeth Joan; ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de. **Idosos vítimas de violência: fatores sociodemográficos e subsídios para futuras intervenções**. Estudos e Pesquisas em Psicologia [en línea] 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844512020>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Idosos de Portugal são dos mais abandonados na Europa. **Rádio Renascença**, 2015. Disponível em: <http://rr.sapo.pt/noticia/35332/idosos_de_portugal_sao_dos_mais_abandonados_na_europa>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RIBEIRO, Mariana dos Santos; BORGES, Moema da Silva, ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de; SOUZA, Mariana Cristina dos Santos. Estratégias de enfrentamento de idosos frente ao envelhecimento e à morte: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Vol. 20, n. 6, p. 880-888, 2017.

ROCHA, Camila de Freitas; ROCHA, Tânia Mara de Freitas. Violência doméstica contra o idoso. **Revista Visão Universitária**, v. 2, p. 102-115, 2017.

ROTTERDAM, Erasmo. **Elogio da loucura**. São Paulo: Atena Editora, 2002.

SANTOS, Emelyne Gabrielly de Oliveira.; OLIVEIRA, Yonara Oliveira Monique da Costa; AZEVEDO, Ulicélia Nascimento de.; NUNES, Aryelly Dayane da Silva.; AMADOR, Ana Edimilda.; BARBOSA, Isabelle Ribeiro. Análise espaço-temporal da mortalidade por suicídio em idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, vol. 20, n. 6, nov-dez, p. 854-865, 2017.

SANTOS, Laura Ferreira dos. Eutanásia: Para Poder Amar a Vida até ao Fim. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 4, p. 25-58, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/66>>. Acesso em: 08 jan. 2018,

SCHEIL-ADLUNG, Xenia. Long-term care protection for older persons: a review of coverage deficits in 46 countries. **International Labour Office**, Geneva, 2015. Disponível em: <http://www.ilo.org/secsoc/information-resources/publications-and-tools/Workingpapers/WCMS_407620/lang--en/index.htm>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SECCO; Carmem Lúcia Tindó Ribeiro. As rugas do tempo na ficção. In: **Envelhecimento e Saúde Mental - Uma Aproximação Multidisciplinar**. Cadernos IPUB / Instituto de Psiquiatria da UFRJ, RJ; n.10, p. 9-33, 1999

SINGER, Peter. Justificando a eutanásia voluntária. **Vida ética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SOUSA, Girliani Silva de.; SILVA, Raimunda Magalhães da.; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos.; MINAYO, Maria Cecília de Souza.; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Circunstâncias que envolvem o suicídio de pessoas idosas. **Interface**, 2014, p. 389-402. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18n49/1807-5762-icse-1807-576220130241.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

TATARA, T. et al. The National Center on Elder Abuse. The National Elder Abuse Incidence Study Final Report . Washington, DC, 1998, 136p. *Apud* SANCHES, Ana Paula R. Amadio; LEBRÃO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. Violência contra idosos: uma nova questão? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 17, n. 3, p. 90-100, 2008.

WHO/INPEA. Missing voices: views of older persons on elder abuse. Geneva, **World Health Organization**, 2002.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Antônio Dimas Cardoso
Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Sociais Aplicadas -
CCSA.
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Av. Professor Rui Braga, S/N.
Vila Mauricéia
39401089 - Montes Claros, MG - Brasil

Máximo Alessandro Mendes Ottoni
Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Sociais Aplicadas -
CCSA.
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Av. Professor Rui Braga, S/N.
Vila Maricéia
39401089 - Montes Claros, MG - Brasil.

Recebido: 06/05/2019
Aprovado: 15/12/2019

ÁFRICA NEGRA E (ETNO) FILOSOFIA: HISTÓRIA E MODULAÇÃO NO CONHECIMENTO CONTEMPORÂNEO (INTERFACE COM A CULTURA BRASILEIRA)

José Jorge Siqueira¹
Universidade Federal do Maranhão

Resumo: Trata-se de uma reflexão sobre a filosofia na África subsaariana em dois momentos básicos: aquele da etnografia, e este da filosofia contemporânea – as relações de interatividade e rupturas entre ambos. Ao mesmo tempo, buscar-se-ão nexos possíveis face à reflexão nesses termos como ocorrida na cultura brasileira. Tais análises resultaram de duas experiências acadêmicas últimas: 1. A disciplina ofertada por este autor a mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da UFRJ no 2º semestre de 2018 denominada Pós-Abolição, Intelectuais Negros e Projeto de Brasil. No interior deste curso realizou-se o seminário Crítica da Consciência negra, em 07 e 08 de novembro de 2018; desdobrou-se também em artigo de título homônimo (mas como notas de um estudo) publicado na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), vol. 10, série 25, de 2018. De vivos debates quando sua realização, o curso dialogou ainda com os trabalhos discentes ou nos relatórios acadêmicos finais. 2. A coordenação por nós exercida (mais os profs. José Costa D'Assunção Barros e Álvaro Pereira do Nascimento) na Coleção A África e os Africanos, da Editora Vozes. Nesta, foram publicados livros indicando a pertinência do que vai aqui ser discutido: *No centro da etnia. Etnias, tribalismo e Estado na África*, de Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (orgs.); *Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada*, de Achile Mbembe; *África Banta. 3500 a.C. até o presente*, de Catherine Cymone Fourshey, Rhonda M. Gonzales e Cristine Saidi; *A invenção da África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, de V.I. Mudimbe. Em todos os casos uma característica essencial: o protagonismo histórico, historiográfico, mesmo filosófico africano ou de base africana.

BLACK AFRICA AND (ETNO) PHILOSOPHY: HISTORY AND MODULATION IN CONTEMPORARY KNOWLEDGE (INTERFACES WITH BRAZILIAN CULTURE)

Abstract: It is a reflection on philosophy in sub-Saharan Africa in two basic moments: that of ethnophilosophy, and this of contemporary philosophy – the relations of interativity and rupture between them. At same time, possible connections will be sought in the face of reflection in these terms as it occurs in Brazilian cultures. These analyses resulted from two last academic experiences: 1. The discipline offered by this author to master's and doctoral students of Programa de Pós-Graduação em História Comparada/Instituto de História/ UFRJ in the 2nd semester of 2018, called Post Abolition, Black Intellectuals and Project from Brazil. Within this course the Black Consciousness Critical Seminar took place on November 18 e 19; it also unfolded in an article of the same name (but as note of a study) published in the Journal of the Brazilian Association of Black Researches (ABPN), v. 10, series 25, 2018. From lively debates when held, he also dialogued with the student works (dissertations and theses) or in the final academic reports. 2. The coordination we exerted (plus Prof. José Costa D'Assunção Barros e Álvaro Pereira do Nascimento) in the A África e os Africanos Colletction, by Editora Vozes. In it, books have been published indicating the relevance of what will be discussed here: *No centro da etnia. Etnia, tribalismo e Estado na África*, de Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (orgs.); *Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada*, de Achile Mbembe; *África banta. 3500*

¹ Email: jjsiqueira@globo.com

a.C. até o presente, de Catherine Cymone Fourshey, Rhonda M. Gonzales, Cristine Said; *A invenção da África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, de V. Y. Mudimbe. In all of cases an essential characteristic: the historical, historiographic, even African philosophical protagonism, or African based.

Keywords: Black Africa; ethnophilosophy; contemporary philosophy.

África Negra, Filosofia, História em modulação do conhecimento: colocação do problema

A tradição filosófica mais aceita no mundo, como se sabe, impôs uma regra, quase um tabu (senão um totem): pertencer ao conhecimento teórico de filiação europeia ocidental. Da Grécia Antiga, ainda em que nesta não estivesse presente tal pretensão, a ser como *paidea*, ao *Weltanschauungen* [visão de mundo] da filosofia clássica alemã do século XIX. Patenteou-se então no universalismo teológico do Império Romano em Santo Agostinho inspirado no monoteísmo judaico-cristão. Assim como nos cânones proto-científicos do Humanismo Renascentista dos séculos XV/XVI, consolidados posteriormente na Revolução Científica e também Filosófica do século XVIII – já então lastreados pelas Revoluções Industrial e Burguesa. Não é pouca coisa.

A tudo isso se somou a fase superior do capitalismo ocidental transmutado no fenômeno histórico do imperialismo sobre a África e a Ásia de meados do séc. XIX a princípios do séc. XX. Tarefa a exigir justificativas civilizatórias das mais arrogantes (muita das vezes cínicas) apoiadas no tripé comércio–missão–antropologia; ou se se quiser, soldado-missão-colono. À África Negra o pior dos flagelos: o *terra nullius* [terra de ninguém]. Todavia, justo no espectro de tudo isso - confirma a História, a Arqueologia, a Linguística, a moderna Antropologia, de forma já insofismável -, estar neste espaço-tempo geográfico do mundo aportes civilizatórios universais fundamentais: essa coisa imanente, mas também transcendental, de berço original da humanidade; a criação da primeira linguagem; berços agrícolas originais; a cerâmica, a metalurgia ainda em sociedades sem o Estado; a vida comunitária milenar e correspondentes valores de solidariedade expressos nas artes, no pensamento, na religiosidade, na convivência lúdica, ao longo dos tempos e das transformações.

Esta riquíssima tradição civilizatória debate-se desde longos períodos com as ideologias da inferiorização de variada dimensão, dados os fenômenos

históricos do tráfico atlântico de escravos (de mais de três séculos) e do colonialismo de fins do séc. XIX e primeira metade do século XX. A trajetória dessas supremacias inferiorizantes em termos epistemológicos/teoria do conhecimento, ou de ideologias, entretanto, vai conhecer vozes dissonantes em seu próprio interior.

Na contemporaneidade talvez a mais corrosiva delas esteja em F. Nietzsche, quando pondera acerca de nada assegurar a proeminência epistemológica superior de mão única para o caminho civilizatório do mundo. Questiona então os limites de tal projeto nos valores éticos, morais, filosóficos, do racionalismo ocidental, em grande medida de fundo teológico e ou teleológico. Observa com tal abertura as soluções civilizatórias harmoniosas, felizes mesmo, em comunidades e povos do mundo não europeu.

Tal fissura é também motivada pelo conhecimento da obra de K. Marx, a primeira teoria global coerente das sociedades humanas. Nesta, a história é considerada como dotada de desenvolvimento auto dinâmico, de objetividade em si, estruturado em cada organização sócio-histórica específica por meio de processos reiterativos. Superava-se desse modo as concepções metafísicas externas ao próprio processo histórico, a exemplo das teleologias, do “gênio nacional”, ou ainda dos determinismos de tipo geográfico e ou racial. Ficava irremediavelmente envelhecida a busca da verdade como no historicismo afeito ao fato único e irrepetível da crítica erudita das fontes (e avesso à filosofia), de Ranke, das escolas nacionais européias, também quando em Claude Lévi-Strauss a Antropologia estrutural reconhece epistemologicamente a alteridade civilizatória do Outro.

Por sua vez, o pan-africanismo já dos anos 1930 e 1940 – de Aimé Césaire, de Jomo Kenyata, de Alioune Diop, da Sociedade Africana de Cultura (SAC), da revista e editora *Présence Africaine*, terá importante caixa de ressonância junto a pensadores referência da cultura ocidental, a exemplo de Jean-Paul Sartre, André Breton, a exemplo dos trabalhos da moderna Antropologia e Etnografia. Neles, o reconhecimento da legitimidade e importância daquele circunstancialmente colonizado assumir o controle do Eu próprio – momento que se convencionou chamar de “ocaso do homem branco”, dado o exposto pelo retumbante fracasso do

projeto de humanidade revelado em duas guerras mundiais, o nazi-fascismo, os regimes ditatoriais, o racismo e os preconceitos levados ao limite. Terá ainda importância relativa à ordem do discurso prevista na taxionomia proposta por Michel Foucault.

O que estará em jogo é a legitimidade de diferentes proposições de alcance conceitual no sentido epistemológico do termo – aí entendido como conhecimento diferente do senso comum, sistematizado, portanto, afim de estabelecer relações e avaliar os seus resultados e aplicações; sem certezas definitivas dado o caráter interminável do conhecimento filosófico. Legitimidade no caso africano, como no dizer de Fabien Eboussi-Boulaga, situada não em pensar o contrário ou inverso, mas em pensar de outra forma, ou seja, compreender como estão postas as maneiras de pensar, mas estas não serão necessariamente aquelas de pensar e colocar o nosso fazer filosófico.²

Vamos nos ater a um caso histórico e historiográfico referente a civilização Banto, de pelo menos 3500 antes da era cristã ao presente. Os povos Banto representam o mais importante grupo étnico africano em termos de longevidade e espacialidade. Ao longo de mais de mais de três mil anos estabeleceram comunidades na maior parte da África Subsaariana – tido como um dos maiores conjuntos de migrações, em escala e duração no tempo, conhecido em todo o mundo.

Para o que vamos tratar mais propriamente é de especial importância o como as comunidades de língua Banto valorizaram a produção, a reprodução e a preservação da história – o que certamente irá incluir as cosmovisões interligando e complementando o material e expressões humanísticas das dimensões espiritual e emocional. Atualmente falantes das línguas Banto chegam a abranger quase metade da África Subsaariana espalhando-se por um território de mais de 8 milhões de Km², entre o sul de Camarões, a noroeste, e a costa do Quênia, a nordeste, até o leste do Cabo e Kwazulu-Natal ao sul, representando hoje 300 milhões de pessoas. É interessante ressaltar o que a maioria da densa rede de pesquisadores da história e civilização Banto argumenta sobre quase nunca ter

² EBOUSSI-BOULAGA, Fabien. **La philosophie du Muntu**. Paris: Karthala, 2009. p. 295.

sido essa história marcada pela conquista militar e a pilhagem, sendo recorrentes as interações de uns pelos outros, numa cultura que praticava conscientemente a hospitalidade como padrão de existência filosófica do Ser.³

Chega a impressionar o contraste que se pode realizar face aos povos da Grécia Antiga muito tempo depois dos milênios de existência civilizatória Bantu. Já entre o VI e o IV século a.C., portanto, na metade final do I milênio a.C., nesta Grécia helênica de Esparta e Atenas, de Ulisses e Troia, de Édipo. Nesta tragédia de guerras moldou-se o principal de uma cultura moldada em Platão, em Sócrates, em Aristóteles, em Arquimedes, em Euclides; Antígonas de coliseu e arena.

O assunto é rico demais, complexo demais para ser desenvolvido no curto espaço deste artigo. O fato é que há uma ontologia Bantu espraiada no tempo e nas transformações: compartilhar o conhecimento e educar os jovens é um desses ângulos ontológicos. Mas se deveria acrescentar o caráter lúdico desse ensinamento-aprendizagem, aspecto fundamental nos processos de apreensão do conhecimento já adquirido e na comunicação. Performances ativas de alunos e professores continuadas na fase adulta a repassar não somente o conhecimento tecnológico, mas ainda os princípios e reflexão éticos em relação à sociedade e ao universo. Esses povos possuem desde pelo menos 3500 a.C. a agricultura perene e diversificada, a cerâmica, a metalurgia. Nesta cultura não se dissociava a tecnologia científica da espiritualidade. Por volta de 500 a.C. a fundição do ferro – que podia alcançar temperaturas surpreendentes – torna-se amplamente conhecida na região dos Grandes Lagos⁴.

Este conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo construiu, portanto, uma filosofia coletiva, vivida, certamente, a produzir os seus sábios. Tal gnose transformou-se em “objeto de estudo” na contemporaneidade. Funda em África a etnofilosofia – a filosofia (re) repensada em termos dos povos tradicionais.

O livro “Na casa de Meu Pai”, de Anthony Kwame Appiah⁵, oferece ainda uma vez, sinal dessa intercessão ao problematizar o racionalismo na cultura do

³ FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES; Rhonda, SAID, Christine. **África Bantu. De 3500 a.C. até o presente**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 39.

⁴ FOURSHEY, C., GONZALES, R. M., SAID, C. Op. Cit., p. 186-208.

⁵ APPIAH, Anthony Kwame. **Na Casa de Meu Pai. A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Ocidente e pan-africana, mas especialmente, no caso, frente ao debate acerca da possibilidade da reflexão filosófica referendada em África. Há ali, todavia, um balizamento contraditório em si. Ao opor sistematicamente o filosofar como entendido nas modernas sociedades industriais do Ocidente, contrapondo à herança nesses termos nas sociedades tradicionais africanas ágrafas, Appiah vai ser levado a problematizar epistemologicamente a etnografia.

Sua formação acadêmica (mas não só) o enreda numa modulação discursiva na qual confirma a genealogia da filosofia a partir da cultura ocidental, assim como patenteia ali certo rumo civilizatório universal nesse campo - neste caso, a tradição pertence a Platão e Aristóteles, Descartes e Hume, Kant e Hegel -, tornando cânones conceitos dali emergentes tais como beleza, causação, conhecimento, erro, ilusão, mal, direito, pessoa, verdade, vida.

Neste ponto identificamos a principal fragilidade da reflexão de Appiah: não descer ao fundo do poço em termos da sistematização conceitual implícita na gnose daqueles povos tradicionais, por ele mesmo apontado como aspecto essencial a ser abordado. Ao contrário, justamente aí seu esforço não ultrapassa a uma verdade por assim dizer, duvidosa, presente nas representações etnográficas ágrafas. Quando muito, admite uma gnose empobrecida em exemplos quase folclóricos, ridicularizados diante do saber epistemológico advindo do que seria a razão filosófica por excelência.

Mesmo em epílogo, o relato funerário de seu próprio pai, pan-africanista de escol, ainda que pastor metodista, primo do próprio Ashentene, o rei dos Ashanti, quando do episódio da oferta ritualística de um carneiro ao crocodilo do lago como parte da cerimônia, fica sem a menor configuração conceitual orgânica restando algo à semelhança, ainda uma vez, do folclórico, de certa verdade duvidosa.

O racismo e o preconceito de longa duração

V. Y. Mudimbe, em “A Invenção da África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento”⁶ ao expor a metodologia para a explicação da dinâmica cultural

⁶ MUDIMBE, Valentin-Yves. **A Invenção da África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2019.

africana frente aos debates contemporâneos aponta para a riqueza orgânica dos discursos que enfocam a individualidade das normas, regras e sistemas implícitos nesses debates. Chega com isso a uma crítica decisiva dos métodos de correlacionar o Mesmo ao Outro. Este livro de Mudimbe, resultante de estudos e pesquisas, publicações parciais, realizadas ao longo de mais de quinze anos, não titubeia quanto aos temas centrais a serem abordados: as formações discursivas em alteridade face ao discurso dos poderes. Sinaliza e situa as questões de método das abordagens; sinaliza e situa a arena histórica do debate: o discurso missionário e a conversão em África, a influência do antropólogo e da etnografia; o debate sobre a panacéia da alteridade; expõe criticamente a paciência da filosofia em África. Todavia, conclui com paradoxo que pode ser, ao inverso, o início da conversa: “Disse-me um de meus alunos europeus, esquecendo-se de minha origem: Lévi-Strauss os honra demais”.⁷

Eis a questão: O que significa a contribuição dos africanos no quadro definido desta ordem do conhecimento? Ou o que é mais importante para o que vamos tratar aqui: o que significa, a propósito da filosofia, esta contribuição para além do pensamento contido nas culturas tradicionais milenares dos povos africanos?

Mudimbe põe logo as cartas na mesa: vai tratar o tema como uma episteme e uma gnose: o que é e o que não é a filosofia africana. Orienta a análise, por sua vez, para o aspecto do que realmente interessa neste debate: as condições de possibilidade da filosofia como parte do corpo mais amplo de conhecimento sobre a África chamado de “africanismo”. Todavia, olha para além, precisamente para aquilo que torna possível a revelação, ou restituição, de uma experiência africana nesses termos.

Dito de outra maneira, vai especular sobre a forma, conteúdo e estilo do conhecimento “africanizante”. Preocupa-se diretamente com os processos de transformações de tipos de conhecimento. Vai estudar o tema das fundamentações do discurso. Chega, com isso, aos mundos do discurso africano estabelecido como realidade para o conhecimento, sua própria Weltanschauungen em quadro o mais

⁷ MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 327.

aproximado possível. São então aí arrolados: as formações discursivas em alteridade; a arena histórica do debate.

Temas como negritude, herança e experiência africana, a autonomia cultural relacionada à cristianização e pensada como um modo de efetivar em Cristo uma herança espiritual autenticamente africana. Assim como a antropologia como ciência humana desempenhando papel fundamental neste contexto. A criação de institutos e centros de religiões africanas, no contexto do surgimento de um “sujeito-nós”, característico da segunda metade do séc. XX em África (Nigéria, Tanzânia, Costa do Marfim, República Democrática do Congo), aliados a uma sucessão de encontros acadêmicos na década de 1960, a debater os interesses teológicos africanos em face aos nacionalismos locais, tenderam a ampliar o escopo da crítica da antropologia e da filosofia das missões cristãs na região. Tais debates aprofundam-se na década de 1970, trazendo à tona as responsabilidades africanas na teologia, mas também nas ciências sociais e nas humanidades (Assembléia de Teólogos do Terceiro Mundo, em Dar es Salaam; o Colóquio Pastoral de Koumi, em Burkina Faso; a Conferência sobre a Civilização Negra e a Igreja Católica, em Abidjan; a Associação Ecumênica de Teólogos Africanos, em Acra; o Congresso de Kinshasa sobre Religiões Africanas e Cristianismo), são exemplos significativos disso. Na História, enquanto historiografia, o ritmo e as perspectivas de estudos e publicações ganharam força significativa desde a “geração de 1956”.

No geral, buscar-se-á interpretar e retrabalhar os signos daquilo antes considerado pura e simplesmente paganismo e primitividade, mas que ganha o estatuto de religião composto por corpus de discernimento litúrgico, sentido ético e cosmológico, a desaguar na relação do homem com a natureza e consigo mesmo. No particular, buscar-se-á a discussão sobre a necessária diversidade da experiência humana. A afirmação lógica de gramáticas culturais e políticas singulares. Ergue-se então aí uma presença diferenciada, ciosa de seu espaço tanto na história quanto no conhecimento sobre sua própria realidade. O debate desdobra-se, pois, seja em trazer para o centro da cena o contexto sócio-político-cultural-científico-filosófico, seja de outro modo em ocupar-se da dignidade humana como referência inexcedível da convivência. Ou ainda, no debate sobre o fato da fé não transcender até certo ponto as ideologias. Tais análises são agora

especialmente definidas em alguns pensadores exponenciais, para além das tradições coletivas vividas, eis a diferença.

Fabien Eboussi-Boulaga, filósofo camaronês, de profunda formação teológica católica, ex-padre, com doutorado em filosofia pela Universidade de Lyon, é um caso referente. A sólida formação nesses termos (valores e princípios cristãos), por sinal, foi característico de vários outros representativos dessa reflexão, a exemplo de Paul Hountondji (Benim), E. Mveng (Camarões), T. Obenga (República Democrática do Congo), K. Wiredu (Gana), dentre vários outros. Paul Hountondji e H. Djait (Tunísia) não só frequentaram a École Normale Supérieure em Paris, como assumiram, por concurso como de praxe, o prestigioso *agrégés* em História da Filosofia ali. W. E. Abraham (Gana) doutorou-se em Oxford, e assim por diante.

Eboussi-Boulaga vai logo direto ao assunto: “Se quisermos sobreviver, é preciso filosofar verdadeiramente”⁸. Em outras palavras, filosofar para além do Ocidente, de suas regras de renúncia de ser eu; assim como de suas definições para nossa abolição. A dita “rationalité en acte” [racionalidade em ato], de pura aceitação do modelo filosófico ocidental, necessário se faz ser confrontada a uma “narrativa crítica” para si mesma, com uma base regional e uma nova leitura da própria experiência social particular.

A proposta em Eboussi-Boulaga é a de “organizar o caos”, propor a racionalidade das sequências históricas, os elos ou gêneros dessas sequências. Buscar a reconciliação entre a razão histórica e a liberdade relativa do pensar o Eu-Nós. A este Ser denomina “Muntu” [radical a significar “pessoa”, em exemplo de vocabulário nuclear de grande recorrência e coerência etimológica banto; de cognatos exemplares quando comparados a outros conjuntos de línguas]. Muntu que de si para-si tem alcance universal por ser sujeito da história.⁹

O confronto, a possibilidade de superação, - enfim, o “sujeito-nós”, o “récit pour soi” [narrativa para si] -, em Eboussi-Boulaga, dar-se-á no campo dos valores filosóficos cristãos, estabelecidos através dos discursos missionários em África -

⁸ EBOUSSI-BOULAGA, F. **La crise du Muntu: authenticité africaine et philosophie**. Paris: Présence Africaine, 1977. p. 95.

⁹ EBOUSSI-BOULAGA, F. Op. Cit., p. 223.

em geral reducionistas e de intolerância ideológica face aos valores civilizacionais locais. Reconhece então neles, fosse a linguagem do escárnio, que fundamentalmente ridiculariza os deuses do “pagão”, ao apresentar-se como única imagem “correta” de Deus; fosse quanto ao projeto civilizatório aí implícito. A “conversão” na epistemologia transmuda-se, pois, em crítica à hipótese ontológica de redução do africano à primitividade. Neste ponto, a construção da gnose africana percebe em perspectiva teórica a antropologia comprometida com as virtudes europeias face à suposta ausência dessas em África.

Está a se perceber a fragilidade dessa narrativa dos primeiros etnólogos europeus em África; a quantidade, como se diz, de “tagarelices” ali produzidas – ainda que por vezes se possa reconhecer a importância dos dados recolhidos sobre hábitos e costume do “objeto de estudo”. A rigor, dessa forma, tanto o discurso do missionário cristão, quanto o do antropólogo europeu vão partilhar a mesma estrutura epistêmica: a “conversão” de um lado, e a “invenção” da África de outro.

Para fora e acima da manada se ergue, entretanto, uma obra referências nesses debates controversos: o trabalho etnofilosófico de Placide F. Tempels missionário belga na África Central. Autor de “Filosofia Bantu”¹⁰, Tempels fundamenta, em pesquisa cuidadosa e de profunda empatia, a dimensão universalista existente naquela cultura e civilização – estuda em especial o povo luba catanga – quanto a aspectos essenciais, tais como a concepção de vida e de morte determinarem o comportamento humano; o sistema holístico em si e a partir de si mesmos, os fundamentos do comportamento e visões de natureza e da sociedade; sua lingüística. Tornou-se um defensor intransigente de quem quer que negasse essa dimensão ali patenteada – mesmo quando tais supostos não significassem questionar as doutrinas clássicas frente à evangelização e a necessária conversão do “primitivo”.

Já Eboussi-Boulaga vai se concentrar originalmente na crítica epistemológica da obra de Tempels, apresentando argumentos lógicos contra a redução do muntu à primitividade.¹¹ Para ele, desse modo, a etnologia traía tanto a

¹⁰ TEMPELS, R. P. Placide. **Filosofia Bantu**. Tradução de Amélia A. Mingas e Zavoni Ntondo. Luanda (Angola): Edições de Angola, Faculdade de Letras da UAN, 2016.

¹¹ EBOUSSI-BOULAGA, F. Op. Cit., p. 19-20.

filosofia quanto à própria etnologia. Certamente, há o contexto mais amplo a dar contorno a tais análises permeado pelo verdadeiro levante ocorrido em África desde a década de 1960. Ali, um número expressivo de pensadores insiste em demarcar a diferença como sujeitos de seu próprio destino, enquanto povos assinalados nas condições de modernização. Daí o caráter ambíguo, da compreensão e rejeição mútuas; de colaboração e da desconfiança face ao pensamento elaborado desde fora.

A superação da etnofilosofia em África

Sem dúvida, outra referência de peso neste debate encontra-se no ruandês Alex Kagame, especialmente em *La philosophie bantu comparée*¹²; e em *La philosophie bantu-rwandaise de l'être*¹³. Kagame fora historiador, antropólogo, lingüista e teólogo, poeta, com doutorado em filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, em 1955. Estes dois livros, em sua vasta obra, são tidos como monumentais para o campo, a incluir a dimensão internacional desses estudos. Em poesia, publicou trabalhos em sua língua materna.

Tratou-se de confrontar a obra de Tempels. Reconhecer-lhe o mérito quanto ao método sim [o estudo da língua luba catanga, da ontologia, da teodiceia, da cosmologia e da ética banto; assim como o emprego da lógica formal de fundo aristotélico ali presente; em reconhecer enfim o combate desempenhado por Tempels frente a quem quisesse negar tal estatuto ao “primitivo”, mas por sua vez, tratou-se ao mesmo tempo de ampliar o estudo tanto na dimensão territorial dos povos bantos (das maiores e longevas em África), quanto no entrelaçamento teórico da análise lingüística com a história desses povos no tempo – Tempels limitara-se ao grupo luba-chaba.

Kagame vai ainda confrontar os modelos teóricos que haviam submetido a ontologia bantu às suas análises, em especial a lógica formal empregada por Tempels no estudo da língua banta. Neste ponto o confronto é direto. Era

¹² KAGAME, Alexis. *La Philosophie bantu comparée*. *Archives de sciences sociales des religions*, n°43/2, p. 266-267, 1977.

¹³ KAGAME, Alexis. *La philosophie bantu-rwandaise de l'être*. Bruxelas: Académie Royale des Sciences Coloniales, 1956.

necessária uma mudança de paradigma; talvez melhor, estava ali a iminência de um novo paradigma.

Reconhece então Kagame - como em boa medida já o fizera o franciscano belga - os principais princípios metafísicos da finitude e infinitude, da cosmologia, a compor a busca de compreensão do universo; assim também com o círculo da vida e da morte; a ética interna do ser humano, a enfatizar no caso bantu, o amar, o procriar, perpetuando alinhagem e a comunidade através da força vital. A análise múltipla e exaustiva do radical lingüístico “-ntu”, por exemplo, aponta significados e significantes a entrelaçar o existir uno entre os seres humanos distinguindo-os dos animais e Deus - com isso, ajusta as generalizações demasiadamente abertas na análise lingüística de Tempels. Tais descobertas indicaram-lhe estar diante de uma psicologia racional, enraizada numa cultura milenar, mas em transformação, retirando-lhe a carga ideológica do “primitivismo” tão em voga nos anos 1920 e 1930.

Em *La philosophie bantu-rwandaise de l'Etre*¹⁴, Alexis Kagame vai afirmar a presença de princípios filosóficos precisos na ordem lingüística banto, confirmados numa organização intuitiva em perspectiva de mudanças no tempo, não podendo ser reduzida a uma alteridade absoluta - a exemplo da construção organizada e racional à espera de um leitor ou tradutor competente, como em Tempels. Para Kagame noções importantes como ideia, raciocínio e proposição não podem ser pensadas como sugerindo uma particularidade banta. Indicam antes uma dimensão universalista dessa ontologia - ainda aqui destoando de Tempels, que classifica tais propriedades sob o enfoque do regional do “primitivo”. Por sua vez, vai ainda o autor de filosofia bantu-rwandaise do ser buscar nomear os pensadores fundadores de tais formulações em suas transformações históricas. Em ambos Tempels e Kagame, o respeito profundo pelo que estudaram.

Segundo V. Y. Mudimbe¹⁵ o método para revelar se é um sistema estritamente regional ou de orientações universalistas, se ainda ela (a filosofia banta) é coletiva com ou sem autores, estão a indicar clara descontinuidade entre a obra de Tempels e a de Kagame. Ao passo que reconhece ainda ali elementos de

¹⁴ KAGAME, A. Op. Cit., p.27.

¹⁵ MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 252.

continuidade, tanto na flutuação que essas diferenças de abordagens implicam, quanto nos objetivos então previstos na/pela própria filosofia banta.

Em ambos são então identificados: a existência de uma filosofia que, enquanto sistema complexo e profundo, subjaz e sustenta as culturas e civilizações africanas – esta filosofia é fundamentalmente uma ontologia organizada como distribuição de forças em interação, mas ordenadas hierarquicamente; a unidade vital humana parece ser o centro da dialética infinita de forças que determinam coletivamente seu ser em relação à existência.¹⁶

Esta “filosofia silenciosa” possui justamente nas obras de Tempels e Kagame o referencial teórico mais decisivo, incluso para a própria superação de seus limites epistemológicos.

Havia ali implícito dois projetos etnográficos distintos. O primeiro deles – em Tempels – com o objetivo declarado na tarefa de civilizar e evangelizar os povos bantos – como de resto à feição da expressão “filosofia primitiva” herdada do discurso antropológico do séc. XIX. A este discurso se acrescentou a obra paradigmática de Lévy-Bruhl das primeiras décadas do séc. XX ao buscar diferenciar dois tipos de mentalidade, onde, de um lado, figurava a história do raciocínio intelectual e espiritual característico por excelência do Ocidente; e de outro, o “primitivo”, “pré-lógico”, a arrolar o negro africano, mas também outros povos que passaram pela experiência colonial.

Tempels, malgrado este legado, foi além. Rompeu com a couraça ideológica mais visível e pronunciou-se pela empatia: 1. Os bantos são seres humanos, organizaram sistemas de princípios e referências, mesmo que não tenham sido capazes de formular em tratados de filosofia exposto com vocabulário adequado; 2. Essa filosofia é uma ontologia - o que se refere a um, se refere a todos - a exemplificar o implícito no radical etimológico “-ntu”; 3. Essa ontologia implica em hierarquizar ideias e conceitos que classificam os reinos existentes, mineral, vegetal, animal, humano, ancestral e divino, mediados pelo conceito de força vital (a força é a natureza do ser, a força é ser, o ser é força); 4. A ontologia banta em Tempels somente poderá ser pensada e explicitada por causa do esquema

¹⁶ MUBIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 253. P. 23-26. ; EBOUSSI BOULAGA, F. Op. Cit., p. 23-26. ; HOUNTONDJI, Paulin. **Sur la philosophie africaine**. Paris: Maspero, 1977.

conceitual da filosofia ocidental; 5. A ontologia banta, enfim, pode transformar-se em guia para as ontologias de todos os “povos primitivos”. O livro de Tempels causou amplo impacto, a torto e a direito; do coração fervoroso do pan-africanista de escol àquele do projeto civilizatório colonial relutante – neste último chegou a gerar severa censura.¹⁷

O segundo projeto etnográfico ali implícito é o de Alexis Kagame. Em “A filosofia banta comparada” (1976) – ele que já publicara, em 1956, “A filosofia banta-ruandense do ser”, tratando dos baniaruandas, comunidade bem definida por sua história, linguagem e cultura – vai então expandir a pesquisa para toda a área banta. A análise da estrutura lingüística banto benué-congo abrange as linguagens bantóides não bantas (Nigéria, Camarões) e bantas grassfields (Camarões, parte da Nigéria). As linguagens da família banta são faladas em Camarões, parcialmente na República Centro-Africana, Quênia e Uganda; com ampla predominância no Gabão, Guiné Equatorial, Congo, Angola, República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Comores, Zâmbia, Malui, Moçambique, Suazilândia, Lesoto, Botsuana, Zimbábue, África do Sul e Namíbia.

Esta “filosofia silenciosa” banta em Kagame pode ser descrita através de cinco grandes grades escolásticas fundamentais.¹⁸ São elas: 1. A lógica formal (tratar das noções de ideia como expressa num tema) a distinguir o concreto do abstrato; 2. A proposição, organizada segundo os princípios da enunciação e da classificação lingüística, incorporado a substantivos, permitindo assim a distinção sistemática entre sujeitos e complementos no discurso; 3. O raciocínio elíptico ao utilizar premissas e a ontologia formuladas no sistema lingüístico de classes das palavras (a exemplo dos conceitos básicos previstos nos radicais *mntu* (ser com inteligência), *kintu* (ser sem inteligência), *hantu* (o tempo e o lugar), *kuntu* (a modalidade, o ser em si mesmo ou em relação a outros seres); 4. Teodiceia e cosmologia, respectivamente, Deus e o universo criado, a distinção de três mundos circulares e em comunicação: a terra, o além do céu onde Deus mora, e o mundo sob a terra habitado pelos ancestrais; 5. Psicologia racional e ética, distinguindo o

¹⁷ *Apud.* MUDIMBE, Y. V. Op. Cit., p. 232.

¹⁸ MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 244-252.

ser humano do animal. A distinção entre ação e utilização baseada na finalidade interna do ser humano.¹⁹

Nestes dois autores está, pois, colocada em toda extensão a etnofilosofia em África. Tempels especula sobre os signos visíveis do comportamento banto em nome da fraternidade cristã. Em Kagame a ênfase ao direito de exigir uma “dignidade antropológica”, “a avaliação de uma independência intelectual”.²⁰

Curiosamente, justo o debate sobre os fundamentos possíveis da etnofilosofia em África desde E. W. Blyinden (1832-1912), este presenciou ao vivo e a cores a chegada dos europeus na costa africana, observou o estabelecimento progressivo do domínio colonial, que irá proporcionar a reflexão fecunda, paradigmática, não mais das descrições etnográficas que parafraseiam uma tradição. O debate vai agora ser sobre a filosofia ela mesma, enquanto saber intelectual regional e universalista realizada por filósofos de formação acadêmica. Mudimbe²¹ aponta estar em F. Crahay (1965), P. Hountondji (1970), E. A. Ruch (1974), H. Maurier (1976), Eboussi-Boulaga (1977), T. Towa (1979), N. Tshiamalenga (1981) assumirem claramente a tarefa de direcionar o debate para as questões principais dessa, convenhamos, jovem filosofia africana: como e por que a própria questão sobre a possibilidade de uma filosofia em África pode ser justificada? O que exatamente a filosofia pode ou não permitir?

A filosofia de pertencimento em meio ao universal

Eis a questão: dois são os domínios da filosofia como produzida em África. Um é o domínio da filosofia constituída por enunciados explícitos da tradição oral. Outro é o da filosofia contemporânea, tanto da que trata da interpretação crítica da filosofia dos povos tradicionais, quanto da que surge da reflexão sobre a condição contemporânea do africano. Em torno dessas premissas se adensam as propostas de análise a revelar o debate metodológico, a distinção de correntes; a rigorosa

¹⁹ Idem.

²⁰ N'DAW, Alassane. Peut-on parler d'une pensée africaine. **Présence Africaine**. Nouvelle série, No. 58 (2e TRIMESTRE 1966), p. 32-46, 1966, p. 33. ; MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 252.

²¹ MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 256-257.

reflexão sobre as condições da filosofia nela mesma; e ainda sobre as condições dos indivíduos e sociedades existentes.²²

A exegese filosófica contemporânea está a exigir a historicidade crítica universal de método. Se avança, portanto, em empreitadas especulativas rumo aos nexos conceituais abstratos universalistas, ainda que muitas vezes para revelar em meio ao geral o particular – já então torna-se decisivo o transcultural criticamente observado.

Dedução lógica em face à linguagem bariaruanda e Heidegger, a crise modernista de *fin de siècle* nos círculos de filosofia católicos europeus face ao imperialismo cultural em África, sua força epistemológica de redução; o consenso quanto à existência da filosofia como um exercício autocrítico e uma disciplina crítica em África; enfim, o debate sobre a fundamentação epistemológica de um discurso africano nas ciências sociais e humanas. São os ângulos mais importantes e visíveis desta *Weltanschauungen* – a qual, diga-se de passagem, possui raízes ainda mais profundas, a exemplo da obra e carreira intelectual de A. G. Amo a datar do séc. XVIII, que já trabalhara reflexões sobre o espírito humano, a arte de filosofar com sobriedade e precisão. Amo, nascido em 1703, na atual Gana, teve formação em universidades do que não era ainda a Alemanha (Halle, Wittemberg), estuda medicina e psicologia, publica três obras importantes entre 1729 e 1738 em torno de temas de ontologia, as impossibilidades do espírito humano ou ainda sobre o que é filosofar de uma maneira geral.²³

O cristianismo, sua teologia, sua teodiceia, de raízes profundas em África – existe uma tradução da Bíblia para o guese etíope datada do séc. IV para se ter uma idéia-, curiosamente, prestou-se à vigorosa reflexão contemporânea extremamente singular dada a historicidade civilizatória na África negra. Reflexão de cunho filosófico. A referente coleção de artigos contidos em “Os padres negros se questionam”, de 1956; a busca de um elemento africano no campo da teologia marcam sobremaneira essa reflexão. Tendência a caracterizar os teólogos católicos romanos africanos no contexto da emergência ampla e fecunda de temas como a

²² MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 226.

²³ LALÉYÊ, Issiaka-Prospér. **20 questions sur la philosophie africaine**. Paris: L'Harmattan, 2003. p. 49-50.

negritude, a herança e experiências africanas – certamente a provocar reações diversas.

A tradição acadêmica nesse âmbito vai estar exemplificada em iniciativas de referência: em 1966 a criação de centros de religiões africanas e institutos pastorais, em Bodja (Nigéria), Bukumbi (Tanzânia), Cocody (Costa do Marfim), Kinshasa e Lubumbashi (República Democrática do Congo). Sucederam-se então os encontros acadêmicos que se tornaram mais abrangentes, dada a conjuntura das jornadas de libertação nacional, do ativismo cultural e político conseqüente. A Sociedade Africana de Cultura, de onde emergiram a revista e a editora *Présence Africaine* especialmente ativa nos 1960; a Conferência, em 1978, sobre o cristianismo e as religiões africanas organizado pela Escola de Teologia Católica Romana em Kinshasa; revistas outras (como a ecumênica *Bulletin of African Theology*, da Associação de Teólogos Africanos), criação de departamentos de filosofia nas universidades; encontros teológicos em 1976 (Assembléia de Teólogos do Terceiro Mundo, em Dar es Salaam), em 1977, o Colóquio Pastoral de Koumi (Burkina Faso); a Conferência sobre a Civilização Negra e a Igreja Católica, em Abdjan; a constituição de uma Associação Ecumênica de Teólogos Africanos, a partir do encontro em Acra, 1977, dão bem uma idéia da densidade do sucedido. Certamente, o mundo acadêmico não propriamente teológico iria acrescentar e diversificar esta episteme. Trata-se então do filosofar enquanto tal, necessariamente através de autores, numa disciplina aonde já vai longe a busca das questões fundamentais no campo. Trata-se enfim, de levar o debate entrelaçando-o ao conjunto das ciências humanas, sociais e da natureza, também elas conhecedoras de paradigmas e revoluções ao longo de sua própria história. Para o continente negro, dada a sua historicidade, tratava-se da tarefa de “desconstrução” das ciências (e das artes e da literatura) ensejadas pelo colonialismo em alguma medida. Estar atento a isso. Tarefa extremamente complexa e delicada, pois já não cabe o isolamento epistêmico, dado o entrelaçamento universal. A filosofia, como a ciência, tornou-se um patrimônio da humanidade.

As modalidades de responder a esse desafio criaram propostas heterogêneas de lógica explicativa. Como não poderia deixar de ser, avulta nesta

área a reflexão da teologia e da teodiceia católica face àquela a contrastar com as civilizações africanas milenares. A massa crítica acumulada proporcionou isso. Todavia, também aí vai se praticar o saber filosófico *strictu sensu* ao se trabalhar categorias de pensamento próprias desse fazer intelectual, que são africanas mas são também universalistas. Uma coisa torna-se consensual em todas essas modalidades: a filosofia se torna um exercício autocrítico a se aplicar indistintamente tanto ao ordenamento do saber provindo do ocidente europeu, quanto das construções em teoria do conhecimento africanas.

A filosofia contemporânea em África trabalha, pois, categorias universalistas à “busca do direito à verdade”, o que implica na análise dos paradigmas assentados. Temas da “*filosofia perennis*” como a lógica e a ontologia, literatura e conhecimento, a questão filosófica do conhecimento religioso, político e cultural como searas particulares, as relações dos filósofos africanos com as escolas filosóficas europeias (em especial a anglo-saxônica, a franco-belga e a alemã); enfim, a importância das ciências sociais e humanas neste debate.²⁴ Veja-se neste sentido: *La remise en question. Base de la décolonisation mentale*, de Malinka A. Kalanda; *Sur la philosophie africaine*, de Paul Hountondji; *La crise Du Muntu: authenticité africaine et philosophie*, de Fabien Eboussi-Boulaga; *Para a descolonização da literatura africana*, de Chinweizu, Jennie e Madubuike; *African’s Cultural Revolution*, de P’Bitek; *World Culture and Black experience*, de Mazrui; *Theory and practice in african philosophy: the poverty of speculative philosophy*, de O. Yai; *Philosophie africaine hier et aujourd’hui*, de Elungu; *Philosophie, science, technology and traditional african thought*, de Sodipo.

Em termos da filosofia religiosa face às civilizações africanas, veja-se a síntese temática como apontada por Mudimbe²⁵: *La philosophie dans la situation actuelle de l’Afrique. Combats pour um christianisme arfricain*, de N. Tshiamalenga; *Personalité africaine et catholicisme*, de M. Hegba (org.); *De la sous-mission a la succession. Civilization noire e église catholique*, de E. Mveng; *Discours théologique negro-africain. Problèmes de fondements*, de O. Bimwenyi; *Theologie comme science an XX siècle*, de Tshibangu; *La théologie africaine. Bibliographie selective*, de J.

²⁴ MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 256-289.

²⁵ MUDIMBE, V. Y. Op. Cit., p. 267-289

Ntendika; *Um visage arfricain du christianisme*, de V. Mulago; *African philosophy*, de T. Okere; *O panorama de la philosophie africaine contemporaine. Mélanges de philosophie africaine*, de O. Nkombe.

Relações possíveis face a um continuum na cultura brasileira

É de fundamental importância que esta reflexão até aqui desenvolvida não seja inteiramente descolada da cultura brasileira, como se fossem assuntos estanques entre si. As possibilidades de nexos saltam aos olhos. De saída, a questão não propriamente negro, mas antes afro, no sentido do que Muniz Sodré denomina *arké*, o legado da tradição.

A maioria demográfica do Brasil desde a Colônia é de origem afro-descendente, caburé. E nela, a existência Banto é majoritária enquanto durou o tráfico atlântico de escravos – somente no séc. XIX os povos yorubás assumiram as maiores proporções, até então de predominância Congo-Angola. Sabemos desde pelo menos Manoel Quirino, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Édison Carneiro, o quanto foi abrangente a presença do aporte negro-africano-caburé na formação da sociedade brasileira, da economia à política, à religião e às artes. Todavia, como em África diante do colonialismo, a inferiorização desse aporte foi o estigma estratégico mais constante. As ideologias da superioridade branco-europeia campeiam por aqui, especialmente ao transmudar-se em preconceitos e discriminação, ainda que por mares nunca de antes navegados.

Dáí porque ser a raiz mais poderosa de toda esta historicidade brasileira a saga dos quilombos a atravessar toda a trajetória de existência da sociedade brasileira desde os tempos coloniais e ainda hoje uma herança e uma tradição pungente. Eis a força dos quilombos no Brasil: trata-se não de escravos, mas antes de lavradores, ceramistas, metalúrgicos, artistas, comerciantes, sacerdotes, sábios, oriundos de sociedades milenares, trazendo inscritos em seu próprio corpo toda uma ontologia do ser. Não se encontra justamente aí uma nossa etnofilosofia? Trabalhamos com o suposto de terem sido os quilombos e mocambos intelectuais historicamente coletivos, quase sempre anônimos, mas que forjaram toda uma estratégia de organização econômico-social, política e cultural ao longo de mais de quatrocentos anos resultando em saberes historicamente forjados. Não se bota

mais cachorros, como diria um ojé do terreiro Agboula do culto aos ancestrais (os Babá Egun), de Itaparica, tornado patrimônio cultural do estado da Bahia, ao afirmar que “acabar, não acaba não”.

O livro já clássico de Juana Elbein dos Santos, “Os nagô e a morte. Padé, Àsèse e o Culto Egun na Bahia”²⁶, com uma dezena de edições, respeitado inclusive (e sobretudo), pelo próprio povo de santo, é contraste exemplar no que tange à sistematização gnoseológica implícita naquela tradição religiosa quando o comparamos ao referido livro de Anthony Kwame Appiah. A partir de estudo comparativo Nigéria, Daomé, Salvador e Recife, esta tese de doutorado em etnologia pela Universidade de Sorbonne, parte progressivamente de uma visão “desde fora” para uma perspectiva “desde dentro”, dada a teia de relações enredada ao longo do trabalho para o estudo da estrutura do sistema, seus símbolos, a trama manifesta nos símbolos e conteúdos. O que levou a autora ao embate sistemático do como ver e do como interpretar. A revisão crítica das ideologias, o destaque aos elementos e valores diferenciados em face à cultura luso-europeia, constituindo uma dinâmica e tornando-se o eixo da investigação consciente dos limites do estudo, de um lado. De outro, a análise factual, semântica, filológica, de algo até certo ponto intangível, dado que as palavras no culto nagô possuem concomitante ritmo.

Temos por hipótese, por extensão, ter sido o meio social negro-brasileiro, dada a condição de emparedamento sócio-cultural desde sempre na historicidade do país exatamente por isso, a transformar-se em lugar singular de observação e realização. A história de intelectuais orgânicos negros enquanto tais é uma demonstração contundente disso. Tal lugar lhes possibilitou descortinar (e realizar) o imprevisto, o insólito, oferecendo dessa forma contribuição de enorme valor à compreensão, vivência e comunicação do saber no devir civilizatório do Brasil, a se espriar pelos mais diversos campos da cultura, da economia, da política - mesmo no campo da ontologia filosófica do Ser.

Há no Brasil, assim como em África, uma cultura (no sentido o mais abrangente) assentada na existência por séculos (não milênios como em África)

²⁶ SANTOS, Juana E. dos. **Os nagô e a morte**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

dos povos tradicionais aqui constituídos e em transformação. Compõe mesmo este espaço-tempo-humano diferencial caldo de cultura de gramáticas ontológicas, coletivas, vividas, etnográficas, muita das vezes não repensadas. A historicidade das comunidades indígenas e dos quilombos ou mocambos – quantas vezes misturadas? – é exemplo da mais vetusta questão histórico-sociológica e cultural do país ainda hoje pungente – atravessa, portanto, mais de quatrocentos anos desafiando os tempos, nosso próprio destino civilizatório.

Na contemporaneidade, trata-se de ir além da etnografia dos povos tradicionais, mas justo dela retirar o substrato ontológico que forja o repensar. Em instigante reflexão original esta dimensão ganha visibilidade no país. Engrossa vertente dos até então “povos sem voz” egressos que são da condição colonial. Ao mesmo tempo, trata-se da reflexão filosófica stricto sensu; trabalhar a linguagem regional e universalista nos termos deste constructo, tarefa extremamente complexa e delicada, de desconfianças mútuas – mas de alteridade e transculturalismo.

Trata-se, pois, de se contrapor à exegese da ontologia e filosofia ocidental europeia de mão única. Repensar, portanto, o pretense espírito universal superior de mundo ali presente. Discernir filosoficamente outro conjunto de conhecimento, outra racionalidade dos signos, outro possível paradigma de configuração simbólica face à relação homem-natureza, à hospitalidade, ao ensinar-aprender. Diferença e analogia. Mas a paixão de compreender o mundo em sintonia com o ser, a revelar novas perspectivas éticas ontológicas sem determinismos a priori – à feição da física quântica – das pretensas condições iniciais de uma vez para sempre. Entre nós, a obra pioneira neste sentido do professor emérito da UFRJ, Muniz Sodré, transforma-se em referência. Veja-se, no caso, especialmente, *O Terreiro e a Cidade*²⁷, de várias edições e atualmente em preparo de edição pela Penguin Books; assim como, “Claros e escuros – Identidade, povo e mídia no

²⁷ SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1988.

Brasil”; “Mestre Bimba: corpo de mandinga”²⁸; “A verdade seduzida. Por um conceito de cultura no Brasil”²⁹.

Como se sabe, a Filosofia é, sobretudo, uma especulação sobre o Ser enquanto espírito e enquanto matéria. Daí a subdivisão desse saber em religião, relações com a natureza e o cosmo. Também especula sobre o princípio das coisas do mundo (metafísica): o que é a menor coisa existente? O que é o tempo? Mas também o que é a História, a Economia, a Poesia, a Literatura? Ou ainda, o que é o Conhecimento (epistemologia)?

A pergunta que não quer calar: existe uma exclusividade matriz nessa especulação? Uma genealogia universal a partir dessa exclusividade matriz?

Na tradição genealógica da Razão ocidental a metafísica da “natureza humana” passa a ter uma meta, um tólos. Esta postura epistemológica aprofunda-se em Kant, em Hegel, tornando-a universal de mão única. Consolida-se em Leibniz, em Bertrand Russel e mesmo em Marx a afirmação da supremacia/superioridade civilizatória do Ocidente. Como apontado, há questionamentos sobre isso em Nietzsche, em Sartre, a partir do referente Orphée Noir, na moderna antropologia da cultura. As possibilidades de uma filosofia em África – para ficarmos até aí restritos – somam-se a estes questionamentos.

Em “Pensar Nagô”³⁰, Muniz Sodré vai discutir em outras bases tais especulações. A partir da tomada de consciência do “*aneu logon*” [os sem voz] até então condição imposta pelo saber ético e cosmológico da linguagem hegemônica, vai propor outras possibilidades simbólicas, outra gnose. Dirige-se, por isto, ao cerne do problema: questionar a atividade filosófica restrita à metafísica, enquanto confinada ao conceito de “humanidade” de origem na cultura ocidental. Na Europa renascentista, onde o conceito foi criado havia, pois, os “plenamente humanos” versus os “*antrophos*” não tão plenos. [Entre nós, recordemos Pero Vaz de Caminha, na *Carta a el Rey D. Manoel sobre o achamento do Brasil*, por mares nunca de antes navegados: “Nessa Vossa terra nova, Não há aqui boi, nem cabra, nem

²⁸ SODRÉ, Muniz. **Mestre Bimba: corpo de mandinga**. MANATI, 2002.

²⁹ SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

³⁰ SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimália que acostumada esteja ao viver dos homens”].

Trata-se, portanto, de desconstruir o arcabouço conceitual hegemônico em sua própria linguagem, em seu próprio arcabouço epistemológico, para revelar novas perspectivas éticas e ontológicas. Propõe então Sodré, o método “transcultural”, a trabalhar tanto a diferença, quanto a analogia. Fundamentalmente, distinguir o diverso e o diferente naquilo que é comum ao concreto de todo existir humano face ao universal abstrato.

Vai então discutir isso para o caso da formação social brasileira. O “pensar nagô” a partir de uma *arkhé* [tradição] de raiz africana. Insiste estar aí uma filosofia, dada a suposição implícita da universalidade: especular sobre o melhor, sobre o bem, para uma determinada forma de vida – questões, aliás, já colocadas em Sócrates, em Platão como devemos viver? A especulação original e fecunda de Sodré nos remete às ontologias regionais de evidência no pós-colonial, a exemplo da África, da Índia. Na conceituação explicitada por Sodré a alacridade de viver (o *ayó*, como se diz em yorubá) torna-se reconhecidamente outro conceito central nesta epistemologia. No caso, o modo afro de pensar previsto como uma modulação dessa paixão de compreender o mundo e a ética humana – muitas das vezes sem ser e nem querer ser uma filosofia³¹.

Esta perspectiva de análise proporcionada no Brasil pela historicidade peculiar do meio social negro poderia se estender à Literatura, às Artes, à Música, às ciências humanas e sociais, em experiências educacionais baseadas em conhecimentos comunitários na busca de construir um *ethos* para além da vitimização, em contraste aos modelos oficiais impermeáveis à diversidade, e por isso, reducionistas. Neste caso, está em jogo intrinsecamente uma autodeterminação identitária dada a crise irremediável do mito ideológico da democracia racial, até então enraizado na utopia civilizatória transplantada mimeticamente e assegurada pelos meios de comunicação.

Pluralidade de atitudes comunicativas, objeto ou uma relação? Uma relação entre os homens e um apelo à sua liberdade? O que é a Literatura? - Como tão bem

³¹ SODRÉ, M. Op. Cit., p. 25-88.

pergunta Jean-Paul Sartre. O que significa senão sair dos limites do objeto e introduzir o acontecimento em ligações sociais e históricas mais amplas, remetendo à teoria do conhecimento?

O que estamos postulando aqui é uma especulação ontológica sobre a condição afro-negro-descendente. A possibilidade de um lugar singular na cultura brasileira, no caso, através de intelectuais representativos dessa condição sob diversas dimensões: para além das relações raciais, o ser no mundo, antes afro que negro. Trata-se de uma hipótese.

A literatura de Lima Barreto é um caso exemplar. Sua condição étnico-sociológica diante da quase ausência de um público leitor negro, formado a partir dos cânones da cultura europeia, sabendo-se um solitário por conta da rejeição social, vai assumir que justamente a solidão lhe possibilitaria a espiritualização, a denúncia, a memória histórica. Todavia, a reflexão sobre o distanciamento do indivíduo negro brasileiro em relação ao grupo étnico dominante o levou à busca incessante em seus principais romances a fixação de uma identidade no plano dos sentimentos e das emoções. Em sua obra plural convidava o leitor a experimentar outro ângulo de visão da realidade. Revisita criticamente a história na escolha de temas – o “bovarismo” da belle époque tropical, o clientelismo, o arrivismo social sem escrúpulos da república recém inaugurada, o racismo risível.

Por não se sentir preso à fidelidade estética e étnica dominante, desfrutou de maior liberdade de expressão. Viu o que nem as ciências (as sociais sim, mas não só) viram em seu tempo a propósito do racismo e do preconceito. Sua percepção aguda da sordidez possibilitou revelar aspecto fundamental da organização daquela sociedade, espinha dorsal de sua constituição e lógica de reprodução: expunha, numa obra que não fora de pouca monta seu o caráter subalterno no concerto do capitalismo mundial. Simplesmente não se conhece ou se estuda a I República no Brasil sem conhecer minimamente a obra de Lima Barreto – a esta altura com inúmeras edições de seus romances; recentemente se publicou toda a sua crônica em dois volumes (2013), sua prosa seleta (2011), suas impressões de leitura e outros textos críticos (2017).

Quase seu contemporâneo na Escola Politécnica do Largo de São Francisco - onde vira naufragar retumbante o projeto de transformar-se em doutor como

acalentado por seu pai - mas este, na condição de professor catedrático por concurso, o engenheiro negro André Rebouças - as exceções sempre existiram desde a Colônia sob determinadas condições - ofereceria pungente reflexão diante do fracasso que se erguia à sua frente com os rumos tomados pela Abolição da escravatura e Proclamação da república. Nenhum outro intelectual de época chegou a uma compreensão tão radical do fenômeno quanto ele - mesmo considerando seu companheiro de jornadas abolicionistas, o contraditório Joaquim Nabuco.

Rebouças fora Secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fora eleito Secretário da Sociedade Central de Imigração, fundada em 1883, para a qual contribuiu na redação dos estatutos. Já ali registrava a marca de sua ascendência negro-brasileira: a imigração europeia sim, todavia espontânea, e oferecendo ao liberto da escravidão as mesmas oportunidades de acesso à terra e ao trabalho. Para ele, o fundamental seria a reforma social, a farta distribuição em pequenos lotes desencadeadora de verdadeira revolução agrária e agrícola a colocar a jovem república na liderança econômica mundial. Facilidades para a concessão de escrituras da propriedade, dando segurança jurídica e social; enfrentar o latifúndio improdutivo verdadeiras capitâneas hereditárias, especulativo, fonte de poder retrógrado. Já ali imaginava o imposto progressivo sobre a superfície possuída. Não fora um radical contra a grande propriedade, antes a desejava entrelaçada ao todo econômico de forma orgânica, a conviver com a pequena, a média propriedade, assim como com a infra-estrutura dos transportes, armazenamento, comunicações, a mecanização agrícola - conhecera de perto o *homestead*, a lei de terras norte-americana.

Para ele não havia falta de mão de obra no país àquela altura, o que fazia falta era a reforma social, onde, por exemplo, escolas, escolas noturnas, de fins de semana, técnicas, de humanidades; a criação de museus agro-industriais que pudessem elevar o nível do conhecimento e da produtividade do homem nacional. Assim como bancos rurais sem burocracias aristocráticas custosas e altos salários dos diretores, sem as chicanas jurídicas fora do alcance do produtor comum. Este, verdadeiro pária da escravidão às vésperas de se extinguir, aos milhões, mesmo os

que não eram escravos, mas também sem nenhuma cidadania, como alertava Joaquim Nabuco.

Rebouças possuía o halo da ancestralidade em seu sangue, “sou em corpo e alma meio brasileiro e meio africano”, dizia. Sua formação cultural necessariamente à feição do Ocidente (a quase inexorável onto-teo-lógica na linha de Leibniz), todavia, não fora suficiente para apagar-lhe as raízes ancestrais. Rebelde em face à chamada “geração de 1870”, machucado pela mediocridade das perseguições racistas discriminatórias na vida pública e privada, perguntava-se em seus Diários, “por que será que o africano ri, canta e dança sempre?”

Nos Diários é nítida a insurgência aqui e ali de sua alteridade intrínseca, a impregnar-lhe a visão de mundo, sobretudo após 1888, quando se apresenta cada vez mais como um homem negro, como um representante da “raça africana” – no seu dizer em carta a Taunay em janeiro de 1893, já no exílio em Lisboa (de onde partiria para a África derradeira). Seus projetos reformistas, todos fracassados, indicavam um presságio: o fracasso do próprio regime, que emergia com o latifúndio, perpetuando-se impune a estigmatizar uma república egoísta, plutocrática, oligarca, gerada pelo despeito, pelo ódio, pelo prurido de tirania e pelo despotismo, de parasitismo social insaciável – como escrevera em artigo para o jornal *A Cidade do Rio de Janeiro*, de junho/julho de 1888.

Em outro caso exemplar, o geógrafo Milton Santos não fez da questão racial uma bandeira de luta pessoal, ainda que soubesse perfeitamente o peso da inferiorização ideológica a se abater sobre sua gente, por ele mesmo testada já na juventude baiana. Mas tornou-se um arauto dos povos oprimidos, um crítico arguto e severo dos rumos da globalização promovida pela fase atual do capitalismo mundial. Oscilou permanentemente entre as evidências trazidas a lume por sua análise percuciente de um lado, e a busca da utopia de outro. A constatação exposta em sua obra de repercussão internacional prevê, ao fim e ao cabo, estarmos diante de um novo relato, pela primeira vez possível na história da humanidade – dada a realidade empírica objetivada na unicidade das técnicas e na enorme mistura dos povos, “raças”, culturas, gostos, disseminados por todos os continentes em espaços cada vez menores. Mas prevê também a analogia

transcultural em detrimento ao racionalismo europeu de mão única que até então patenteou o racionalismo tecnocrático dominante.

Para Santos, é necessário um novo espectro epistemológico que (re) coloque o homem no centro das preocupações, a assegurar o império da compaixão nas relações interpessoais, impondo uma nova ética, uma nova economia, um novo espaço geográfico – lastreados nos valores fundamentais, como a liberdade, a dignidade, a felicidade. Com a palavra, os “vindo de baixo” caracterizados pela prontidão dos sentidos, onde a busca de bens materiais finitos vem ao lado da procura de bens infinitos, tais como a solidariedade e a liberdade – que quanto mais se distribuem, mais aumentam.³²

Não nos cabe esboçar aqui uma biografia de Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi (1917-2013), “o grande Alapini”, como a ele se referiu o Festival Anual de Badagri, Nigéria, que já homenageou Toussaint-Louverture e Marcus Garvey, e que lhe rendeu homenagem em 2017. Todavia, sua trajetória de vida, por si só, torna-se exemplo pedagógico a revelar perspectiva ética e ontológica em contraste aos contornos culturais dominantes limitados a um único eixo tido por “plenamente humano”, em face ao “antrophos” não tão pleno - e desta forma, como veremos a seguir, estreitando as relações possíveis dos temas aqui debatidos.

Entre 1978 e 1986 Mestre Didi torna-se um dos principais coordenadores de experiência educacional radicalmente inovadora em termos de uma pedagogia escolar no Brasil, face à linguagem predominante nestes termos entre nós. Experiência séria, complexa, rica em apontar direções a este enigma em que se transformou a Educação no Brasil, ainda hoje atestada num dos maiores índices de evasão escolar no ensino médio em termos de América Latina.

As crianças e adolescentes da comunidade-terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá, em reuniões preliminares à criação do projeto educacional Mini-Comunidade Obá Biyi, comentavam em enquete sobre as razões de seu desinteresse pela escola pública tradicional: “não querem a gente lá”. O Grupo de Trabalho Educacional, então criado a partir da SECNEB (Sociedade Estudos da Cultura Negra no Brasil)

³² SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 209.

para efetivar o projeto escolar sonhado e a ser realizado em espaço cedido pelo próprio Axé Opô Afonjá, reunia líderes e integrantes de terreiros, antropólogos e pedagogos objetivando examinar em profundidade a defasagem entre o universo cultural das comunidades e o ensino oficial. O convênio então firmado envolveu, além do próprio Axé Opô Afonjá, a SECNEB, a prefeitura de Salvador e, mais adiante, o próprio MEC, quando dirigido por Eduardo Portela; somou-se também organização não-governamental holandesa financiadora de parte dos trabalhos. Tratou-se então de enfrentar as retóricas pedagógicas que vêem o outro a partir da identidade europeia, renegando aportes civilizacionais milenares, a exemplo do afro-descendente. Discute-se a partir daí propostas educacionais que privilegiam a diversidade cultural do país, avaliando-se criticamente currículos monoculturais. Analisa-se em profundidade o fracasso, as consequências perversas daquelas políticas educacionais, demonstradas nos índices de evasão escolar, nos maus resultados de desempenho.

Buscar-se-á, então, estruturar uma pedagogia condizente com os valores educacionais civilizatórios herdados da cultura afro-brasileira, provenientes de culturas milenares. Evitou-se ao máximo a sala de aula tradicional fechada, estática – antes, tratava-se de aprender habilidades sobre o clima e a botânica, a biologia vegetal, a química, os cuidados com os animais domésticos, seus ciclos reprodutivos, suas doenças. Reconhecer desde cedo grande variedade de plantas, peixes, insetos, em que época do ano os alimentos são mais abundantes. De forma ativa escutar, falar, assimilar, desempenhar coletivamente os ativos do conhecimento em conteúdo. Contos, mitos, canções, charadas, provérbios, para estar imerso nos sons, nos cheiros das histórias encenadas – que traziam consigo elementos de cosmovisões e práticas de propostas transformadoras. Das narrativas ancestrais buscar-se-á sentir, perceber, valorizar e incorporar, a função de uma linguagem pedagógica. Dançar para manter a alacridade, a dignidade e a identidade ancestral que se transforma.

Tratou-se ali de opor criticamente os valores emanados de um sistema de ensino voltado para a reprodução e o desenvolvimento de vínculos neo-coloniais com características absolutamente eurocêntricas, típicos dos países ex-colonizados; no caso do Brasil incorporando as ideologias racistas inerentes à

política de embranquecimento -como no dizer de Marco Aurélio Luz³³, componente do Grupo de Trabalho de Ensino (GTE), idealizador da proposta filosófico-política-pedagógica do projeto Obá Biyi. Citando Timothy A. Awaonyi, nigeriano, Luz enfatiza com ele algo à semelhança do ocorrido no Brasil, quando lá como cá o indivíduo é levado a acreditar que o ser educado é ser europeizado, onde os vínculos com a cultura e as tradições ancestrais passam a ser considerados “primitivos”.³⁴

Se vai então opor tais métodos à episteme e à gnose oriunda nas tradições educacionais de base nas culturas africanas milenares, onde o acesso ao saber e ao saber fazer está constituído das regras de formação do caráter, identificado no respeito às regras de conduta e comportamento, à continuidade e expansão da vida através do culto às forças cósmicas que regem o ciclo da vida. O processo educacional se confunde então, no âmbito da comunidade, com a experiência vivida, dada a dinâmica estreita entre o vivido e concebido. Dos cuidados com a criança participa toda a comunidade; o conhecimento é utilitário, onde o técnico e o estético são praticamente inseparáveis na relação pedagógica; esta, se estabelece com o conhecimento individualizado da criança, revelado pela origem da família, de seus ancestrais, de seus pais, de seu eleda (orixás patronos de sua vida), mesmo de seu odu, os caminhos de seu destino. A criança não será infantilizada, antes apercebida como alguém que se desenvolve para ser gente adulta, socializada de acordo com os valores do grupo. Os saberes serão transmitidos através de um inesgotável repertório de linguagem.

À criança é solicitado participar na medida de suas possibilidades nos trabalhos comunitários, onde se aprende o saber fazer. Os jovens apreendem que os mais velhos detêm o poder de ordenar porque aprenderam a obedecer e assim adquiriram saber e experiência acumulada através da convivência com seus mestres. Associa-se a este processo a aquisição do axé iniciático; o conhecimento dos instrumentos e substâncias litúrgicas a envolver o awo, o mistério, que seduz e incita à interação – o que se dá num processo de interação em temporalidade

³³ LUZ, Marco Aurélio. *Agadá. Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA/ SECNEB, 1995. p. 665.

³⁴ LUZ, M. A. Op. Cit., p. 665-667.

própria do fluxo da experiência vivida, compartilhada na dinâmica de transmissão do axé.³⁵

De planejamento semestral, adaptando autos coreográficos criados por Mestre Didi (a exemplo das peças “A chuva dos poderes”, “A Vendedora de Açaçá”, “O Presente de Xangô à Boa Menina, Odé e os Orixá do Mato, Ajaká, a iniciação para a liberdade”) em torno dos quais se desdobravam o conteúdo e as formas das demais disciplinas, como a matemática, o português, a geografia, as ciências, etc colocava-se em jogo o universo simbólico e lúdico, de onde emergia características estéticas, aspectos psicológicos de aceitação-rejeição, auto-estima, alteridade todos alinhados a formas de transição do saber para além da escrita. Os valores da comunidade recriados como uma nova linguagem pedagógica. Os alunos do desenvolvimento integrado, a partir de seis a sete anos, se matriculavam em um turno na escola da rede oficial municipal. A visita a teatros, museus, etc, abriria novas perspectivas e ampliaria o relacionamento da experiência com a sociedade.

Considerações finais

Partimos de uma problematização: a reflexão filosófica como realizada na África contemporânea, referendada por sua vez na teoria do conhecimento baseada na alteridade em meio ao dilema da superação deste pensar enquanto etnofilosofia, à busca do filosofar contemporâneo *stricto sensu*. Buscamos, por sua vez, não tornar estanques sem vasos comunicantes aquela reflexão e esta que ocorre na cultura brasileira, a propósito “dos povos sem voz”, em instigante modulação filosófica lastreada numa *arkhe*, tradição, de base africana. Em ambos os casos trata-se de desconstruir o referencial dogmático tido por superior ou único, a lhes negar ou diminuir a legitimidade ao mesmo tempo ética e epistêmica, filosófica e gnoseológica. Por diferenciação e analogia, por alteridade e transculturalismo busca-se revelar modulações de configurações humanas até então imprevisas pelo vocabulário da supremacia. Por sua vez, já a trajetória de intelectuais negros enquanto tais, nos mais diversos campos de atuação do saber estão a indicar uma especificidade ontológica propiciada pela historicidade

³⁵ LUZ, M. A. Op. Cit., p. 660-664.

singular do meio afro brasileiro, como lugar de observação (e realização) na cena cultural do país.

Referências bibliográficas:

APPIAH, Anthony Kwame. **Na Casa de Meu Pai. A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EBOUSSI-BOULAGA, Fabien. **Le Bantou problématique.** Paris: Présence Africaine n. 66, 1968.

__. **La crise du Muntu: authenticité africaine et philosophie.** Paris: Présence Africaine, 1977.

__. **La philosophie du Muntu.** Paris: Karthala, 2009.

ELUNGU, Alphonse Elungu Pene. **Tradição Africana e Racionalidade Moderna.** Luanda/Lisboa: Edições Mulemba/Pedago, 2014.

FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES; Rhonda, SAID, Christine. **África Bantu. De 3500 a.C. até o presente.** Petrópolis: Vozes, 2019.

HOUNTONDJI, Paulin. **Sur la philosophie africaine.** Paris: Maspero, 1977.

__(org.). **O Antigo e o Moderno. A produção do saber na África Contemporânea.** Lisboa: Pedago, 2013.

KAGAME, Alexis. **La philosophie bantu-rwandaise de l'être.** Bruxelas: Académie Royale des Sciences Coloniales, 1956.

KAGAME, Alexis. La Philosophie bantu comparée. **Archives de sciences sociales des religions**, nº43/2, p. 266-267, 1977.

LALÈYÊ, Issiaka-Prospér. **20 questions sur la philosophie africaine.** Paris: L'Harmattan, 2003.

LUZ, Marco Aurélio. Agadá. **Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA/ SECNEB, 1995.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. **Abebe. A criação de novos valores na educação.** Salvador: Secneb, 2000.

MESTRE DIDI (Deoscóredes Maximiliano dos Santos). **História de um terreiro nagô. Crônica histórica.** São Paulo: Carthago e Forte, 1994.

MESTRE DIDI (Deoscóredes Maximiliano dos Santos); LUZ, Marco Aurélio. **O rei nasce aqui. Obá Biyi. A educação pluricultural africano brasileira.** Salvador: Fala Nagô, 2007.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A Invenção da África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 2019.

N'DAW, Alassane. Peut-on parler d'une pensée africaine. **Présence Africaine** Nouvelle série, No. 58 (2e TRIMESTRE 1966), p. 32-46, 1966.

REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional, Estudos econômicos – Propaganda Abolicionista, setembro de 1874 a setembro de 1883.** Recife: Fundaj/Massangana, 1988.

____. **Diários e notas autobiográficas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

SANTOS, Juana E. dos. **Os nagô e a morte.** 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

____. **Por uma nova globalização.** 18ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô.** Petrópolis: Vozes, 2017.

TEMPELS, R. P. Placide. **Filosofia Bantu.** Tradução de Amélia A. Mingas e Zavoni Ntondo. Luanda (Angola): Edições de Angola, Faculdade de Letras da UAN, 2016.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
R. Uberaba, 60/201, Grajaú, RJ (RJ) – CEP 20.561-240

Recebido: 25/10/2019
Aprovado: 22/11/2019

